

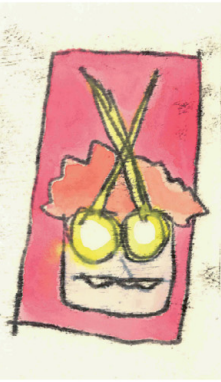
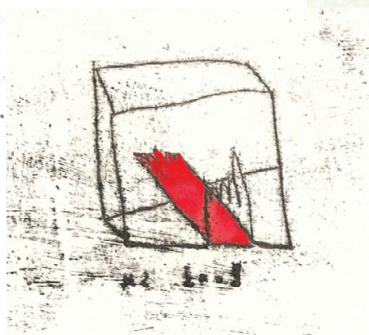
# ENSAIOS SOBRE A CRISE

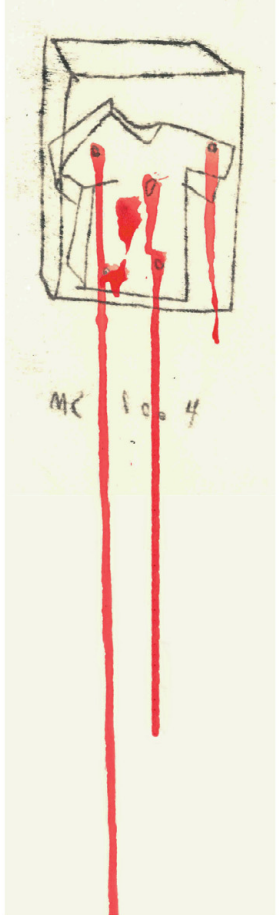
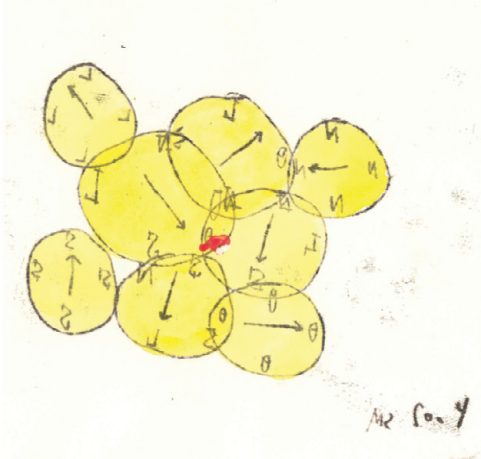
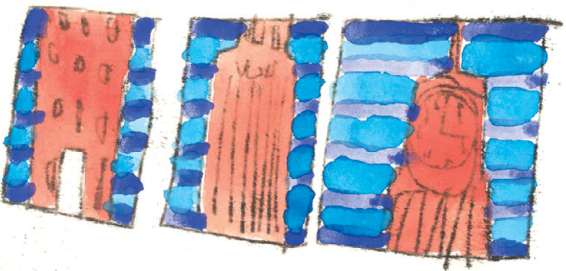
Segurança do Brasil e outros temas



Senador Demóstenes Torres







## **Ficha Técnica**

Edição geral: Britz Lopes

Edição de texto e revisão: José Maria e Silva

Foto da capa: Nehil Hamiltom

Ilustrações: Marcelo Solá

Prova Gráfica: Grafopel

Direção de arte: Petit Comitê

Impresso na Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Diretor: Júlio Werner Pedrosa

Edição Administrativa: Senado Federal

Diretor-Geral: Agaciel da Silva Maia

## **Ficha Catalográfica**

Torres, Demóstenes

Ensaaios sobre a crise: segurança do Brasil  
e outros temas/Demóstenes Torres - Brasília:  
Senado Federal, subsecretaria de edições técnicas  
2004. ...p.336

**Ensaaios sobre a crise  
Segurança do Brasil e outros temas**

- Pronunciamentos
- Diário de viagem
- Artigos



## ÍNDICE

Introdução .....	9
Prefácio .....	11

### PARTE 1

Pronunciamentos .....	13
Reformas estruturais .....	15
Violência doméstica .....	25
Recursos hídricos .....	30
Privatização da Usina de Cachoeira Dourada .....	37
Custos da criminalidade .....	43
Reforma da Tranquilidade Pública .....	49
Reforma do Poder Judiciário .....	55
Escola em tempo integral .....	62
Seis meses do PT no poder .....	68
Novo papel das Forças Armadas .....	74
O MST contra o agronegócio .....	81
Danos da Reforma Tributária .....	86
Fraco desempenho do Fome Zero .....	91
Dom Quixote e os excessos canaviais .....	97
Barreiras aos investimentos estrangeiros .....	103
Inconvenientes de visita a Cuba .....	110
Repúdio à PEC Paralela da Previdência .....	113
Brasil vive seus dias de Bagdá.....	121
Sobre o “queridismo penal” .....	127
As rebeliões e o Regime de Segurança Máxima .....	136
Crise da identidade da Justiça brasileira .....	142
Tentações autoritárias no Planalto .....	148
Segurança e crescimento sustentável.....	152
O governo em estado de celebração .....	157
O PT e o fim da utopia moralizante .....	161
Dos pecados waldomirianos .....	165
Crítica à política antidrogas do governo.....	174
Sobre os parques investimentos da União em Goiás .....	180
Sexta-feira santa de sangue no Rio de Janeiro .....	187
Atração fatal às mordomias.....	193
Repúdio à discriminação indireta das drogas.....	199
Da corrupção no Ministério da Saúde.....	204
Fantástico Brasil-Alfabetizado.....	214
O adeus a Leonel Brizola .....	219
Tratado do Mapa da Violência no Brasil .....	222
A reforma possível do Judiciário .....	227
Contra o fim da revogação da Lei dos Crimes Hediondos .....	232
Vargas e os surtos estadonovistas do PT .....	236



## PARTE 2

Diário da Antártica – O senador que foi ao frio .....	243
---	-----

## PARTE 3

Artigos .....	265
A lei não revoga a dor .....	267
E as ruas recuperam? .....	270
Para cortar a própria carne .....	272
A lei contra o Brasil fajuto .....	274
Síndrome do Estado infrator .....	276
Via para lugar nenhum .....	279
Seis meses no País da lulacracia .....	281
Insondável medida do abismo .....	284
Sob um sol enganador .....	286
Ninguém mora na União .....	288
O brio cosmético da Lulalândia .....	290
220 anos de Lula no poder .....	292
Uma lei para o futuro .....	294
Estabilidade a peso de ouro .....	296
Olhar sobre o sonho de Pedro .....	298
Para cada erro um perdão .....	300
Como fez Pero Vaz .....	302
Ainda não foi desta vez .....	304
Governo de fritar bolinho .....	306
Gulliver no País da Lulalândia .....	308
Um réquiem à canalhice penal .....	310
Singularidades do sistema inglês .....	312
Discriminação indireta .....	314
Muros que precisam cair .....	316
Muito aquém do Paraguai .....	318
Até a próxima reunião .....	320
Mais uma maldade do sistema .....	322
Faz falta o peso da lei .....	324
A ética e a estética do Estado .....	326
Como dizia o marechal Pétain .....	328
Dos incômodos do senhor corregedor .....	330

## Introdução

### Na transversal das crises

A minha geração é contemporânea das principais crises da recente história republicana. Nasceu quando o ex-presidente Jânio Quadros renunciava e cresceu sob o ciclo militar. Partilhou da restauração democrática, mas conheceu fracassos econômicos espetaculares. Sobreviveu à destituição de um presidente, experimentou o custo da estabilidade, depois viu eleita a esperança, que até o momento não se confirmou por se pretender maniqueísta e ter empreendedor incompetente.

Neste livro trato especialmente da crise de gerenciamento do Estado brasileiro, a partir da minha atuação oposicionista no Senado. A compilação de pronunciamentos e artigos forma uma crônica destes quase dois anos mandato, com um olhar detido sobre problemas de segurança pública do Brasil. São ensaios que agregam as mais confiáveis fontes de informação e traduzem a minha atuação parlamentar na elaboração do processo legislativo, e de fiscalização e crítica à atividade administrativa do Poder Executivo.

O saldo de 52 mil homicídios anuais, o incremento exponencial do poder de atuação do narconegócio e a falência do sistema prisional fazem do Brasil um País conflagrado. A crise se agudiza quando se observa o pasmoso comportamento do Governo Federal: em vez de reagir e chamar a si a responsabilidade de endurecer a legislação penal são acenadas medidas cada vez mais liberalizantes e suaves contra o crime, em nome da falsa e desmoralizada teoria da causa social da violência.

No Brasil prospera a crítica de que há leis em profusão e que alterá-las ou editá-las não é remédio eficaz. Nestes ensaios faço um movimento exatamente em sentido contrário e demonstro que não há outro balizamento à reorganização do Estado brasileiro senão o aperfeiçoamento das leis. É preciso observar que no País se existe uma enorme distância entre o caráter obrigatório das normas em abstrato e a sua plena eficácia, a responsabilidade deve ser debitada à incapacidade estatal de respeitar a legislação que promulga, zelar pela sua aplicação e se fazer cogente.

Além de apresentar as soluções institucionais à crise da segurança no Brasil, aí incluída a adoção da Escola em Tempo Integral, a obra consagra temário diversificado. Na cronologia dos meus pronunciamentos e artigos, o leitor vai observar que no início da atual administração do Brasil já se identificavam os pendões autoritários que acabaram por desaguar na tentativa explícita de tutelar a imprensa, as artes e a propaganda. Fiz questão de apontar um governo em estado permanente de celebração, amante dos favoritismos graúdos e mais retórico do que pragmático quando se trata de preservar os princípios morais da boa governabilidade.

No mapa da crise brasileira, o compêndio cuida do meio ambiente, da educação, do trâmite das reformas estruturais como a do Poder Judiciário, da Previdência e Tributária e, naturalmente, em várias ocasiões discorre sobre a Reforma da Tranquilidade Pública. Atento ao dever parlamentar, elaborei um testemunho da imensa superficialidade com que são tratados pela Presidência da República os graves problemas nacionais, bem como relaciono os inconvenientes das crises criadas por um governo parlapapão. Ao leitor, meus sinceros agradecimentos e que estes ensaios contribuam à melhor compreensão do Brasil.



## Prefácio

### Um defensor da Justiça

José Sarney

Os promotores de Justiça lidam com o dia-a-dia da defesa dos direitos, com a execução da Justiça, tão caros à sociedade e aos indivíduos. Formado nesta escola, com uma carreira de sucesso desde as comarcas do interior de Goiás até os tribunais, Demóstenes Torres passou com naturalidade para a política, para a defesa das idéias e da formulação da Justiça.

Presente em todos os debates do Senado Federal, o Senador Demóstenes tem se destacado nas causas da segurança pública – foi Secretário de Segurança Pública e de Justiça do Estado de Goiás – e no exame da Reforma do Judiciário.

Este livro reúne 38 discursos pronunciados no Senado Federal nos últimos dois anos, e artigos publicados em vários jornais, além de um diário de uma viagem à Antártica.

Apaixonado pela literatura e pela música desde a adolescência, Demóstenes Torres tem acompanhado também os temas culturais e incorporou a seu texto um estilo limpo, uma linguagem clara e um talento que valoriza o Senado Federal.

Demóstenes Torres é um dos melhores senadores desta legislatura. Estudioso, culto, trabalhador e dedicado ao estudo dos problemas brasileiros.

Este livro é representativo do seu trabalho e do seu talento.



## Pronunciamentos



**Sustenta que o Brasil não pode mais permanecer na sala de espera das grandes nações e identifica no país ambiente favorável às reformas estruturais**

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

**“Não há nada menos conhecido do que aquilo que todo mundo deve saber — a lei!”**

**BALZAC**

A 52ª Legislatura vai ingressar nos anais do Congresso Nacional pela porta da frente da história. Temos os meios para transformar o Brasil em uma nação vencedora e a oportunidade de fazê-lo em nome da maior consagração popular que um presidente já obteve neste país. Os óbices têm extensão amazônica, mas o Senado não pode ser convertido nem em um confessionário, para que o perdão seja obtido, nem em uma lavanderia pública, onde acusações recíprocas tentem impedir o início do grande debate nacional que pode nos retirar da condição humilhante de eterno país do futuro e inscrever-nos, finalmente, não mais entre as promessas não cumpridas, mas, sim, no auspicioso terreno do desenvolvimento, da distribuição melhorada das nossas riquezas e no reino da paz social. As dificuldades são contemporâneas e cabe a nós trazer a lanterna para a proa e mirar horizontes próximos.

A exemplo do grande presidente Juscelino Kubitschek, que também foi senador por meu Estado, venho para cá munido de intenções altaneiras, centrado na defesa de Goiás e convicto de que propugnarei pela grandeza de um Brasil livre de preconceitos, legalista, probo e justo. Envaideço-me por hoje conviver com muitos que até então me inspiravam, me influenciavam e que me ajudarão a fazer desta nação um referencial positivo mundo afora. Trago, no meu coração, muito orgulho de pertencer à mais alta Corte do Parlamento brasileiro e de representar o Estado de Goiás.

O Senado dos grandes vultos, mediador das mais salientes questões e repositório da fé nacional, pode perfeitamente ser revivido. A história testemunha que, nos momentos em que o país parecia caminhar para o imponderável, coube a esta Casa a missão exemplar de corrigir rumos e garantir a necessária serenidade à nação. O Brasil sobreviveu às suas sistemáticas crises porque se ancorou no Senado como um de seus guardiões.

Na abertura desta legislatura, o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, demonstrou percepção do risco que corre o país de quebra da estabilidade econômica, cuja conquista demandou enormes sacrifícios. É claro que a missão





*“A sensação de insegurança está corroendo as forças da Nação e a honradez do Estado”*

do presidente Lula é bastante onerosa, mas sua ciência não é hodierna, uma vez que a dura estrada já era certa e sabida por ocasião da batalha eleitoral. Assim, a exumação do Brasil pretérito é mera retórica de quem apenas tenta eximir-se da construção que se avizinha.

As urnas foram absolutamente contundentes com a classe política brasileira: revelaram um anseio generalizado de esperança, cumulado com um pragmatismo que não tolera mais a ilusão de um Brasil que está sempre por chegar, por acontecer, por realizar.

Já não se admite mais o Brasil inerte na sala de espera das grandes nações, amargando os reveses do Terceiro Mundo e consumindo as reservas de paciência, quase que esgotadas a cada registro contábil, onde se constata a malversação e o engodo. Generoso como é, o povo brasileiro “dominou seu asco” e, mais uma vez, munuiu-se de confiança ao indicar a democracia como a única alternativa capaz de honrar a nossa vocação de grandeza. Não podemos decepcioná-lo. Lá fora, 170 milhões de brasileiros aguardam com ansiedade uma resposta do Congresso Nacional. Não podemos passar para a história como os homens que apagaram o fogo roubado por Prometeu.

Desde 1993, por ocasião da Revisão Constitucional, o Brasil vem tentando promover a construção de um estatuto jurídico digno dos seus desejos e necessidades. Avanços foram experimentados desde então, mas é preciso reconhecer que poderia-

mos ter andado com mais celeridade. Perdemos tempo precioso, postergamos soluções anunciadas e renunciamos a oportunidades especiais. Em boa parte, as reformas não saíram dos escaninhos da retórica porque foram obstruídas pelo amargor radical dos que se recusaram a discutir a modernização do Brasil, embora seja forçoso reconhecer que, doravante, a privatização e a regulamentação dos serviços essenciais devam se realizar com mais juízo e menos açodamento.

Vejo com muito otimismo o partido do Presidente da República clamar pelas causas às quais ele virou as costas quando o Partido da Frente Liberal as defendia. Trata-se de alteração sadia de comportamento, aparente ato de maturidade política e demonstração nobre de humildade. Que bom que assim seja! Como salienta a sabedoria do pensamento chinês: “Não interessa a cor do gato; o importante é que ele pegue o rato”.

Nunca houve ambiente institucional mais favorável à realização das reformas. Existem disposição clara do Poder Executivo, consciência política do Congresso Nacional e vontade popular para executá-las. Mas há um imperativo a se considerar. Por mais elevados que sejam os propósitos do Governo Federal ao instalar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, é preciso que fique estreme de dúvidas que o foro legítimo e adequado para se discutirem alterações legislativas é o Parlamento. Serão extremamente temerárias quaisquer tentativas de subtrair as prerrogativas conferidas a deputados federais e senadores.

Há um temor justificável de que, sob o manto da nomenclatura de um pacto social, o Congresso desloque-se do centro de poder da República para as margens da negociação política, tornando-se mera instância homologatória das intenções palacianas. Esta Casa, mesmo nos momentos de exceção, não praticou o exercício da curvatura da coluna dorsal. E, certamente, sob a estabilidade democrática, não é oportuno fazê-lo. O Conselho pode sugerir políticas, mas pertence ao Parlamento a responsabilidade indeclinável de legislar. O propalado “Conselhão” tem sua legitimidade derivada do poder temporário do chefe do Executivo, enquanto a legitimidade perene do Congresso Nacional emana da soberania popular e se assenta na normalidade das instituições democráticas.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL-TO)** — Nobre senador Demóstenes Torres, permite-me, V. Ex.<sup>a</sup>, um aparte?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Ouço V. Ex.<sup>a</sup> com muito prazer.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL-TO)** — V. Ex.<sup>a</sup> tem razão ao afirmar, de forma enfática, que o Congresso Nacional — tanto esta Casa quanto a Câmara dos Deputados — é o ambiente adequado, o foro legítimo, para a discussão de todos os problemas do país. Aqui, nobre senador, V. Ex.<sup>a</sup>, que inaugura nesta Casa a sua atividade

parlamentar, haverá de encontrar solo fértil para a sua participação bastante ativa — esperamos — na discussão e na busca de solução dos graves problemas que afligem, ainda, a população brasileira. O Brasil é um país diverso, um país que se propõe plural, mas que enfrenta um distanciamento muito grande entre ações e desejos de sua diversificada população, as chamadas distâncias regionais. V. Ex.<sup>a</sup> representa o Estado onde nasci, o Estado de Goiás, que é, hoje, uma economia pujante, um Estado em franco desenvolvimento. Não vai longe o tempo em que Goiás era um dos muitos Estados brasileiros relegados ao ostracismo, ao esquecimento, com sua população à mercê do abandono. Porque, dos 500 anos que este jovem país comemora, 400 foram praticamente vividos na região litorânea. Foi preciso que um estadista — que, seguramente, jamais será esquecido pelo povo brasileiro — desse uma grande sacudida no país, interiorizando o seu centro decisório e fazendo com que os Estados do centro-norte do país, como Goiás, passassem a existir. Foi uma verdadeira revolução social e econômica experimentada por essa região desde que aqui se instalou o Distrito Federal, propiciando, inclusive, o nascimento do Estado de Tocantins, que também buscou corrigir essa distorção enorme. Em pleno século XXI, vemos populações vivendo em condições sociais extremamente diversas e divergentes. Estou seguro, senador Demóstenes Torres, de que haveremos de contribuir — V. Ex.<sup>a</sup>, nossos nobres pares e eu — na discussão dos diversos problemas que serão apresentados aqui, a fim de encontrarmos a solução tão aspirada, tão desejada pela população brasileira, notadamente a parcela dessa população apenas pelas distorções sociais e econômicas deste país.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Fico grato por suas palavras, nobilíssimo senador. Agradeço pela intervenção de V. Ex.<sup>a</sup>.

Falava, então, sobre a normalidade das instituições democráticas. Democracia, aliás, que não pode ser apenas um quadro na parede. Assim como o governo passado quis amordçar as investigações do Ministério Público e o julgamento do Poder Judiciário por intermédio de uma lei cartilaginosa e dirigida à intimidação, quer, agora, o novo *establishment*, vergastar todo o funcionalismo público federal, que fica privado, a partir de uma campanha “cala-boca”, de se manifestar até sobre atos mezinhos da administração pública.

O Senhor Presidente da República precisa lançar mão do extraordinário capital político que detém no momento para não ceder às pressões atemorizantes dos interesses menores. Não pode o Chefe da Nação administrar sob a regência da transitoriedade, do imprevisto, das soluções meramente paliativas. De uma vez por todas, precisamos deixar de ser o país das lamentações. As reformas devem ser feitas com o ânimo da perenidade para que o Brasil obtenha crescimento sustentável e tranqüilidade pública capazes de descortinar ao país um futuro de justiça social.

A reforma tributária está na transversal do próprio desenvolvimento econômico sustentável do país. A matéria já foi largamente discutida no Congresso Nacional, há paradigmas convincentes para um sistema tributário adequado, mas, infelizmente, a reforma tributária não saiu do papel, “porque foi tratada pelo Poder Executivo como um filho enjeitado”, conforme atestou, com propriedade, o deputado Delfim Netto. A sanha arrecadadora da União, dos Estados e dos municípios impediu a alteração de um sistema que faz bem à saúde financeira de administrações que gastam na contramão da responsabilidade fiscal, mas faz muito mal aos setores produtivos e ao contribuinte. O sistema atual é complexo, iníquo, de alto custo de exação, inibe o crescimento econômico, enfraquece a Federação, divide mal o montante arrecadado, além de ser perverso, ao distribuir, de forma desigual, a elevada carga tributária.

O Partido da Frente Liberal defende uma reforma tributária ampla e profunda, que traga segurança jurídica, elimine a cumulatividade de impostos, desonere a produção, alargue a base arrecadadora e dificulte a evasão fiscal. Esse é um capítulo das reformas em que todos os entes estatais envolvidos terão de aprender a fazer conta de subtração, porque as perdas, no primeiro momento, serão inevitáveis. Mas é preciso olhar adiante e reconhecer que, com o novo sistema tributário, os ganhos futuros serão reais, pois advirão do crescimento econômico. E que não venha o Poder Executivo, mais uma vez, intentar arremedo de reforma para a satisfação de interesses imediatos de caixa.

Se há um tema de corrente unanimidade neste país é o reconhecimento de que o atual sistema previdenciário está à bancarrota. Os números oscilam de acordo com o argumento: ora o déficit anual da Previdência seria de aproximadamente 70 bilhões de reais; ora não existiria déficit, mas, sim, negligência do poder público em recolher aos cofres a sua parte, ao mesmo tempo em que estaria desviando considerável receita para outros setores da administração.

A ameaça contra o setor público é tão contundente que, a serem verdadeiros os cálculos apresentados tanto pelo governo Fernando Henrique quanto pelo governo Lula, já haveria um passivo atuarial da Previdência em torno de 600 bilhões de reais, sendo que 252 bilhões estariam na conta devedora dos Estados. Segundo esses mesmos cálculos, em meu Estado, Goiás, o passivo superaria os 11 bilhões de reais, e há estimativa de que, a se manterem as atuais regras, no ano de 2030, 53% da sua receita líquida estaria comprometida com o pagamento de proventos aos inativos, o que inviabilizaria a gestão do Estado a partir de agora.

Ao chegarmos à verdade, o futuro regime da Previdência deverá ser único e igualitário, varrer todas as excrescências e respeitar a supremacia constitucional. O setor previdenciário pode deflagrar o procedimento das reformas, e seria conveniente ao país que o processo legislativo da matéria se encerrasse neste ano e que não inspirasse a reforma da reforma daqui a quatro anos.

A reforma do Poder Judiciário, que já está na pauta do Senado, é outro tema que merece especial atenção do Congresso Nacional. Alterações substanciais na prestação jurisdicional são inadiáveis, sem se pretender agradar a quem quer que seja. O que interessa é a instituição de uma Justiça de acesso universal, célere e de alta resolutividade. Questões como a idade para a aposentadoria de magistrados são de somenos importância e não passam do exercício expresso de uma intolerável sabujice. O objetivo da reforma é atender ao interesse do cidadão e não praticar o temor reverencial às ambições corporativas.

As decisões dos juízes de primeiro grau têm de ser mais valorizadas, com a redução dos recursos intermináveis, que, na maior parte das vezes, não passam de expedientes protelatórios. Os julgados reiterados dos Tribunais Superiores — com destaque para o Supremo Tribunal Federal — devem não só servir de referência, como vincular as instâncias inferiores. Também é necessário restringir, ao máximo, o acesso ao pretório excelso, para impedir que este se transforme no convalidador de questões mínimas, como o julgamento da propriedade de animais domésticos. O Supremo é o estuário onde deságuam as questões de maior gravidade da Nação e não pode prestar-se a decidir lides envolvendo lulus.

Por outro lado, apesar de não ter sido mencionada com a seriedade que a situação exige, faz-se tão urgente e necessária, como as demais alterações legislativas, uma Reforma da Tranqüilidade Pública. O Brasil não pode continuar refém da delinqüência. A sensação de insegurança e impunidade está corroendo as forças da Nação e a honra do Estado. Hoje, infelizmente, os rigores perversos da violência matam mais do que a Aids e a fome.

Há, no Brasil, uma situação generalizada de tolerância com a ilegalidade. A punição é frágil, e a lei é leniente tanto com os crimes de menor potencial ofensivo quanto com os hediondos. Observem, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores: neste país, há gutural impressão de que o crime compensa e acentuado desânimo social quanto à eficiência do Estado. Cito exemplo comezinho: um homicida que praticou o crime com requintes de crueldade e que tenha sido apenado com 18 anos de reclusão cumprirá, adotando-se a interpretação liberalizante do chamado direito penal mínimo, apenas três anos em regime fechado. Caso, durante o cumprimento da pena, venha a confeccionar artesanato com palito de picolé, terá a pena diminuída em mais um terço. Ou seja, foi sentenciado a 18 anos, mas, após pouco mais de 24 meses, o condenado estará nas ruas pronto para delinqüir novamente. De acordo com os indicadores do Sistema Penitenciário Nacional, em média, um assaltante de bancos aqui permanece preso por apenas sete meses, enquanto nos Estados Unidos o padrão é de 15 anos.

**O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB)** — Permite-me, V. Ex.<sup>a</sup>, um aparte?

**O Sr. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Com muito prazer, ouço V. Ex.<sup>a</sup>.

**O Sr. NEY SUASSUNA (PMDB-PB)** — Quero louvar o discurso de V. Ex.<sup>a</sup>, porque, na hora em que a sociedade brasileira vê uma onda gigantesca de violência, ficamos a indagar o porquê. No discurso de V. Ex.<sup>a</sup>, está uma parte da explicação, e, com certeza, V. Ex.<sup>a</sup> ainda abordará outros itens. Realmente, no Brasil, está valendo o seguinte dizer de um advogado, que, no Rio de Janeiro, sofreu muitas críticas: “Se você tiver algum inimigo, mate, porque eu o tiro da cadeia com mais facilidade do que consigo mover um processo contra ele”. Essa parece estar sendo uma máxima. A lei, além de lenta — e não por culpa dos juízes, mas porque o direito está extremamente processual —, está sendo muito flexibilizada. O tempo que se passa na penitenciária é pouco, mas suficiente para se fazer um curso de pós-graduação e se obter uma promoção na bandidagem. Às vezes, entra-se lá por um crime menor ou emocional, e se sai formado em seqüestro, em assalto a banco. As penitenciárias brasileiras se transformaram em universidades do crime. Louvo o discurso de V. Ex.<sup>a</sup> e me agrego a ele, porque concordo que precisamos repensar na nossa Justiça, no nosso sistema penitenciário e, por que não dizer, em todo o sistema que coíbe essa onda de violência.

**O Sr. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Agradeço a intervenção de V. Ex.<sup>a</sup>, senador Ney Suassuna.

O criminoso não teme a lei, o Estado ou até mesmo a privação da liberdade. Definitivamente, não está em questão aumentar o *quantum* da pena, mas garantir a certeza da punição. A progressão do regime penal é uma das instituições jurídicas mais indecentes deste país. Sr. Presidente, é verdade que a cadeia não recupera o bandido, mas indago: as ruas o recuperam? Ninguém sai melhor do que entrou na prisão, porque lá reinam a anarquia, a subversão da ordem e o ócio, conforme atestou o senador Ney Suassuna. É imprescindível a adoção do trabalho obrigatório e adequado à sua recuperação, levando o delinqüente a se sustentar, a manter sua família e indenizar a vítima e seus herdeiros, conforme o caso. O sistema prisional brasileiro está dominado por comandos de traficantes dotados de incomensurável capacidade financeira e acostumados a corromper e chantagear as autoridades. O comércio ilegal de entorpecentes movimenta, no planeta, cerca de 500 bilhões de dólares por ano, montante 25 vezes maior do que o faturamento da Coca-Cola, que se pode comprar em qualquer botequim. No Brasil, 40% dos jovens entre 14 e 25 anos já experimentaram algum tipo de entorpecente, e, em 60% dos crimes, há o envolvimento direto ou indireto da droga.

A melhor providência em matéria de segurança pública ainda é a prevenção. Estou certo de que a educação é o caminho seguro para elevar o Índice de Desenvolvimento Humano do país e evitar o caminho fácil da criminalidade e das drogas. No

Senado, vou lutar para a instituição obrigatória da escola em tempo integral, em toda a rede pública de ensino. Podemos tirar o jovem das mãos do traficante e entregá-lo aos cuidados do professor.

Não bastasse a fragilidade do sistema de penalização, chegamos ao absurdo de um ex-ministro da Justiça advogar a tese de que os nominados crimes do colarinho-branco fossem punidos tão-somente com penas pecuniárias, excluindo-se a privação da liberdade. Ora, dado o caráter geral da lei, a mesma deve ser aplicada a todos, independentemente da condição social do infrator, sem qualquer tipo de privilégio. Seria a consagração do dito popular de que “a cadeia é feita para pobre”.

No Brasil, são epidérmicas as políticas de segurança pública, e, normalmente, o setor sofre espasmos de controle da criminalidade, provocados por crimes de comoção nacional. O país clama por um sistema nacional de segurança pública com o comparecimento decisivo da União. A criação do Fundo Nacional de Segurança Pública foi um avanço. A iniciativa é fruto do empenho de todos os secretários estaduais do setor, que, reunidos em meu Estado em março de 2000, elaboraram a Carta de Goiânia, reivindicando a participação do governo federal no custeio do sistema. Os recursos disponibilizados pelo Fundo ainda são bastante tímidos em face das exigências reais. Fazer segurança pública implica alto custo operacional, exige investimentos permanentes e os Estados não suportam, sozinhos, um aporte de tal monta. Mas podem ter certeza de que o retorno é imediato.

A Reforma da Tranqüilidade Pública é tão urgente e fundamental como as demais e refere-se a um serviço público indelegável, que é a proteção da sociedade, mas que, há décadas, vem sendo sonogado dos brasileiros. O sistema de segurança pública deste país está deteriorado e corrompido. Além da baixa taxa de eficiência das polícias, infelizmente é necessário registrar que o abuso de autoridade, a tortura e as falcatruas de todo gênero são praticadas no interior das corporações civis e militares e nas ruas. Como bem observa o jornalista Elio Gaspari, esta é uma herança pífida dos governos de chumbo, uma vez que “a tortura envenenou a conduta dos encarregados da segurança pública, desvirtuou a atividade dos militares da época, e impôs constrangimentos, limites e fantasias aos próprios governos ditatoriais”.

Por outro lado, a esmagadora parcela das instituições policiais está empenhada em atender o cidadão com urbanidade e de forma honesta. Na Secretaria de Segurança Pública de Goiás, conheci homens e mulheres valorosos, capacitados, cientes do dever público, mas praticamente destituídos do instrumental necessário para cumprir a missão de combater o delito. Realizei enorme esforço para devolver a dignidade àqueles profissionais. Esse foi um dos maiores investimentos realizados em minha gestão como secretário, pois a resposta em qualidade do serviço foi instantânea.

**(O SR. PRESIDENTE PAULO PAIM FAZ SOAR A CAMPAINHA.)**

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> um pouco de tolerância, para que eu possa concluir o discurso.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, o modelo policial brasileiro assenta-se em bases equivocadas e precisa ser reformado em profundidade. Este país só vai ter política de segurança pública depois que unificarmos as polícias. É uma tolice inominada imaginar que o sistema possa funcionar à altura do interesse social com duas corporações trabalhando de forma divorciada, com dualidade de comando, remuneração diferenciada, ideologia divergente e convívio conflitante. A unificação das polícias é imprescindível, e o Senado tem de assumir o compromisso corajoso de compor o conflito de interesse entre civis e militares para a instituição de uma polícia única.

Observem, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, que o cidadão brasileiro carece de um serviço de segurança no mínimo decente, com uma polícia ágil, preparada para o emprego legal da força, equipada para enfrentar a criminalidade, treinada e remunerada à altura da atividade de alto risco que exerce. No Brasil, o método de trabalho do policial é ainda calcado na confissão do criminoso, quando deveríamos possuir um sistema nacional de informações capaz de gerenciar o que se chama de inteligência da investigação. O crime opera em escala internacional, empregando as melhores tecnologias disponíveis, mas no Brasil as polícias amargam a obsolescência.

O Senado pode promover intervenções fundamentais para a melhoria da segurança do povo brasileiro. São providências testadas com êxito em países de alto índice de qualidade de vida e que deveriam ser adotadas no Brasil. A valorização da fiança, a adoção da prisão temporária automática e o estabelecimento do contraditório, já no inquérito policial, além da utilização de munições não-letais são algumas providências que deveriam ser apreciadas pelo Parlamento.

Conforme constatou o antropólogo Luiz Eduardo Soares, hoje secretário nacional de Segurança Pública, em seu livro *Meu Casaco de General*, as esquerdas brasileiras têm-se omitido na discussão da segurança pública sob o argumento de que por mais “que se faça na área específica da segurança, será sempre um engodo, por mais meritórias que sejam as intenções”, uma vez que, “enquanto os grandes problemas sociais e econômicos não forem resolvidos, tudo o que se fizer, em matéria de segurança pública, será o mesmo que enxugar gelo”. O ilustrado professor continua, indagando: “Se as esquerdas pensam assim, o que farão, o que têm feito quando chegam ao poder? A postura tradicional das esquerdas sendo negativa, diz-nos o que não fazer; é omissa sobre o que fazer. Adotar uma posição negativa, denunciando os erros, ainda que seja insuficiente, funciona quando se está na oposição. Mas é trágico quando se está no poder”.

Observo, com muita intranquilidade, o pensamento corrente que vincula absoluta correspondência entre a pobreza e a criminalidade. A ideologia não só comporta inefável equívoco como tem servido para postergar a solução dos graves problemas



de segurança pública. É claro que a degradação social é um dos indutores da violência, mas reduzir as suas complexas faces a uma única relação de causalidade é deplorável minimalismo. O país não pode esperar que o crescimento econômico, o pleno emprego, a distribuição de renda e a igualdade social sejam o sol esplendoroso que vai nascer amanhã para garantir a tranqüilidade pública.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, neste continente, o submundo prospera porque existe um Estado infrator. De acordo com levantamento do Banco Mundial, aproximadamente 40% do Produto Interno Bruto da América Latina é desviado em corrupção e no mau gerenciamento dos recursos públicos. Valho-me da sabedoria do Padre Antônio Vieira: “Não hei de pedir pedindo, senão protestando e argumentando, pois essa é a licença e liberdade que tem quem não pede favor, mas justiça”.

Muito obrigado.

*Pronunciamento realizado em 26 de fevereiro de 2003*

**A partir de profundo diagnóstico da violência doméstica, sustenta a urgência de se punir com mais rigor os crimes praticados contra a mulher**

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

**E**stou apresentando projeto de lei que dá nova redação aos arts. 121 e 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal. No art. 121 é acrescentado o inciso VI ao §2º para possibilitar a qualificadora quando o homicídio for praticado contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade. Nesse caso, a pena, que hoje é de seis a vinte anos, passará a ser de doze a trinta anos.

No caso do art. 129, proponho que se acrescente o § 9º, que tem basicamente a mesma redação do inciso VI do §2º do art. 121, ou seja, quando a lesão é praticada contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge, alterando a atual pena de três meses a um ano para um a cinco anos de reclusão. Isso, se o fato não constituir crime mais grave.

Sr. Presidente, como é cediço, a violência doméstica tem-se apresentado como um dos principais problemas vividos pela população mundial. Em todos os quadrantes, são progressivas as agressões contra mulheres, filhos e outras pessoas que, de qualquer forma, têm vínculos com os sujeitos ativos do delito em virtude das relações domésticas, de hospitalidade ou de coabitação. Esse grave problema tem implicações não só sociais, mas também econômicas, trabalhistas e, principalmente, de saúde pública.

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas, um em cada cinco dias de falta ao trabalho é decorrente da violência sofrida pelas mulheres em suas residências. A mesma fonte informa que a vítima da violência de gênero perde um ano de vida saudável a cada cinco anos de sistemática agressão.

Em 1993, o Banco Mundial diagnosticou que as práticas de estupro e de violência domésticas são as principais causas de morte e de incapacitação para o trabalho de mulheres em idade produtiva. O Banco Interamericano de Desenvolvimento, em estudo semelhante realizado em 1997, concluiu que a mulher agredida física, psicológica ou sexualmente por seu companheiro, recebe, em geral, salário inferior ao de uma trabalhadora que não sofre igual violência. Na América Latina, a violência doméstica atinge quase 50% das mulheres e tem um custo econômico em torno de 200 bilhões de dólares anuais, algo como 16% do Produto Interno Bruto.

No Brasil, segundo dados disponíveis nas instituições envolvidas com a questão, o problema se repete e, não raras vezes, em maior intensidade. De acordo com o Relatório Nacional destinado à Convenção sobre Eliminação de Toda Discriminação contra a Mulher (Cedaw, sigla em inglês), elaborado pelo governo brasileiro e remetido à ONU, 25% das mulheres brasileiras são vítimas da violência de gênero; entretanto, em apenas 2% dos casos ocorre punição do agressor.

Conforme dados da Fundação Perseu Abramo, de São Paulo, a cada 15 segundos uma mulher é espancada no país. A instituição realizou pesquisa onde é apontada a responsabilidade do marido ou companheiro em 70% dos casos de quebra-de-cabeça, 56% dos casos de espancamentos e 53% dos casos de ameaças. Nessa pesquisa foram consultadas 2.300 mulheres e 43% confirmaram ter sido vítima da violência de gênero.

A ONU estima que o Brasil perde, em razão da violência doméstica, cerca de 10% do Produto Interno Bruto para financiar o atendimento à saúde física e mental das vítimas, bem como para arcar com os custos do absenteísmo no trabalho, da diminuição da produtividade, dos encargos previdenciários, do sistema policial e judiciário.

A situação no Brasil é também agravada pela leniência do sistema penal, que se mostra inadequado e incapaz de prevenir e punir o delito. No país, a clemência das penas e os obstáculos de acesso ao aparelho repressor estatal são um convite à delinqüência. Consoante a sistemática esboçada pelo Código Penal Brasileiro e pela Lei nº 9.099/95, não raro o agressor, após ter comparecido a uma instituição policial, retorna ao lar antes mesmo da vítima.

É corrente, sob a forma de penas alternativas, punir-se quem pratica lesões corporais contra os seus familiares apenas com a doação de uma cesta básica ou com a inócua prestação de serviço à comunidade. Não raro, o cônjuge agressor, ao comparecer a uma delegacia de polícia e comprometer-se a se apresentar em juízo, volta de automóvel para sua residência, enquanto a vítima, após submeter-se à burocracia policial de praxe, faz o mesmo caminho, só que de ônibus, para, algumas horas depois, ser novamente agredida.

Ante o quadro exposto, ao Congresso Nacional cabe indignar-se e alterar a matéria legislativa pertinente à questão com a finalidade de reduzir ao mínimo possível a violência doméstica, devolvendo aos lares brasileiros a necessária e merecida tranqüilidade social. E é esta tranqüilidade social, Sr. Presidente, a meta primeira buscada pela presente proposta de alteração legislativa.

É corrente o entendimento doutrinário no direito brasileiro de que o *quantum* da pena prevista para os crimes de maior ocorrência relacionados à violência doméstica, a saber, o homicídio e as lesões corporais, é insuficiente para prevenir e reprimir a nauseante prática delituosa. Tendo em vista a mais alta relevância social da maté-



Cristina Cabral / Jornal O Popular

*De acordo com a ONU, 25% das mulheres brasileiras são vítimas da violência de gênero*

ria, venho propor o acréscimo de um inciso ao §2º do art. 121, e de um parágrafo ao art. 129, ambos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que instituiu o Código Penal. A alteração do art. 121 torna qualificada a figura do homicídio praticado contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas de coabitação ou de hospitalidade.

A proposta justifica-se no fato de que, nas demais qualificadoras do crime de homicídio, não é contemplada a conduta do agente que pratica a ação delituosa dotado da condição privilegiada da coabitação — o que implica em vasto conhecimento dos hábitos da vítima, tais como seus medos, suas fraquezas e inseguranças, bem como a condição de prevalência hierárquica na estrutura familiar.

Tais razões, indubitavelmente, estimulam, sobremaneira, a prática do crime, conferindo-lhe circunstâncias favoráveis, consolidando a impunidade, o que justifica, por si só, a inclusão, no tipo penal, da qualificadora proposta. Em consequência, a

pena de reclusão, que atualmente é cominada em seis a 20 anos, passaria a ser de 12 a 30 anos.

Já o acréscimo de um parágrafo ao art. 129 tem o condão de exasperar a pena de detenção — pelas mesmas razões já esposadas — dos atuais três meses a um ano, para a de reclusão variável de um ano a cinco anos, quando o fato não constituir crime mais grave como, por exemplo, nas hipóteses previstas nos §§ 1º, 2º e 3º do mesmo artigo.

Saliente-se que já existe o PL nº 6.760, de 2002, de autoria da então deputada federal Nair Lobo, cujo objetivo é também aumentar a pena para o crime de lesão corporal praticado contra cônjuge ou companheiro. Ali se pretende aumentar a pena atual em um terço.

Ora, Sr. Presidente, com a devida vênia, aumentar de três para quatro meses a pena mínima de detenção para quem pratica crime de gênero é medida que não trará qualquer alteração concreta capaz de inibir o criminoso. A pena continuará a ser ínfima e sem qualquer caráter punitivo ou de prevenção geral. E, ao contrário do que se pretende, poderá o citado projeto de lei até privilegiar a situação do criminoso de gênero. É que o art. 61, inciso II, letra “e”, já determina que a pena será “sempre” agravada quando o crime for cometido contra o cônjuge. E ao dosar a pena, no caso concreto, o juiz poderá majorá-la, em tese, em patamar até superior ao terço constante do dito projeto, o que não poderá ocorrer na circunstância de ser a vítima cônjuge do agressor constitutiva do tipo penal.

O projeto ora apresentado é também mais abrangente no que se refere às potenciais vítimas. O PL nº 6.760, de 2002, contempla apenas o crime cometido contra o cônjuge ou companheiro, enquanto o atual busca proteger, além destes, os ascendentes, descendentes e, enfim, qualquer pessoa que, pelas mais variadas razões, tenha relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade com o agressor. Avança também a atual proposta quando prevê, como explicado alhures, a inclusão da qualificadora no homicídio praticado em desrespeito às relações domésticas de coabitação ou de hospitalidade, pela situação privilegiada deste em relação àquelas.

São os motivos acima elencados, Sr. Presidente, que entendo de maior relevância, justificadores da aprovação, pelo Congresso Nacional, da proposta ora apresentada — um reparo à memória das vítimas e uma homenagem a pessoas que lutaram por elas, como a jornalista Consuelo Nasser.

Líder de minorias no Rio de Janeiro e em Goiás, Consuelo Nasser foi a fundadora do Centro de Valorização da Mulher, o Cevam, que cuida de vítimas de violência doméstica em meu Estado. Consuelo criou, no Cevam, a Casa-Abrigo, um refúgio das mulheres que não podem voltar para a própria residência por terem a certeza de que serão espancadas novamente. A casa abriga também os filhos dessas mulheres, igualmente vítimas.

O projeto foi aplaudido em todo o Brasil, notadamente por militantes da causa, integrantes do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Polícia, principalmente pelas policiais das Delegacias da Mulher. Mas as maiores beneficiadas foram as mulheres, as crianças e as próprias relações familiares. A idéia de Consuelo Nasser frutificou e, hoje, há casas-abrigos em diversos lugares do Brasil.

No ano passado, Consuelo Nasser morreu, após 64 anos de vida e de luta. Sua derradeira batalha está resumida no presente projeto de lei, pois ela sofria junto com as mulheres que choravam em seu ombro as dores da violência e da impunidade, estas estimuladas pela Lei nº 9.099/95.

Por esse conjunto de virtudes, Consuelo Nasser merece dar nome a essas mudanças que retiram da legislação o incentivo às agressões. Uma lei com o nome de Consuelo Nasser é um tributo a todas as mulheres que sofreram e às que lutaram para eliminar esse sofrimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Pronunciamento realizado em 11 de março de 2003*

## Comentando a realização do Fórum Mundial da Água, analisa a política de recursos hídricos e alerta o país para os graves danos ambientais do Araguaia

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

***"O Araguaia é de uma majestade tão imponente que assombra e abate o espírito"***  
COUTO DE MAGALHÃES

O III Fórum Mundial da Água, que se encerrou no último domingo em Kyoto, no Japão, revelou números estarrecedores sobre a crise dos recursos hídricos. De acordo com relatório apresentado à cúpula mundial pela Organização das Nações Unidas, 1 bilhão e 100 milhões de pessoas sofrem com a escassez de água; 3 bilhões utilizam o produto contaminado e 2 bilhões e 400 milhões não têm acesso ao serviço de saneamento. Em 2000, mais de 2 milhões e 200 mil crianças morreram em virtude de patologias de veiculação hídrica. No Brasil, estima-se que 70% das internações hospitalares são provocadas por contaminação da água, a um custo anual de 2 bilhões de dólares.

O relatório da ONU concluiu que o planeta consome a metade dos recursos hídricos disponíveis e que, em 2005, a relação chegará a dois terços. Além da crise de escassez, há ainda um problema mais grave: a pouca água disponível é muito mal gerida, além de sofrer implacável degradação. Embora seja um recurso natural renovável, a água é finita, distribuída de maneira pouco uniforme e jogada fora no ralo do desperdício. Por dia, são despejados 1 mil e 500 quilômetros cúbicos de esgoto doméstico nos mananciais. De acordo com o jornalista Washington Novaes, um dos maiores especialistas brasileiros em ambiente, são carregados para os cursos de água do planeta cerca de 2 milhões de toneladas de lixo por dia.

Tratar a crise da água como um problema do futuro é um equívoco imperdoável. As crises de abastecimento na região da Mata Atlântica, onde vivem 110 milhões de brasileiros, são testemunhas de que a crise é contemporânea. Embora o Brasil detenha aproximadamente 15% da água doce da Terra e o maior aquífero subterrâneo do planeta, os contrastes de distribuição dos recursos hídricos são alarmantes. A Região Norte representa 7% da população brasileira e detém 68% da água disponível. Já a Região Sudeste abriga 43% dos brasileiros, mas somente possui 6% das reservas. Ainda assim, segundo a Agência Nacional de Águas, os recursos são desgastados por problemas como o desmatamento, a contaminação por rejeitos domésticos, industriais, agrotóxicos e a má gestão. Ou seja, há uma crise mundial de



*No cenário do grande rio moram paisagens fantásticas, mas cansadas de degradação*

água e o Brasil, maior detentor do recurso natural, o destrói em vez de reconhecer o seu potencial estratégico.

Desde 1997, o Brasil possui uma das melhores legislações do mundo em matéria de gerenciamento de recursos hídricos, mas falta esforço governamental para trazer a lei à realidade. Os comitês de bacia, que são o marco zero para o estabelecimento das políticas locais de gestão da água, avançaram com muita timidez desde então. Enquanto isso, agravam-se os conflitos pela posse do recurso natural, e há, neste país, uma guerra ainda não declarada pelo uso da água. Só em Goiás existem mais de 6 mil conflitos em estado de latência, mas, infelizmente, foi instalado um único comitê de bacia, no Rio Meia-Ponte.

Hoje, eu gostaria de convidar V. Excelências para uma viagem ao Araguaia. Trata-se de um dos maiores mananciais do Brasil e que Goiás incorporou à sua tradição cultural. No percurso, as senhoras e os senhores senadores vão observar um Araguaia de natureza abençoada e degradações sistemáticas. Vamos percorrer mais de 750 quilômetros de rio em território goiano, entre as nascentes, na Serra dos Caiapós, e a Ponta Sul da Ilha do Bananal, onde o rio se despede de Goiás e ruma ao norte, levando águas que vão alimentar a Bacia Amazônica.

O Araguaia é majestoso e não se pode falar em horizontes próximos na paisagem desse rio. Dono de 2.115 quilômetros de extensão, o manancial banha, além de Goiás, os Estados de Mato Grosso, Tocantins e Pará. Lá habita uma das maiores biodiversidades do planeta. São cerrados, varjões e matas equatoriais. Os escassos índios carajás, que ainda conservam traços da cultura tradicional, o chamam *Behocã*, o “Grande Rio”. No Araguaia de Goiás, as gentes e as águas pertencem umas às



outras e há uma paixão incondicional do meu povo por aquele rio. Como V. Ex.<sup>as</sup> poderão observar em nossa viagem, o lugar guarda paisagens fantásticas, temporadas lúdicas, comunidades amarguradas e muita degradação ambiental.

O Araguaia nasce em duas vertentes na divisa de Goiás com o Mato Grosso. O Grande Rio já começa o seu curso como um filho perdido. Na região das nascentes, em uma área de 1.500 metros quadrados, aproximadamente 90 médias e imensas erosões estão consumindo as águas do Araguaia. Chamado de *voçoroca*, o processo erosivo é contínuo, avança com velocidade e tornou-se um dos mais severos danos ambientais do Brasil. Para se ter uma noção da grandeza do estrago, basta citar a voçoroca chitolina. Trata-se de uma ferida na terra de cinco quilômetros de extensão, 70 metros de largura e 50 metros de profundidade. Só a chitolina já carregou algo próximo de 17 milhões de metros cúbicos de areia do leito ao Araguaia. As voçorocas foram provocadas pelo manejo inadequado do solo na agricultura intensiva e pelo histórico descaso governamental. As terras do Alto-Araguaia são frágeis e arenosas e não suportaram o desmatamento irresponsável. O dano ambiental das nascentes do Araguaia precisa ser tratado como um problema brasileiro. O Araguaia é um rio nacional, e a União não pode continuar fazendo “cara de paisagem”, enquanto as voçorocas tragam suas nascentes e comprometem toda a qualidade ambiental do Grande Rio.

Em 1997, quando eu era Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás, promovi, em meu Estado, uma campanha em defesa das nascentes do Araguaia, com o apoio da Rede Globo de Televisão. Na época, levei o então ministro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, Gustavo Krause, até a chitolina. O ministro ficou abismado com a gravidade das erosões e pôs recursos à disposição para que se fizessem os estudos preliminares, o que foi de grande valia. Mas alerto esta Casa de que, para as próximas gerações, pode ser que não haja mais Araguaia nenhum, caso o problema não seja tratado com providências à altura de sua extensão. Vou apresentar à Comissão de Assuntos Sociais um requerimento para que o Senado obtenha um diagnóstico preciso das erosões do Araguaia. O documento deverá ser encaminhado à Excelentíssima Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e tenho muita esperança de que a maior autoridade ambiental do país há de sensibilizar-se. Sugiro a visita de uma comissão do Senado para a percepção *in loco* do desastre ambiental. E gostaria de conclamar a união das Sr.<sup>as</sup> dos Sr.<sup>s</sup> Senadores dos Estados do Centro-Oeste, do Tocantins e do Pará para que possamos deflagrar uma campanha nacional em defesa das nascentes do Araguaia.

A nossa viagem prossegue na região do Alto-Araguaia. O rio ainda é estreito, pedregoso e se despeja em quedas de até 100 metros, como é o caso da Cachoeira Couto de Magalhães. Em seguida, ruma para o Vale do Encantado. Na região, há um Araguaia pouco conhecido e as terras são ainda selvagens. Não há praias e o rio corta 40 quilômetros de *canyon* profundo. As águas são azuis, brutas e envolvidas

por uma das poucas reservas de vegetação ciliar do cerrado em toda a extensão goiana do Araguaia. Para fazer o Vale do Encantado, o Araguaia realizou esforço de milhões de anos forjando a resistência de um complexo rochoso. Na fratura da serra, o rio corre veloz e esculpe, nas paredes de sua calha, formas geniais que lembram obra de Gaudí.

Depois de deixar a paisagem escarpada do *canyon*, o Araguaia se espria de uma planície de inundação que se estende até sua foz. O movimento natural de avanço e recuo das águas, sobre o leito instável do Araguaia, forma praias que desenharam um dos horizontes mais acolhedores deste país e lagos que funcionam como berçário de inúmeras espécies.

**O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL-TO)** — Permite, V. Ex.<sup>a</sup>, um aparte?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Concedo o aparte ao nobre senador João Ribeiro.

**O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL-TO)** — Em primeiro lugar, cumprimento V. Ex.<sup>a</sup> pelo brilhante discurso que faz, com muita clareza e um grande conhecimento das potencialidades hídricas do país, sobretudo em relação ao Rio Araguaia, sem sombra de dúvida, um dos rios mais bonitos do Brasil, que tem as melhores praias e uma importância muito grande para o nosso país. A outra questão, que V. Ex.<sup>a</sup> até o momento não abordou — e não sei se irá abordar — diz respeito à Hidrovia Araguaia-Tocantins, muito discutida e contestada, sobretudo pelos falsos ambientalistas, mas que trará uma recuperação do Rio Araguaia, daquilo que já está degradado. Sei que há muitas controvérsias a respeito deste assunto, mas nós, sobretudo os que somos do Estado do Tocantins, somos favoráveis à implantação dessa hidrovia tão importante. Precisamos, pois, discutir muito a respeito destes temas tão importantes que V. Ex.<sup>a</sup> está abordando — o problema do turismo ecológico e da pesca. Quero parabenizá-lo e dizer que V. Ex.<sup>a</sup> aborda a questão com muita propriedade. A discussão desse tema é, realmente, muito interessante e haveremos de dar continuidade a ela em outras oportunidades. Parabéns pelo discurso que faz.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Muito obrigado, nobre senador João Ribeiro.

**O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC)** — Senador Demóstenes Torres, permite-me, V. Ex.<sup>a</sup>, um aparte?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Com muito prazer.

**O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC)** — Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo por abordar este assunto tão importante que é a questão da água e que, certamente, todos os municípios, todos os Estados e todo homem que quer preservar a vida deveriam estar discutindo há mais tempo. E a sua preocupação, com certeza, mostra a preocupação desta Casa com esse setor. Também quero cumprimentá-lo porque o seu discurso vem, justamente, em um período em que está havendo, em Brasília, a Semana da Água e do Desenvolvimento da Justiça Ambiental. Além disso, este ano também é considerado o Ano Internacional da Água. Inclusive, o secretário de Meio Ambiente de Balneário Camboriú, no Estado de Santa Catarina, Raimundo Malta, está aqui justamente para reivindicar maior participação do poder público nessa questão. Eu gostaria de ressaltar que, no Brasil, há mais ou menos 90 comitês instalados que trabalham a questão da água, a preservação dos mananciais e os desmatamentos que prejudicam o volume de água do nosso país. Destes 90 comitês, 80% são da sociedade civil — apenas 20% têm a participação da União e do Estado. Felizmente, neste setor, a sociedade civil está participando. Assim, aproveitando esse seu brilhante pronunciamento, quero pedir ao governo federal — que tem um compromisso com o meio ambiente, tendo assumido um compromisso com todo o Brasil no sentido de preservá-lo e preservar o potencial das nossas águas — que encaminhe recursos para esses comitês, já que 80% deles são da sociedade civil, e seus membros trabalham por vontade própria, sem remuneração, e estão sem condições de agir por falta de recursos. Portanto, receba os meus cumprimentos pela oportunidade do discurso, assim como a todos os que estão aqui em Brasília, hoje, discutindo a questão da água. Não basta apenas que o governo prometa — as coisas têm que acontecer na prática. Faz-se necessário que se destinem recursos a esses comitês para que possam trabalhar e, no futuro, não tenhamos sérios problemas de água. Muito obrigado.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> e também ao nobre senador João Ribeiro pela intervenção. O que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de dizer é verdade. Para se ter uma idéia, temos apenas um comitê de bacia, o que é muito pouco, porque Goiás é um dos Estados que têm mais água, tanto no lençol freático quanto nos seus mananciais.

O nosso Araguaia — rio que eu gostaria que todos os senadores tivessem oportunidade de conhecer — é um manancial esplêndido de turismo e de preservação. Mas ele vem sendo turbado, tanto pelo plantio predatório em suas nascentes quanto pelo lixo que é despejado em seu leito. Em algumas cidades, até o esgoto *in natura* é despejado no Araguaia. Enquanto no mundo todo se discutem questões de economia, tecnologia e até se fala em guerra pela água, estamos simplesmente jogando fora tudo aquilo que a natureza nos deu e que Deus abençoou.

Voltando a falar sobre o Araguaia, suas águas são extremamente piscosas, mas sentem o impacto da pesca predatória. Em julho, na temporada turística, aproxima-

damente 200 mil pessoas passam pelo Araguaia — turistas que são muito bem-vindos, mas que também produzem lixo acima da capacidade de absorção dos municípios ribeirinhos, o que acaba por contaminar o rio.

Sr. Presidente, o mesmo Araguaia que abriga paisagem onírica e sedutora, não sabe o que fazer com o próprio lixo. De acordo com pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), metade das 708 toneladas de resíduos sólidos produzidos por dia no Vale do Araguaia é lançada a céu aberto. Os lixões são uma fonte muito perigosa de contaminação das águas e influem diretamente na queda da qualidade de vida das populações afins, além de serem um espelho do subdesenvolvimento.

No Brasil, gastam-se horrores com obras complexas e de baixo rendimento público, mas não há uma política eficiente de gestão dos recursos sólidos, que demandam providências simples e investimentos parcimoniosos. Acondicionar os rejeitos em aterros controlados ou sanitários custa menos do que o município investe no custeio do atendimento de patologias produzidas pelos problemas ambientais. Há um cálculo da Organização Mundial de Saúde que indica que para cada dólar investido em saneamento são economizados cinco em saúde.

No Vale do Araguaia, o descaso com o lixo se soma ao impacto do lançamento de uma carga de esgoto líquido referente a uma população de mais de 380 mil habitantes. De todos os municípios goianos do Araguaia, apenas Aruanã possui estação de tratamento de esgoto, cujas obras estão suspensas a pedido do Ministério Público Federal, uma vez que a estação está localizada em área indígena.

O Araguaia é um rio de riqueza natural imensurável, mas a sua gente nativa apresenta indicadores de pobreza injustificáveis. O ribeirinho é um homem normalmente excluído da proteção do Estado, vive de ocupações temporárias e da economia de subsistência. No Vale do Araguaia, o índice de analfabetismo atinge 35%, o dobro da média nacional. Quem navega as longas distâncias do Araguaia se encanta com um rio pleno de soberania, mas se espanta com um Brasil que permanece isolado nas barrancas do Terceiro Mundo.

O Araguaia é um rio de Goiás, mas é justamente em meu Estado que o manancial apresenta o maior índice de degradação ambiental. O IBGE realizou estudo com o emprego de sensoriamento remoto por satélite e concluiu que 85 por cento da cobertura vegetal do Araguaia, em território goiano, não existe mais. Há um dado ainda mais desanimador: nos últimos três anos, conforme dados da Agência Ambiental de Goiás, foi autorizado o desmatamento de uma área de 72 mil hectares.

Sr. Presidente, o Araguaia que chega à ponta sul da Ilha do Bananal é um rio cansado de tanta degradação, mas o manancial resiste e segue avançando sobre uma planície sem fim, que acolhe o crepúsculo e já foi o ambiente de dezenas de comunidades indígenas. Hoje, os escassos sobreviventes são um povo amargurado, que não consegue ver futuro algum no horizonte.

A nossa viagem chega ao fim com a lamentável percepção de que a saúde ambiental de um dos maiores mananciais do país é claudicante. Valho-me da tenacidade daquelas águas para defender a terra e as gentes do Araguaia e afirmar ao Brasil que não vou permitir que a omissão governamental lavre a sentença de morte do Grande Rio de Goiás. É preciso que a União ajude o nosso Estado a fazer com que o Araguaia volte a correr majestático e a se portar como um rio da União, amado pelo seu povo.

Sr. Presidente, farei um requerimento formal à Mesa solicitando que um grupo de senadores visite as terras do Araguaia, especificamente no mês de julho, para tomar conhecimento desse grave problema. Tenho certeza que, juntos, iremos lutar pela salvação deste rio, que passa por quatro Estados e é orgulho não só de Goiás mas do Brasil.

Muito obrigado a todos.

*Pronunciamento realizado em 25 de março de 2003*

## Ressalta decisão do Judiciário que suspendeu contrato lesivo aos interesses de Goiás, celebrado durante privatização da Usina de Cachoeira Dourada

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

***"Uma vez que o privilégio é institucionalizado,  
a canalhice vira religião"***

**MILLÔR FERNANDES**

Quando o Brasil, na década de 30, rompeu o ciclo econômico agroexportador, que predominou no país desde o Pacto Colonial, e iniciou o processo de industrialização, coube ao Estado promover e financiar a iniciativa. Na ocasião, não havia poupança interna suficiente nem interesse do capital disponível em investir na nova tendência econômica. O modelo estatal foi sustentável nas décadas seguintes, atingiu o apogeu durante o regime militar e formou uma reserva patrimonial considerável que, por muito tempo, serviu de orgulho à nação brasileira e, muitas vezes, motivou paixões políticas que deflagraram grandes movimentos na história deste país.

Por intermédio do esforço estatal, o Brasil consolidou a sua indústria de base na siderurgia, alcançou a quase suficiência na produção de petróleo e derivados e promoveu uma das mais fantásticas matrizes de geração de energia elétrica, além de ver consagrada a sua competência empreendedora. Certamente, todos esses fatores serviram de sustentação para que o país se tornasse uma potência industrial — que chegou a ser classificada como a oitava economia do planeta.

Mas o paradigma do Estado-patrão foi-se exaurindo à medida que a economia brasileira, antes planejada e restrita, integrou-se ao mercado mundial. A abertura econômica demonstrou que boa parte das empresas públicas, sob o manto dos monopólios, escamoteou índices elevados de ineficiência, atraso tecnológico, baixa competitividade, alto custo de produção, desvios de finalidade, incapacidade de investir e prejuízos sistemáticos. Era imprescindível aos governos se desincumbirem de atividades-meios e concentrar os recursos nas suas finalidades.

A inversão do Brasil estatal começou a ser operacionalizada em 1987, mas o impulso de privatizar ganhou fôlego a partir da década de 90. De acordo com informações do BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, nos últimos 11 anos as privatizações somaram 105,5 bilhões de dólares.

Sr. Presidente, eu gostaria de ressaltar que não venho hoje à tribuna do Senado questionar a oportunidade e a conveniência do programa de desestatização realizado neste país. Acredito mesmo que foi salutar ao Brasil, na generalidade dos casos,

ter-se desonerado de tarefas alheias aos fins dos governos, como fabricar aço, explorar hotelaria na orla marítima e até vender telefone celular.

Mas tenho o dever de trazer ao conhecimento desta Casa e da nação brasileira que, em Goiás, houve um caso particular de privatização que, ao invés de atender ao interesse público, induzir o desenvolvimento humano, primar pelos princípios da livre iniciativa, gerar qualidade de serviços e trazer satisfação ao consumidor, arruinou a maior empresa local, a Celg (Companhia Energética de Goiás S.A.), e tornou mais pobre cada um dos 5 milhões de goianos.

Por conta de uma operação estabaneada, eivada de vícios e vocacionada ao desvio administrativo, a venda da estatal fez muito mal a Goiás. Hoje, de acordo com o balanço patrimonial da empresa referente ao exercício 2002, a Celg gerou, a cada 24 horas, um prejuízo líquido de 1 milhão e 250 mil reais. Na matemática da privatização da estatal, o povo de Goiás arcou com o resultado negativo de uma conta de subtração, enquanto a empresa chilena adquirente, a Endesa, amealhou ganhos pródigos, por conta de um contrato lesivo ao interesse público. Os números são contundentes: em apenas três anos após a efetivação do negócio, a Celg transferiu à Endesa, como forma de pagamento da compra vinculada de energia elétrica, 67,86% do que a companhia estrangeira investiu na aquisição da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada. Um negócio das arábias que teve à frente, em um primeiro momento, a empresa chilena que depois transferiu o empreendimento para um grupo espanhol.

Vamos a um breve histórico da Celg, que nos conduzirá a fatos, que se traduzem em números, e demonstram bem a equação draconiana que se seguiu à privatização da estatal. No final, será concluído que a venda da Usina de Cachoeira Dourada abalou seriamente a saúde financeira da Celg, criou vantagens e privilégios contratuais a um grupo privado e deixou a conta do hospital no bolso dos goianos.

A Celg é uma empresa estatal fundada em 1955 que, até a sua privatização, gerava cerca de 60% da energia que distribuía à quase totalidade da população de Goiás. Nessas cinco décadas, a empresa sustentou o desenvolvimento do Estado. E não é ufanismo afirmar que, não fosse a pujança da estatal, Goiás não teria energia para alcançar um dos melhores índices de desenvolvimento humano do Brasil; tornar-se a oitava economia do país e o quarto maior produtor de grãos; possuir o terceiro rebanho bovino; ser o maior produtor de leite e deter a quinta província mineral do País, com 67% do seu Produto Interno Bruto concentrado na agroindústria. Antes da Celg, Goiás era um Estado movido a tração animal e a luz de lampião. Um sertão quase inatingível, de escassa perspectiva, sem importância para o Brasil, isolado das decisões nacionais e dominado por pavorosa obscuridade econômica e social. Foi a Celg que viabilizou a energia necessária à realização do sonho de JK de construir Brasília e tornou possível a consolidação de Goiânia.

Em 1996, a estatal goiana, que operava na geração e distribuição de energia elétrica, foi cindida em duas companhias, com a finalidade de ser desestatizada: a Celg (Centrais Elétricas de Goiás S.A.), e a CDSA (Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A). À época, o Governo do Estado de Goiás era acionista majoritário da empresa, na condição de detentor de 80,68% das ações representativas do seu capital social. O objetivo da cisão era o de viabilizar a privatização da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, com quatro unidades de geração de energia, pertencente à Celg e considerada a jóia da coroa.

A primeira empresa continuou estatal, com atuação na atividade de distribuição de energia elétrica, e assumiu o passivo da proscrita empresa Centrais Elétricas de Goiás, inclusive o montante constituído para a edificação da usina desestatizada. A segunda foi levada a leilão público em 5 de setembro de 1997, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, e arrebatada pelo grupo chileno por 750 milhões de reais, quase três quartos de 1 bilhão de dólares, consoante a taxa de câmbio de então.

A operação de venda da Usina de Cachoeira Dourada deveria ter sido mais uma alienação de empresa estatal em um ano em que as privatizações atingiram o cume no país, com a arrecadação de 35,7 bilhões de dólares. Como ocorreu em todo o Brasil, Goiás foi convencido pelo argumento de que a privatização era necessária para salvar a Celg, reunir recursos para atender a programas sociais e injetar ânimo novo à economia do Estado.

Mas, seis dias depois do leilão que consumou a venda da usina, foi avençado entre as partes, em uma operação preordenada, um contrato de suprimento de energia elétrica com a Endesa, no qual a parte remanescente da estatal goiana obrigou-se a adquirir de sua ex-geradora (agora em poder do grupo chileno), por um período de 15 anos, energia elétrica a um valor reconhecido pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), como 53% superior ao preço médio de mercado.

Sr. Presidente, esse contrato, repleto de cláusulas leoninas, reservou à Endesa condição de credor privilegiado e fez com que o consumidor goiano passasse a pagar a energia elétrica 56% mais onerosa do que o valor cobrado pelas demais concessionárias do país. Para se ter noção do quanto o referido negócio jurídico foi danoso ao interesse público, basta citar relatório da Aneel, realizado em agosto de 2000, no qual a agência reguladora reconhece que o desequilíbrio financeiro da Celg, que está levando a empresa à condição falimentar, foi, de forma majoritária, produzido pela compra forçada de energia elétrica da empresa supridora. Os indicadores contábeis da companhia confirmam o caráter ruinoso do contrato: entre setembro de 1997 e fevereiro de 2003, a empresa acumulou prejuízos superiores a 715 milhões de reais. Quando a Celg era detentora da Usina de Cachoeira Dourada, de 1994 a 1997, por exemplo, o custo operacional da empresa representava 30% do seu faturamento



líquido. Após a submissão a obrigações abusivas, unilaterais e vexaminosas, o custo da estatal passou a representar 58% da sua receita.

A aquisição forçada de energia por 15 anos e acima do valor de mercado não foi a única disposição imoral do malsinado contrato. Observem e pasmem, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores: a Celg ainda se obrigou a prestar caução não remunerada — em um banco escolhido pela empresa supridora, o Banco Santander — de 125% do seu faturamento do mês anterior, em garantia ao fornecimento de energia elétrica. Resumindo: enquanto para as demais usinas a Celg remunerava a energia adquirida no mês subsequente ao do fornecimento, o pagamento para a empresa chilena, convencionado em contrato, passou a ser antecipado.

Além dos prejuízos correntes da venda da Usina de Cachoeira Dourada, os recursos arrecadados com a privatização alimentaram em Goiás, nos anos de 1997 e 1998, um dos mais espetaculares dispêndios inúteis de dinheiro público de que se teve notícia no Brasil. Em menos de 15 meses, o Governo de Goiás de então liquidou o maior patrimônio do Estado em obras epidérmicas e fanfarrônicas — ginásios de esporte, reforma de banheiros de rodoviária, réplicas do Cristo Redentor, pagamentos de aluguéis, diárias de servidores, entre outras iniquidades —, desperdiçando volumoso recurso que seria muito bem-vindo caso tivesse sido revertido no desenvolvimento sustentável de Goiás.

Sr. Presidente, sou um homem da lei que devota muita confiança no Poder Judiciário. Hoje, saúdo a decisão corajosa, fundamentada e reparadora do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Juiz Federal da 3ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás, Dr. Carlos Humberto de Souza, que, por intermédio da expedição de liminar, suspendeu os efeitos escorchantes do contrato de suprimento de energia elétrica celebrado entre a Celg e a Usina de Cachoeira Dourada. A decisão foi provocada por ação de rescisão de contrato, com pedido de antecipação de tutela, movida pela presidência da Celg contra a empresa supridora.

A ação judicial há muito era esperada, mas, só agora, o novo presidente da empresa, Sr. José Paulo Félix de Souza Loureiro, com muita determinação, decidiu erguer a coluna dorsal da Celg e reconduzir a estatal na direção do interesse público. É com muita honra que saúdo a competência e a disposição do Sr. José Paulo Loureiro de bater às portas do Poder Judiciário e dar um basta, de uma vez por todas, a essa situação vexaminosa.

A peça decisória é de uma propriedade singular e merece a devida atenção desta Casa, uma vez que restaura o equilíbrio contratual que deveria ter presidido as relações pactuadas entre as duas empresas. É também altamente pertinente ao interesse coletivo, por tratar-se da concessão de um serviço público, além de restituir o imperativo do direito e da ordem constitucional.

Da peça decisória, ressalto o trecho em que o magistrado analisa as lesões aos princípios constitucionais da administração pública contidos no contrato e faço meu o convencimento do juiz federal, exarado na decisão liminar, para expressar a indignação da sociedade goiana com o descalabro da referida relação contratual, que vem amofinando o potencial econômico do meu Estado, com a conseqüente inviabilidade financeira da Celg. Diz o magistrado:

*“Tais circunstâncias ou privilégios me convencem, data venia de eventuais doutas opiniões em contrário, que o contrato de suprimento que ora se objetiva rescindir ofende os seguintes princípios básicos da administração pública:*

*a) o da moralidade, porque as condições nele ajustadas não se coadunam, no meu entendimento, com a ética que se espera das instituições públicas envolvidas, visto que o ato não basta ser legal, há de ser também moral e ético;*

*b) o da finalidade, porque a execução do referido contrato contraria de modo inequívoco o interesse público, caracterizando, pois, desvio de finalidade;*

*c) da razoabilidade, porque se revela desarrazoado admitir-se que uma concessionária de serviço público, no caso a Autora, seja obrigada a firmar contrato que lhe é altamente leonino e oneroso, em grau tal que lhe impõe um desequilíbrio econômico-financeiro e sérios prejuízos, esses decorrentes da compra forçada de uma energia mais cara;*

*d) da proporcionalidade, porque as obrigações impostas à Autora constituem privilégio inaceitável em favor da Primeira Ré (empresa supridora), que se traduz em benefício desproporcional ao atendimento do interesse público;*

*e) o da eficiência, porque a Autora, tendo o dever de exercer a sua atividade com presteza, perfeição e rendimento funcional, não o faz porque se mostra, a cada dia, mais comprometida em sua capacidade operacional e em seus resultados, isso em termos de receita líquida, levando-me a crer que, sem falso pessimismo, se persistir essa situação, seja uma questão de tempo o encerramento de suas atividades.”*

**O SR. PRESIDENTE LEONEL PAVAN (PSDB-SC)** — Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que conclua o seu pronunciamento, senador Demóstenes Torres. Prorrogo a sessão por dez minutos, para que possa conceder a palavra ao senador Magno Malta.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Sr. Presidente, a decisão interlocutória suspendeu os efeitos do referido contrato de suprimento firmado entre a Celg e Cachoeira Dourada; proibiu a Aneel de promover quaisquer reajustes ou revisão tarifária do contrato suspenso; dispensou a Celg de prestar a caução pactuada e autorizou a estatal a adquirir energia elétrica de qualquer outra supridora, conforme as regras da livre iniciativa. O reconhecimento e a suspensão dos vícios que maculam o contrato permitirão à Celg economia mensal de aproximadamente 5 milhões de reais.

Do entendimento do magistrado cabe recurso ao Tribunal Regional Federal, mas a minha confiança na Justiça faz-me crer que a decisão será confirmada. Entendo que, ao manter a suspensão do contrato, o TRF reparará um ato jurídico viciado pelo desvio de finalidade, imoral e contrário ao interesse público. Goiás espera por sentença nesse sentido, para que o Estado possa retirar a Celg do limiar da falência e aliviar o peso das costas de 5 milhões de goianos.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância.

*Pronunciamento realizado em 9 de abril de 2003*

## Denuncia a fraqueza do Estado, dimensiona o poder do narconegócio e apresenta pesquisas sobre as enormes perdas que a criminalidade causa ao Brasil

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

**“Que Deus a abençoe, pela mentira.  
A luz do dia jamais expôs uma ruína tão completa”**

TENNESSEE WILLIAMS

1º de março, 14h04min: *Exército ocupa vários pontos do Rio de Janeiro* — 2 de março, 23h54min: *Tráfico ameaça cortar energia do Sambódromo* — 3 de março, 16h45min: *Rio e São Paulo entre as cidades mais violentas do mundo* — 6 de março, 18h33min: *Ladrões roubam carro do Ministro da Justiça* — 10 de março, 22h07min: *Adolescente atingida em tiroteio entre policiais e traficantes* — 16 de março, 18h55min: *OAB diz que Estado não acompanha sofisticação do crime organizado* — 24 de março, 10h25min: *Juiz é assassinado em Vila Velha, no Espírito Santo* — 25 de março, 20h27min: *Crime organizado teria lista de autoridades a serem assassinadas* — 26 de março, 21h28min: *Corrupção policial é o maior entrave à luta contra o crime* — 28 de março, 21h55min: *Mesmo preso, Beira-Mar ainda controla tráfico* — 31 de março, 22h12min: *Crime organizado volta a infernizar o Rio.*

**A** cabo de ler uma pequena relação das principais manchetes policiais da Agência Estado durante o mês de março. No rol das péssimas notícias, a confirmação de que o Estado perdeu o jogo para o crime organizado. Na listagem, uma amostra de que, neste país, o tráfico de drogas comanda organizações criminosas que matam magistrados, corrompem policiais, agonizam metrópoles, roubam vidas inocentes e debocham das autoridades. Um retrato fiel da segurança pública no Brasil. Reportagem de fatos que confirmam a inversão da ordem e o império da impunidade.

Por uma questão de fraqueza institucional, cumulada com a doutrina de se fazer “poesia de segurança pública”, o Brasil permitiu, nos últimos 20 anos, que a violência e a criminalidade prosperassem. No Parlamento, edições continuadas de legislações liberalizantes cancelaram a certeza da não-punição. Nas ruas, demonstrações de violência tão monstruosas quanto provocativas. Nas leis frouxas, o caminho suave da punição.

O homem de bem assistiu ao Brasil se transformar em uma terra de bandoleiros e observou, estupefato, a fraqueza de um Estado-policial inerte, sucateado e corrom-



*O crime no Brasil prospera em virtude da opção de se fazer “poesia de segurança pública”*

vido. O crime, antes um fenômeno social isolado, encontrou no vácuo da atividade estatal ambiente propício para se expandir, apoiado, principalmente, pelo incremento financeiro gigantesco do tráfico de drogas.

Os milhões de dólares injetados pelo componente novo começou a perturbar o país em larga escala a partir da década de 80. Em seguida, criou condições materiais à organização de grupos criminosos hierarquizados e de articulação internacional, a exemplo do Comando Vermelho, no Rio de Janeiro, e do Primeiro Comando da Capital, em São Paulo. Grupos que passaram a movimentar equipamento bélico pesado, muito além da capacidade de fogo das polícias, cooptando a colaboração de popula-

ções periféricas, por intermédio de rede de favores — que substitui a ausência do Estado — e montando uma rede verticalizada de corrupção, que passa pelo policial da esquina e alcança os estamentos superiores da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, uma pesquisa do Núcleo de Estudos da Violência, órgão da Universidade de São Paulo, apontou que o tráfico de drogas, só na Grande São Paulo, movimenta, mensalmente, cerca de 30 milhões de reais e arrebanha um contingente de 50 mil pessoas a serviço do crime. Em todo o mundo, o “narconegócio”, consoante pesquisa encomendada pelo Banco Mundial, mobiliza cerca de 400 bilhões de dólares, o equivalente a 8% do comércio planetário e quase a metade do Produto Interno Bruto brasileiro.

Os indicadores de segurança pública confirmam a responsabilidade direta do narcotráfico com os casos gerais de banalização da violência. Cerca de 60% dos homicídios ocorrem com o envolvimento das drogas. De acordo com estudo realizado pelo Instituto São Paulo Contra a Violência, organização não-governamental, entre 1984 e 1999, os índices de homicídio em São Paulo cresceram 157%. O mesmo relatório aponta, a partir de informações da Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo, que 90% dos crimes foram praticados com emprego de arma de fogo. Já outra pesquisa do Núcleo de Estudos da Violência aferiu que 70% dos homicídios pesquisados caracterizaram execuções praticadas por justiceiros e matadores de aluguel.

O Ministério da Justiça possui um quadro estatístico que indica, nas 27 capitais brasileiras, no ano de 2001, a ocorrência de 13.580 homicídios dolosos. Esse número, que se acredita subestimado — em razão da precariedade do trabalho estatístico das polícias somada às falhas de notificação dos crimes —, significa uma Guerra do Iraque por mês em termos de mortes.

No rastro do narcotráfico, passou a prosperar no Brasil o subnegócio do tráfico de armamentos. Algo tão fora de controle como a venda de droga e que atua na paralela do comércio ilegal de entorpecentes. Conforme estatísticas da ouvidoria citada, só na Grande São Paulo há, aproximadamente, 1,5 milhão de armas ilegais circulando. Ao serem adicionadas às 400 mil armas legais, tem-se uma arma para cada grupo de 17 pessoas. E tudo leva a crer que não é diferente no resto do Brasil. Trata-se de uma atividade de alta periculosidade, cuja rota de influência é conhecida, mas de controle débil, como um tiro de festim. As autoridades policiais e alfandegárias sabem que o grosso dos armamentos é contrabandeado dos Estados Unidos, via Miami, e entra no País pelo porto de Paranaguá, no Paraná. De lá são remetidos ao Paraguai e redistribuídos aos grandes centros pela rede do narcotráfico.

**(O SR. PRESIDENTE JOSÉ SARNEY FAZ SOAR A CAMPAINHA.)**

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me conceda tempo para concluir o meu discurso, Sr. Presidente.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, a criminalidade está minando as forças deste país. O Banco Mundial estima que o custo da violência no Brasil responde por cerca de 10% do Produto Interno Bruto. Conforme os dados, são 15 bilhões de dólares perdidos em capital humano; 28,8 bilhões de dólares em prejuízos materiais; 27,7 bilhões de dólares em perdas no trabalho e afins, e 27,2 bilhões de dólares em evasão de divisas e lavagem de dinheiro.

Em países que trabalham a prevenção ao delito, por intermédio de políticas sociais eficazes, principalmente a educação, a exemplo da Suíça, do Canadá e do Japão, o dispêndio médio com o custo da violência representa apenas 1% do PIB. O Brasil, prenhe de mazelas sociais e economicamente asfixiado, desperdiça e gasta bastante mal os poucos recursos disponíveis, atacando os efeitos da criminalidade em ações de escasso resultado. De acordo com dados do Instituto São Paulo Contra a Violência, 88% do orçamento da Polícia Militar do maior Estado da Federação são empregados em despesas de pessoal, encargos sociais e proventos de inativos. Ou seja, sobra muito pouco para se reverter em políticas de combate ao crime.

Há duas semanas, estive nesta Casa o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Ministro da Educação, Cristovam Buarque, que reclamou da falta de recursos para instituir a escola em tempo integral em toda a rede de ensino público deste país. Para se conseguir completar, até o ano 2010, o ciclo de implantação do sistema integral de ensino — a mais eficiente providência de prevenção ao crime — são necessários 2 bilhões de reais anuais. O problema é que 2010 está muito distante, e o Brasil não pode aguardar a lentidão administrativa. Estou comprometido com o Sr. Ministro a indicar fontes de financiamento da escola integral, para que o Brasil possa abreviar a sua instituição para, no mínimo, quatro anos antes da data prevista pelo Ministério da Educação.

Fui secretário da Segurança Pública de Goiás e sei o quanto são contingenciados os recursos do setor. Para que as Sr.<sup>as</sup> e os Sr.<sup>s</sup> Senadores tenham noção do volume de investimentos necessários, a Fundação Getúlio Vargas apurou dado interessante: somente em segurança privada são investidos no Brasil cerca de 28 bilhões de dólares ao ano. No Orçamento da União do exercício financeiro de 2003, estão previstos, para o financiamento da Segurança Pública, 2 bilhões 631 milhões 444 mil e 502 reais, sendo a rubrica “Segurança do Cidadão” dotada de pouco mais de 424 milhões de reais.

Sr. Presidente, hoje, por indicação do senador Tasso Jereissati, vou apresentar um relatório à Subcomissão de Segurança Pública sobre projeto de lei da Câmara dos Deputados que versa sobre matéria que espelha bem o que se convencionou chamar doutrina do Direito Penal Mínimo. Ora, enquanto o país clama pelo endurecimento das leis e o restabelecimento do Estado suficiente, o referido projeto apresen-

ta alterações na Lei de Execução Penal e no Código de Processo Penal, com acenos de mais regalias aos condenados, além de facilitar a prática do desvio de conduta nos estabelecimentos prisionais.

Em primeiro lugar, é inaceitável a modificação proposta no art. 6º da Lei de Execução Penal, que transfere à autoridade administrativa o direito de, na prática, conceder a progressão ou regressão do regime de cumprimento da pena, sem a intervenção do Ministério Público e do Poder Judiciário. A jurisdicionalização da execução da pena é uma das conquistas do Direito brasileiro. Renunciar à prerrogativa é retrocesso jurídico. Já o histórico de corrupção nas administrações dos presídios nos leva a crer que a matéria pode ensejar a constituição de uma indústria de liberação de presos neste país — só em São Paulo, seriam liberados cerca de 27 mil detentos.

O projeto de lei, sob a apreciação da Subcomissão de Segurança Pública desta Casa, propõe a criação de um regime disciplinar diferenciado, durante o qual será avaliado o mérito do condenado de progredir na pena, com prazo determinado, o que trará mais benefícios aos criminosos.

*(O SR. PRESIDENTE JOSÉ SARNEY FAZ SOAR A CAMPAINHA.)*

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Vou concluir, Sr. Presidente.

Em meu relatório vou apresentar uma emenda que propugna por dois sistemas: o Regime Disciplinar Diferenciado, com duração de 360 dias, prorrogáveis a critério do juiz, basicamente com recolhimento em cela individual; e o Regime Disciplinar de Segurança Máxima, destinado aos presos de alta periculosidade, com duração de 720 dias, com possibilidade de repetição a ser determinada pela autoridade judicial, além de uma série de restrições, tais como proibição de visita íntima, recolhimento em cela individual, proibição de aparelhos telefônicos, de som, TV, rádios e similares; comunicação vedada com outros presos e agentes penitenciários, durante o banho de sol e o exercício físico, que será limitado a até duas horas diárias; visitas mensais com o máximo de dois familiares, separados por vidro e com comunicação por meio de interfone, com filmagem e gravações encaminhadas ao Ministério Público; contatos mensais com advogados, cuja ocorrência será comunicada à Ordem dos Advogados do Brasil. O objetivo do regime é o de isolar presos condenados ou provisórios que apresentem alto risco à ordem dos presídios e à segurança da sociedade e mantê-los distantes da área de influência da organização criminosa.

O projeto da Câmara dos Deputados também precisa ser alterado quando sugere que a autoridade judiciária se dirija ao estabelecimento prisional para realizar audiências com os presos.

*(O SR. PRESIDENTE JOSÉ SARNEY FAZ SOAR A CAMPAINHA.)*



**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Vou concluir, Sr. Presidente. A proposta visa a acabar com o falado “turismo judiciário”, em que o custodiado deixa o presídio para se dirigir à presença do juiz ou ao tribunal. Ora, expor o magistrado ao risco de realizar audiência na cadeia é uma bobagem inominada. Além do mais, deve-se mensurar o custo dos traslados, uma vez que, somente em São Paulo, são empregados cerca de 1.500 policiais militares por dia a fim de garantir a segurança das audiências — efetivo que, naturalmente, seria mais bem empregado no policiamento ostensivo. No mesmo relatório, sugiro a alteração do texto da Câmara e a instituição da videoconferência como meio de se realizar o ato jurisdicional.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, o projeto de lei em questão pretende a exclusão da análise do mérito do preso e do exame criminológico. Isso é descabido, e o Senado não pode coadunar com tal proposição. Pela mesma razão acima relacionada, é um absurdo que a avaliação do preso seja reduzida a simplório atestado de bom comportamento carcerário, a ser expedido pelo diretor do estabelecimento prisional.

O referido projeto de lei perdeu grande oportunidade de corrigir um dos maiores equívocos do ordenamento jurídico penal brasileiro. Trata-se da suspensão do processo quando o acusado é citado por edital, não se apresenta em juízo nem constitui advogado. Em virtude desse dispositivo, aproximadamente 70% das ações penais contra o crime organizado estão paradas em todo o Brasil. A emenda que ora é apresentada altera o Código de Processo Penal e corrige a excrescência. Uma vez aprovada a proposta, passarão a ser julgados à revelia todos os crimes apenados com reclusão, inclusive os de competência do Tribunal do Júri.

A crise de Segurança Pública do Brasil é algo estrutural e merece a consideração decisiva desta Casa. No resumo da ópera, basta afirmar que as polícias vivem síndrome de ineficiência — trabalham em dissonância e estão, em boa parte, contaminadas pela corrupção.

O sistema penitenciário expõe fissuras clamorosas e chegou ao inaceitável. Trata-se de uma estrutura estatal que nem cumpre a finalidade primária de prevenção geral da pena (uma vez que os estabelecimentos prisionais estão alienados ao crime organizado) nem a de ressocialização (instituto jurídico que se converteu em uma das mais belas mentiras deste país).

Na transversal da crise de segurança, prospera um sistema jurisdicional anacrônico e moroso. Ao bandido interessa que a lide penal fique indefinidamente em aberto. A responsabilidade, naturalmente, não pode ser creditada a juízes e promotores, mas às leis que regem as relações processuais. O Brasil precisa ter a coragem de realizar profunda reforma no Poder Judiciário, do contrário, vai continuar seguindo por caminhos rotos e “esperando Godot”.

Muito obrigado.

*Pronunciamento realizado em 22 de abril de 2003*

## Durante audiência do ministro da Justiça no Senado, expõe as diretrizes da Reforma da Tranqüilidade Pública e propugna pela unificação das polícias

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

**A**credito que V. Ex.<sup>a</sup> está no bom caminho. O Brasil necessita efetivamente realizar mudanças profundas na área de segurança pública, uma mudança que chamo de Reforma da Tranqüilidade Pública. Assim como necessitamos da Reforma da Previdência e da Reforma tributária, precisamos, também, da Reforma da Tranqüilidade Pública. Todos nós a merecemos — o povo brasileiro a merece.

Em alguns pontos, discordo e até acrescento algumas sugestões a V. Ex.<sup>a</sup>. Não são pontos fundamentais, mas acredito que a Reforma da Tranqüilidade ou da Segurança Pública no Brasil passa necessariamente pela prevenção da criminalidade, pela organização das polícias, pela reforma do Judiciário — que V. Ex.<sup>a</sup> bem abordou —, pela punição severa dos crimes graves e pela recuperação do delinqüente.

Acredito que a melhor forma de prevenção seria a adoção da escola em tempo integral. Hoje, há uma situação bastante delicada no Brasil. O ministro da Educação, em visita ao Senado, falou, entre outros projetos, sobre a escola integral. S. Ex.<sup>a</sup> disse, claramente, que essa é uma das medidas que pretende implantar no Brasil até o ano de 2010. Comprometi-me com S. Ex.<sup>a</sup> a fazer um estudo para ver se conseguimos antecipar a implantação desse projeto.

É muito simples compreender o porquê da necessidade da escola integral. Hoje, a família já não é mais como a de antigamente. O menor vai para a escola, mas o seu pai trabalha, sua mãe também trabalha — hoje a mulher ocupa, e bem, o mercado de trabalho. Com isso, o menor, pela manhã ou após o meio-dia, no período em que não está na escola, fica praticamente nas ruas.

O tráfico de drogas é a maior indústria do mundo, que arregimenta, hoje, cerca de 400 bilhões de dólares. Uma indústria como a Coca-Cola, por exemplo, lucra 17 bilhões de dólares e, se chegarmos em qualquer botequim procurando uma Coca-Cola, vamos encontrá-la. Logo, se o tráfico lucra muito mais, então, deve haver traficante perto de praticamente todo mundo. É por isso que tanto a polícia quanto o Poder Judiciário, o Ministério Público e várias outras instituições já apresentam, inclusive, casos de corrupção em suas estruturas.

Diante desse quadro, a adoção da escola em tempo integral se torna extremamente importante. Vamos deixar a criança às sete horas da manhã na escola e vamos buscá-la às cinco horas da tarde. Lá, ela vai praticar esportes, participar de



Weimer Carvalho

*“A melhor política de prevenção ao delito é a instituição da escola em tempo integral”*

atividades culturais, fazer as tarefas escolares e aprender profissões, além de alimentar-se adequadamente. E, no final do dia, a criança não estará completamente abandonada, como ocorre hoje, apesar dos programas criados pelo governo federal — programas louváveis, aliás, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que teve inspiração da nossa senadora Lúcia Vânia, um trabalho, sem dúvida, muito importante. Poderíamos acolher todas as crianças. No final do dia, elas seriam entregues aos seus pais. Tiraríamos a criança da tentação dos traficantes e a colocaríamos sob a vigilância dos professores.

Discordo de V. Ex.<sup>a</sup> apenas em um aspecto: considero importante que tenhamos um sistema nacional de segurança pública, sim. Precisamos trabalhar a polícia científica, como bem disse o senador Sérgio Cabral. Precisamos trabalhar a informatização e o sistema de inteligência, que tem que ser único. Hoje, um delegado de polícia não sabe o que o outro delegado da mesma cidade está fazendo. O trabalho policial é absolutamente desorganizado.

Mas entendo que a integração das polícias não vai funcionar. Se não houver a unificação das polícias, não vamos conseguir fazer com que o trabalho de investigação, de prevenção e repressão da criminalidade se torne efetivo. Hoje, as polícias têm cargas horárias diferenciadas, não interagem e uma interfere no trabalho da outra. A Polícia Militar acaba fazendo o trabalho de investigação por intermédio da P-2 e a Polícia Civil acaba fazendo o trabalho de prevenção. Muitas vezes, vemos policiais vestindo colete com a inscrição “Polícia Civil”, sendo que o seu trabalho é de investigação. Fica parecendo aquela piada de português: o cidadão com um crachá no peito informando que é do serviço secreto português — com todo o respeito que temos pelos nossos ancestrais portugueses; trata-se apenas de um chiste, claro.

Temos que ter uma polícia unificada, mesmo porque, para o cidadão comum, fica difícil saber qual é a atribuição da Polícia Civil e qual é a atribuição da Polícia Militar. Às vezes, ele bate no quartel e lhe dizem: “Não é aqui, é na delegacia”. Ou ele vai à delegacia e lhe dizem: “No é aqui, é no quartel”. O sistema torna-se um “empurrômetro”. Por isso, penso que V. Ex.<sup>a</sup> poderia, ao contrário do governo anterior, trabalhar não no sentido de integrar as polícias, apenas, mas de unificá-las. No Estado de Goiás, já implantamos, com êxito, o sistema de integração das polícias, assim como em outras partes do Brasil. Mas é possível dar um passo adiante.

Sr. Ministro, penso que é preciso reestruturar, também, o inquérito policial no Brasil. Hoje, ele não serve praticamente como prova alguma. V. Ex.<sup>a</sup>, que é advogado — e um dos brilhantes advogados deste país —, sabe muito bem disso. Os tribunais quase sempre descartam o inquérito policial, porque há acusação de que está viciado, de que houve prática de corrupção, de que houve prática de tortura. Proponho que o Ministério Público passe a trabalhar no inquérito policial. Não como seu condutor, porque, como membro do Ministério Público, sei que o promotor de justiça não

sabe investigar. Aliás, devemos trabalhar também para que os delegados sejam excluídos da carreira jurídica no Brasil, para que ele seja, efetivamente, um agente de investigação. Porque o papel do delegado é investigar, conhecendo o suficiente da lei, para que não haja violação a direitos humanos em seu trabalho.

Se o promotor de justiça viesse a trabalhar no inquérito policial, poderíamos, primeiro, dar-lhe algumas tarefas do magistrado — e proponho promotor e advogado, de modo que tenhamos aí o contraditório —, como, por exemplo, decretar prisão temporária, que é uma prisão para investigação, bem como os trabalhos de incidência, de perícia, ainda a busca e apreensão, suprimida da autoridade policial.

Para se ter uma idéia da importância disso — e V. Ex.<sup>a</sup> sabe —, pensemos num exemplo popular para mais fácil entendimento: se houver uma casa em frente ao Congresso Nacional e um cidadão de bem perceber um caminhão de maconha entrando nessa casa, naturalmente ele irá comunicar o fato ao primeiro policial que encontrar. Mas o policial militar, mesmo fardado, mesmo em serviço, nada poderá fazer. Terá de comunicar o fato ao delegado de polícia para que ele encaminhe um pedido de busca e apreensão ao juiz de direito. Por sua vez, o juiz terá de pedir um parecer do promotor. Então, o promotor devolve o pedido ao juiz, que o devolve ao delegado, que, finalmente, o encaminha ao policial para o cumprimento da diligência. Só que esse processo todo demora três meses — quando o policial chegar à casa, o caminhão de maconha já foi todo fumado. Esse exemplo, que seria risível se não fosse trágico, demonstra a urgente necessidade de termos no Brasil um instrumento que agilize também a busca e apreensão.

Penso que, se trouxéssemos para o inquérito o contraditório, um processo poderia ser julgado em três, quatro ou cinco meses, ao invés de três, quatro ou cinco anos, como ocorre hoje. Porque o juiz poderia receber o caso apenas para julgamento. Mas, como é juiz, poderia, inclusive, repetir todas as diligências que entendesse necessárias. Estaríamos agilizando a Justiça, dando amplo direito de defesa ao réu e modernizando o sistema penal brasileiro, além de tirar o promotor de justiça do seu gabinete.

Creio que precisamos, também, ter um Juizado Especial nas delegacias de polícia, para julgar esses crimes menores, de pequeno potencial ofensivo, cujas penas possam ser aplicadas rapidamente. Poderíamos ter juízes e promotores, se houvesse a reformulação, fazendo com que esse tipo de delito fosse julgado inclusive no mesmo dia, ou até na mesma semana. Hoje o sistema é burocratizado e, muitas vezes, esses crimes menores acabam sendo julgados em três, quatro, cinco meses.

Quero discordar do índice apresentado por V. Ex.<sup>a</sup> quanto à aplicação de penas alternativas no Brasil, que se daria em apenas 7% dos processos criminais. Creio que V. Ex.<sup>a</sup> não computou o julgamento pelos Juizados Especiais, nem a suspensão condicional do processo, para penas de até quatro anos, e ainda os regimes iniciados em semiliberdade ou em liberdade, que também são formas alternativas de cumprimento. No entanto, considero importante trabalhar sistematicamente as penas al-

ternativas. Agora, para os crimes graves, penas severas, penas duras. Como V. Ex.<sup>a</sup>, penso que não precisamos da reformulação para aumentar em muito as penas, a não ser pontualmente, mas, quanto ao cumprimento das penas, temos que efetivamente trabalhar para que isso ocorra.

Acredito, ainda, que precisamos de uma reforma do Poder Judiciário que possibilite agilizá-lo, uma reforma do pensamento, que não pode ser apenas uma reforma da imposição de cotas, como essa tese de que o Supremo Tribunal Federal tem de ter um negro. Ora, o Supremo Tribunal Federal pode ter, inclusive, onze negros! Qual o problema? O que não podemos é querer estabelecer ali cotas para mulheres, para negros, para homens, mesmo porque amanhã alguém pode cismar de querer lá um palestino, ou um judeu, ou um careca. Qual é o sentido disso? Temos que ter um Supremo Tribunal Federal enxuto e que possibilite julgar as grandes causas, não um Supremo Tribunal Federal *escola-de-samba*, para homenagear uma raça ou a conduta de quem quer que seja.

O Supremo Tribunal Federal também precisa devotar-se, exclusivamente, ao julgamento das grandes causas. Daí a necessidade do efeito vinculante. Já vi um Ministro do Supremo, numa palestra, contar que chegou a julgar uma causa envolvendo propriedade de cachorros de madames do Rio de Janeiro. Ora, o Supremo Tribunal Federal julgando lides de lulus! Não é essa a finalidade desse tribunal. O Supremo tem, efetivamente, que julgar as grandes causas da nação e creio que a adoção do efeito vinculante é fundamental, como também a valorização do julgamento do juiz de primeiro grau. Penso que poderíamos circunscrever em 80% — concordo com V. Ex.<sup>a</sup> nisso —, os julgamentos aos juízes de primeiro grau. Os recursos seriam destinados apenas a causas importantes e não teríamos esse sistema protelatório que temos hoje: diversos recursos para diversas possibilidades; a decisão de um juiz desmoralizando a decisão de outro. Também temos que acabar com a indústria de liminares neste país.

Defendo, ainda, o controle externo do Poder Judiciário e do Ministério Público, assim como as polícias necessitam de um Ministério Público que funcione como seu órgão corregedor. É preciso flexibilizar as leis para que possamos colocar para fora do serviço público os agentes corruptos de todos os poderes. Hoje uma das grandes causas da violência é a corrupção policial. Sabemos disso, mas temos que tratar do assunto de forma responsável e não fazermos acusações levianas sobre esse ou aquele poder. Defendo, pois, um controle externo do Poder Judiciário e um controle externo do Ministério Público — com a participação de magistrados, promotores, advogados e membros da sociedade civil. Não pode ser um controle feito somente por juízes e promotores, porque senão teríamos a vitória, sim, do corporativismo ao invés de termos um controle social efetivo e benéfico.

Também é necessário reformar o sistema penitenciário. Sou contra a defesa que V. Ex.<sup>a</sup> faz da extinção do exame criminológico. V. Ex.<sup>a</sup> chegou a dizer que colocaria-

mos de imediato presos não perigosos na rua. É temerário afirmarmos que um preso é ou não perigoso em decorrência de ele ter tido um bom comportamento carcerário. O preso é perigoso ou não em decorrência de uma série de fatores, que a criminologia, que é uma ciência, tem que avaliar. Hoje, a criminologia dispõe de equipes multiprofissionais, compostas por psiquiatras, psicólogos e sociólogos. Essa avaliação é necessária, porque, se uma pessoa é perigosa, apesar de um bom comportamento carcerário, não pode ser colocada em liberdade, mesmo tendo adquirido o interstício necessário para a progressão do regime ou para o livramento condicional. Nesse aspecto, entendo que é muito importante para os presos perigosos a avaliação pelo exame criminológico. Muitos alegam a deficiência do exame, mas isso não é motivo para eliminá-lo. Temos de aprimorá-lo. Se o preso é avaliado numa consulta de 15 minutos com um psiquiatra, que essa avaliação passe a ser de duas, três, cinco horas ou dois dias. O que não podemos é eliminar um sistema efetivamente benéfico para a sociedade, criando uma verdadeira indústria de liberação de presos, que podem ser bastante perigosos, apesar do seu comportamento carcerário satisfatório.

*(O SR. PRESIDENTE JOSÉ SARNEY FAZ SOAR A CAMPAINHA.)*

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Também reconheço que é preciso investir na recuperação do delinqüente, mas o principal fator de recuperação é o trabalho — que deve ser obrigatório. O sistema, hoje, prevê a progressão da pena a cada três dias trabalhados. Ora, a contrapartida deveria valer também: a cada três dias não trabalhados, ele deveria ter o aumento de um dia de pena. Vejam bem: não se trata de trabalho forçado. Trabalho forçado é outra coisa. Ninguém deve ser forçado a trabalhar, mas obrigado a trabalhar e em profissões que façam com que o preso, ao sair da cadeia, tenha condições efetivas de continuar trabalhando. De que adianta ficar costurando bolas dentro das penitenciárias ou fazendo artesanato com pauzinho de picolé? Precisamos de penitenciárias industriais, porque hoje o crime está concentrado nos grandes centros urbanos. Para uma pequena minoria, teríamos o trabalho agropastoril.

Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> pela oportunidade e ao Sr. Presidente pela tolerância. Fico muito feliz que V. Ex.<sup>a</sup> esteja aqui para este debate, que espero seja o melhor possível, como tem sido até agora.

Obrigado, Sr. Ministro.

*Pronunciamento realizado em 24 de abril de 2003*

## Em que ressalta a oportunidade de o Senado romper as barreiras corporativas e empreender, com rapidez, uma profunda reforma do Poder Judiciário

Senhor Presidente  
Senhoras Senadoras  
Senhores Senadores

***“Os jurisdicionados, em perplexidade, amargam irracional espera na resposta do Estado-Juiz”***

**ELIANA CALMON, MINISTRA DO STJ**

Há pelo menos duas décadas, os operadores do direito vêm-se defrontando com a crise estrutural do Poder Judiciário no Brasil. Entre magistrados, integrantes do Ministério Público e membros da OAB, pululam teses que convergem para a reengenharia da instituição ou do Poder encarregado da prestação jurisdicional. Em que pese a posição favorável à reforma do Poder Judiciário, força inercial atua no sentido de manter o *status quo*, para o prejuízo do cidadão, que recebe um serviço de alto custo, tardio, burocrático e ineficiente. Enquanto as palavras não se convertem em gestos, na ponta do sistema prospera, por parte do homem de bem, um arraigado sentimento de desconfiança nas leis e na Justiça — com muita razão.

Hoje venho à tribuna do Senado para apresentar breve diagnóstico da crise do Poder Judiciário, analisar alguns pontos da proposta de reforma em tramitação nesta Casa e espelhar, num caso concreto, as agruras de centenas de famílias que, um dia, na distante década de 1970, bateram às portas da Justiça do Trabalho em busca do remédio reparador de lesão a um direito líquido e certo. Mas, infelizmente, até a presente data, permanecem “Esperando Godot”, como na célebre peça do irlandês Samuel Beckett.

Ainda que proeminentes membros do Poder Judiciário, inclusive integrantes dos tribunais superiores, acordem com a necessidade de se reformar a estrutura e o funcionamento do Poder, houve um tempo em que a instituição avocava a condição de intangibilidade, como se a magistratura estivesse acima e não a serviço da nação, e o juiz detivesse condição de vestal.

A mentalidade canhestra predominou durante a realização da Constituinte, quando se perdeu uma oportunidade fantástica de corrigir rumos que levariam a uma Justiça célere e reparadora. À época, interesses corporativos impuseram solução conservadora com a intenção de manter anacronismos derivados de ordenações coloniais, em nome de pseudo-independência institucional. Poderíamos estar, hoje, incumbindo-nos de aperfeiçoar o trabalho delegado ao constituinte, mas, 15 anos





*“O Judiciário padece de um sistema moroso”*

ênça da Justiça Criminal alcança algo em torno de 1%, enquanto nos Estados Unidos o indicador é 50%.

Sr. Presidente, que não venham os detratores do Judiciário imaginar que vão encontrar, no exercício do meu mister, condição favorável à execração pública da magistratura. Destino ao Poder o mais sincero respeito. Durante o exercício das atividades de Promotor de Justiça, testemunhei o trabalho abnegado de inúmeros juízes. Ao estudar direito, formei a minha convicção do quanto são caras à estabilidade democrática as prerrogativas constitucionais que garantem o exercício da atividade jurisdicional, mas não posso declinar de enumerar os defeitos do Poder Judiciário e propor mecanismos legislativos para saná-los, sob pena de incorrer nos pecados da omissão e da pusilanimidade.

No aspecto estrutural, o Poder Judiciário padece de um sistema complexo, burocrático, obsoleto, moroso, estratificado em justiças especializadas, dotado de instâncias excessivas e inúmeros tribunais — características que contribuem para que o Poder Judiciário se mantenha à distância da sociedade e não consiga dizer o direito com a propriedade e o tempo dignos do cidadão.

depois, a tarefa ainda é a de, tijolo por tijolo, desmontar o desenho ilógico em que se tornou o sistema brasileiro de prestação jurisdicional.

E não poderia ser diferente. Enquanto a nova Carta Magna do país constitucionalizou o direito em profundidade e assegurou inúmeras prerrogativas à sociedade e ao Estado, a manutenção da mesma estrutura judiciária ensejou inevitável descompasso entre a demanda e a potencial capacidade do Poder. A crise expõe a hipossuficiência do Judiciário, consome a sua credibilidade e produz duas fissuras no mundo real: na esfera cível, a sensação de que o Estado juiz é inoperante para compor os conflitos de interesses; e na penal, temerária convicção de que é preferível desrespeitar a lei, porque há a garantia da impunidade. Atentem para um dado lamentável: no Brasil, o índice de eficiência da Justiça Criminal alcança algo em torno de 1%, enquanto nos Estados Unidos o indicador é 50%.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, observem que o Supremo Tribunal Federal, que deveria ser uma corte constitucional por excelência, à falta de valor vinculante das suas decisões, converteu-se, consoante a sistemática empregada, num balcão de varejo onde se discute até a tutela de “lulus de madames”. Enquanto nos Estados Unidos a Suprema Corte examina algo próximo de 100 ações por ano, no Brasil, a mais alta instância da Justiça julga mais de 50 mil procedimentos anuais.

É preciso reconhecer que o Brasil também vive indiscutível queda na qualidade do trabalho legislativo, o que propicia uma avalanche de questionamentos judiciais em matéria constitucional. Temos hoje uma legislação infraconstitucional confusa, carente de sistematização, facilitadora da procrastinação processual e patrona das lides duvidosas. Os números confirmam a gravidade do problema: por ano, o Superior Tribunal de Justiça examina aproximadamente 200 mil processos, mas conta com apenas 33 ministros.

Entre as deficiências estruturais, não poderia olvidar o abismo que se formou entre a capacidade física de operação do Judiciário e a demanda de trabalho. Existe no país a proporção de um juiz para cada 30 mil habitantes, enquanto nas nações desenvolvidas o índice é de um magistrado para cada 5 mil habitantes. Todavia, mora aqui uma gritante contradição. Quando são comparados os gastos de custeio da máquina judiciária em relação ao orçamento, o Brasil supera os Estados Unidos uma vez que os recursos são destinados a sustentar uma burocracia paquidérmica e estéril.

Sr. Presidente, é imprescindível rever o desenho estrutural do Poder Judiciário a partir de instrumento que enxugue o tamanho e as distâncias entre as instituições com especial valorização das decisões de primeiro grau de jurisdição. A somatória das justiças comum e especial conta com seis órgãos de primeiro grau, seis de segundo, além do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior Eleitoral, do Superior Tribunal Militar e do Tribunal Superior do Trabalho, com a função de uma terceira instância.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN)** — Permite-me, V. Ex.<sup>a</sup>, um aparte?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Concedo o aparte com muito prazer ao senador Garibaldi Filho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN)** — Senador Demóstenes Torres, sou um admirador da sua cultura jurídica, tenho acompanhado de perto o seu trabalho na Subcomissão de Segurança e vejo que V. Ex.<sup>a</sup> domina muito bem todos esses temas ligados ao exercício do Poder Judiciário. No entanto, gostaria de dizer-lhe — creio que V. Ex.<sup>a</sup> concordará comigo — que a reforma do Judiciário, de certa maneira, é hoje uma responsabilidade do Poder Legislativo.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Perfeitamente.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN)** — O projeto da reforma do Judiciário foi iniciado nesta Casa e chegou a ser apreciado em algumas comissões, inclusive na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando foi relator o senador Bernardo Cabral, mas, depois, a tramitação parou. A opinião pública, a exemplo daquela música popular, há de perguntar: “Parou por quê?”

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex.<sup>a</sup> diz, com muita propriedade, que o Poder Legislativo — especialmente o Senado Federal — tem responsabilidade, porque estamos discutindo o projeto da Reforma do Judiciário. Também trato do assunto neste momento, uma vez que essa reforma depende essencialmente de nós.

A Constituinte perdeu a oportunidade de fazer uma reforma profunda, mas nós não podemos perder essa chance, mesmo porque a crise de credibilidade e a ineficiência do Poder Judiciário são muito grandes, não por culpa do juiz ou do promotor de justiça, mas em virtude dessa estrutura burocratizada — uma verdadeira herança da burocracia portuguesa e da legislação colonial.

Sr. Presidente, a falta de um regime de controle administrativo do Poder Judiciário, conforme já pude relatar nesta tribuna, também contribui para alimentar a crise de confiabilidade da instituição, ainda presa ao corporativismo doentio, muito embora vozes, principalmente emanadas dos Tribunais Superiores, reconheçam a necessidade de uma urgente Reforma do Judiciário.

Ao lado dos problemas estruturais, causas orgânicas agravam a situação falimentar do sistema em vigor, especialmente no que se refere ao sistema processual esposado. Ele enseja formalidades excessivas, peca por números aviltantes de recursos e beneficia — ao revés do que norteia a filosofia jurídica — justamente quem não possui o bom direito. No Brasil, o modelo procedimental acolhe a morosidade como regra, por intermédio de uma irracional possibilidade de apelações e agravos meramente protelatórios, além de um número injustificável de instâncias.

Tramita no Senado, como disse o nobre senador Garibaldi Alves Filho, a Proposta de Emenda à Constituição nº 29 (PEC 29), de 2000, que trata da Reforma do Poder Judiciário. Já somam onze anos de discussão, sendo oito demandados na apreciação e aprovação da matéria na Câmara dos Deputados. Nesta Casa, a PEC nº 29 teve como relator o ex-senador Bernardo Cabral, a quem devoto respeito como cidadão e como jurista do mais alto gabarito. Mas, infelizmente, o texto é tímido, destina a maior parte das atenções a questões epidérmicas e está longe de restituir a credibilidade e a glória do Poder Judiciário. O Brasil precisa de uma Reforma do Judiciário profunda, que administre remédios eficazes aos graves problemas estru-

turais elencados, bem como sane as deficiências funcionais que impedem uma razoável prestação jurisdicional do Estado.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE)** — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Com muito prazer, senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE)** — Senador Demóstenes Torres, congratulo-me com V. Ex.<sup>a</sup> pelo tema que levanta aqui hoje e, aproveitando a oportunidade, comunico à Casa que, nesta semana, o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Edison Lobão, designou-me relator da Reforma do Judiciário que está tramitando naquela comissão. Certamente, para esse trabalho, precisarei muito da colaboração e da experiência de V. Ex.<sup>a</sup>. Quero também descrever a situação em que se encontram esses projetos de Reforma do Judiciário. É uma situação um pouco complicada. Existe esse projeto em tramitação na Casa, já aprovado na Câmara dos Deputados, que teve uma versão aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo, inclusive, entrado na pauta do Senado Federal no final da Legislatura passada, relatado pelo senador Bernardo Cabral, mas sem chegar a ser votado. Agora, a Câmara dos Deputados criou uma Comissão Especial para também estudar a Reforma do Judiciário, e o Ministério da Justiça, uma Secretaria Especial para a Reforma do Judiciário. Também gostaria de lembrar que há várias leis, e esta emenda constitucional só faz referência à parte da reforma constitucional do Judiciário, mas há várias modificações não-constitucionais, talvez até mais importantes. Estou iniciando o trabalho, mas sei que, evidentemente, dependerá do consenso da Casa, por tratar-se de projeto muito polêmico. Ainda há uma segunda polêmica: o projeto se refere a outro Poder e, portanto, para nós, será mais difícil tratá-lo. Mas também temos um projeto já mais avançado, já aprovado na Câmara e, portanto — não sei se V. Ex.<sup>a</sup> concorda —, estando correto, não há por que não o aprovar o mais rapidamente possível. Assim, congratulo-me com V. Ex.<sup>a</sup> pelo levantamento do tema e, como relator, coloco-me — e não poderia ser diferente — à disposição de V. Ex.<sup>a</sup> e dos demais companheiros da Casa. Muito obrigado.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Senador, agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> pela intervenção tão brilhante. Tenho certeza de que agora, com o projeto em suas mãos, teremos a oportunidade de analisá-lo com a profundidade de que precisa o Poder Judiciário.

Concordo muito com o que V. Ex.<sup>a</sup> diz. Talvez a Reforma do Judiciário implique menos reformas constitucionais e mais reformas da legislação extraordinária e da comum, porque são inúmeros os procedimentos proscratinatórios. O primeiro grau de jurisdição quase sempre não encontra a valorização adequada.

Estou à inteira disposição de V. Ex.<sup>a</sup> para contribuir com esse projeto, a fim de que ele ajude a resgatar a credibilidade do Poder Judiciário. Digo que o Poder Judiciário está perdendo a sua credibilidade não em função da desqualificação dos juízes, mas, principalmente, porque a eles não é dada a oportunidade de julgar. A sentença de um juiz de primeiro grau não tem credibilidade nenhuma, porque acaba sendo revista em inúmeras outras decisões. Por outro lado, a decisão do Supremo Tribunal Federal também não tem força alguma, porque aquele órgão julga, mas a sua decisão pode ser contrariada por qualquer outro juiz de direito, uma vez que a decisão não tem vinculação e só vale para o caso concreto.

Parabenizo o nosso presidente Edison Lobão por ter imbuído V. Ex.<sup>a</sup> dessa tarefa grandiosa, da qual, com certeza, V. Ex.<sup>a</sup> irá desincumbir-se com a presteza de sempre, a legitimidade de sempre e o brilhantismo de sempre, para o bem do nosso Brasil.

O Senado precisa ter coragem para quebrar as resistências corporativas e, por intermédio de soluções negociadas, encontrar um modelo de reforma responsável e definitiva. Os integrantes do Poder Judiciário não devem temer a atividade parlamentar, mas se integrar ao trabalho dos senadores, para que possamos encontrar paradigma de Justiça célere, eficiente e à altura do cidadão.

Que mal há em instituir sistema de prestação jurisdicional em que a complexidade seja substituída pela simplificação; a obsolescência ceda lugar aos modernos recursos da tecnologia de informação; a multiplicidade de instâncias seja trocada pelo fortalecimento do juízo de primeiro grau; a especialização débil de órgãos judiciais absorvida por instituições menos estratificadas; os atos processuais parnasianos, o delírio *apelandi* e a processualística romanista varridos em nome de uma Justiça operante?

O tempo do juiz ou do promotor de justiça protegido da demanda social em um gabinete inexpugnável e envolto em toga intangível passou. O magistrado opera parcela de soberania concedida pelo Estado e não está acima do bem e do mal. Pretender o gerenciamento da prestação jurisdicional em redomas é avocar espécie de autocracia — o que é insustentável numa sociedade que se pretende democrática.

Sr. Presidente, para finalizar, gostaria de fazer o relato de uma das maiores injustiças praticadas neste país. Trata-se de uma ação reclamatória trabalhista que remonta a lesão a um direito concedido durante o governo militar do presidente Humberto de Alencar Castello Branco e que até hoje, quase 40 anos depois, não foi reparada.

Em 1964, o referido presidente da República concedeu reajuste vencimental de 110% aos funcionários da Rede Ferroviária Federal S.A., empresa pública em extinção judicial há quatro anos. À época, a estatal, de modo discricionário, decidiu pagar aos funcionários apenas 30% do reajuste. Em 1978, só em Goiás, 432 ferroviários ingres-

saram com ação trabalhista com a finalidade de cobrar a diferença aviltada. Um ano depois, os reclamantes obtiveram sentença favorável na Primeira Vara do Trabalho. A Rede, então, recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho, e também perdeu. Não satisfeita, a estatal recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho e, mais uma vez, foi parte sucumbente. Com a finalidade meramente de procrastinar os efeitos da decisão, ingressou com recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal, e a mais alta Corte de Justiça deste país reconheceu que não havia matéria constitucional a se tratar e deu ganho de causa aos ferroviários. Em 1985, o procedimento voltou a Goiânia e foi julgada extinta a execução. O advogado Moacyr Raymundo de Souza, representando os reclamantes, conseguiu reverter a decisão em ação rescisória, mas o processo não sai da fase de execução de sentença, ainda que esteja concluída a penhora dos bens da empresa estatal. Formalmente, a Rede ingressou com embargos de execução com a finalidade exclusiva de alongar o prazo de recebimento dos reclamantes e se furtar à obrigação de reparar o dano a um direito líquido e certo.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, os ferroviários formam um grupo de pessoas que se dedicaram primeiro ao trabalho e depois à espera de uma Justiça que não se confirma. Aliás, dos 432 autores iniciais, 160 morreram sem ver a materialização de seus direitos, e certamente se foram descrentes das leis e do Poder Judiciário. Estou falando de uma gente humilde, composta por sexagenários, septuagenários e octogenários. Estiveram em meu gabinete e não foi difícil reconhecer no cenho de cada um deles a frustração com a Justiça brasileira. É muito doloroso a um cidadão ter reconhecido um direito material e, por conta das armadilhas do sistema, não conseguir obter os efeitos de uma sentença favorável.

Gostaria de pedir ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. ministro dos Transportes, Sr. Anderson Adauto Pereira, que intervenha no caso e encerre definitivamente as medidas procrastinatórias empregadas pela Rede Ferroviária Federal, que está roubando a razão de viver de aposentados e viúvas. Aquelas pessoas deram o sangue pela grandeza da estatal e hoje têm de praticar mendicância judiciária por conta da prepotência e insensibilidade histórica de dirigentes apoiados em um sistema jurídico desigual. Vou, inclusive, pedir audiência ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para expor este gravíssimo caso e solicitar providências em nome de quem já não pode mais esperar a resposta do Estado-Juiz.

Muito obrigado, inclusive pela tolerância, Sr. Presidente.

*Pronunciamento realizado em 12 de junho de 2003*

## Demonstra que o Sistema Nacional de Segurança Pública proposto pelo governo é uma bazófia e prega a urgência de se instituir a Escola Integral

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

**"Nós, brasileiros, somos um povo  
em ser, impedido de sê-lo"**

**DARCY RIBEIRO**

O Brasil vai vencer o crime organizado quando tomar duas providências — redefinir o modelo de Segurança Pública e instituir a Escola em Tempo Integral. A primeira contempla uma ampla reforma legislativa e visa o fortalecimento da função estatal. A segunda constitui-se em elemento seguro de prevenção à criminalidade.

O governo do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, atua de forma episódica nos assuntos de Segurança Pública. A cada caso de extremo clamor, são emitidos arroubos salvacionistas, mas, infelizmente, não houve a manifestação sistematizada por parte do Ministério da Justiça de um projeto consistente no setor. Tenho consciência de que a tarefa é árdua, envolve complexa engenharia jurídica e vai demandar o dispêndio de enorme capital político para diluir as imposições corporativas das instituições afins. Mas, seis meses após a posse do presidente Lula, não há nada de novo no ar.

Falando francamente, o Sistema Único de Segurança Pública esboçado pelo governo Lula é rigorosamente o “mesmo soldado em farda de gala”, ou seja, reproduz de forma piorada as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Gostaria muito de me congratular com mais esta guinada do Partido dos Trabalhadores ao centro, mas, neste caso, a posição conservadora é mãe do retrocesso.

À época da formulação do Plano Nacional, eu era Secretário da Segurança Pública e Justiça de Goiás, participei ativamente dos trabalhos e pude registrar, reiteradas vezes, ao então ministro da Justiça José Gregori e ao general Alberto Cardoso, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que estávamos colocando “remendo novo em vestido velho”. Insisti que a propugnada integração policial era um placebo e que era preciso avançar no sentido da constituição de uma Polícia Única.

A integração das polícias pretendida pelo Ministério da Justiça possui pouca prática. É uma ilusão imaginar que as Polícias Civil e Militar vão purgar as suas



Agência Senado

*“O narcotráfico expande-se com uma força que o Brasil não tem sido capaz de enfrentar”*

diferenças por intermédio de academias e corregedorias unificadas. Na vida real, não basta assinar um decreto com o autorizo de comando único das corporações ao secretário da Segurança Pública para que a liderança efetiva se consolide. E duvido muito, a se considerarem o traço estrutural e os vícios de comportamento de cada instituição, que haverá compartilhamento das informações de segurança apenas com intenções formais. Na ocasião, argumentei que era imperioso o comparecimento da União no custeio do setor. Os Estados, sozinhos, são incapazes de financiar o socorro



a um problema de escala internacional e que fere a soberania do país. No entanto, o Ministério da Justiça possui, neste ano, 424 milhões de reais, sendo que parte do recurso ainda está contingenciado para investir em segurança. Ora, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, isto é troco orçamentário.

Há uma compreensível impaciência da sociedade com a falta de reação do Estado brasileiro. Como muito bem asseverou aqui um senador decano, o Brasil está no limiar de uma guerra civil. Eu estou falando que os narcotraficantes possuem condições objetivas de organizar milícias armadas neste país: possuem dinheiro, equipamento militar e pessoal facilmente recrutável. Além de a improvisação ser uma marca do Estado brasileiro, também a hipocrisia é imanente ao Brasil oficial. Será que a organização de comandos criminosos, o enfrentamento bélico das forças policiais, o domínio útil dos presídios e o extermínio de jornalistas e magistrados não são atos de beligerância?

A Reforma da Tranqüilidade Pública é inadiável, e esta Casa tem a responsabilidade de fazê-la; do contrário, o brasileiro vai, primeiro, reconhecer que somos espécie de “marido omissor”, depois, com justa razão, supor a nossa conivência com o crime organizado. A Reforma colima o objetivo de soerguer o Estado brasileiro para garantir a satisfação da pessoa de bem, e se propaga em três direções do processo legislativo: 1) definição de um novo modelo de estruturação policial a partir do conceito de unificação das corporações civis e militares; 2) reforma dos estatutos penais e processuais penais com vista ao endurecimento da lei em relação aos delitos de grande potencial ofensivo e aos crimes vinculados às atividades do crime organizado; 3) alteração do perfil constitucional das Forças Armadas com a finalidade de inseri-las na missão de Segurança Pública, especialmente no trato com o crime organizado.

O Congresso Nacional está examinando um pacote de 17 proposições, entre propostas de emenda constitucional e projetos de lei, que aperta um pouco o nó do ordenamento penal frouxo em vigor. São matérias relevantes, como a chamada Lei do Crime Organizado, que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. Há o projeto de lei que trata dos crimes de corrupção ativa e passiva; a Lei de Lavagem de Dinheiro; a lei que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública; a que dispõe sobre o Sistema Nacional Antidrogas, entre outras.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, as iniciativas são muitas e demonstram a responsabilidade do Congresso Nacional com a elevação da taxa de eficiência do Estado na prestação do serviço de Segurança pública e de moralização deste país. As propostas confirmam que o Parlamento, desde já, chamou a si o dever de defender a sociedade honesta, amparar as vítimas, limpar as polícias e enfrentar as organizações criminosas. Nos próximos dias 24 a 26, a Câmara dos Deputados promove a Semana da Segurança Pública, quando as maiores autoridades na matéria demonstrarão que tudo pode piorar bastante em matéria de tranqüilidade do cidadão.

Sr. Presidente, acredito que será de boa providência da Câmara dos Deputados e do Senado aproveitarem o momento e fazer, efetivamente, a Reforma da Tranqüilidade Pública. Esta Legislatura não pode olvidar de construir um estatuto jurídico capaz de dar sustentação ao Estado brasileiro para derrotar o crime organizado. O passivo social provocado pela insegurança e a violência é talvez mais asfixiante do que a carga tributária ou o déficit controverso da Previdência.

Não se iludam, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, o narcotráfico expande-se a uma velocidade e força que o Brasil não é capaz de resistir com a configuração dos instrumentos legais de repressão disponíveis. Mesmo porque, é muito importante que se diga, conforme sobejamente noticia a imprensa, é evidente o índice de contaminação das autoridades brasileiras com a modalidade criminosa.

Observem que a Segurança Pública é um serviço bastante oneroso e consagra uma atividade de controle permanente, principalmente quando não são praticadas medidas preventivas à propagação do crime e da violência. Durante o meu mandato de Procurador-Geral de Justiça e quando dirigi a Secretaria de Segurança Pública de Goiás pude, infelizmente, reconhecer que os policiais mais abnegados muitas vezes “enxugavam gelo”, uma vez que a força multiplicadora do delito era irresistível.

Não existe mecanismo de prevenção à atividade criminosa mais eficiente do que a educação. No Brasil, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, foi realizado o maior esforço de inserção escolar que se teve notícia na história deste país. Hoje, o Ministério da Educação é comandado por um educador renomado e competente, o ministro Cristovam Buarque, mas, conforme reconhece o ministro, é preciso avançar no sentido de instituir a Escola em Tempo Integral.

Quando se defende esse modelo escolar, logo se imagina a dupla jornada do ensino fundamental, mas a carga horária é apenas um detalhe. O paradigma de educação encerra a idéia da proteção integral da criança e do adolescente. Ao permanecer no ambiente escolar em dois turnos, receber educação formal, reforço escolar, alimentação, atividade esportiva, ofício religioso, desenvolvimento artístico e compreensão da informática, o aluno é preservado do ambiente deletério das ruas.

Um país como o Brasil, imerso no desdouro do Terceiro Mundo (onde, conforme asseverava o antropólogo e ex-senador Darcy Ribeiro, “não existe nenhum porco abandonado, mas milhares de crianças comendo lixo”), não pode prescindir de uma instituição escolar integral. A ideologia da Escola em Tempo Integral é a de ministrar educação de alta resolutividade ao lado da preservação do aluno das tentações das drogas, do delito, do trabalho precoce, da violência familiar e da corrupção moral. A escola precisa ser um ente protetor por excelência e criar um ambiente no qual o aluno vai estar imune ao cotidiano contaminado e perverso das drogas. A idéia é retirar a criança e o adolescente das mãos do traficante e entregá-los nas mãos do professor.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) prescreve, de maneira tímida, a instituição da Escola em Tempo Integral. Na Câmara dos Deputados, três projetos de lei dispendo sobre a matéria tramitaram sem sucesso na legislatura passada e, no Senado, encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos projeto de lei que propõe destinar parte dos recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza à Escola em Tempo Integral.

Desde 1925, o grande educador brasileiro Anísio Teixeira já defendia a criação do modelo educacional destinado à formação completa do aluno. Em 1950, inclusive, na Bahia, conseguiu implantar o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, composto de quatro escolas-classe e uma escola-parque destinadas às classes populares e com a finalidade de “proporcionar ao aluno oportunidades para desenvolver a iniciativa, a autonomia, a cooperação, a responsabilidade e o respeito a si mesmo e aos outros”. Na concepção original de Brasília era previsto o projeto de Teixeira em todas as quadras, mas a iniciativa não foi adiante, como também não prosperaram os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), no Rio de Janeiro.

Certamente, os erros do passado podem muito nos ensinar a corrigir rumos. Percebo o firme propósito do ministro da Educação em instituir a Escola em Tempo Integral e reconheço as dificuldades orçamentárias que impedem a sua implementação. De acordo com o ministro Cristovam Buarque, são necessários 2 bilhões de reais por ano para que se consiga contemplar toda a rede nacional de ensino fundamental até o ano de 2010. Infelizmente, o Brasil não pode esperar e precisa encontrar meios de financiamento capazes de encurtar esse tempo.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, acredito que uma maneira de obter os recursos suficientes para a instituição da Escola em Tempo Integral é a legalização de todas as modalidades de jogos de azar. Eu, particularmente, sou avesso a tal conduta, não me agrada o ambiente dos cassinos, mas tenho de reconhecer que uma tremenda hipocrisia domina o tratamento que se dá à matéria no Brasil.

Neste país a jogatina atua em escala industrial, com controle débil, alimenta a corrupção policial, a corrupção judiciária e a corrupção política, causando perdas incomensuráveis de receita tributária. Enquanto o cassino-empresendimento é formalmente proibido, na rede mundial de computadores, milhares de sítios, operados a partir da Costa Rica, oferecem toda modalidade de jogo virtual sem qualquer critério. No Brasil, atuam clandestinamente algo próximo de 500 mil máquinas caça-níqueis. É mais do que nos Estados Unidos, onde existem 434 cassinos.

O Brasil pode legalizar e controlar a atividade por intermédio de uma legislação rígida e um órgão de gestão insuspeito, como ocorre no modelo americano, formado pelo Ministério Público, Receita Federal, Polícia Federal e empresários afins. Somente o segmento do cassino planeja investir no Brasil aproximadamente 1,5 bilhão de dólares, gerar mais de uma centena de milhares de empregos e produzir uma receita fiscal capaz de praticamente financiar a Escola em Tempo Integral. Nos Es-

tados Unidos, em 2001, de acordo com dados da Agência Estatal de Regulação dos Jogos, o recolhimento tributário do setor alcançou a cifra de 3,6 bilhões de dólares. Naturalmente que o mercado brasileiro vai gerar receita bem mais tímida, mas, com certeza, capaz de financiar o desafio educacional deste país.

Não estou falando em nada de inusitado. O Brasil já utiliza o dinheiro do jogo legal para subsidiar o estudante universitário pobre e os atletas olímpicos brasileiros. De acordo com o balanço do ano passado da Caixa Econômica Federal, as loterias administradas pela União repassaram 1,3 bilhão de reais, fora a geração de 386,4 milhões de reais em Imposto de Renda e a transferência de 940,7 milhões de reais para a constituição do Fundo Nacional de Cultura e do Fundo Penitenciário, custeio da Seguridade Social, do Crédito Educativo, dos clubes de futebol, da Secretaria Nacional de Esportes e do Comitê Olímpico Nacional.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, a Escola em Tempo Integral pode ser realizada. É o mecanismo mais eficiente para a prevenção da criminalidade e o custeio da instituição é legítimo. Este país poderá fazer um esforço civilizatório suficiente para que deixemos de ser uma nação lamuriante e subalterna.

Muito obrigado.

*Pronunciamento realizado em 18 de junho de 2003*

## Afirma que o brasileiro já desconfia que há algo de *non sense* no discurso presidencial e relaciona as impropriedades dos seis meses do PT no Poder

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

***"Bem-aventurado aquele que chegou à ignorância  
além da qual não pode continuar"***

**UMBERTO ECO**

Quando o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu o comando do Brasil, pediu paciência, assegurou ousadia e jurou humildade. Avocou o testemunho de Deus e se assenhorou do tempo para oferecer à nação o "País do Milênio". Justiça social aos humilhados, rigor punitivo às imoralidades gerais, pluralismo às minorias, segurança empreendedora a quem precisa produzir e dignidade universal em forma de terra, soberania, pão, crescimento sustentável e distribuição de renda. À conjugação do verbo *mudar* consignou uma das mais formidáveis mensagens de esperança, como se a História reservasse ao seu otimismo parcelas sagradas da predestinação.

O Brasil se encheu de entusiasmo para ouvir a voz do coração operário que se tornou Presidente da República. Depois soou engraçado o primeiro mandatário quebrar protocolos e subverter as liturgias do cargo. Em seguida, Lula decidiu governar o Brasil em solenidades e, dos seus pronunciamentos, passou-se a inferir que havia algo de *non sense* no ar, a começar pela quantidade. Um presidente que fala três vezes ao dia foge ao razoável e cria sensação de erro essencial em relação ao governo, principalmente se se considerar que o desempenho da economia é pífio, com desemprego recorde, deflação, juros exorbitantes, crescimento negativo e futuro incerto.

O PT finalmente governa o Brasil e devia estar feliz; no entanto, vive crise de identidade. Os próprios ministros e o vice-presidente se encarregam de dar publicidade às antipatias pós-nupciais da coalizão que assumiu o poder. Movido por intenções ambíguas, o governo tem vergonha de admitir que não há o que se fazer além do "Brasil do Possível" de Fernando Henrique Cardoso, mas não apresenta alternativa de desenvolvimento. Em vez de emprestar padrões éticos aos costumes políticos, pratica o tacanho favoritismo de ontem para compor a base de sustentação, ao mesmo tempo em que acena com o expurgo partidário para calar a própria dissidência e, principalmente, administra sob espasmos e improvisos.

O mesmo Lula que garantiu não tocar a obra sob o "arroubo voluntarista" está queimando o seu capital político em um falatório estabonado, às vezes, vulgar e de

excessivo apelo à própria pessoa. Parece que, à falta de resultados palpáveis no conjunto do governo, o servidor número um do país, como Sua Excelência se diplomou, é encarregado de fazer diariamente o ganha-pão político de um *establishment* delirante. Patrono de um discurso monocórdio, que sevia o óbvio para esposar a deselegância, o Presidente imagina solver os graves problemas nacionais, lançando mão do lugar-comum.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, por obrigação institucional e dever de cidadania, sou leitor assíduo dos pronunciamentos do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente e gostaria de assentar meus argumentos no que o “Luiz Inácio falou”. Ao cair do pano, vou demonstrar a esta Casa que a sabedoria popular, da qual se vale o primeiro mandatário, tem sido péssima conselheira, além de provocar inúmeros pretextos de mal-estar. Como minha palavra é breve, mencionarei discursos pontuais.

No dia 23 de janeiro de 2003, na posse do diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, entusiasmado com a grandeza da hidrelétrica, Lula afirmou que a América do Sul “exige” que o Brasil lidere o subcontinente, porque um país que construiu uma usina daquele porte não pode ser considerado do Terceiro Mundo. Lembrou que o seu mandato tem quatro anos e lançou a primeira de uma série de filosofadas de jogador de futebol: “O bom técnico não é aquele que começa ganhando, é aquele que termina ganhando, porque o que vale é o final do jogo”.

No dia seguinte, no III Fórum Social Mundial, mencionou, em três oportunidades, a duração do seu mandato e mostrou os primeiros sinais do múnus sebastianista que emula as suas intenções políticas: “Posso cometer algum erro, mas (...) jamais negarei uma vírgula dos ideais que me fizeram chegar à Presidência da República”.

**O SR. PRESIDENTE ROMEU TUMA (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA.)** — Prorrogo a sessão para que V. Ex.<sup>a</sup> conclua o seu pronunciamento e, também, seja aberto o livro.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Paternal, o presidente Lula jurou que “nenhuma criança irá dormir sem um prato de comida e nenhuma criança acordará sem café da manhã”, muito embora o Programa Fome Zero, na ocasião, produzisse a primeira grande patuscada do seu governo no sertão do Piauí.

Catorze de fevereiro de 2003. Solenidade de assinatura de projetos de cooperação entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. Na vida real, o ministro José Graziano sofria inúmeros desgastes por não saber o que fazer com o Fome Zero, mas o presidente Lula declarou-se um sonhador vaidoso: “Possivelmente, o nosso projeto de combate à fome não seja o mais perfeito do mundo, mas duvido que no mundo tenha um mais perfeito que o nosso”.

Estamos em final de junho e a iniciativa continua nas boas intenções. O Ministério da Segurança Alimentar, conforme demonstrou o jornal *Correio Braziliense* do

último domingo [22 de junho de 2003], não consegue definir o conceito de pobre para distribuir o benefício de 50 reais.

Talvez, se o Senhor Presidente tivesse sido mais bem aconselhado, não teria refletido de forma precipitada sobre as variáveis econômicas de um país como o Brasil. Em cerimônia na Confederação Nacional do Comércio, em 24 de fevereiro, o presidente Lula garantiu que reduziria os juros, e, em um gesto messiânico, aduziu: “O país vai crescer porque eu levanto, cada dia, mais otimista com o Brasil”.

No dia seguinte, em outro ato público, reforçou a tese da predestinação ao afirmar que o “governo precisa olhar para o povo como se estivesse olhando para o seu próprio filho”. Mas esse discurso paternal não esconde a realidade madrasta — “o Brasil está se esvaindo com os juros”, como afirmou o vice-presidente da República, José Alencar.

No dia 10 de março, o orçamento já estava há um mês contingenciado, com o corte de 14 bilhões de reais — medida motivada por um erro primário da equipe econômica, que se esquecera de corrigir as despesas projetadas e, por esta razão, teve de mutilar os investimentos, inclusive na área social, tão cara ao governo do PT. Mas, na voz do Presidente da República, um Brasil surreal foi assim descrito durante solenidade na fábrica da Mercedes Benz: “Se comete o equívoco e o erro de se ficar discutindo que custa muito fazer reforma agrária”.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** — Senador Demóstenes Torres, permite-me, V. Ex.<sup>a</sup>, um aparte?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Ouço V. Ex.<sup>a</sup> com prazer.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** — Senador Demóstenes Torres, estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>. Em determinado momento, citou a assinatura de importante convênio feito no Estado do Piauí. Todo o Brasil sabe que Guariba foi escolhida como cidade-símbolo desse programa. No fim de semana passado, estive na região e percebi que a frustração dos trabalhadores é enorme. Para corroborar o que V. Ex.<sup>a</sup> afirma, trago a informação de que, no governo passado, o município de Guaribas recebeu 50 mil reais desses programas de ajuda social. Agora, com toda a divulgação que teve o Programa Fome Zero, o valor foi reduzido para 25 mil reais. Não quero prejudicar o presidente Lula nem desmerecer sua intenção, mas advertir, alertar, chamar a atenção da equipe de governo para a burocracia que está tomando conta de suas ações, desviando a boa intenção do Senhor Presidente e não permitindo que o programa alcance, pelo menos, parte do sucesso que Sua Excelência imaginou que teria. Faça esse registro para que a nação tome conhecimento de que Guariba depositou grande esperança no Programa Fome Zero e foi prejudicada. Pessoas de fora tentaram se mudar para a cidade na esperança de usufruírem de

um novo oásis, de um novo paraíso, mas a realidade, até o momento, é frustrante. Espero que o governo federal examine a questão e a corrija enquanto é tempo. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE ROMEU TUMA** — Senador Demóstenes Torres, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que não conceda mais apartes, pois o tempo destinado ao seu pronunciamento deve terminar em cinco minutos.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Sr. Presidente, pretendo apenas terminar meu pronunciamento.

Senador Heráclito Fortes, agradeço a oportuna intervenção de V. Ex.<sup>a</sup>. Como noticia o jornal *Correio Braziliense*, o governo petista ainda não conseguiu definir o que seja “pobre”. Então, o dinheiro está parado — mais de 200 milhões de reais estão à espera da definição do conceito de “pobre” para que comecem a ser distribuídos em parcelas de 50 reais. É isto que clamo: que haja celeridade, que haja determinação do governo. Que o governo efetivamente comece a governar.

O governo Lula ainda não conseguiu assentar um só trabalhador sem terra. No Pontal do Paranapanema, o Sr. José Rainha pretende, até o final de julho, consolidar uma nova Canudos com 20 mil pessoas, para forjar situação imponderável. Nunca houve tantas invasões políticas de terras produtivas neste país.

Em outro momento, sem apontar alternativa alguma, o presidente Lula confortou o país com mensagem de infalibilidade: “Quero que vocês deem todo dia com a consciência tranqüila, que este amigo de vocês, este companheiro, nunca deixará de ser companheiro de vocês”.

No dia seguinte, o presidente Lula proferiu dois pronunciamentos que espelham a indelicadeza a que me referi acima: no lançamento do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, afirmou que tamanho não era documento ao comentar a estatura da dra. Ruth Vilela. Já num encontro com prefeitos, o Presidente da República, ao comentar a importância dos municípios no ambiente institucional do país, argumentou que é nas cidades que se pode “encontrar um vereador no boteco da esquina tomando uma e dando outra para o santo”.

Vamos ao dia 24 de março, data em que o presidente Lula descobriu que a retórica tem o poder mágico de converter mazelas complexas em ação de graças, atitude que diverge na forma, mas que coaduna com os tempos em que este país era transformado por decreto. Na cerimônia de comemoração dos 50 anos da Volkswagen do Brasil, a nação estava profundamente constrangida com o assassinato do juiz-corregedor do Espírito Santo, Alexandre Martins, mas o presidente Lula, num ato de demagogia cumulada com bravata, anunciou que iria “ganhar a guerra contra o crime organizado porque a grande maioria do povo brasileiro vive do seu suor”.



Na última segunda-feira, o próprio presidente do PT, José Genoíno, reconheceu que o governo Lula fala muito e age pouco quando o assunto é segurança pública. As razões do ex-deputado são paroquianas. Nesses cinco meses, furtaram o carro do ministro da Justiça; o próprio Genoíno escapou de um “seqüestro-relâmpago”, porque foi buscar uma escova de cabelo; e, agora, ocorreu o lamentável latrocínio contra um segurança do filho do presidente da República.

Ora, trata-se de mais uma banalidade, uma vez que os membros desta Casa, especialmente os integrantes da Subcomissão de Segurança Pública do Senado, estão desenvolvendo um esforço extraordinário de proposição de um novo estatuto jurídico para o endurecimento com o crime organizado e o narcotráfico, e a maior oposição encontrada situa-se justamente no Ministério da Justiça — e sua opção preferencial pelos direitos humanos dos bandidos.

Desde o dia em que o Presidente da República resolveu o problema da criminalidade no grito, sucessivas providências passaram a ter amparo gutural. Em 8 de abril, durante o lançamento do Programa de Regularização das Favelas, em São Paulo, o presidente Lula vaticinou: “Se a gente não pode fazer tudo, temos de cuidar de quem está pior, ou seja, vamos acabar com as palafitas deste país”. Na sede da Confederação Nacional da Indústria decidiu alfabetizar 20 milhões de jovens e adultos. Uma revolução, de acordo com o primeiro mandatário. Ora, em cinco meses o governo Lula ainda não movimentou um centavo dos 273 milhões de reais previstos no orçamento para a erradicação do analfabetismo.

Que tal a sua projeção de que, em quatro anos, o Brasil vai receber mais turistas do que a França e a Espanha? Ou o Ministério da Educação formar 10 mil doutores nas regiões Norte e Nordeste? Nos improvisos presidenciais, colhi expressões que beiram ao pasmo por nada significar. Não passam de um cipoal de empulhações que só a historiografia será capaz de decifrar. Embora eu as considere extremamente prejudiciais, uma vez que dão azo a interpretações distorcidas. Observem que pérolas da obviedade e da indiscrição: “Na vida de um ser humano acontecem muitas coisas que normalmente ele não prevê que vai acontecer.” Ou: “A dura realidade é que todos temos um pouco de louco dentro de nós.”

Ainda vou tratar da matéria com o devido respeito que merece o povo do Brasil, mas gostaria de mencionar que há algo de dissimulado nos propósitos do governo Lula, quando o primeiro-mandatário afirma que “as reformas não podem ser feitas sem significar mudanças”. Em relação ao projeto proposto de alteração do sistema tributário, faço minhas as preocupações do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Celso Lafer Piva, para quem “o sistema tributário vai continuar sendo o freio e não o motor da economia”. E, em nome do Estado de Goiás, garanto que não emprestarei o meu mandato para referendar um arremedo de Reforma Tributária.

Sr. Presidente, para finalizar, este país não pode mais ser governado dos palanques e parlatórios nem regido por mensagens aparentemente filosóficas, mas pertinentes a informações derivadas do ouvir dizer, sem lastro no mundo real, despiciendas de fundamento teórico, e temerárias, à medida em que atendem à ética do Chacrinha — não explicam coisa alguma e confundem bastante, o que é impróprio a um governante que gerencia a grandeza e a diversidade do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, inclusive pela tolerância.

*Pronunciamento realizado em 24 de junho de 2003*

## Fala do regime militar, ressalta a qualidade das Forças Armadas e sustenta que é preciso pensar a sua inserção na política de Segurança Pública

Senhor Presidente  
Senhoras Senadoras  
Senhores Senadores

***"Se lembra quando toda modinha falava de amor,  
pois hoje só dá erva daninha no chão que ele pisou"***

**CHICO BUARQUE**

Quando o presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo deixou o poder, em março de 1985, e encerrou o ciclo dos governos militares, rogou ao povo brasileiro que o esquecesse. As palavras do último general foram interpretadas à época como mais uma indelicadeza de quem administrou o Brasil por seis anos, valendo-se do linguajar da cavalaria; mas, no fundo, o presidente Figueiredo reconhecia a antipatia que a sociedade alimentava pelos militares. Também pudera, o golpe de 64, que viera para trazer progresso, manter a ordem no capital e trabalho, salvar o país dos titeres de Moscou e acabar com a corrupção, terminou em estertor.

A inflação fechou, em 1984, segundo o IBGE, em 223,9%. A economia planificada e reclusa evidenciava a exaustão do modelo estatizante. A rejeição às eleições diretas reforçou a repulsa política ao regime de farda, enquanto a vilania dos aparelhos de fabricar dor e morte nos quartéis, embora desativados, corroíam as Forças Armadas por dentro.

Quanto à corrupção, o mal da rapinagem ingressou nas vísceras do regime por intermédio da tortura e não foram poucos os espetáculos vexaminosos que produziram escândalos do tamanho dos golpes hodiernos contra a temperança da viúva, como o da Mandioca, das Polonetas e o da Coroa-Brastel, entre outros. O período de exceção, com certeza, fez avançar o setor de infra-estrutura do Brasil, mas a um custo político que atrasou a Nação em duas décadas. Felizmente, o país soube realizar a transição democrática sobejamente negociada, praticamente imune aos traumas e fantasmas que até hoje atormentam os vizinhos Argentina e Chile. Gostaria de reconhecer o quanto, na minha juventude, injustamente excomunguei o governo José Sarney. A paciência e a tolerância que imaginava serem atos de pusilanimidade do ex-presidente, hoje compreendo como o comportamento altivo de quem tinha o delicado dever de dar livre trânsito à consolidação da democracia.

A doutrina do Brasil "ame-o ou deixe-o" foi suplantada pelo "braço forte e mão amiga", ou seja, a inserção incondicional das forças militares num único propósito: o de servir o Brasil. Desde que deixaram o poder, as Três Armas, hoje sob o comando do



Victor Soares / ABr

*A doutrina “ame-o ou deixe-o” foi substituída pelo compromisso total de servir à Nação*

Ministério da Defesa, contribuíram muito para a grandeza do país e, junto com a Igreja, são uma das poucas instituições que passaram pela prova do Estado de Direito sem experimentar os apupos da opinião pública.

Observem, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, que o Estado democrático e a liberdade de expressão abriram as entranhas de praticamente todas as instâncias dos Poderes Legislativo e Judiciário, e do alto comando do Executivo. A Nação pintou a cara, desfez-se de um presidente malandro e seguiu adiante sem a menor sombra de regresso conservador. Acredito que, ao lado do Ministério Público, as Forças Armadas foram as únicas organizações estatais preservadas do achincalhe. Por essa razão, gozam da majoritária credibilidade popular e devem dar sua contribuição à faxina.

De acordo com o instituto de pesquisa Ibope, a aprovação da conduta dos militares supera a casa dos 80%. Não é sem motivo que, ante um quadro de extrema insegurança pública e inferioridade do Estado no embate com o crime organizado e a violência, sejam eles os “desejados”, como o mito de Dom Sebastião, perdido no “areal” do devaneio lusitano.

É compreensível que a mesma sociedade que empresta a mais cara confiança às Forças Armadas entenda que chegou a hora de os militares arrumarem o quepe e virem às ruas garantir a tranqüilidade pública. Alerto, Sr. Presidente, que a provi-

dência é necessária, mas a paixão é má conselheira quando se trata de questão de extrema complexidade. É uma inominada tolice considerar que os órgãos circunscritos ao Ministério da Defesa têm missão messiânica. Acredito que as instituições militares possuem um papel a desempenhar no conjunto de tarefas que compõem o serviço de segurança pública, mas advirto que o desenvolvimento da atividade não pode ser feito a varejo e muito menos de forma atabalhoada e demagógica.

Já tive a oportunidade de argumentar, nesta Tribuna, ser curial a redefinição do perfil constitucional das Forças Armadas para incluir no rol de sua competência, além da tarefa de defesa, a de segurança pública. Não imagino uma dupla de jovens de 18 anos, recrutados para servir o país, em uma viatura, fazendo policiamento ostensivo isolado ou trocando tiros com delinqüentes pé-de-chinelos. Tenho a convicção de que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica têm função relevante e imprescindível, especialmente no controle e na fiscalização das fronteiras secas, dos portos e dos aeroportos, em conjunto com a Polícia Federal. O objetivo primeiro dessa atuação deve ser a interceptação do narcotráfico e do comércio ilegal de armamentos. A idéia esposada na Subcomissão Permanente de Segurança Pública desta Casa é de, tão-somente, empregar as Forças Armadas no combate ao crime organizado.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, as Três Armas podem fornecer extraordinário apoio logístico às ações de segurança, atuar diretamente em operações excepcionais que demandam esforço militar para o enfrentamento de um inimigo bem armado e emprestar a capacidade de seu aparato de informação, com a finalidade de subsidiar o trabalho de inteligência policial. Observem que já foi realizada intervenção nesse sentido com êxito, por exemplo, no suposto envolvimento do Secretário de Esportes do Rio de Janeiro com narcotraficantes.

Ao mesmo tempo em que o Brasil precisa alterar o modelo de definição constitucional do papel das Forças Armadas, conferir-lhes poder de polícia e capacitá-las ao desempenho da função, é inolvidável criar-se mecanismo em lei ordinária para salvaguardar da competência da Justiça comum os atos praticados pelos seus agentes em missão de segurança pública. Não se trata de criar escusas para a não-punição, mas de manter sob a jurisdição militar a apreciação das responsabilidades das ações geradas durante as atividades, a serem definidas, de combate ao crime organizado. Com muita razão, há uma preocupação dos comandos das Três Armas em irem às ruas sem a devida proteção legal, como aconteceu durante o período de carnaval, no Rio de Janeiro, quando um cidadão foi alvejado e morto ao desobedecer a ordem de parada em uma barreira militar. Ora, não fosse o depoimento da mulher da vítima, certamente o militar estaria em maus lençóis.

O Brasil não pode prescindir das Forças Armadas neste momento em que a soberania do País está ameaçada pelas “narcoquadrilhas” internacionais. De acordo com pesquisa da Organização das Nações Unidas, o Brasil, no cenário do continente sul-americano, é hoje o segundo maior consumidor de maconha e o nono de cocaína e se

tornou o principal corredor de exportação da droga produzida nos países andinos. Aproximadamente 70% dos narcóticos processados na Colômbia, no Peru e na Bolívia passam pelo país. A Polícia Federal possui efetivo de aproximadamente 6 mil homens e pode até parecer significativo o argumento do Ex.<sup>mo</sup> Sr. ministro da Justiça de que irá aumentar em 70% o número de policiais federais. Ainda assim, continuarão a descoberto os 14 mil quilômetros de fronteira seca e os 8 mil quilômetros de faixa costeira.

O Brasil já podia estar executando tarefa de interceptação e abate das aeronaves que transportam droga na Amazônia, caso o governo federal, especialmente o Presidente da República, tivesse regulamentado a lei que trata da excepcionalidade da medida. De acordo com informações do comando da Aeronáutica, os narcotraficantes chegam a debochar dos pilotos que executam patrulhamento aéreo da região, pois sabem que estão garantidos pela impunidade. Conforme dados do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), cerca de 3.500 aeronaves trafegam por ano, clandestinamente, pelo espaço aéreo da mata equatorial transportando entorpecentes. Vale dizer que, após a implantação do Sivam, esse número baixou para 1.500 aeronaves.

Sr. Presidente, as Forças Armadas possuem uma carga de atribuições bastante abrangente, mas, infelizmente, desde 1995, recebem tratamento de segunda classe quando são comparadas suas dotações orçamentárias com suas atribuições institucionais. O resultado não poderia ser outro a não ser a obsolescência material e operacional, a falta de motivação e uma profunda dúvida sobre as garantias de que o Brasil terá possibilidade de sustentar a própria soberania. Há um equívoco recorrente de que é desnecessária uma estratégia de defesa nacional, uma vez que reina a paz no continente americano. Ao mesmo tempo, conforme entendimento do próprio Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República, imagina-se que o Brasil exerça liderança natural no Cone Sul e, por essa razão, jamais seria molestado.

Em que pese à abnegação das três Forças, é preciso reconhecer que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica estão sendo submetidos a tamanha inanição orçamentária que não seria arriscado afirmar que, daqui a pouco, os recrutas terão de ser enquadrados no Programa Fome Zero. No ano passado, 45 mil conscritos foram dispensados.

**O SR. TIÃO VIANA (BLOCO/PT-AC)** — Permite-me, V. Ex.<sup>a</sup>, um aparte, senador Demóstenes Torres?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Com muito prazer, senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA (BLOCO/PT-AC)** — Caro senador Demóstenes, estou acompanhando o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> a favor da soberania brasileira, da defesa naci-

onal e do fortalecimento das nossas Forças Armadas, e acredito que a sua intenção é a melhor possível. Devemos estar unidos na construção e no fortalecimento dos instrumentos que permitam a defesa mais estruturada do nosso país. Temos um parque de aviação poderoso e uma estrutura militar elevada, no Exército, mas vivemos uma crise orçamentária e estrutural crônica. V. Ex.<sup>a</sup> é sabedor das dificuldades e dos momentos de asfixia e verdadeiro estado de coma por que passaram setores das Forças Armadas brasileiras, em relação à sua manutenção, até o governo anterior. Nós, do atual governo, podemos trazer otimismo e esperança, mesmo reconhecendo as dificuldades que ainda viveremos nos próximos meses, ao dizermos que aprovamos na LDO as regras orçamentárias para o exercício de 2004, que serão votadas em 2003, segundo as quais os recursos referentes às Forças Armadas aprovados na Comissão de Orçamento não mais sofrerão contingenciamento. Essa é uma homenagem que o nosso governo traz ao pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> e um alento, entendendo que a defesa, a política de segurança alimentar, a educação, a saúde e a ciência e tecnologia não sofrerão mais, neste país, os famigerados e negativos instrumentos do contingenciamento que tanto ocorreram em governos anteriores.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — V. Ex.<sup>a</sup> usou da palavra com muita sabedoria, senador Tião Viana. Realmente, tanto a educação quanto a saúde, no Brasil, têm a sua verba vinculada. Querendo ou não, 25% do Orçamento no final do ano, por imposição legal, têm que ser aplicados em saúde e educação. Mas as Forças Armadas e o Ministério da Justiça — que, hoje, também aplicam recursos em segurança pública — têm o seu orçamento contingenciado. Essa aprovação referida por V. Ex.<sup>a</sup> chegou às Forças Armadas — eu estava lá em Tabatinga nessa operação — e foi muito comemorada. Na ocasião, eu lhes prometi apresentar um projeto para que isso se tornasse cotidiano, ou seja, que tanto os recursos orçamentários das Forças Armadas como os do Ministério da Justiça não sofressem contingenciamento, a partir de então, na Lei Orçamentária aprovada, o que já é um avanço extraordinário. Inclusive quero contar com a simpatia de V. Ex.<sup>a</sup> para a aprovação desse projeto de lei.

**A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO (BLOCO/PT-MT)** — Permite-me, V. Ex.<sup>a</sup>, um aparte, senador Demóstenes Torres?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Concedo o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>, senadora Serys Slhessarenko.

**A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO (BLOCO/PT-MT)** — Senador Demóstenes Torres, eu deveria ter ido a Tabatinga junto com V. Ex.<sup>a</sup>; infelizmente, não foi possível. Mas, no mês de maio estivemos na Cabeça do Cachorro, na Reserva Ianomâmi, nos Arawetés

e em São Gabriel da Cachoeira, onde tivemos uma visão bastante consistente, vamos dizer assim, da importância das Forças Armadas na defesa da integridade do território nacional, em especial da nossa Amazônia. Quanto mais conheço a questão da Amazônia, quanto mais lá estou, quanto mais ouço pronunciamentos como os de V. Ex.<sup>a</sup>, quanto mais leio, quanto mais procuro entender a Amazônia, mais convicta estou da necessidade de tomarmos uma atitude de governo séria com relação à preservação da integridade do nosso território. Trata-se da própria soberania nacional, porque estamos totalmente ameaçados até de sermos arrancados de lá. Não se trata de abordar essa questão com radicalismo. Tomar providências significa, imediatamente, reforçar a situação dos povos indígenas, dos ribeirinhos, enfim, de todo o povo que vive na Amazônia, que tem condições de fazer a sua defesa juntamente com as Forças Armadas. Daí a importância do fortalecimento das Forças Armadas, especialmente na região Amazônica. Está aí a questão gravíssima da biopirataria, entre outras questões similares. Parabéns a V. Ex.<sup>a</sup> pelo pronunciamento. Estamos juntos nessa luta. Como trato da questão das estradas, permanentemente, na tribuna do Senado, não me canso de repetir que a questão da Amazônia é tão grave quanto o problema das estradas ou até mais grave, porque as estradas nós as recuperamos com o tempo, já a Amazônia, se descuidarmos dela, na hora em que tentarmos recuperá-la e preservá-la, poderá ser tarde. Portanto, reforço às Forças Armadas. A fala do nosso líder Tião Viana foi muito importante nesse sentido. Não só é preciso determinação política, mas recursos assegurados também, senão não será possível fazer nada. Mas o nosso líder já se pronunciou a esse respeito, e creio que as condições serão dadas com a devida e merecida seriedade. Muito obrigado.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Muito obrigado, senadora. V. Ex.<sup>a</sup> tem feito um trabalho extraordinário na Subcomissão Permanente de Segurança Pública, entre outros trabalhos de muita relevância aqui no Senado.

No ano passado, 44 mil conscritos foram dispensados no meio do ano por falta de recursos para custear a alimentação. Hoje, apenas 6% dos alistados servem às Forças Armadas por falta absoluta de recursos. Mas há faltas mais comprometedoras no seio das corporações. Tanto que já não se fala mais em modernização das Forças Armadas e, sim, em correr atrás do tempo perdido. Pelos critérios do Produto Interno Bruto, da população e do território, o Brasil investe em defesa menos do que Equador, Colômbia, Venezuela e Chile. Ou seja, nem de longe as Forças Armadas brasileiras expressam a estatura global do país.

As dificuldades são imensuráveis e já não podem mais ser ocultadas, porque beiram o colapso. Das 700 aeronaves da Força Aérea Brasileira, 400 estão em solo por falta de combustível e manutenção dos equipamentos. A frota de veículos do Exército ultrapassa os 30 anos de idade média de uso e está, naturalmente, sucateada.



O comandante da Marinha, recentemente, admitiu que a Arma é incapaz de mobilizar tropas em situação de emergência.

Quando são relacionados os projetos estratégicos de Defesa Nacional, a situação torna-se um pouco mais grave, pois as perdas são de tempo e capacidade. Por exemplo, por falta de recursos, a construção do submarino nuclear brasileiro, antes prevista para 2011, no ritmo atual, não será concluída antes de 2018, assim mesmo com muito otimismo. A Corveta Barroso, outro projeto nacional estratégico, está no estaleiro há tanto tempo que o casco da embarcação está sendo corroído pela maresia. O Exército possui uma série de projetos literalmente parados, a exemplo da criação da Brigada de Operações Especiais. Há mais de um ano, ela deveria ser transferida do Rio de Janeiro para Goiânia, mas nada aconteceu por falta de recursos. Em relação ao Sivam, a situação é semelhante: são necessários 375 milhões de reais para concluir o projeto. Neste ano, estão previstos 66 milhões de reais, mas só ingressaram 48 milhões de reais para custear os investimentos. O Programa de Reaparelhamento da Força Aérea demanda 1,3 bilhão de reais, contingenciados em 529 milhões de reais, embora o Ministério da Defesa saiba que só serão liberados 200 milhões de reais.

O Orçamento de 2003, só para concluir, Sr. Presidente, previu, para custeio e investimento do Exército, 1,279 bilhão de reais, mas foram autorizados apenas 978 milhões. Aplicando-se a correção do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, seriam necessários, para se manter o mesmo padrão de investimento, 2,468 bilhões de reais. A situação é lastimável. Hoje, o Ministério da Defesa conta, na Lei Orçamentária, com 4,6 bilhões de reais, mas somente para manter o nível atual de aparelhamento e operação das Forças Armadas seria razoável pelo menos o dobro do montante alocado.

Sr. Presidente, tive a oportunidade de participar do encerramento da Operação Timbó, realizada na Amazônia Ocidental, em conjunto, pelas Três Armas, juntamente com a Polícia Federal, o Ibama, a Funai e a Receita Federal, e pude testemunhar — a despeito dos problemas que relacionei — o alto nível de preparação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, hoje muito bem comandadas pelo ministro da Defesa, o embaixador José Viegas.

O Brasil, neste momento de extrema comoção, não pode prescindir dessa força que muito colaborou para a construção da grandeza do país, e, tenho certeza, está pronta para devolver a tranquilidade da pessoa de bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Pronunciamento realizado em 7 de julho de 2003*

**Depois de mensurar o bem que faz o agronegócio ao Brasil, comenta a leniência do governo com o MST, que se mostra incompetente para produzir**

Senhor Presidente  
Senhoras Senadoras  
Senhores Senadores

***"A gente sabe mais de um homem é o que ele esconde"***

**GUIMARÃES ROSA**

O agronegócio projeta para este ano o resultado mais espetacular de todos os tempos. Nunca o Brasil foi tão competitivo em um segmento econômico a ponto de atrair a atenção e a fúria protecionista dos parceiros comerciais. Para 2003, o setor projeta crescimento de 5,35%, o suficiente para assegurar que o país não se afunde na recessão. A agricultura e a pecuária representam cerca de 7,3% do Produto Interno Bruto e acumularam, nos últimos dez anos, um saldo líquido próximo dos 170 bilhões dólares. O superávit, nos cinco primeiros meses deste ano, alcançou 9,3 bilhões de dólares, e não é preciso entender de economia para inferir que se trata do grande garantidor da moeda e da estabilidade política do Brasil.

Ainda que o país tenha um parque industrial respeitável, a soberania nacional está sendo mensurada nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) a partir da estatura do agronegócio. Os Estados Unidos têm motivo para tanta preocupação. De acordo com relatório do Departamento Americano para Agricultura, a soja brasileira não é hoje somente mais competitiva do que a norte-americana, mas também apresenta uma capacidade de expansão de 200% nos próximos 50 anos, caso seja mantido o nível atual de tecnologia. Para concorrer com o agricultor brasileiro, no ano passado, a União Européia e os Estados Unidos concederam aos seus produtores subsídios que somaram 202 bilhões de dólares. Mesmo assim, em patamar desnivelado de competição, com rodovias em estado lastimável, carga fiscal exorbitante, custo portuário elevado e insegurança jurídica quanto ao futuro próximo, o segmento continua a dar alegria aos brasileiros.

O produtor, que superou o atraso tecnológico e tornou economicamente viável o setor primário depois do interregno que se seguiu à crise do café da década de 1930, agora parece que está sendo penalizado por ter feito tão bem ao Brasil. Eu não gostaria de crer que algo do gênero possa estar ocorrendo, mas percebo que há algo tramando contra o sucesso do agronegócio nacional e esta Casa não pode se omitir diante disso. A reforma agrária precisa ser realizada; os avanços quantitativos foram importantes na distribuição de terras nos últimos oito anos, mas me parece temerária-



*O MST não quer o chão para lançar a semente, mas, sim, alimentar o conflito no campo*

rio simular a solução de um problema social por intermédio da desestabilização do setor primário.

O Brasil foi um dos últimos países do planeta a formular política de reforma agrária, mas aprendeu muito pouco com as nações que ousaram superar o conflito fundiário em diversos momentos históricos e seguir rumo à civilização. Os europeus, por exemplo, há mais de 200 anos souberam fazer a transição do arcaísmo feudal para novo modelo de aproveitamento da terra e chegaram ao topo do mundo. Após a Segunda Guerra Mundial, no leste asiático, Japão, Coréia do Sul e Taiwan redesenharam a distribuição da pouca terra disponível e despontaram no cenário internacional. O Chile, na década de 1970, fez reforma agrária profunda, sepultou os traços do latifúndio e se tornou a única nação latino-americana preparada para ingressar no Primeiro Mundo.

Já este país, obliterado pela tradição colonial-escravagista, postergou o problema agrário até a beira do insuportável e o lema tacanho do “quanto pior, pior” se confirmou. Hoje, há notória incapacidade de o Estado brasileiro formular uma política fundiária sustentável, enquanto as lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, impacientes, não querem mais ter o chão e lançar a semente, mas alimentar de material carburante o conflito rural.

A reforma agrária representa o esforço estatal de redistribuição do domínio da terra com a finalidade de promover o desenvolvimento, imprimir o crescimento

econômico, elevar os indicadores sociais e apaziguar as tensões políticas, com reflexo em toda a sociedade. São inúmeras as vantagens dessa providência. Um programa sustentável de reforma agrária, no caso do Brasil, corrigiria injustiça histórica e promoveria espetacular ajuste de contas com o passado. Do ponto de vista econômico, significaria criação de emprego a baixo custo. A unidade produtiva de um assentado é capaz de gerar três postos de trabalho a um valor individual médio de 6 mil reais. Se se considerar que o Movimento dos Sem-Terra quer assentar 1 milhão de pessoas nos próximos quatro anos, estamos falando na amortização de 40% do estoque de 10 milhões de empregos que o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, prometeu criar em seu mandato.

O módulo da pequena propriedade advinda de programa de reforma agrária propicia ainda a produção do alimento ao consumo interno, talvez até com nível de excelência visando ao comércio exterior, com a obtenção de divisas, o incremento da atividade macroeconômica e a elevação da receita tributária. No aspecto social, a reforma agrária faz o que o presidente Lula proclama — ela “ensina a pescar”. Pois torna o homem produtivo, orgulhoso da sua raiz cultural e longe dos ciclos migratórios que deterioram a qualidade de vida nas cidades. Politicamente, confere estabilidade às relações institucionais, elemento essencial para que cada um possa executar o próprio projeto de vida e vislumbrar a grandeza do Brasil.

Apesar de os equívocos do modelo fundiário remontarem aos primeiros dias da colonização portuguesa no Brasil, só no ano de 1964 foi “outorgada” a primeira autorização constitucional à União para promover desapropriação por interesse social, o que ensejou o Estatuto da Terra. Daquele ano até o governo Fernando Henrique, criaram-se órgãos gestores da política agrária em profusão, houve desastrosa substituição de siglas governamentais, planos romanescos foram encetados, mas os resultados não vieram porque não se pretendia fazer reforma agrária de verdade. Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, recordem que, durante a Constituinte, o temário foi um dos mais contraditórios, mas as discussões resultaram estéreis e deram azo ao acirramento do conflito, enquanto prosperava a desigualdade na distribuição da posse da terra.

Sr. Presidente, no governo FHC, sem dúvida, foi empreendido o maior esforço de reforma agrária da história do Brasil. Os resultados são positivos quando observada a expressão matemática das políticas de parcelamento do latifúndio improdutivo que foram desenvolvidas no governo passado. Entre os anos de 1995 e 2002, foram repartidos 20 milhões de hectares e quase 2 milhões de sem-terra foram instalados em assentamentos. Esses indicadores são superlativos e representam um número superior ao dobro do que foi realizado nos 30 anos anteriores. Caso sejam somados os custos de desapropriação, instalação, concessão de crédito para assentamentos e fomento à agricultura familiar, o valor convertido se aproxima dos 30 bilhões de dólares em oito anos. Infelizmente, apesar dos vultosos recursos despendidos e da numerosa massa de trabalhadores assentados, foi bastante tímido o desconto no passivo

agrário brasileiro. Veja o caso de Goiás: foram assentadas aproximadamente 8 mil famílias em uma área de 442 mil hectares. O Incra tem um planejamento de imitar na posse outras 3 mil famílias em 2003. Mas a lógica do movimento é perversa e opera em escala exponencial. Em dezembro de 2002, havia 4 mil famílias acampadas; hoje, supera 7 mil o número de acampados. Se assentarmos 3 mil, vão continuar sobrando os mesmos 4 mil de antes. De janeiro para cá, surgiram 26 novos acampamentos no Estado. Decididamente, assim, a equação não será decomposta nunca.

A razão deve ser endereçada à irresponsável capacidade do Movimento dos Sem-Terra de repor o exército de maltrapilhos nos acampamentos, mas não pode deixar de se considerar que o modelo executado produziu números expressivos, mas de baixa densidade quando é examinado o conteúdo da política executada pelos governos anteriores.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, no ano passado, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Universidade de São Paulo e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com apoio da FAO, órgão das Nações Unidas para a agricultura, realizaram um estudo para aferir a qualidade dos assentamentos criados entre 1985 e 2001. Foram pesquisados 4.340 projetos de reforma agrária, representando um universo que ultrapassa as 450 mil famílias, e realizadas quase 14.500 entrevistas. Seis indicadores de qualidade dos projetos de assentamento e outros oito parâmetros de inserção do modelo de reforma fundiária realizado no país foram medidos. Os resultados, de um modo geral, não são nada bons, exceto no que se refere à intervenção do governo na alteração da estrutura fundiária. Em 26 anos de política de reforma agrária, a iniciativa só foi aprovada no quesito que avaliou a ocupação efetiva dos projetos de assentamento. Como se verá, o governo e as organizações de trabalhadores sem terra vão bem quando se trata de ocupar a terra, mas não sabem o que fazer para semear a sustentabilidade.

De acordo com a pesquisa, quando é avaliado o índice de qualidade de vida, tendo como requisitos a moradia, a água potável, o esgoto, a rede de eletricidade, a educação e a saúde, os resultados gerais apontam que os valores médios foram baixos, sendo o período de 1985 a 1994 um pouco superior aos assentamentos da era Fernando Henrique. Mesmo assim, apenas “alguma coisa a mais do que a metade dos fatores foi satisfeita”. Contribuiu decisivamente para mandar o índice à lona o acesso à saúde, à água e ao esgoto doméstico. Os indicadores de eletrificação dos projetos de reforma agrária cresceram, por exemplo, caso comparados os dois períodos, mas continuaram na faixa de metade da demanda total. Já o índice de articulação de organização social, utilizado para medir a reivindicação dos assentados por benefícios sociais e arregimentação ao incremento do sistema produtivo, demonstrou que, após realizado o assentamento, as famílias optam por individualizar a produção, mas permanecem relativamente unidas para cobrar providências. Apenas em 9% dos casos houve parcerias para produzir e comercializar e, em 57% dos casos, busca de benefícios

coletivos. O índice de parceria com a agroindústria e a formação de cooperativas foi respectivamente de 33% e 50%.

Se o dado anterior indica que o MST — antes um movimento social — é bom para promover o badernaço pela terra, mas nada eficiente para fazê-la dar frutos, o indicador de ação operacional do Estado demonstra que, no intervalo de 1995 a 2001, menos da metade dos compromissos de levar infra-estrutura, liberar crédito e titular as propriedades foi cumprido.

Há torpeza bilateral nas relações dos agentes da reforma agrária — assim entendidos governo e sem-terra — e seria muito oportuno que se aclarassem as intenções maldosas e as omissões claudicantes para que o país pudesse eleger um modelo eficiente de repartição da terra. Esta Casa poderia investigar como foram despendidos os recursos destinados ao financiamento da iniciativa, bem como o grau de eficiência dos assentamentos realizados.

Observem, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, que a pesquisa, ao avaliar a renda das famílias, demonstra que os projetos estão distantes de conferir a sustentação propugnada nos projetos de reforma agrária. A média familiar, nos assentamentos do período de 1985 a 1994, é de 232 reais, caindo para 198 reais por família nos assentamentos realizados durante o governo FHC. Em outros indicativos, o estudo deixou claros alguns pontos que demonstram que já não existe no Brasil estoque incomensurável de latifúndios improdutivos a repartir, principalmente nas regiões do Centro-Sul. Em decorrência do fato, há uma tendência de localizar os projetos de assentamento em área de baixa densidade populacional, onde a agricultura familiar é menos representativa.

Sr. Presidente, conforme vários senadores manifestaram desta tribuna, vejo com extrema preocupação a série de chantagens ideológicas que as lideranças do MST estão patrocinando com a finalidade de criar impasse institucional e assim impor a sua fantasia marxista. O governo do presidente Lula definitivamente não pode tratar com biscoitinho na boca quem se vale da aglutinação oportunista de miseráveis para intentar ações delirantes em direção à ditadura do campesinato. Esse tempo passou. Cabe ao Poder Executivo definir um projeto de reforma agrária consistente para o país em vez de ficar compartilhando com os *josés-rainhas* da vida as milongas do materialismo dialético. Acredito, sim, que precisamos redefinir esse novo modelo de reforma agrária, contribuir para selar a paz no campo e, realmente, assentar na terra quem tem vocação para debulhar o trigo e fazer o pão. Muito pão.

Muito obrigado, Sr.<sup>as</sup> Sr.<sup>s</sup> Senadores.

*Pronunciamento realizado em 9 de julho de 2003*

**Diz não saber do que riram os governadores em reunião ensaiada com o presidente Lula para celebrar uma Reforma Tributária danosa aos Estados**

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

***"Cada um de nós carrega um potencial de santas humilhações hereditárias"***

**NELSON RODRIGUES**

**N**a edição do último domingo [10 de agosto de 2003], o jornal *O Estado de S. Paulo* consagrou, em seu editorial, uma crítica incisiva ao movimento dos governadores em direção ao reposicionamento das Unidades da Federação na divisão do bolo tributário. O respeitado e centenário periódico publicou que os dirigentes estaduais pretendem reduzir “a reforma dos impostos a uma briga por dinheiro”. De acordo com a opinião do jornal, os governadores em vez de acolherem a oportunidade de estabelecer, por intermédio das mudanças tributárias, um novo modelo federativo, protagonizam “um pacto nacional pelo atraso”.

Justamente por reconhecer que somente um redesenho do sistema tributário terá o condão de criar o verdadeiro federalismo no Brasil e mitigar as desigualdades regionais com o objetivo de fomentar condições ao desenvolvimento equilibrado, não poderia deixar de assinar embaixo do referido editorial. Mais uma vez, o país está se omitindo e deixando de fazer uma reforma tributária de futuro, com a desoneração dos investimentos e da produção, para alimentar a gula fiscal das máquinas arrecadoras.

Os governadores estão dentro da razoabilidade quando manifestam insatisfação com a sistemática tributária esposada na Proposta de Emenda Constitucional nº 41. O projeto tem vício de origem e está distante de trazer justiça fiscal e preparar o crescimento econômico. Mas perdem a razão das suas postulações quando pensam que vão salvar os dedos depois de terem perdido os anéis na ocasião em que hipotecaram apoio integral ao governo da União, às vésperas do envio das reformas ao Congresso Nacional.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, até hoje não consegui entender o que houve de folgazão naquele encontro capaz de fazer sorrir de felicidade os 26 governadores que posaram para a foto ensaiada com o presidente Lula. Foram signatários de um acordo precipitado, encimado em uma proposta eminentemente ruim para o segmento produtivo e, especialmente, para o contribuinte. Observem que a Reforma Tributária oferecida pelo Palácio do Planalto é temerária para os Estados, uma vez que retira



*“O apoio incondicional dos governadores à Reforma Tributária foi desastroso ao Brasil”* das Unidades da Federação a capacidade de realizar política fiscal autônoma, por meio dos incentivos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O instrumento foi uma das raras iniciativas que permitiram a interiorização da riqueza nacional e conferiram sustentabilidade à industrialização de economias antes primárias e que hoje ajudam a compor a grandeza do Brasil, como ocorreu em Goiás, no Paraná, no Rio Grande do Sul e na Bahia, entre outros Estados. Se a chamada “guerra fiscal” é danosa, mais deletéria é a incerteza do paradigma proposto, pois a concentração no governo federal do poder de instituição tributária exonera o conceito de pacto federativo e constitucionaliza o “pires na mão”.

O propalado Fundo de Desenvolvimento Regional é uma bazófia. Observem que a projeção de integralização para 2004 é famélica e, de acordo com projeção do Ministério da Fazenda, soma 2,3 bilhões de reais para serem divididos entre o Distrito Federal e os 19 Estados das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste — como bem fez questão de observar o senador Sérgio Guerra em aparte, ainda há pouco. Na verdade, os governadores não estão iludidos com a idéia de que a adesão ao Fundo no corpo da Constituição vai trazer felicidade financeira aos Estados, tanto que o aceitam como compensação, mas querem mesmo é a garantia real de 25% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e uma mordida extra na Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Eu sou testemunha do quanto o representante de meu Estado, o governador Marconi Perillo, tem desempenhado com galhardia o papel de negociador das reformas constitucionais. Trata-se de um administrador competente, sagaz, criativo e ciOSO do interesse público. Mas temo que a “política de governadores”, reeditada pelo presidente da República, seja um pretexto para solapar a função do Poder Legislativo. Ao se comportar, na condução da Reforma Tributária, como um mercador de sinecu-



ras, ora oferecendo um fundo, ora simulando a fatia do bolo, o presidente Lula pretende impor as reformas ao Congresso Nacional e, especialmente, ao Senado. Na semana passada, ao apartear-me, o senador Ney Suassuna, da própria base do governo, reclamou que esta Casa estava lendo nos jornais o que se passava na Câmara dos Deputados durante a votação da Reforma da Previdência. Argumentou o ilustre senador do PMDB da Paraíba que não havia recebido nenhuma informação oficial do processo legislativo em andamento.

O Palácio do Planalto comporta-se com o entendimento de que os senadores e os deputados federais desta Legislatura foram diplomados na Comissão Verificadora de Poderes, criada na República Velha pelo ex-presidente Manuel Ferraz de Campos Salles com o objetivo de promover a “degola” dos parlamentares da oposição. O que parece menos acreditável é que os governadores gostaram da idéia de converter esta Casa numa instância política meramente ratificadora e subalterna. A mim causou peculiar estranheza ver os governadores levarem à mesa de negociação da Reforma Tributária a influência que poderiam exercer sobre os parlamentares das suas corriolas para bloquear o avanço da matéria.

Ora, se os governadores imaginam que podem controlar o Congresso Nacional e, conforme já puderam manifestar no encontro de Rio Quente, em Goiás, consideram a proposta “tímida”, por que não fazê-lo *in bona parte* e realmente colaborar na edificação de um sistema tributário eficiente e justo? O presidente Lula e os governadores estão confundindo cordialidade política com sabujismo; urbanidade com subserviência; oportunidade de diálogo com submissão. Esta Casa é uma das colunas da soberania nacional e tal expressão deve ser observada quando são estabelecidos quaisquer níveis de relacionamento entre os Poderes. Do contrário, tenho de entender que se pretende no Brasil a consagração de uma “República de Bananas”.

O acordo que está sendo selado pode até aliviar os problemas de caixa dos atuais mandatários — o que não é o caso do meu Estado, que está saneado —, mas definitivamente não guarda nenhuma responsabilidade com o futuro deste país. Por uma questão consuetudinária, tenho o dever de desconfiar de que o “Pacto do Atraso”, descrito pelo jornal paulista, vai trazer mais gravame ao contribuinte e redundar em tempo perdido. No Brasil, todas as vezes em que prosperou o entendimento entre os Estados e a União sobre matéria tributária, houve aumento de carga fiscal.

A Reforma Tributária está sendo intentada desde 1995. Chegou-se em 2000 a um projeto incomensuravelmente melhor do que o apresentado pelo governo Lula, mas, à época, o presidente Fernando Henrique Cardoso não quis fazê-la e outorgou, dois anos depois, via medida provisória, uma mini-reforma tributária que se notabilizou por tornar definitiva a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.

Uma reforma tributária para valer só tem sentido se for para aliviar e distribuir melhor a carga sobre o contribuinte. Mas, como admitiu o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da

Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, em reunião com os líderes da Ação Empresarial (movimento que reúne várias confederações do setor produtivo), na reforma proposta “não deve haver aumento da carga tributária; mas não podemos vender ilusões nem ser hipócritas: a carga não será reduzida”. Ainda que o governo Lula sustente que a PEC 41 tem a finalidade de desonerar a produção e o investimento, criar condições de competitividade, fazer o Brasil crescer e gerar emprego, a sensação que se tem é de que as mudanças apresentadas confirmam que a fome de imposto do Estado brasileiro não tem cura e será mais uma vez saciada em detrimento da qualidade fiscal.

O peso dos tributos no Brasil, nos últimos dez anos, pulou de 26% para 40% do Produto Interno Bruto. Além de excessivamente oneroso, o sistema é mal distribuído, cumulativo, facilita a evasão, exige obrigações acessórias feudais, possui alto custo de exação, entre outras deformidades. Quando é analisada a divisão do produto da arrecadação, pode-se facilmente inferir que a concentração fiscal da União é uma das causas preponderantes de o Brasil ter capacidade germânica de taxar, mas índice paraguaio de eficiência dos serviços públicos.

Existe uma inversão na divisão do bolo tributário, cujo histórico defeito é mais saliente na agonia financeira em que vivem os municípios brasileiros. Foram miseravelmente aquinhoados justamente os municípios — as unidades políticas que abrigam 81% da população brasileira, onde sedia-se, efetivamente, a produção, geram-se empregos, mas também explodem os conflitos sociais, como a violência e a criminalidade. De acordo com dados da Receita Federal, a participação relativa dos governos locais na divisão do bolo fiscal, entre os anos de 1998 e 2002, caiu sistematicamente de 5,21% para 4,35%, enquanto a fatia da União saltou de 68,62% para 70,15%.

Sr<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, a Constituição de 1988 foi engenhosa e imaginativa ao incluir o município no rol dos entes da Federação. As cidades, desde a elevação do *status* político, foram destinatárias de incomensuráveis atribuições, mas não obtiveram a necessária cobertura de recursos fiscais. A falência dos municípios deve ser parcialmente creditada a esse modelo beletrista de Federação. A Carta de 88 conferiu às unidades geográficas locais poder de auto-organização, mas manteve a relação de vassalagem dos municípios com os Estados e a União. Além do evidente dano econômico, a dependência gera clientelismo orgânico e contribui para a formação da má qualidade das lideranças locais — o mesmo vício que ensejou o mandonismo da Primeira República e gerou as oligarquias que o presidente Lula tem compromisso programático de combater.

Observem que a evolução do Sistema Único de Saúde só foi possível porque as ações foram descentralizadas. A inclusão promovida no ensino fundamental tem a marca da municipalização. Os resultados do gerenciamento local do trânsito e dos direitos relativos às relações de consumo são bastante positivos. Na área ambiental,

as políticas municipais mostram-se muitas vezes mais eficientes do que as soluções modeladas nos gabinetes de Brasília. O turismo ganhou expressão notável na economia das cidades e há tendência de se municipalizar até o serviço de segurança pública no futuro.

A Fundação Faria Lima e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal são algumas das instituições que contabilizam sucessos extraordinários de desenvolvimento das cidades que são exemplos para o mundo. Mas, infelizmente, os níveis de excelência estão circunscritos a uma minoria de prefeituras, cuja média de 75% não consegue sequer arrecadar receita própria e subsiste com o Fundo de Participação dos Municípios.

Sr. Presidente, se é verdade que o desempenho institucional das unidades locais é severamente prejudicado pelo irresponsável dispêndio do escasso dinheiro público, por meio da incompetência gerencial e da corrupção, não menos ruínosa é a disparidade entre a demanda social e a capacidade de investimento das prefeituras. A criatividade e a decência administrativas são sempre recomendáveis à geração de qualidade em qualquer governo, mas não é de esperar sucesso de quadro falimentar.

Na próxima quinta-feira [14 de agosto de 2003], o Partido da Frente Liberal vai reunir nesta Casa centenas de prefeitos de todo o Brasil com a finalidade de constituir uma frente municipalista suprapartidária. O objetivo é encontrar uma alternativa de reconstrução do pacto federativo a partir da valorização das cidades. O auditório Petrônio Portella será palco de um encontro histórico, e tenho a mais absoluta certeza de que a iniciativa permitirá a abertura de uma negociação política de alto nível para reabilitar a saúde financeira dos 5.565 municípios brasileiros e para estabelecer um pacto responsável de valorização do poder local que, consoante opinião do eminente jurista Rui Barbosa, constitui a célula fundamental do Estado.

Muito obrigado.

*Pronunciamento realizado em 12 de agosto de 2003*

## Lamenta o quadro recessivo da economia, aponta o desempenho anêmico do Fome Zero e assevera que o governo não tem compromisso com o pacto federativo

Senhor Presidente  
Senhoras Senadoras  
Senhores Senadores

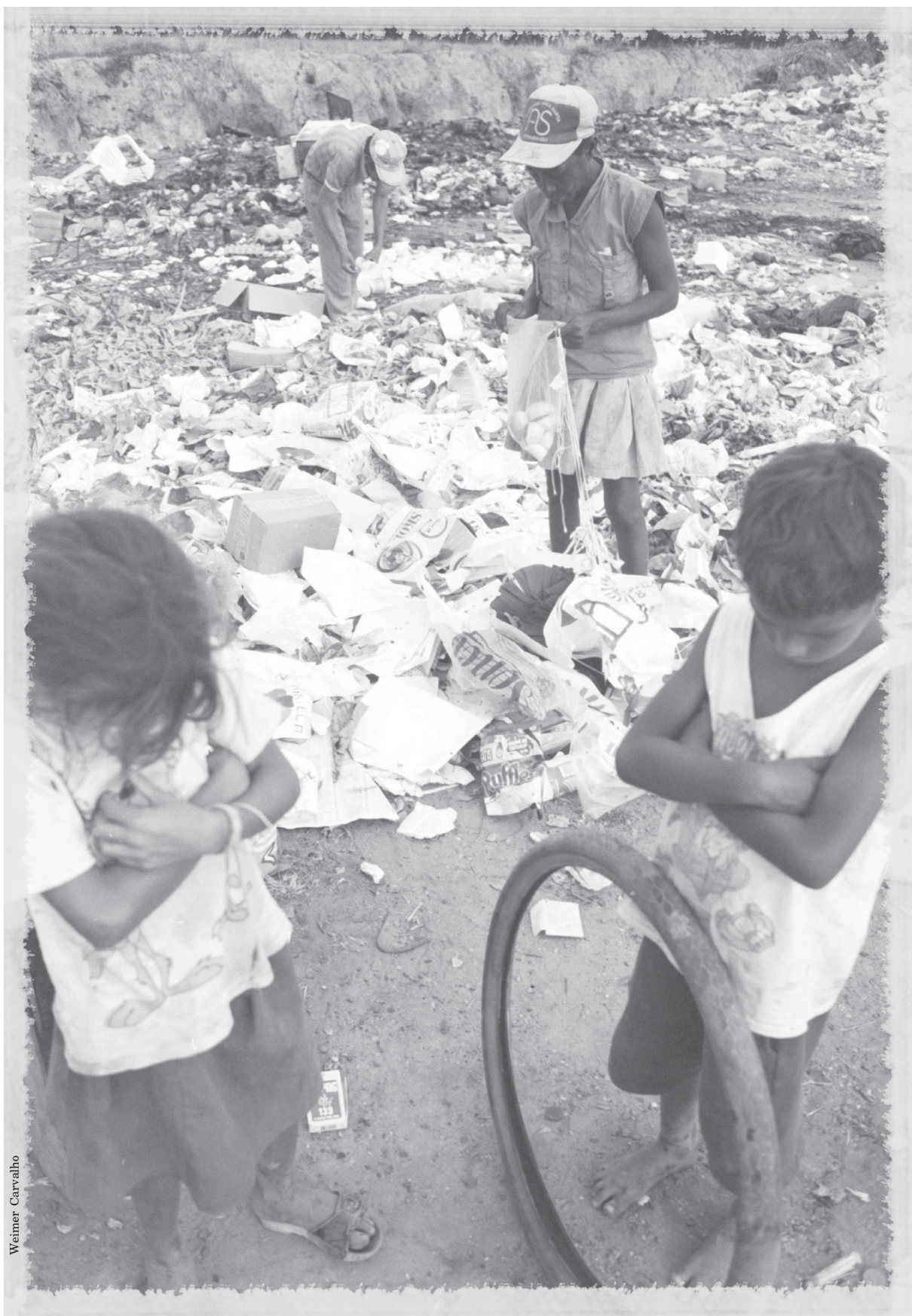
*“As multidões, bem trabalhadas por um esperto demagogo, acreditam em qualquer coisa”*

HENRY LOUIS MENCKEN

**E**x.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, era até a semana passada um homem acuado pelo próprio discurso, quase taciturno. Após queimar parte considerável do seu estoque de prestígio popular com patriarquismos que o situavam acima das forças da natureza e imediatamente abaixo de Deus, o presidente descobriu que a retórica salvacionista tinha lá seus dissabores. Embora tenha conservado os patamares pessoais de popularidade do início do mandato, as pesquisas de opinião pública começam a demonstrar queda acentuada de confiança no seu governo.

Também pudera: o espetáculo do crescimento econômico deu lugar à recessão. A reforma agrária que não houve — um dos assentamentos primordiais da “lulasofia” — criou condições favoráveis à luta revolucionária no campo. Dos 10 milhões de empregos prometidos em quatro anos, ainda não foi criado um só novo posto de trabalho e, sim, acrescidos outros 600 mil desempregados desde o mês de janeiro.

A opção preferencial pelas políticas sociais continua sendo a marca deste governo, embora o serviço público prestado indique propaganda enganosa. As ações contra a fome, por exemplo, continuam próximas do zero, ainda que o ministro da Segurança Alimentar, José Graziano, pareça estar distribuindo alpiste para passarinho azul. O líder do governo nesta Casa, o brilhante senador Aloizio Mercadante, reconheceu, na revista *Isto É*, com algum eufemismo, que “há sobreposições de funções e pulverização de ações” nas áreas sociais. Eu preferiria acreditar que a inação é fruto somente dos atropelos iniciais de um governo encantado consigo mesmo, mas é forçoso asseverar que ele está liquidando o otimismo do brasileiro. Então, ante o quadro político desfavorável, especialmente agravado pelo fogo inusitado da dissidência do PT e suas torrentes anti-reformistas, o presidente Lula decidiu que a campanha eleitoral não pode parar e fez alguns discursos ao povo. Neste final de semana, o governo realizou um esforço publicitário espetacular, normalmente reservado ao ocaso ou aos momentos de estertor das administrações públicas.



Weimer Carvalho

*Diante de um governo inerte, mas encantado consigo mesmo, começa a ruir a esperança*

Assim foi determinado: já que a economia não reage, o primeiro mandatário é o próprio incremento econômico. Anunciou-se o investimento estatal de 191 bilhões reais em mil obras até o ano de 2007. Um feito e tanto para um governo divorciado da prática. Depois, o presidente Lula apareceu em cadeia de rádio e TV, inaugurou turbina da época do seu antecessor na Hidrelétrica de Itaipu, ocupou a capa da revista de maior circulação nacional em longa entrevista e fechou o domingo na intimidade do Palácio da Alvorada como se fosse fantástico o espetáculo da vida. O espasmo marqueteiro não é capaz de purgar os males da incompetência gerencial, mas causa a sensação de que a aposta não foi paga, que o governo continua sendo um bilhete premiado.

Em todas as entrevistas e pronunciamentos, o presidente Lula lançou mão de metáforas de arquivancada, reclamou que governar é difícil, mas garantiu o gol. Como vem ocorrendo nos últimos oito meses, revigorou o bate-fundo extraordinário de que é preciso quebrar o ciclo da miséria, pediu paciência para que se ergam os alicerces, deu comida aos peixes, asseverou que o MST não vai fazer reforma agrária na marra e decretou que o povo brasileiro recuperou a auto-estima porque confia no seu presidente.

Mais uma vez, distribuiu esperanças quirografárias e ostentou postura autocrática, sobejamente evidenciada em sua declaração de que, neste pouco tempo de governo, foi aprovada a Reforma da Previdência. Uma alteração constitucional se faz em dois tempos em cada uma das duas Casas do Parlamento brasileiro. Foi cumprida uma fase de votação na Câmara dos Deputados. O Senado sequer recebeu a matéria para apreciação, mas o presidente Lula anunciou para milhões de telespectadores que a etapa está vencida e, pelo que se depreende de suas palavras, trata-se de uma dádiva do governo.

Conforme pude expressar na semana passada, a política de governadores encestada no primeiro turno das votações da Reforma da Previdência era um expediente, com aparência de legitimidade, destinado a minimizar o papel do Poder Legislativo. A declaração do presidente de que as alterações previdenciárias foram ultimadas confirma a intenção de espezinhar o Congresso Nacional, mas o Senado não pode permitir que o Palácio do Planalto converta a função legiferante desta Casa em uma participação meramente regimental na condução das reformas. Daqui a pouco este governo vai supor que a paciência do povo acabou e que é preciso reprimar o decurso de prazo.

A declaração do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, dando conta de que o Palácio do Planalto não transige a repartição da Contribuição Provisória de Movimentação Financeira (CPMF) e o seu descompromisso manifesto de recomposição do pacto federativo atestam que os governadores foram usados para aprovar a Reforma da Previdência. Com uma agravante: se insistirem na repartição do bolo, não vai ter

festa. Ou seja: a Reforma Tributária “vai empacar”, conforme vaticinou o ministro-chefe do Gabinete Civil.

A reforma do sistema tributário brasileiro não é uma doação do presidente Lula, mas um esforço decenário que vem sendo empreendido pelo Congresso Nacional para criar condições fiscais para o crescimento econômico. O que se pretende é racionalizar um sistema que é bom para o governo, na medida em que garante o sustentáculo de caixa, mas pernicioso para a competitividade do país e para o emprego.

Os prefeitos precisam se manter mobilizados pela realização da Reforma Tributária porque a disposição do presidente Lula de fazê-la já se tornou ocasional. Há forte impulso do Palácio do Planalto no sentido de fragmentar e protelar as alterações constitucionais da matéria, uma vez que, para a União, tempo é literalmente superávit primário. O sistema atual é satisfatório para alimentar as necessidades de receita do Tesouro Nacional.

O alongamento do embate da Reforma Tributária no Congresso também traz dividendos políticos ao governo. O Partido dos Trabalhadores tem um projeto de afirmação nacional da legenda e pretende enfraquecer as atuais administrações locais. Imaginam que o poder da máquina da União será capaz de entregar ao PT um controle considerável das cidades e alterar favoravelmente a condução da Reforma Tributária.

As alterações do sistema devem coroar o reequilíbrio do pacto federativo e soerguer as instituições locais de governo. De acordo com informações do Ministério da Fazenda, 41,5% dos municípios trabalham com déficit primário. Uma das grandes causas do passivo a descoberto são os custos que as prefeituras têm de arcar com a manutenção das ações e serviços de responsabilidade dos governos federal e estaduais, o que representa um valor médio de 3,8 bilhões de reais por ano. E o pior, Sr. Presidente: conforme dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, justamente os municípios com menor porte demográfico e economia rural são os que mais sofrem a asfixia imposta pela União. Quando são descontadas as receitas constitucionalmente vinculadas às áreas de educação e saúde, o comprometimento das receitas livres das prefeituras com atividades estranhas às suas finalidades alcança o índice de 27%.

O ministro José Graziano, justamente por ser responsável pela alta taxa de anemia verificada no desempenho da administração do Partido dos Trabalhadores, foi incluído no remendo publicitário do último fim de semana. O titular do Fome Zero, que havia causado mal-estar com a adjetivação injuriosa do povo nordestino, declarou que os resultados do programa são visíveis e, como exemplo, citou que, em Guaribas, no Piauí, município-piloto da iniciativa de erradicar a pobreza, “a cor da cidade está mudando”, o “o arco-íris está presente” e “já existe até um cabeleireiro”. Agora, causou extremo desconforto ao setor produtivo a maneira pejorativa como o ministro assegurou que a única indústria em recessão hoje no país é a da seca. Sr.

Presidente, será que o ministro José Graziano, emocionado com o arco-íris no sertão, não foi informado de que o setor industrial acumula retração em 10 dos 12 Estados brasileiros pesquisados pelo IBGE e só em São Paulo a queda da produção acumulada no ano foi de 0,9%.

*(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA.)*

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Eu gostaria de concluir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)** — Senador Demóstenes Torres, eu apenas quero, em seu favor, prorrogar a sessão por mais três minutos, para que V. Ex.<sup>a</sup> possa finalizar o seu pronunciamento.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Certamente também deixou de tomar ciência do desânimo causado pelas Diretrizes da Política Industrial e Tecnológica (PIT) elaboradas pelo governo. Trata-se de um devaneio acadêmico, que propõe a constituição de uma “força-tarefa de natureza superministerial” para revolucionar a política do setor terciário, mas não diz como nem quando.

Já o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, não é capaz de apresentar um plano de segurança ao país, sonega da nação a Reforma da Tranqüilidade Pública, acredita que poderá vencer o crime com ações de entretenimento, e ainda freqüenta com desenvoltura o anedotário político com manifestação anti-homossexual. O problema é que, neste governo, ouvem-se mantras quando se deveria estar atento ao gravíssimo conflito social provocado pelo crime organizado e sua expressão no tráfico de drogas, no comércio ilegal de armas, na corrupção e na lavagem de dinheiro.

Sr. Presidente, desde a Constituição de 1988, o posicionamento constitucional do Ministério Público é de independência, mas o procurador-geral da República, Cláudio Lemos Fonteles, não perde uma oportunidade de praticar medidas e enviar menções laudatórias para galvanizar prestígio no Poder Executivo. Mais uma vez, o procurador-geral da República ratificou a desobediência civil e o desrespeito à Constituição ao autorizar o esbulho possessório. Em uma intervenção inconveniente, conseguiu interpretar que o direito à propriedade privada “não é um princípio absoluto”. Fui procurador-geral de Justiça em duas ocasiões, quando atuei na mediação do conflito agrário, e sempre acreditei que, nestas ocasiões, a exasperação das vontades é um pretexto ao imponderável.

Tenho algumas dúvidas sobre o que fundamenta as interferências do chefe do Ministério Público Federal. Pretende o procurador-geral Cláudio Fonteles causar



insegurança jurídica ao país para angariar poder? Seria o eminente procurador um emissário geral de estranho e pequeno manual do zen-budismo dialético? Ou trata-se de um provocador estreante em guerra com o anonimato? O Ex.<sup>mo</sup> Sr. Procurador-Geral da República deveria estar cumprindo com o compromisso que firmou com o Senado de que faria a distribuição eletrônica dos procedimentos, respeitando-se o princípio do promotor natural, mas parece que, a se considerar a sua gerência administrativa da instituição, a alternativa é de potencializar o vedetismo.

Para finalizar, reconheço que o governo Lula foi muito bem no último final de semana e, como não houve peladas na Granja do Torto, também não foram verificados acidentes ortopédicos entre o corpo ministerial. Faço votos de que, a partir de agora, as instituições efetivamente andem e confirmem a felicidade publicitária do Senhor Presidente.

Muito obrigado.

*Pronunciamento realizado em 20 de agosto de 2003*

## Cita conselho de Dom Quixote sobre excessos canaviais no governo e aponta expedientes enganosos do PT na condução da Reforma Tributária

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

***“Não se espante de eu até agora não ter dado aviso se estou bem ou mal neste governo, em que tenho mais fome do que quando andávamos pelas selvas e despovoados”***

**CERVANTES, POR SANCHO PANÇA**

**E**m mais de uma oportunidade afirmei, nesta tribuna, que falta sinceridade política ao governo do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Neste ensaio das dissimulações gerais foi inaugurada uma nova forma de exercitar o apelo à pessoa, chamada de “queridismo”. Trata-se de uma prática política fundamentada no princípio de que belas mentiras trazem felicidade, desde que antecedidas de uma reunião, um almoço ou uma solenidade e sorrisos gerais na fotografia ao lado do presidente. Mas, como sabiamente escreveu Miguel de Cervantes, quando Dom Quixote enumerou alguns conselhos para que Sancho Pança procedesse bem na administração da Ilha de Baratária, o “vinho em excesso não guarda segredos, nem cumpre promessa”.

O “queridismo” já produziu um quadro interessante de imagens, evidenciando como o governo atua com dupla personalidade. Em princípio foi articulado um pacto social e os maiores representantes do empresariado brasileiro foram convencidos e, com muita boa vontade, sorriram. A boa notícia era o compromisso do governo de fazer uma Reforma Tributária que aliviasse o torniquete arrecadador e propiciasse o crescimento econômico.

Depois, os governadores, atraídos pelo convite de que participariam de um baile na Ilha Fiscal, foram fotografados junto ao presidente Lula e demonstraram alegria consistente. Mal interpretado, o esbanjar do contentamento pode ensejar grave desconforto, como o que se sucedeu à demonstração de amor natural do presidente Lula aos representantes foquistas do Movimento dos Sem-Terra. No mais, são relativamente menos danosas as manifestações “queridistas” com os atletas vitoriosos nos Jogos Pan-Americanos, as quebras sistemáticas de protocolo, a exposição da síndrome de Ofélia, o predomínio do lugar-comum e a tendência de traduzir o Brasil no âmbito semântico do que normalmente se comenta em uma partida de futebol seguida de churrascada.

Mas há sinais de desconfiança da nação com as virtudes festivas desse governo. De acordo com pesquisa do Instituto Brasmarket, publicada no último domingo [24 de agosto de 2003] pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em junho, apenas 7,2% dos brasileiros tinham dúvidas de que o presidente Lula faria um bom governo. Agora, em agosto, o índice subiu para 20,2%, apesar da escalada publicitária empreendida no período. A sociedade como um todo começa a perceber que caiu no “conto da esperança” e teme por futuro incerto. Dúvida que não nutrem mais os segmentos civis organizados do setor empresarial nem grande parte dos agentes políticos que atuam no parlamento, nos Estados e nos municípios. Ambos foram envolvidos pela perfídia do Palácio do Planalto na condução da Reforma Tributária e têm razão de se sentir enganados.

O sistema proposto se projeta na contramão da retórica empregada para convencer a sociedade brasileira a eleger esse modelo de governo que, literalmente, foi construído para alimentar a gula fiscal da União. No texto pululam impropriedades jurídicas, manda-se o equilíbrio federativo às favas, contemplam-se armadilhas arrecadadoras, mantém-se a complexidade fiscal, não se desonera a produção nem há ensejo para a justiça tributária, mas se cria a certeza de que vai haver aumento da carga fiscal. Os tributaristas mais ajuizados deste país calculam que a participação do Estado no patrimônio do particular vai crescer dos atuais 36% para 43%.

Sr. Presidente, tenho a nítida impressão, como já pude asseverar nesta Casa, de que o governo apresentou um desenho tão mal acabado de Reforma Tributária, que a intenção primordial não é a de reformar coisa alguma, mas apenas a de prorrogar a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e aprovar a Desvinculação de Rendas da União, para tirar dinheiro da saúde e da educação.

O Palácio do Planalto está deliberadamente tramando contra a Reforma Tributária. O governo utilizou-se do rolo compressor para aprovar na Comissão Especial da Câmara dos Deputados um substitutivo de reforma improvável, com a intenção de desagradar todos os setores envolvidos no atacado, para depois justificar que o Congresso Nacional está inviabilizando as alterações no sistema tributário e, por essa razão, é imprescindível reeditar a CPMF e liberar o Orçamento para desvio de recursos dos setores sociais. Trata-se de mais uma emboscada tramada pelo Partido dos Trabalhadores, como ocorreu com a tentativa de desmoralizar o Poder Judiciário e jogar a sociedade contra os servidores públicos durante a Reforma da Previdência.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, o Partido da Frente Liberal elaborou um estudo do substitutivo do deputado Virgílio Guimarães e produziu interessante sumário do delírio palaciano de Reforma Tributária. A proposta enseja aumento da carga tributária ao tornar permanente a CPMF, que se chamará Contribuição sobre Movimentação Financeira. Outro indutor da voracidade fiscal é a oneração das importações

de produtos mediante a cobrança do Imposto de Importação; a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e a contribuição social. Novas exigências fiscais na importação e exportação de serviços também vão incrementar o peso. A incidência do ICMS nas operações de transmissão de energia elétrica é mais uma hipótese de aumento de carga. Para não falar dos critérios obscuros da fixação futura das alíquotas do ICMS federalizado.

A promessa de que a sistemática tributária enviada ao Congresso Nacional desoneraria as exportações e os bens de capital, traria um modelo mais simplificado e estimularia o Brasil a produzir foi frustrada com o fato de o substitutivo aprovado não assegurar a não-cumulatividade das contribuições sociais, delegando à lei ordinária o poder de defini-la. Outro ponto bastante mal resolvido é a promessa que o texto faz de reduzir o IPI sobre bens de capital, sem, ao menos, definir parâmetros temporais, quantitativos e instrumentais de arrefecimento do gravame. Outra intervenção desastrosa da proposta foi a dificuldade que se criou ao incentivo às pequenas e microempresas, para que elas pudessem crescer. Justamente o segmento que gera empregos e consegue respostas rápidas em momentos de recuperação econômica.

Sr. Presidente, o substitutivo imposto pelo governo guarda personalidade fanfarrona, especialmente quando pretende criar o “pedágio presumido” no texto constitucional para a “utilização das estradas e das vias conservadas pelo poder público”. A proposta pune duplamente o contribuinte com o custeio dos danos causados por um desastre ambiental ao instituir empréstimo compulsório via medida provisória e cria canhestra progressividade no Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação conforme o grau de parentesco, a ponto, Sr. Presidente, de a pobre sogra, se pudesse receber herança, certamente ter de entregar todos os seus bens. Francamente!

Por fim, a Reforma Tributária do governo liquida o pacto federativo, consolida a relação de vassalagem de Estados e municípios com a União e furta da autonomia estadual o único instrumento político disponível para promover o seu próprio desenvolvimento. O projeto do Palácio do Planalto, caso seja aprovado, terá o condão de, sob a simulação de estar acabando com o que se nomina de “guerra fiscal”, inviabilizar regiões do país que dão alegria real ao Brasil na forma de geração de emprego, renda, elevação do Índice de Desenvolvimento Humano e amortização dos conflitos sociais latentes.

Os Estados não podem prescindir dos incentivos fiscais pela simples razão de que se trata de uma regra de mercado que pode induzir o investimento privado, equilibrar a concorrência e reduzir as desigualdades regionais.

**O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI)** — Senador Demóstenes Torres, V. Ex.<sup>a</sup> me permite participar do seu pronunciamento?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Ouço V. Ex.<sup>a</sup> com muito interesse, nobre senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA (PMDB -PI)** — Senador Demóstenes, aprendi, na história, que a Grécia se orgulhava de um orador que tinha, Demóstenes. Mas o nosso Demóstenes, o goiano, superou o de lá, que era gago. V. Ex.<sup>a</sup> não é gago, é competente e corajoso. V. Ex.<sup>a</sup> tem essas qualidades. V. Ex.<sup>a</sup> foi muito feliz e mostrou conhecimento quando citou Goebbels, o comunicador de Hitler. Uma mentira repetida e repetida é capaz de chegar a se aproximar da verdade. Concordo com o povo, que diz: é mais fácil tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade. A verdade está vindo à tona pela sua inteligência. E gostaria de dar uma contribuição: ambas as reformas foram muito açodadas, precipitadas, e não foram preparadas. Não nos querem dar o direito de discuti-las. Esta Casa não tem que ser base de nada. Esta Casa tem que ser a luz. É um desrespeito a Nabuco, Rui Barbosa e a tantos outros que por aqui passaram. A Reforma da Previdência está errada. Ela foi muito boa para o Poder Judiciário, com um teto de quase 18 mil reais. Eles merecem. Ninguém é contra a Justiça, que é divina. “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça!”. Como disse Montaigne, justiça é o pão de que mais necessita a humanidade. Mas eu pergunto: qual é o salário daqueles que educaram, instruíram, formaram os integrantes do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, os desembargadores, os procuradores, os defensores? É de apenas 2,5 mil a 3 mil reais o salário dos professores universitários. É o mesmo dos médicos, dos engenheiros, dos veterinários, dos enfermeiros. E o Poder Executivo está fadado a ser uma máquina falida, porque não vai conseguir atrair ninguém com esse teto previdenciário, com os descontos nas aposentadorias e com o assalto que cometerá contra as viúvas dos funcionários públicos. Mas a verdade vem. Quanto aos juros, estão enganando o presidente Lula. Sua Excelência é bom; eu votei nele. Mas esses programas não chegam ao povo, ao pobre, porque eles não têm acesso à máquina administrativa bancária. Anuncia-se no jornal, mas não chega até eles. Há um artigo do jornalista João Mellão Neto, intitulado “José Manoel vai ao banco”, em que ele conta como um empréstimo de 100 mil reais acaba virando 245 mil. Mas, com todo o respeito ao grande jornalista João Mellão Neto de *O Estado de S. Paulo*, já não é mais assim. Houve a diminuição da taxa pelo Copom, mas outras aumentaram: a taxa de administração, a taxa de permanência, a taxa de risco. Estou com o extrato de um engenheiro que mostra como a taxa de juros já aumentou: é de 146,28% no Banco do Brasil, o oficial; nos outros bancos é de 200%. Então, a agiotagem neste país está servindo ao banqueiro. Presidente Lula, aprenda, assista à TV Senado, porque os que o cercam estão fazendo Vossa Excelência tomar caminhos errados, servindo aos banqueiros do mundo, ao Banco Mundial e ao Bird. Não vejo perspectivas, apesar de ser um otimista. Sou médico, como Juscelino, que disse que é melhor ser otimista, pois o otimista pode

errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errado. Senador Demóstenes Torres, veja V. Ex.<sup>a</sup> a situação do empresário brasileiro comparado com o europeu: o brasileiro tem quatro anos para pagar uma máquina industrial e, ao fim desse prazo, terá pago o valor de duas máquinas; o empresário europeu, por sua vez, tem vinte anos para pagar essa mesma máquina. Assim, matematicamente, enquanto o empresário brasileiro compra uma máquina, o europeu compra cinco. Essas são as perspectivas negras do esquema econômico em que estamos vivendo.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre senador Mão Santa, que diz tudo com muita propriedade.

Este governo instalou uma verdadeira derrama neste país. E, na segunda-feira, estaremos, lamentavelmente, vendo instituídas novas contribuições — contribuições que se tornaram permanentes e tiveram as suas alíquotas aumentadas. Com isso, a nossa carga tributária continua sempre em ascensão.

Sr. Presidente, naturalmente que houve prodigalidade na concessão de benefícios, determinadas iniciativas empresariais revelaram-se fraudes espetaculares, mas é defeso supor que sejam puramente antiéticas ou belicosas as iniciativas de concorrência empresarial. Observem que o saldo é positivo e permitiu relativa desconcentração do setor produtivo no Brasil. A Bahia é um exemplo de como o encontro do fomento estatal com a iniciativa privada produziu resultados com a construção de um parque industrial vigoroso, justamente quando decaía a economia do cacau. O Paraná, região de fronteira agrícola nos anos 70, construiu uma posição de destaque no cenário brasileiro. Goiás, cuja história é escrita antes e depois do ex-presidente Juscelino Kubitschek, deixou de ser um sertão distante do Brasil e agromonocultor para atuar com personalidade no cenário econômico nacional.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, nos últimos 20 anos a política de incentivos do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços do governo de Goiás gerou 380 mil empregos diretos. É interessante notar que são postos de trabalho que contribuiriam para amenizar o passivo social brasileiro. O Brasil estaria necessariamente pior se não tivesse assimilado, no conjunto da sua riqueza, a pujança com que Goiás se desenvolveu nas últimas décadas. Tanto que se tornou o segundo maior destinatário dos fluxos migratórios do país.

O Estado tem feito uma política de atração de investimentos com responsabilidade e reúne condições favoráveis em infra-estrutura, escolarização, qualidade de mão-de-obra, mercado, regulamentação ambiental e estabilidade jurídica dos contratos pactuados. Por ter feito o dever de casa, hoje abriga o segundo maior pólo farmacológico do país, situado em Anápolis. Catalão tem montadoras de implementos agrícolas, mineradoras e automóveis. Rio Verde se caracteriza como um dos municípios que não deixam faltar alimentos ao Brasil e ruma para consolidação de um parque agroindustrial respeitável.

Sr. Presidente, o aglomerado urbano de Goiânia reúne 11 municípios, soma uma população de 1,6 milhão de habitantes e qualquer projeção da simples cessação dos incentivos atuais já indica quadro temerário de explosão dos conflitos sociais porque vai agravar o desemprego. O goiano, que tem tradição de não deixar a sua terra, vai acabar criando uma nova coluna migratória para o sul do Brasil.

Por outro lado, é imprescindível que se observe a segurança jurídica dos contratos celebrados entre as Secretarias da Fazenda e os empresários. Há em meu Estado uma preocupação muito grande, especialmente do setor de comércio, que pactuou cláusulas de incentivos fiscais para expandir o seu negócio e está absolutamente ao desabrigo das regras de transição sugeridas na proposta do governo. Os agentes políticos do Palácio do Planalto estão precisando tomar lições de direito das coisas, especialmente sobre os princípios que regem as relações contratuais.

Conforme já tive oportunidade de mencionar, os Estados não podem trocar a prerrogativa constitucional de instituir e regulamentar o ICMS, tributo que lhes garante a maior disponibilidade de receita, pela promessa de um Fundo de Desenvolvimento Regional. Primeiro, o FDR tem destinação específica para o setor de infraestrutura e visa cobrir uma finalidade básica do Estado e, conforme sistemática esboçada, atende a 10% das necessidades atuais.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, não é verdade que a Proposta de Emenda Constitucional nº 41 elimina os incentivos fiscais. O substitutivo imposto mantém os benefícios da Sudene, da Sudam, do Finor e, nesta semana, a Suframa recebeu sinal positivo do governo federal. É preciso estar atento para que o Palácio do Planalto não fragmente a PEC nº 41 e consiga solapar o Congresso Nacional com a distribuição de benfeitorias cartoriais.

Eu acredito que o mais prudente neste momento é realizar uma moratória na tramitação da Reforma da Previdência até que se defina um projeto decente de Reforma Tributária. O Brasil necessita de uma proposta arejada, que contemple os Estados e Municípios em uma repactuação do bolo tributário. É inaceitável qualquer formulação que acene com o aumento da carga fiscal. O modelo a ser criado deve possuir mecanismos jurídicos estáveis e apontar para o crescimento econômico. A fome de impostos da União é sem cura, e o Senado, pelo bem do Brasil, não pode aceitar que a reforma tributária avance mais sobre o bolso do contribuinte como se fosse permitido ao governo federal tributar também a esperança.

Muito obrigado.

*Pronunciamento realizado em 28 de agosto de 2003*

## Comenta o bisonho terceiro-mundismo do presidente em Cancún e mostra estudo do Banco Mundial sobre as barreiras do país aos investimentos externos

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

***"E na gente deu o hábito  
De caminhar pelas trevas  
De murmurar entre as pregas  
De tirar leite das pedras  
De ver o tempo correr"***  
CHICO BUARQUE

**S**e houve um consenso sobre a reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio, esse consenso seria o de que a cúpula que deveria decidir sobre a liberalização das relações comerciais fracassou e os maiores perdedores são os países do Terceiro Mundo. O Banco Mundial calcula que 144 milhões de pessoas sairiam da pobreza em médio prazo se um acordo tivesse sido pactuado em Cancún. O malogro das negociações se deve à intransigência da União Européia quanto à adoção de regras para investimentos por empresas multinacionais nos países em desenvolvimento, entre outras imposições.

Na reunião de Cancún, mais uma vez a qualidade da diplomacia brasileira, liderada pelo ministro Celso Amorim e composta pelos ministros Luiz Fernando Furlan e Roberto Rodrigues, fez uma grande diferença ao conseguir situar na agenda de entendimentos os subsídios aos produtos primários, mas o resultado, conforme declarou o prudente ministro da Agricultura, não pode ser considerado positivo. "É melhor não ter acordo do que ter um mau acordo", disse o ministro. O ex-ministro e deputado federal Delfim Netto manifestou opinião muito bem abalizada de que não esperava outro desfecho, considerando-se que é mais retórico o desejo do livre comércio. Já o brilhante senador Aloizio Mercadante não só admitiu o recuo como fez prognósticos de que as frustradas negociações de Cancún podem prejudicar as negociações sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

O Ex.<sup>mo</sup> Sr. presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ontem abriu a rodada de solenidades da semana para anunciar que a reunião de cúpula da Organização Mundial do Comércio "traz uma novidade extraordinária nas relações do Brasil com o mundo desenvolvido". Referia-se à posição de liderança que o Itamaraty exerceu em relação ao bloco das nações em desenvolvimento, o G-22. É natural o destaque do Brasil, mas nada justifica o arroubo de pan-americanismo do presidente



Lula. Será que Sua Excelência se imagina um glorioso San Martín? A impressão que o primeiro mandatário deixou em seu pronunciamento é de que se os Estados Unidos e a União Européia não quiserem um acordo, até o ano que finda o presidente Lula, em pessoa, seguirá em missão internacional à busca de negócios das arábias com os continentes africano e asiático e o Oriente Médio.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, não é a primeira vez que o Brasil encontra resistência na hegemonia comercial dos países ricos e promove guinada terceiro-mundista. O presidente Lula inspirou-se no regime militar e, de forma piorada, pretende reprimatizar a política do “pragmatismo responsável do ex-ministro das Relações Exteriores, Antônio Francisco Azeredo da Silveira. Após a crise do petróleo de 1973, o Brasil, que tinha uma dependência brutal do combustível fóssil no seu pacote energético, teve uma recaída em direção do Movimento dos Não-Alinhados — um conclave de regimes autoritários pseudo-marxistas e repúblicas de banana que propunha a união dos países depauperados contra os poderosos do Hemisfério Norte.

O presidente Lula vai fazer longas viagens pelo Oriente em busca de um objetivo improvável. Com certeza, será condecorado por ditadores sanguinários, fará discursos redencionistas em nome dos humilhados e ofendidos e, considerando-se a propensão do presidente Lula a mímicas sinfônicas, usará indumentária de tribo africana, mas dificilmente conseguirá pacto comercial consistente. A idéia de liderança do Brasil no cenário mundial passa muito mais pela nossa capacidade de ter competitividade econômica do que na fantasia do presidente Lula de ser o porta-voz do antiimperialismo. Na verdade, o que apequena o Brasil e impede o implemento do conceito de desenvolvimento sustentável, muitas vezes, são obstáculos criados pelo próprio país e que não têm muita relação com as idiosincrasias externas, embora seja axiomática a indiferença do eixo euro-americano em relação à medida do abismo em que se encontram as nações periféricas.

A pedido do Ministério das Relações Exteriores, o Banco Mundial realizou um interessante estudo chamado *Barreiras Jurídicas, Políticas e Administrativas aos Investimentos no Brasil*. Patrocinado pelo embaixador Mário Vilalva e dividido em dois volumes, o trabalho fez um diagnóstico completo dos mecanismos do “Custo Brasil” que afugentam o ingresso de capital de longo prazo, principalmente o destinado a produzir com vistas ao mercado externo. Trata-se de uma relação de gravames tarifários e não-tarifários que dificultam a entrada dos investimentos estrangeiros diretos com a finalidade de exportação e cuja remoção é elementar para que o Brasil adquira personalidade no mercado global.

O estudo do Banco Mundial demonstra que, por conta da vigência de ranços das ordenações coloniais portuguesas no Brasil, que alimentam a burocracia de alto custo e baixa taxa de eficiência, o país não consegue se integrar à economia planetária e, por isso, não se beneficia dos ganhos que isso poderia representar. E a distância é

longa, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores. O Relatório de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial classifica o Brasil em 46º lugar entre os países no tocante ao tempo gasto com a burocracia governamental e às condições administrativas para o estabelecimento de novas empresas; e em 48º no que se refere a regulamentações onerosas. As empresas instaladas no país consomem 7,6% do seu tempo para decifrar uma legislação confusa, o que situa o Brasil, no continente que o presidente Lula pretende liderar, só atrás do Haiti.

Segundo dados citados no trabalho, o Brasil perde anualmente alguma coisa próxima de 40 bilhões de dólares por conta das barreiras desnecessárias, que passam por formalidades excessivas; sistema tributário complexo e asfíxiante; regime trabalhista ultrapassado e extremamente oneroso quando se afere o custo do trabalhador; falta de seriedade no trato da transferência de tecnologia; insegurança jurídica dos contratos, especialmente instabilidade das leis e regulamentos que se alteram ao sabor de casuísmos gerais; quadro insuportável de violência e desconfiança no Poder Judiciário. O documento traz uma percepção preocupante que o investidor tem da atividade da magistratura:

*“Os Tribunais são vistos como lentos, ineficientes e burocráticos. Os juízes são geralmente considerados jovens, inexperientes, preguiçosos e freqüentemente corruptos. Os processos nos tribunais podem durar muitos anos, com incontáveis recursos que podem ser interpostos contra decisões de qualquer tipo dos tribunais inferiores”.*

Até atos corriqueiros, como aquisição de imóveis e entrada de executivos estrangeiros no país, são barreiras levantadas aos investimentos. Conforme revela o relatório do Banco Mundial, da compra do imóvel até o registro imobiliário, são oito etapas que a empresa tem de percorrer em repartições estaduais e municipais, onde deverá obter nove licenças e alvarás, o que desestimula o investidor. Ao comentar a modorrenta máquina administrativa do governo brasileiro para a concessão de vistos e licença de trabalho, que pode demandar seis meses, o documento chega a ser irônico e ressalta que as “multinacionais não trazem talentos para o país com o objetivo de entretenimento”. Enquanto no Brasil, para se constituir uma sociedade anônima são necessários, em média, 60 dias, no Chile, em Hong Kong, na Malásia e em Cingapura, isso é tarefa para um único dia. Há um dado curioso no estudo, que é a empáfia dos agentes da alta burocracia. A Intel, líder de tecnologia, teve a intenção de instalar em território nacional uma usina de montagem e teste de semicondutores, com investimentos previstos de 300 milhões de dólares. Esbarrou no nariz empinado da tecnocracia de Brasília e decidiu ir para a Costa Rica.

O estudo salienta que a criminalidade é um dos fatores que mais influenciam o entendimento negativo que os investidores têm do Brasil e, conforme tenho apresen-

tado nesta Casa, aponta que a educação é um dos caminhos mais seguros para resolver o problema da violência. Aliás, num país em que o próprio ministro da Justiça vai participar de uma passeata contra a violência, já não temos mais a quem reclamar quanto à criminalidade, a não ser ao bispo.

Por fim, o estudo do Banco Mundial lamenta a irresponsável perda de tempo do Brasil em fazer uma reforma tributária e remover as barreiras arrecadoras que puxam o freio de mão do crescimento sustentável. Um exemplo das perversidades do sistema é mensurada na carga fiscal sobre o capital no setor industrial brasileiro. Do total de 35,5%, taxa aferida com base em dados de 1999, 19,1% incidiram sobre a renda e os outros 16,4% eram impostos cujos fatos geradores não tinham relação com os lucros e constituíam-se das armadilhas fiscais que historicamente saciam a gula de um Estado pródigo e corrupto.

Infelizmente, o governo Lula, no afã de impor um remendo arrecador ao país, fez com que as reformas perdessem o rumo, mas o Senado Federal não pode postergar a missão de reescrever uma proposta de sistema tributário digno do país. Como asseverou o sempre sagaz senador Arthur Virgílio, “esse projeto se amonstregou”. E esta Casa tem o dever de trazer conteúdo de razoabilidade à matéria.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que os governadores assinaram as reformas em ato público e cobrou o endosso, como se os Estados não tivessem do que reclamar. Entretanto, é bom que se frise que os representantes das unidades da Federação foram signatários de um documento que não tinham lido e que estava repleto de expedientes draconianos. Hoje, os governadores reconhecem que cometeram um erro e estão conscientes de que é uma temeridade a renúncia à instituição do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços. Foi por intermédio das políticas de incentivo fiscal calcadas nesse tributo que os Estados emergentes cresceram acima da média nacional.

Goiás, governado por Marconi Perillo, é um exemplo evidente do êxito da iniciativa. Toda a política de desenvolvimento do Estado foi calcada nos incentivos fiscais. O texto aprovado na Câmara dos Deputados estabeleceu um prazo de onze anos para acabar com todos os benefícios, e isso representará um retrocesso para a economia local. Goiás voltará à condição de exportador de produtos primários, o que é muito grave, pois é justamente na verticalização da produção que se geram emprego e renda. Em Goiás, a maioria das empresas goza de incentivos por mais de 15 anos. Como foi aprovado um prazo menor na Reforma Tributária, cria-se um problema nos contratos já pactuados. As empresas beneficiadas fizeram um cronograma de longo prazo para estabelecer os seus investimentos e é curial com a manutenção do desenvolvimento do Centro-Oeste que se aprove o período de mais três anos para a concessão de novos benefícios fiscais; quanto aos atuais benefícios já concedidos, que permaneçam por mais 15 anos. É o tempo que o Estado precisa para elaborar um “Plano B” de desenvolvimento.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, para se ter noção dos prejuízos que vão recair sobre Goiás, caso o texto da Reforma Tributária seja aprovado com a redação atual, 369 projetos empresariais que estão em andamento para a concessão de benefícios fiscais deixariam de se concretizar, sem contar as perdas anuais de receita fiscal.

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA)** — Senador Demóstenes, V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Concedo o aparte a V. Ex.<sup>a</sup> com imenso prazer, senador César Borges.

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA)** — Senador Demóstenes Torres, ouvia o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> e não poderia, de forma alguma, deixar de me agregar a suas preocupações e contestações com relação à Reforma Tributária. V. Ex.<sup>a</sup> tem se notabilizado, nesta Casa, como um grande senador, principalmente no aspecto jurídico — porque V. Ex.<sup>a</sup> tem essa formação —, mas também se mostra preocupado com o setor econômico e com o desenvolvimento do Estado de Goiás, e, por via de consequência, de todos os Estados brasileiros — porque falta uma política de desenvolvimento e de combate às desigualdades regionais, uma política definida, de longo prazo, com objetivos claros, explícitos. Infelizmente, por falta dessa política — que o país não tem há muito tempo e este governo, até agora, também não deu demonstração de que deseja implantar a regionalização do desenvolvimento —, foi necessário que os Estados brasileiros fizessem esse trabalho, com sacrifício de suas contas públicas, fazendo inversões importantes para atrair indústrias, pois, do contrário, estariam todas concentradas no Estado de São Paulo ou, no máximo, em vetores de São Paulo para Belo Horizonte, de São Paulo para Porto Alegre, de São Paulo para Rio de Janeiro, e nada iria para o Centro-Oeste, nem para o Nordeste brasileiro. Então, foi à custa da nossa competitividade, pelas boas administrações que conseguiram efetivar, que os Estados foram à luta para atrair as referidas empresas. Fizeram isso porque estavam preparados, tinham capacidade de investir no setor social, na infra-estrutura e na atração de investimentos. Entretanto, agora vem o governo praticamente destruir o pacto federativo por meio desta Reforma Tributária, impedindo que os Estados possam sequer honrar os compromissos assumidos e que revolucionaram o desenvolvimento do Estado de V. Ex.<sup>a</sup> e do meu. Foi assim no governo de Antonio Carlos Magalhães, de Paulo Souto e no meu. Historicamente, pela primeira vez, uma indústria automobilística, a Ford, foi instalada no Nordeste brasileiro, com compromissos assumidos a médio e longo prazos, que têm que ser necessariamente honrados. Sei que o Estado de V. Ex.<sup>a</sup> também assumiu esses mesmos compromissos com indústrias ali instaladas. Portanto, senador Demóstenes Torres, incorporo meu raciocínio inteiramente ao seu discurso. A Casa certa — onde devemos fazer valer os

compromissos assumidos pelos nossos respectivos Estados — é o Senado Federal. Nós, todos os senadores, pois aqui representamos os nossos Estados, devemos nos unir para que possamos manter essa que foi a única arma disponível para o desenvolvimento de nossos Estados. Parabéns! Sou totalmente solidário e tenho orgulho do pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>, que, além de ser um grande senador, pertence ao meu partido, o PFL.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Muito obrigado, nobre senador César Borges. Em pronunciamento, na semana passado, tive a oportunidade de falar do efeito dos incentivos fiscais em Estados bem organizados, quando tive o prazer de lembrar a Bahia e suas grandes administrações, especialmente a de V. Ex.<sup>a</sup>. A Bahia pôde crescer, ser competitiva, mas, agora, o governo federal quer simplesmente fazer com que nossos Estados, novamente, voltem à condição de miserabilidade em que se encontravam.

Não permitiremos que isso aconteça! Estados como Bahia e Goiás são exemplos para o mundo. É bom que se diga que o Oeste baiano é um produtor extraordinário, fantástico, de soja. Estamos vivendo, em nossos Estados, uma verdadeira revolução. Hoje, o Brasil tem superávit em sua balança comercial graças ao agronegócio e à sua verticalização. Assim como, no caso da Bahia, à atração de uma montadora como a Ford; e, no caso de Goiás, a atração de uma montadora como a Mitsubishi. Então, não podemos deixar que essas empresas batam asas de nossos Estados em busca de outras paragens. O que o governo federal quer é continuar beneficiando os Estados mais ricos da Federação — o que simplesmente representa a entronização do atraso. Concordo com V. Ex.<sup>a</sup> e lhe agradeço o aparte, principalmente pela qualidade do aparte. Fico muito feliz em poder ter ouvido V. Ex.<sup>a</sup>.

Para se ter uma idéia, senador, as perdas anuais de receita fiscal estão estimadas em 100 milhões de reais, devido à redução das alíquotas dos produtos primários; 15 milhões de reais com as quedas provenientes do setor farmacêutico; e 3,9 bilhões de reais, ao longo dos próximos oito anos, com o fim do diferencial de alíquotas nas transações interestaduais. Um Estado como Goiás ou outro como a Bahia — que ainda têm números mais expressivos de perdas — certamente não conseguirão sobreviver a uma reforma desastrada como essa.

O Senado representa os Estados, como disse V. Ex.<sup>a</sup>, e deve expressar a porção da sua soberania conferida pela Constituição, alterando o texto aprovado na Câmara dos Deputados, que é um achincalhe ao bom-senso. A Reforma Tributária perdeu o rumo porque partiu de um texto ruim, que não atende aos setores produtivos, inviabiliza os Estados emergentes, deixa os municípios a ver navios e aumenta o peso fiscal na conta do contribuinte. Uma alteração deste porte não pode ser feita a toque de caixa, como pretende o Palácio do Planalto. O Senado deve, com altivez,

discutir a matéria à exaustão e construir uma proposta que indique visibilidade de futuro para essa nação cansada de ser o fígado de Prometeu.

Muito obrigado.

*Pronunciamento realizado em 16 de setembro de 2003*

Considera provocação a escala presidencial em Cuba, onde se bajulou Fidel Castro e se verteram lágrimas depois do consumo de um certo picolé de caipirinha

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

**"Cuba perdeu minha confiança, arrasou minhas esperanças e frustrou minhas ilusões"**

**JOSÉ SARAMAGO**

No romance *O Outono do Patriarca*, Gabriel García Márquez narra a solidão de um déspota perfeito, sem nome, obcecado pelo poder absoluto e cujos limites transcendiam o seu próprio corpo em putrefação. Com idade indefinida entre 107 e 232 anos, ele incorporava a autoridade total, continuada, e cria que a “mentira é mais cômoda do que a dúvida, mais útil do que o amor, mais perdurável do que a verdade”. A obra foi o primeiro livro publicado por García Márquez depois de *Cem Anos de Solidão*, em uma época em que a democracia foi varrida do continente lati-



Antônio Milena / ABr

*Em visita ao último ditador, o presidente Lula referendou um regime político sanguinário*

no-americano e era natural caracterizar, nos ditadores de então, a triste figura do personagem do escritor colombiano. Mas nem a prodigiosa imaginação de García Márquez foi capaz de supor que, justamente o lendário líder cubano, comandante e presidente Fidel Castro, que fascinou uma geração em todo o mundo, fosse se converter no último patriarca.

Sr. Presidente, a jornalista Dora Kramer, em sua coluna da última sexta-feira, tentou encontrar razões políticas, econômicas, diplomáticas e até pessoais para a esticada a Cuba do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, mas se deu por informada dos “não-significados” da viagem. A dúvida da colunista pautou o Palácio do Planalto a encontrar uma saída honrosa à inopinada escala oficial da “Lulatur” em território cubano.

Em um protocolo improvisado, o governo do Partido dos Tributos quis convencer os nacionais de que a comitiva foi a Cuba praticar a liberalidade: as dívidas com o Brasil serão amortizadas em condições paternais porque o presidente Lula acredita que “o país, por ter a maior economia da região, por ser o mais industrializado, tem que ter gestos de generosidade com os seus parceiros”.

O segundo maior acontecimento da escala em Havana foi o lançamento, pelo presidente Lula, da Multinacional da Esperança. O primeiro mandatário está convicto de que fará bem ao Brasil a liberação de recursos do BNDES para construir hotel de luxo e usina de álcool em Cuba. Provavelmente, acredita que são poucos os miseráveis e ofendidos daqui e que chegou a hora de liderar os desempregados de Cuba. O presidente Fidel Castro, inclusive, em seu pronunciamento, reconheceu qualidades patriarcais no presidente Lula ao chamá-lo de “meu irmão”.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, apesar de ninguém levar a sério os gestos de demagogia internacional do presidente, é no mínimo uma provocação desnecessária participar de convescotes com um ditador carcomido pela infatigável perseguição ao poder, cujo regime provento cambaleia moribundo. Trata-se de um governo autoritário, há 44 anos no poder, onde foi revogado o princípio do processo legal e são realizadas execuções sumárias. Neste ano foram eletrocutados três cidadãos cubanos, e há 49 na fila da morte por discordarem do longo mandonismo do presidente Castro. Em Cuba, a sistemática stalinista de perseguição a dissidentes é implacável, sendo lugar comum prisões arbitrárias, condenações por convicções políticas e nenhuma hipótese de liberdade de expressão.

Em um relatório sobre os direitos humanos em Cuba, a Anistia Internacional revelou que o exercício da liberdade de imprensa é tipificado como crimes absurdos de “propaganda inimiga”, “desrespeito”, “desordem pública”, entre outros, e são inúmeros os profissionais da comunicação encarcerados por revelar a falência do sistema. A Cúpula Simulada de Havana foi o nada que se esperava de um encontro sem propósito de dois chefes de Estado do Terceiro Mundo, mas confirmou que, em missões internacionais, este governo tem uma agenda emocional fantástica.



Observem, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, que, justamente o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, o homem encarregado de distribuir indulgências e praticar maldades, chorou ao abraçar o presidente Fidel. Foram sinceras as lágrimas daquele ex-guerrilheiro, treinado por Cuba, para promover a luta armada no Brasil, mas elas certamente teriam sido contidas não fosse constar das provisões presidenciais esse pernicioso e malsinado “picolé de caipirinha”.

Muito obrigado.

*Pronunciamento realizado em 30 de setembro de 2003*

## Pugna pela altivez e independência do Senado ante a violenta manobra legislativa do Planalto para impor a PEC Paralela à Reforma da Previdência

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

**E**ntrei com um requerimento na Casa para que se evite uma verdadeira violência contra o Senado Federal. A violência se trata de uma emenda paralela à Reforma da Previdência, que nada mais é do que um atentado contra a democracia. Todos os cidadãos brasileiros agora observam o Senado Federal, a fim de avaliarem o comportamento dos senadores. Se receberemos a pecha de sabujos do Palácio do Planalto ou se atuaremos com a altivez e a independência que se exige de cada senador.

Qual o motivo? Dispõe o Regimento Interno, em seu art. 258, que toda vez em que houver matérias versando sobre o mesmo assunto, tais matérias tramitarão de forma conjunta.

Muito bem, ao entrar com a PEC paralela, o que deseja o governo, o que deseja o Poder Executivo? Enganar a população, os servidores públicos e os próprios senadores, pois, assim que for promulgada a PEC nº 67, a outra será considerada prejudicada por tratar de matéria do mesmo assunto e por estar na mesma legislatura.

O desrespeito é tamanho, Sr. Presidente, que, na Proposta de Emenda à Constituição nº 77 apresentada, os senadores do bloco governista que a subscrevem dizem que “nos debates da Reforma da Previdência, nesta Comissão e fora dela, temos declarado a nossa disposição e a do governo em promover alterações na emenda que resultar da promulgação da PEC nº 67, de 2003”.

V. Ex<sup>as</sup> observem bem: o governo considera a PEC nº 67 já promulgada. Isso quer dizer que a opinião de qualquer senador aqui nada vale. Isso quer dizer que a apreciação da matéria pelo Senado Federal é apenas uma pantomima. Na realidade, nada teremos a acrescentar, segundo vontade explícita do Governo Federal.

Sr. Presidente, por acordo com o senador Valdir Raupp, que me cedeu a palavra, não farei comentários; eu me cingirei à leitura da justificação:

A PEC nº 67, de 2003, que trata da reforma da Previdência, versa sobre a mesma matéria, e de forma mais abrangente, que a sua congênere, de nº 77, de 2003. Assim, é regimentalmente previsto e está sedimentado nos costumes desta Casa Legislativa que nessas situações as propostas tramitem conjuntamente.

Portanto, o que se percebe agora é uma tentativa injustificável do governo de atropelar o Regimento e a praxe na tramitação de matérias. A manobra do Palácio

do Planalto tem a finalidade de tumultuar o processo legislativo e suprimir a discussão democrática, que é da natureza desta Casa. Ao final, pretende o governo que o Senado tenha um comportamento subserviente e se converta em uma simples instância homologatória. Neste momento histórico, o Senado não pode se curvar às pretensões unilaterais do Poder Executivo e deve exercer a parcela de soberania estatal que a Constituição lhe reservou.

A sociedade espera que o Senado desmanche a visão do Palácio do Planalto de que aqui é uma Casa de sabujos. Já que desrespeita sua história e seus integrantes, que respeite ao menos o seu Regimento.

Seria de causar risos, se não fosse trágico, o governo redigir uma proposta de emenda constitucional paralela, que contempla matéria discutida à exaustão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde, aliás, o rolo compressor governamental massacrou todas as 316 emendas apresentadas. O acinte se torna cômico quando os autores de ambas as PECs, que são os mesmos, diretamente ou por seus prepostos, repetem inclusive os termos, a partir do início. Sequer tentaram disfarçar, mostrando que, além do deboche, abusaram da exigüidade do vocabulário.

O absurdo chega a ponto de, na PEC paralela, haver remissão à PEC nº 67, de 2003, como se ela já tivesse sido promulgada. As Sr.<sup>as</sup> e os Sr.<sup>s</sup> Senadores, a Mesa Diretora, o próprio Senado e a independência dos Poderes têm de reagir, e um bom começo seria a aplicação do Regimento desta Casa para acolher o presente requerimento, determinando-se o pensamento das PECs assemelhadas, sob o risco de verificarmos o encontro das paralelas somente no infinito, ou em alhures.

**O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB-PR)** — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Ouço V. Ex.<sup>a</sup> com prazer.

**O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB-PR)** — Serei sucinto, mas não poderia deixar de, em nome do PSDB, cumprimentar V. Ex.<sup>a</sup> por essa iniciativa em defesa das melhores tradições do Parlamento brasileiro. A arrogância do governo extrapola os limites do bom senso. Seria uma agressão ao Regimento desta Casa aceitar que uma “PEC fantasma” pudesse tramitar sem a reação que V. Ex.<sup>a</sup> inicia hoje na tribuna do Senado Federal. Não há outra decisão para a Mesa do Senado a não ser apensá-la à proposta que vem da Câmara dos Deputados. Trata-se de matéria correlata, assemelhada, com os mesmos objetivos. Portanto, o Regimento, que é a lei maior para a organização dos trabalhos desta Casa, determina que essa PEC deve ser apensada àquela que veio da Câmara. Portanto, senador Demóstenes Torres, os nossos cumprimentos pela brilhante iniciativa.



*“A PEC Paralela da Previdência é uma manobra destinada a espezinhar o poder legislativo”*

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Muito obrigado. Concedo a palavra ao senador César Borges.

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA)** — Senador Demóstenes Torres, não poderia deixar de fazer esta intervenção para parabenizá-lo pelo brilhantismo e inteligência de ter detectado esse ponto, que a Casa toda já se percebia, mas que V. Ex.<sup>a</sup> está verbalizando neste plenário. Já ouvimos diversas vezes dizerem que é melhor deixarmos determinados assuntos serem tratados na Reforma Tributária, como, por exemplo, a alocação de recursos específicos para regiões subdesenvolvidas ou o combate às desigualdades regionais. No caso da Reforma Previdenciária, alguns pontos foram motivo de emendas justíssimas e o senador Tião Viana, por sua inteligência, sensibilidade e por ser médico, deveria acatá-las, mas não as acatou. E, agora, o senador Tião Viana apresenta uma medida totalmente diversionista, como V. Ex.<sup>a</sup> aponta, anti-regimental, criando uma PEC paralela, quando estamos analisando uma PEC exatamente sobre os mesmos motivos. Se S. Ex.<sup>a</sup> concorda com o mérito do que foi colocado nas emendas, que as acate dentro da PEC nº 67, e não procure, por meio dessa medida diversionista, jogar para as calendas um assunto que deveria ser incluído neste momento. Meus parabéns a V. Ex.<sup>a</sup>, a quem presto minha solidariedade.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Muito obrigado, senador César Borges. Como bem disse V. Ex.<sup>a</sup>, a aprovação dessa PEC implicará em prejudicialidade da matéria agora apresentada, chamada paralela; ela jamais será discutida.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

**O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)** — Senador Demóstenes Torres, mais uma vez — e isto não me surpreende —, V. Ex.<sup>a</sup> traz a esta Casa o tom da sua competência e do seu conhecimento jurídico ao verbalizar e expor, de uma maneira muito clara, do ponto de vista legal, aquilo que estava sendo motivo de espanto para todos os senadores que despenderam horas e horas estudando essa Reforma Previdenciária, ouvindo e discutindo com a sociedade temas que poderiam ser aperfeiçoados no projeto oriundo da Câmara dos Deputados. Todos viram, com perplexidade, nenhum de seus projetos serem aprovados ou absorvidos, em função de uma PEC que ninguém conhecia ou que viria por aí, exatamente sobre o mesmo tema. Isso nos deixou com uma sensação de perplexidade, como bobos da corte, como alguém que não tinha nada o que fazer aqui e que estava discutindo em cima do nada. V. Ex.<sup>a</sup>, agora, finalmente, coloca uma luz em cima desse assunto e nos traz à realidade, pois, afinal de contas, existem regras dentro desta Casa que identificam e dão rumo a esse tipo de coisa, não permitindo que ocorram fatos como essa PEC que o senador Álvaro Dias chamou de “PEC fantasma”. Ela sombreou as discussões de uma PEC do mesmo assunto, que era verdadeira e real, diante das nossas emendas, que também eram verdadeiras e reais. Portanto, mais uma vez, meus parabéns a V. Ex.<sup>a</sup>, a quem muito admiro.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati.

Só para relembrar, havia um compromisso do senador Tião Viana com a Casa, o qual não aceitamos, porque discutimos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e ficou acertado que S. Ex.<sup>a</sup> acataria todas as propostas que saíssem daquela Comissão — naturalmente, as que S. Ex.<sup>a</sup> entendesse necessárias para modificação do projeto de reforma. Mas o senador Tião Viana, descumprindo tal compromisso, não quer mais fazer a discussão no plenário, como tinha proposto, mas por meio de uma proposta de emenda constitucional paralela, que não tramitará. Cá para nós, neste Senado, S. Ex.<sup>a</sup> não conseguirá enganar a quem quer que seja com essa medida.

Acredito que o próprio senador Tião Viana tenha sido, de certa forma, ludibriado pelo Palácio do Planalto, e que S. Ex.<sup>a</sup>, na sua boa vontade, realmente esteja entendendo que há como discutir a matéria dessa forma. Mas precisamos colocar os pingos nos *is*, que, neste caso, são o Regimento Interno da Casa, o qual menciona que matérias correlatas têm de tramitar em conjunto e, qualquer que seja a apreciação, na

mesma legislatura, se uma delas for aprovada, as demais serão consideradas prejudicadas.

Fazendo uma última consideração, lembro o último ato de violência deste governo. Li no jornal, há pouco, que houve uma declaração de que a ONU fará uma investigação sobre o Poder Judiciário brasileiro. Todos sabem do posicionamento crítico que tenho em relação ao Poder Judiciário. Quantas vezes, vim a esta tribuna defender o controle externo, o fim do nepotismo e falar a respeito de diversas outras mazes que afogam o Poder Judiciário, que conspurcam sua imagem. Mas não podemos admitir que uma instituição nossa sofra uma investigação estrangeira por parte de quem quer que seja, por melhores que sejam as intenções. O Poder Judiciário encontra-se, assim, principalmente por conta de uma legislação retrógrada, que amarra o juiz e o impede de julgar.

O ministro Nelson Jobim disse, na semana passada, que o Supremo Tribunal Federal está fingindo que julga. Julga em bloco porque não dispõe de tempo e não há uma legislação que permita a vinculação das decisões assemelhadas. Afirmo que há violência. Lamentavelmente, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, disse concordar com essa propositura. É uma agressão do Poder Executivo. O presidente da República não pode encampar a manifestação do seu ministro da Justiça porque é desrespeitosa. O próprio Ministério da Justiça chegou a criar uma secretaria para a reforma do Poder Judiciário, o que já é uma violência. Onde estão as propostas que iriam ser apresentadas pelo ministro da Justiça? S. Ex.<sup>a</sup> está endossando que a Organização das Nações Unidas mande para cá um guru indiano ou algo assemelhado para fazer prognósticos e constatações que já conhecemos sobre o Poder Judiciário. Temos aqui, na gaveta, uma proposta de reforma do Poder Judiciário. Por que o governo não quer fazer essa reforma? Por que ele só discute e discursa sobre o assunto? Por que não toma atitudes práticas? Daí por que quero também fazer o meu veemente protesto contra a manifestação do Ministério da Justiça, na pessoa do ministro da Justiça, que está se notabilizando, a cada dia, por...

**O SR. MAGNO MALTA (BLOCO/PL-ES)** — Senador, V. Ex.<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Dentro de um instante, senador.

Como eu dizia, o ministro da Justiça está se notabilizando, a cada dia, não por apresentar soluções, mas por fornecer, a cada minuto, uma maneira de complicar ainda mais o governo Lula. A imagem da segurança pública já está conspurcada e agora o ministro da Justiça agrava uma crise que já existe entre os Poderes Executivo e Judiciário.

Concedo o aparte ao Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC)** — Quero cumprimentá-lo, senador Demóstenes Torres, pois o senhor tem sido o nosso grande baluarte, aqui no Senado Federal, nas discussões das reformas, principalmente na da Previdência, e tem-nos aclarado muitas coisas e mostrado o verdadeiro caminho que o governo deveria seguir. Pela sua capacidade e por estudos, agora nos traz mais uma gafe da bancada do governo federal e do próprio governo federal, que desrespeitam a oposição, desrespeitam os senadores da minoria, como se quisessem fazer todos os senadores da minoria de bobos, como se não conhecêssemos as leis. Por meio do seu estudo, talvez agora o governo federal e a bancada do governo passem a respeitar mais quem entende do assunto. Inúmeras pessoas do Brasil inteiro nos telefonaram, mandaram ofícios e *e-mails* demonstrando preocupação pelo fato de as emendas da oposição não estarem sendo acatadas. Depois, eles colocam o que encaminhamos, o que criamos, o que tentamos emendar, aquilo que defendíamos antes, num projeto paralelo, numa emenda paralela, num substitutivo, como queiram chamar. Eles não defendiam as propostas que a oposição está defendendo, não defendiam as emendas que o PFL e o PSDB defenderam e defendem e agora tentam se colocar como autores dessas emendas. E o pior: estão querendo burlar o Regimento Interno, querem rasgar o Regimento Interno. Por isso, cumprimento V. Ex.<sup>a</sup> pelo estudo e por trazer a transparência desse ato, que, certamente, fará com que o governo passe a respeitar a oposição. Meus cumprimentos. É bom que o Brasil fique sabendo que por trás de tudo isso há algo que nós ainda não sabemos. Por que estão usando esses meios: Por que estão buscando esses caminhos confusos? Por que tentam burlar o próprio Regimento Interno? Por que estão querendo fazer isso? Eu até digo, senador Demóstenes Torres, que talvez muitos dos senadores da bancada que apóia o governo não soubessem disso. Também foram enganados. Eles deveriam repudiar a forma perversa e antidemocrática como o governo está encaminhando a Reforma da Previdência.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Muito obrigado, senador.  
Concedo o aparte ao nobre senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA (BLOCO/PL-ES)** — Senador Demóstenes Torres, eu quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Com a minha fala, espero contribuir com o seu raciocínio brilhante. V. Ex.<sup>a</sup> é um professor. Somos amigos e tenho aprendido a admirá-lo pela sua mente arguta e capacidade de ver as questões da Justiça e da segurança pública neste país. A minha consideração não trata do seu primeiro tema, a Reforma da Previdência. Mas, fazendo parte da base do governo, quero dizer ao senador Leonel Pavan que, em nenhum momento, trato alguém de forma desrespeitosa e não estou sendo enganado em nada, absolutamente. Se a sociedade brasileira, de fato, tivesse conhecimento dos discursos feitos, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, por aqueles que hoje são da oposição e que faziam parte da base

do governo... Eu perdi todas as votações por ser da minoria, por votar contra o Sr. Fernando Henrique Cardoso, que tinha uma base tão forte e significativa que podia eleger, se quisesse, um poste como primeiro-ministro. Naqueles dias, na Câmara dos Deputados, ele não realizou a reforma porque não quis, absolutamente. Mas eu já ouvi frase do tipo: “A minoria chia e a maioria vota”.

**O SR. PRESIDENTE (SENADOR MÃO SANTA/PMDB-PI)** — Senador Demóstenes Torres, lamentamos informar que o tempo de V. Ex.<sup>a</sup> esgotou. Pedimos a compreensão de V. Ex.<sup>a</sup> e que utilize a sua inteligência privilegiada para chegar a uma breve conclusão.

**O SR. MAGNO MALTA (BLOCO/PL-ES)** — Eu já concluo o meu aparte, Sr. Presidente. Peço que V. Ex.<sup>a</sup> me dê 30 segundos, até porque eu gostaria de fazer esse reparo a respeito da minha pessoa, para que não fique parecendo que são todos e porque tenho muito respeito pelos meus companheiros e ainda mais pelo senador Leonel Pavan, por admirá-lo. Senador Demóstenes Torres, acerca da questão do Poder Judiciário, concordo com V. Ex.<sup>a</sup>. Não entrarei no mérito da discussão de que o governo participou disso e fez coro com o que se falou, até porque, de fato, não podemos esconder que há violência neste país, que há tortura e policiais envolvidos com tortura e com crimes no Brasil. Não podemos esconder isso. Mas faço coro com V. Ex.<sup>a</sup>. Todos sabemos que é preciso se fazer uma reforma do Poder Judiciário instituindo-se um controle externo para o Poder Judiciário brasileiro. Mas é preciso que cada um responda pelas próprias demandas. Neste momento, exatamente quando essa enviada da ONU proferiu as suas palavras à imprensa brasileira, era necessário deixar o próprio Poder Judiciário formular as suas respostas — e aí faço coro com V. Ex.<sup>a</sup> —, sem que houvesse a intervenção de outros Poderes. Na verdade, mesmo quando o sujeito quer falar como indivíduo, ele não consegue, uma vez que está investido na função de ministro, por exemplo. Ele está fazendo parte de um outro Poder. Isso não soa tão fácil e tão primário como quando o cidadão comum, na rua, faz as suas críticas. Na verdade, concordo e acredito que o Poder Judiciário, realmente, é que tinha de dar a sua resposta, porque ele sabe das suas deficiências, das suas dificuldades e sabe exatamente quais as mudanças que necessita fazer.

**O SR. PRESIDENTE (MÃO SANTA/PMDB-PI)** — Senador Magno Malta, lamentamos interrompê-lo, mas o Regimento reza dois minutos para o aparte.

**O SR. MAGNO MALTA (BLOCO/PL-ES)** — Eu já vou encerrar, Sr. Presidente. Eu já teria encerrado. O Poder Judiciário sabe exatamente aquilo que é preciso ser feito e sei que teria dado uma resposta contundente, até porque conhece as suas debilidades, como todos nós conhecemos. Está V. Ex.<sup>a</sup> de parabéns pelo seu posicionamento,



que em nada é diferente da sua postura de vida, não só desde a sua chegada ao Senado, mas como sempre se conduziu até aqui.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente, e peço perdão por ter extrapolado o tempo. Agradeço também a gentileza do senador Valdir Raupp, que acenou dizendo que poderíamos concluir as discussões.

*Pronunciamento realizado em 9 de outubro de 2003*

# Aponta os dias de Bagdá causados pela criminalidade no Brasil e afirma que o governo faz o País terminar 2003 mais pobre de segurança

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

**"Não agrido fatos. Não vi o invisível e não previ o imprevisível"**

**PETRÔNIO PORTELLA**

*"No meio da noite, prédios públicos são atacados com rajadas de fuzis automáticos e metralhadoras. Bombas explodem em frente a repartições públicas. Comboios de homens armados percorrem as ruas depois da meia-noite. Param o trânsito em grandes avenidas, saqueiam — pessoas são mortas sem nenhuma razão. Magistrados são emboscados e mortos a tiros. Funcionários de alto escalão são ameaçados. Pelo mar chegam armas e drogas. É cenário de uma guerra que não se quer admitir."*

O texto que acabei de ler é uma resenha muito bem elaborada de um país entre gue às páginas policiais e parte da abertura de um dos mais vigorosos documentos sobre o crime organizado no Brasil. Trata-se do livro *CV/PCC: A Irmandade do Crime no Brasil*, lançado ontem no Rio de Janeiro e escrito pelo brilhante jornalista Carlos Amorim, autor de *Comando Vermelho: A História Secreta do Crime Organizado*.

Apoiada em pesquisa e observação, a reportagem de 470 páginas historia a formação dos dois mais importantes comandos criminosos do Brasil, dissecando os meandros da atividade marginal do país e revela que a federalização do crime organizado é o próximo plano da nova geração que assumiu o poder paralelo.

No cenário da guerra que não se quer admitir, o jornalista percorre os dias de Bagdá registrados no noticiário nacional e descreve com propriedade a desmoralização do Estado. O arsenal do crime não está preocupado com a ação da polícia. Fuzis, granadas e foguetes são necessários para enfrentar os grupos rivais. No alto das favelas, nos esconderijos dos bairros pobres, o Estado moderno simplesmente não está presente, não constitui problema maior para o traficante.

Carlos Amorim apóia-se em dados e informações consistentes, que demonstram a trajetória das organizações criminosas no Brasil desde a formação do Comando Vermelho, no início da década de 80, quando o país era mera rota do tráfico de entorpecentes, até a integração ao mercado global do crime organizado — um negócio que movimenta no planeta 1,5 trilhão de dólares por ano. Esse dinheiro sujo provém, sobretudo, do narcotráfico, do contrabando internacional de armas e do terrorismo.



Lailson Duarte / Jornal O Popular

*“As corriqueiras rebeliões retratam o cenário da guerra que não se quer admitir no Brasil”*

No centro das atividades, naturalmente está a droga. De acordo com Amorim, a ONU estima que o tráfico movimentava entre 600 bilhões e 800 bilhões de dólares (mais do que a indústria do petróleo e do gás natural), enquanto 200 bilhões de dólares são lavados nas engrenagens obscuras do sistema financeiro internacional.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, durante todo esse ano, adverti esta Casa de que não se podia comandar o Ministério da Justiça com tamanha improvisação e inapetência.

Nos apelos, cobrei do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, um projeto de segurança pública para o país e denunciei que dias piores viriam, caso o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, permanecesse como um tolo na colina, contemplando as ruas das nossas Faixas de Gaza, como se essa guerra não fosse, primordialmente, do governo federal.

O Ministério da Justiça deveria ter a compostura de poupar a nação do socorro enganador. No início do governo Lula, fazia parte da dramaturgia bastosiana excomungar a tese da unificação das Polícias. O argumento era o de que a providência era utópica e que a ela precedia a tal integração das atividades policiais.

**O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB)** — Permite-me, V. Ex.<sup>a</sup>, um aparte?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Concedo o aparte, com muito prazer, ao nobre senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB)** — Nobre senador Demóstenes Torres, vejo a indignação com que V. Ex.<sup>a</sup> está fazendo seu discurso. É a mesma indignação com que, no mandato passado, eu também clamava por providências rápidas, reais. E, nos nove projetos que apresentei aqui nesta Casa para o combate à violência, sempre ouvi: “Isso não tem importância, isso não é assim”. Se for para baixar a idade da maioria penal, não pode, porque não vai adiantar nada. Se for para mandar o preso para uma área inóspita, onde ele possa plantar, colher e saber qual é o valor da vida e da natureza, em vez de estar tomando de terceiros, também não pode, isso não funciona. O pior é que o tempo passa e medidas não são tomadas. Não estou desiludido de todo, mas já cheguei à conclusão de que a maior parte da sociedade brasileira perde a sua energia em debates internos, em vez de tomar atitudes contra o crime, que cada vez avança mais, porque ficamos debatendo entre nós ações que já deveriam ter sido tomadas. Medidas dessa natureza têm sido tomadas em outros países e têm funcionado. Louvo o tema que V. Ex.<sup>a</sup> escolheu. Tenho certeza de que V. Ex.<sup>a</sup>, como homem da área de Justiça, poderá colaborar mais. E que essa sua santa indignação deve ser a mesma que queima a alma de todos nós. Mas, lamentavelmente, ainda não iniciamos ações reais e concretas. Parabéns!

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Muito obrigado, senador Ney Suassuna. Desde o início, venho pugnando para que medidas concretas sejam tomadas, mas o ministro da Justiça insiste na retórica. Isso me causa extraordinária indignação.

Então, eu dizia que, no início do governo Lula, fazia parte da dramaturgia bastosiana excomungar a tese da unificação das Polícias. O argumento era o de que a providência era utópica e que a ela precedia a tal integração das atividades policiais. Agora, o ministro da Justiça anunciou a pretensão de, talvez em 2004, enviar ao

Congresso Nacional proposta de Emenda à Constituição que cria espécie de faculdade aos Estados de unificar as suas Polícias.

O governo Lula está precisando de alguma lição de auto-ajuda. Não é possível que uma administração respaldada por tanto apelo popular continue trafegando na tibieza. Sr. Presidente, não há por que hesitar na unificação das Polícias. A decisão precisa ser firme, apoiar-se em um projeto consistente, com previsão de regras claras de transição de regime e trazer a possibilidade da reengenharia de uma nova polícia, do contrário, não resistirá à primeira rezinga corporativo. Sinceramente, aplaudo a guinada do ministro da Justiça, mas não vejo sinceridade no propósito. Parece que a intenção é muito mais a de provocar indisposições sobre o tema do que de fato construir um modelo definitivo de instituição policial no Brasil.

O Dr. Márcio Thomaz Bastos ontem acordou com o *animus filosofandi* aflorado e decidiu realizar uma expansão física, em uma atitude típica de quem corre atrás de oxigenação política. Também pudera, o brasileiro encerra o ano de 2003 mais pobre de segurança e com a nítida sensação de que o desempenho anêmico do governo federal no combate ao crime organizado é o grande responsável pela perda de substância do Estado e da qualidade de vida da sociedade.

Durante solenidade promovida pelo Conselho de Diretores de Polícias Judiciárias e de Investigação criminal da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, o Dr. Márcio Thomaz Bastos mostrou-se um generalista de êxito e desenvolveu o que certamente Beccaria iria classificar de a prática da obviedade do direito, a saber: “O que diminui a criminalidade é a certeza da punição”; “O crime se internacionalizou e nenhum país consegue combatê-lo isoladamente”. Quando se esperava que o ministro da Justiça fosse dizer, finalmente, a que veio, ou seja, anunciar uma política de segurança pública para o país, o Dr. Márcio Thomaz Bastos saiu com mais uma evasiva sobre o combate ao crime organizado: “A intenção do governo federal é estabelecer um plano estratégico para 2004”.

O ministro da Justiça não perdeu a oportunidade para realizar o seu ato preferido à frente do que deveria ser a mais importante pasta da administração da República, que é excomungar as instituições do Brasil. Desta vez, o alvo foi a Febem. Da mesma maneira que considera inútil reformar a lei penal, porque os estabelecimentos prisionais são repositórios de párias, o Dr. Márcio Thomaz Bastos entende que alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente é desnecessário, porque há a Febem, segundo ele, “a primeira linha de montagem do crime”. Ora, se as instituições não funcionam, um dos grandes responsáveis é justamente o ministro da Justiça.

Daqui a praticamente um mês, este expediente bucaneiro de transferir a responsabilidade natural do Estado para os defeitos das instituições vai fazer aniversário. Não é possível, por exemplo, que os danos sociais da delinquência juvenil sejam tratados de forma escorregadia. Observem, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, que, no Orçamento de 2003, o programa do Ministério da Justiça intitulado “Unidade de Internação de

Adolescentes em Confronto com a Lei” realizou neste ano alguma coisa próxima do nada. No que se refere à construção de estabelecimentos destinados à privação da liberdade, foram destinados 13 milhões de reais e executado zero. Quanto à atividade de reinserção social, a previsão orçamentária era de 53 milhões de reais, mas só 3% foi efetivado.

Quando o Brasil promulgou o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, assinou um contrato com o futuro. Finalmente o país passou a ter um regime jurídico que garantia a proteção integral à infância e à juventude. A lei foi um avanço extraordinário, uma vez que revogou normas, disciplinadas pelo Código Civil de 1917, carcomidas pelo tempo, eivadas de preconceitos e absolutamente inadequadas a uma sociedade que acabara de voltar à democracia. Mais que isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe o conceito de que a primeira idade era prenhe de plenos direitos e a base do que se convencionou chamar de cidadania.

À época em que o Estatuto foi elaborado, a nação vivia a transição para o sistema de plena liberdade e não deixou de receber influência da ideologia, então em vigor, de que era possível estabelecer direitos sem ponderar obrigações. O Estatuto da Criança e do Adolescente é uma ótima lei, mas perdeu a credibilidade por não ter considerado em sua formulação sociológica que o mesmo Brasil que ascendia aos novos tempos de Estado de Direito estava em decomposição por conta da ação do tráfico de drogas e toda manifestação do crime organizado. O legislador olvidou a realidade das ruas e a década de 90 comprovou que a norma era inadequada para um país violento e maculado pela impunidade.

O erro primordial foi tratar a questão da criança e do adolescente com um misto de pureza e candura. Observem que o Estatuto empresta a mesma cortesia a responsabilidades distintas. Ou seja: se no aspecto civil, o Estatuto da Criança e do Adolescente é formidável ao consagrar direitos como a proteção material e intelectual, o direito ao respeito e o atendimento prioritário das políticas públicas, no que se refere à punição do ato infracional, a lei é inocente e gutural. Foi um lamentável equívoco tratar as medidas sócio-educativas com a abstenção da dogmática penal. Isso precisa ser corrigido, e cabe ao Senado fazê-lo.

Não se trata de trazer a discussão à seara do fulanismo, nem de reagir com espasmo punitivo a partir de fatos que salientam o ambiente de insegurança e crueldade, como o que ocorreu em São Paulo com o assassinato do casal de adolescentes, mas de considerar o ato infracional uma conduta de conseqüência gravíssima. Estudo realizado pelo Ipea sobre a eficiência dos estabelecimentos destinados a aplicar as medidas sócio-educativas constatou que 71% das unidades não atendem aos requisitos mínimos de higiene, instalação física, atendimento médico, jurídico e educacional exigidos pela ONU. O Ipea traçou um perfil dos adolescentes internos cujo resultado é preocupante e assevera a necessidade de alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente. Da população de aproximadamente 10 mil adolescentes privados da

liberdade, 90% são do sexo masculino e não concluíram o ensino fundamental, enquanto 85,6% eram usuários de drogas. O mais grave é o quadro dos atos infracionais praticados. De acordo com as estatísticas do Ipea, 29,5% das medidas sócio-educativas aplicadas reportam-se a roubo, 18,6 a homicídios e 8,7% ao tráfico de entorpecentes.

O Brasil precisa de uma norma que imponha limites à prática da conduta anti-social dos adolescentes, uma vez que a técnica jurídica consagrada no Estatuto mostrou-se ineficiente, e a sociedade, estarrecida e em pânico, perdeu a paciência, tanto que as pesquisas de opinião mostram tendência majoritária de apoio à redução da maioria penal. A insegurança generalizada faz o brasileiro raciocinar com os extremos, e cidadãos da mais alta qualidade moral e intelectual, com participação ativa nos grandes momentos da vida política brasileira, a exemplo do rabino Henri Sobel, passam a admitir até mesmo a pena capital.

Na semana passada, ingressei com projeto de lei que traz o Estatuto da Criança e do Adolescente para a realidade brasileira e retira da norma jurídica o patronímico da impunidade. São três eixos principais. O primeiro prolonga o tempo máximo da medida sócio-educativa de internação dos atuais três para oito anos, e a liberdade compulsória passa de 21 para 25 anos. O segundo consagra um tempo mínimo para o cumprimento da medida. Conforme a gravidade do ato infracional, o lapso será de dois a quatro anos. Por fim, o projeto impõe a obrigatoriedade de o estabelecimento de segregação, intramuros, implementar a escola em tempo integral nos ensinos fundamental e médio, além de ter de oferecer emprego ao menor infrator que de lá sair.

O estudo do Ipea revelou que a medida sócio-educativa de privação da liberdade só surtirá efeito caso seja cortado o vínculo com as drogas e realizada política educacional efetiva. O projeto de minha autoria contempla as duas sugestões e recupera a credibilidade do Estatuto da Criança e do Adolescente ao impor à privação da liberdade caráter também retributivo ao mal que o adolescente praticou à sociedade. Espero que esta Casa acolha o projeto, que sintetiza o legítimo clamor da sociedade brasileira de viver com dignidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Pronunciamento realizado em 25 de novembro de 2003*

Vale-se da ficção de Drummond para discorrer sobre o “queridismo penal” e argumenta acerca do mal que fará ao país o fim do Exame Criminológico

*Gostaria de saudar todos os pastores aqui mencionados pelo nosso Presidente e também o movimento em defesa da Advocacia Pública e da Defensoria Pública, que contam com toda a minha simpatia.*

Senhor Presidente  
Senhoras Senadoras  
Senhores Senadores

**"Que País é esse?"**  
RENATO RUSSO

Provavelmente, o da fina ironia de Carlos Drummond de Andrade, que propôs, “pelo desenvolvimento da linha, e pela melhoria do homem”, que o Natal durasse o ano inteiro. Na crônica de uma sociedade em permanente ação de graças, haveria espécie de regime único de “fraternidade”, onde “governo, oposição e neutros, super e subdesenvolvidos, marcianos, bichos e plantas” seriam impregnados do espírito natalino. Para Drummond, “o supra-realismo, justificado espiritualmente”, transportaria o “reino da crueldade” para o “reino do amor”.

Nesse país que entregaria ao mundo a chave da felicidade, os “bens seriam repartidos por si mesmos entre os irmãos” e não haveria “mais carta de cobrança, nem a descompostura do suicídio”. Pelo correio só chegariam “correspondências gentis”. A crítica de arte poderia “tomar a forma de sininho cristalino”, a música permaneceria como “Palestrina e Mozart a deixaram” e os livros, indicaria um anjo, seriam “a terra impressa com as tintas do sol e das galáxias”.

No país do poeta, “suavemente” perderiam a razão de viver “as classes armadas e semi-armadas, as repartições arrecadadoras, polícias e fiscais de toda a espécie”. “Nem juntas de conciliação nem tribunais”, pois os conflitos seriam dirimidos na “ordem do amor”. “Uma palavra seria descoberta no dicionário: paz”. “As pessoas iriam rir do dinheiro” e o trabalho seria “o sentido natural da vida”. Já a morte “não seria procurada nem esquivada” em um lugar “administrado exclusivamente pelas crianças que fariam o que bem entendessem com as instituições caducas”.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, o mundo que Drummond sugeriu na literatura é o país que o queridismo penal propugna. Para o movimento, haverá segurança pública quando existir a igualdade entre os homens, que, por sua vez, aboliriam, junto com a pobreza, causa primordial da violência, sentimentos ímpios como a cobiça, o ódio, o desejo





*“A política de Segurança Pública do governo Lula é a porta de saída do sistema prisional”*

de matar e corromper. A corrente do pensamento jurídico brasileiro, que se pretende unânime, não reconhece que o país vive sob sistemático fogo talibã, por conta das ações criminosas, e imagina que a administração da boa vontade tem poder de purgar os pecados dos homens e transformá-los em pessoas de bem.

A doutrina, que se formou na resistência ao regime militar, quando defendia meritoriamente os presos políticos, fez carreira na advocacia do crime organizado e, há pelo menos duas décadas, pretende exercer espécie de protetorado na Justiça criminal brasileira. Na teoria, a nação é pacífica e se entende na miscigenação racial, no sincretismo religioso, nas comidas quentes, na concupiscência e no vigor lúdico da música e dos rituais. Para o queridismo penal, o que não presta são as instituições. Excomungá-las é a grande missão e, neste caso, eles desempenharam tão bem o dever de casa que criaram tradição no Ministério da Justiça.

Apesar de haver mais de uma centena de teorias que explicam a motivação da violência, o pensamento advoga a tese de que a criminalidade é culpa da miséria e só vai ser controlada quando houver a redenção geral. Para eles, os mecanismos do Estado — como as polícias e as cadeias — não passam de uma escória sem salvação. Já o ordenamento penal não é dos melhores porque lhe falta um quê de humanismo. São os tais direitos humanos dos bandidos que precisam ser salientados em nome do Estado democrático.

No entendimento do queridismo, as penas não podem ter caráter retributivo ao mal que o crime causou porque o agente do delito é fruto de uma deformação do próprio Estado hipossuficiente, sempre a serviço do poder laicaio das elites capitalistas. Para eles, tampouco deve haver endurecimento contra o crime organizado, mesmo porque tais organizações não passam de uma ficção fascista inventada pelo terror institucional. Para os próceres da teoria queridista, o aumento das penas, as medidas restritivas de execução penal, o emprego das Forças Armadas no combate ao crime organizado, a unificação das polícias e a diminuição da idade penal, por exemplo, são uma espécie de delírio legislativo.

Da teoria para a prática, o movimento acaba de entregar ao Brasil uma lei que, a pretexto de promover reforma no sistema de execução penal, vai trazer de volta às ruas aproximadamente 40 mil condenados em regime fechado. A intenção real do governo Lula é aliviar a pressão no sistema penitenciário e drenar as más notícias no setor. Como no Brasil só cumpre pena em regime fechado quem foi condenado a mais de oito anos, assaltantes a mão armada, traficantes e homicidas serão convidados a vir às ruas participar do eixo do bem. O governo deve argumentar para os brasileiros que o presente de final de ano tem a vantagem de retirar do ambiente corrompido das penitenciárias quem cometeu crimes leves e abrir o caminho da ressocialização.

A nova ordem será anunciada como um golpe duríssimo contra o crime organizado, com a instituição do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) de cumprimento da pena. Por inebriar, poderá haver sensação momentânea de segurança, mas a aplicação da lei demonstrará que a proposta do Ministério da Justiça é contra a sociedade. Como muito bem sustentou o secretário de Segurança Pública de São Paulo, Sr. Saulo Abreu, “o crime organizado é o maior vencedor com a aprovação da matéria” e, por força das circunstâncias liberalizantes das regras sancionadas, ousou cunhar o referido diploma legal com o epíteto de Lei Fernandinho Beira-Mar. O projeto que alterou a Lei de Execução Penal e os Códigos Penal e de Processo Penal foi aprovado neste ano, na Câmara dos Deputados, como foi à sanção presidencial: um conjunto aparente de medidas de endurecimento penal sem qualquer prognóstico de efetividade.

Concedo a palavra ao ilustríssimo senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP)** — Senador Demóstenes Torres, eu não gostaria de interrompê-lo. Senadores Antonio Carlos Magalhães e Magno Malta, acho que até nossa alma treme quando o senador Demóstenes Torres faz uma exposição tão consistente e corajosa, nesta hora difícil em que a sociedade atravessa momentos de temor permanente. Infelizmente, a população é prisioneira do medo. É claro que temos o sentido da defesa dos direitos humanos, que é inerente a qualquer um de nós, mas estão matando sem dó, sem nenhuma consideração pelo cidadão. Jovens

cometem assassinatos e dizem que, se necessário, fariam o mesmo mais dez vezes. Se as autoridades não tomarem providências, permanecendo essa tolerância exagerada que V. Ex.<sup>a</sup> descreve, sem dúvida nenhuma, vamos, a cada dia, abrir um buraco maior, e haverá até terrorista sem causa política, apenas objetivando o mal do cidadão. Há alguns anos — V. Ex.<sup>a</sup> foi secretário de Segurança Pública e sabe disso —, bandidos procuravam os benefícios do roubo. Eram os descuidistas, os ventanistas e todos os que não agiam contra a pessoa humana. Hoje, não. Hoje, eles matam com toda a tranqüilidade, tornando alvo de felicidade o ataque a uma unidade policial. Dessa forma, o endurecimento é uma coisa natural. Senador Demóstenes, hoje repassei para V. Ex.<sup>a</sup> um elogio que me deixou com ciúme. Minha mulher disse que V. Ex.<sup>a</sup> é um dos grandes senadores que defendem a segurança do cidadão, e o senador Antonio Carlos Magalhães tem repetido isso para mim também. Este período do ano, para mim, é angustiante, porque recebo telefonemas dos procuradores, seus colegas, que trabalham no setor de execuções penais, e vejo seu desespero com as leis de indulto: a cada ano que passa, condenados por pena mais alta recebem esse benefício — quatro anos de reclusão, depois cinco. Beneficiam-se até os indivíduos que praticaram crimes com uso de arma de fogo. Isso é praticamente uma impunidade.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) — Total.**

**O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) —** Fico apavorado quando recebo o relatório, principalmente de São Paulo, dos procuradores da Lei de Execuções Penais, pedindo pelo amor de Deus para alertarmos alguém, porque estão colocando na rua bandidos de alta periculosidade. V. Ex.<sup>a</sup> está fazendo um discurso importantíssimo, e temos que apóia-lo de qualquer forma, somando para que, realmente, uma vitória venha em defesa do cidadão, da sociedade e daqueles que não podem se defender por si, pois, infelizmente, a atuação dos bandidos vem crescendo, acuando a própria polícia e a própria segurança. O confronto pune o policial, e isso é uma coisa maluca. Em São Paulo está acontecendo isso. Se V. Ex.<sup>a</sup> me permitir, aproveitaria para cumprimentar os Procuradores do Estado, os Advogados da AGU e outros aqui presentes, solicitando que o Sr. ministro Guido Mantega atenda às reivindicações deles, para que melhore o atendimento, no interesse do próprio Estado. Muito obrigado.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) —** Muito obrigado, senador Romeu Tuma. V. Ex.<sup>a</sup> sempre abrilhanta o pronunciamento quando faz um aparte. Concedo o aparte ao ilustre senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA (BLOCO/PL-ES) —** Senador Demóstenes Torres, não preciso rasgar seda para V. Ex.<sup>a</sup>, até porque o conheço há pouco mais de quatro anos. Na época da CPI do Narcotráfico, estive no seu Estado, e V. Ex.<sup>a</sup> era Secretário de Segu-

rança. A CPI teve êxito no seu Estado, numa investigação duríssima dentro das entranhas do próprio Estado e dos poderes constituídos, até porque o crime organizado trabalha nas vísceras do Estado. Entendo que V. Ex.<sup>a</sup> foi o marco que deu à CPI o norte, corajosamente, como acontece com homens do seu calibre. O discurso de V. Ex.<sup>a</sup> é corajoso. Estamos vivendo um estado de exceção na segurança pública brasileira. Quando se aproxima o Natal, vem a notícia de que apenados perigosos receberão indulto. O pavor já tomou conta do coração da sociedade brasileira, que perdeu o direito às ruas e às praças públicas, sem saber que dia isso terá fim. Certamente, esse é um presente ruim. Temos depósitos de seres humanos. Na verdade, ninguém quer uma disciplina tão dura, mas isso é necessário. Quando o sujeito afronta a honra, a dignidade e a vida da sociedade, ele precisa responder por isso. Mas, nem por isso, precisa responder num depósito de seres humanos. O presidente Lula, em quem tenho confiança profunda, falou, no seu terceiro mês de governo, em cinco penitenciárias de segurança máxima. Imagino ser necessário criatividade administrativa. Nosso país tem Vale do Rio Doce, Aracruz Celulose, Bahia Sul, Fiesp, Itaú, Bradesco. Por que não convidá-los para construir as penitenciárias, em um ano, com recursos próprios, e entregá-las para a União? Não podemos esperar pelos investimentos que muitos acham que é gasto. Tudo o que se coloca em segurança pública é investimento na sociedade brasileira. Essas empresas da iniciativa privadas certamente fariam isso com muita alegria para entregar à sociedade brasileira, porque o modelo já está pronto. Nas melhores penitenciárias da Europa, o indivíduo pode pagar a sua pena com dignidade, estudando e trabalhando para indenizar a família da vítima e ressarcir o Estado pelo que gasta com ele. É isso que discutimos, senador Demóstenes Torres, e que a sociedade discute. Algumas pesquisas registram que 88% — outras, 95% — do povo brasileiro quer a redução da maioria penal. Ninguém quer punir criança.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Com toda a razão está o povo.

**O SR. MAGNO MALTA (BLOCO/PL-ES)** - Com razão está o povo. Ninguém quer punir menino ou adolescente. Estamos propondo que quem tiver menos de 18 anos e cometer crime hediondo... E o que é crime hediondo, meu senador?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Senador Magno Malta, concordo com V. Ex.<sup>a</sup>. No entanto, não tenho mais essa confiança inabalável que V. Ex.<sup>a</sup> tem no governo Lula.

Foram tantos os acordos que fizemos com o governo, e tantas vezes ele quebrou. No caso do RDD Max [*Regime Disciplinar de Segurança Máxima*], por exemplo, o ministro da Justiça nos deu a palavra de que, se aprovado no Senado, não

haveria modificação na Câmara, mas fez justamente o contrário. Isso é algo extremamente desgastante. Já não tenho mais a capacidade de confiança no governo do presidente Lula, mas acredito que homens como V. Ex.<sup>a</sup>, que fazem parte da base governamental, que têm um discurso duro e uma prática mais dura, podem ainda dar essa credibilidade ao governo pelo menos nas áreas de segurança pública e da Justiça.

Onde estão os cinco presídios que eram para ser construídos em seis meses, como V. Ex.<sup>a</sup> bem lembrou, senador Magno Malta? V. Ex.<sup>a</sup> tem inteira razão. Concordo com V. Ex.<sup>a</sup> e vou lutar muito para que o Brasil possa “ter o pé na realidade”. Muitas pessoas dizem que a cadeia não recupera o cidadão. Pergunto: e as ruas o recuperam? É melhor ter um monstro não recuperado na cadeia ou nas ruas? Creio que temos que partir para esse tipo de discussão. É claro que temos que melhorar as questões de segurança e da cadeia.

Agradeço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. MAGNO MALTA (BLOCO/PL-ES)** — Aliás, estão dizendo que estão querendo agir na base da emoção. Quem está agindo na base da emoção é quem não quer entender que o mundo mudou e se globalizou, que o crime organizado cresceu, que a violência cresceu. Ninguém está querendo punir ninguém. Deixam-se os meninos do jeito que estão, mas, se cometerem crime hediondo, pagarão as penas da lei e perderão a sua menoridade. Então, deve-se orientar o governo, dizendo que é possível a iniciativa privada fazer essas construções. É possível que a iniciativa privada implante indústrias dentro dos presídios e coloque essa gente para trabalhar. Sabe por quê? Porque eles dormem o dia inteiro; recebem, durante a semana inteira, garotas de programa, que são pagas pela facções; o Estado gasta com eles. Eles fazem o que nós mortais não conseguimos: têm relação sexual a semana inteira. Não conseguimos fazer isso, porque trabalhamos. E o Estado ainda paga isso para eles. É preciso cuidar da sociedade. É preciso entender que deve haver o endurecimento na cadeia, que se deve dar qualidade de vida a essa gente, fazendo com que essa gente trabalhe, para que, assim, a família da vítima venha a ser indenizada.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Agradeço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, senador Magno Malta.

Sr. Presidente, no Senado houve um grande esforço para modificar a matéria, mas as iniciativas não prosperaram por conta da indisposição do governo federal. Mais uma vez, perdemos uma grande oportunidade de dar uma resposta do Estado a bandidos irrecuperáveis, altamente perigosos e de impressionante cinismo. Mas o Ministério de Justiça, atendendo a razões de um estranho psicologismo carcerário, considerou que segregar indivíduos como o bandido Marcos Herbas Camacho, o

Marcola, chefe do Primeiro Comando da Capital, é um desrespeito aos direitos humanos, pois traz traumas psiquiátricos a quem eles consideram “reeducandos”. Ora, a intenção do Regime Disciplinar de Segurança Máxima, aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa e rejeitado na Câmara dos Deputados, não era mesmo de reformar a personalidade criminoso de uma escória repugnante, mas de mantê-la distante do meio social que tanto infernizou com a sedição perversa do crime.

A proposta era criar um Regime Disciplinar de Segurança Máxima, de até 720 dias, prorrogáveis, para quem cometesse crime grave no meio prisional ou tivesse notória ligação com organizações criminosas. A idéia era promover o isolamento e cortar os liames de comando dos bandidos intramuros com o ambiente externo do crime organizado, como fez a Itália há dez anos e com muito êxito.

Ao contrário do que afirmam os partidários do queridismo, este tipo de regime de cumprimento de pena foi recomendado pela Organização das Nações Unidas na Convenção de Palermo contra o crime organizado, mas não serviu para o Brasil, sob o pretexto de que é preciso conservar os direitos humanos dos presos. Países com tradição democrática e que defendem com vigor os direitos humanos têm regimes prisionais muito mais rigorosos e jamais foram acusados de violar qualquer norma humanitária.

Aqui, a opção foi suavizar a lei e criar um sistema que não faz medo a ninguém. O RDD aprovado estabelece prazo fixo de 360 dias de isolamento, limita a medida a um sexto da pena e traz regras permissivas de disciplina, como a possibilidade de contato semanal do preso com até duas pessoas, sem contar as crianças. A renovação da medida só se aplica quando houver a prática de outra falta de igual espécie, mesmo que persistam os motivos que ensejaram a inclusão do preso no regime disciplinar, além do que iguala o tratamento do criminoso comum ao do crime organizado.

A progressão do regime de pena, que antes era precedida de exame criminológico, feito por equipe multidisciplinar de peritos, agora será atestada por uma declaração do diretor do presídio. Isso é uma temeridade e vai instituir espécie de recibo para a corrupção na administração penitenciária. O substitutivo aprovado no Senado trazia inovações importantes como a realização de interrogatório por meio de videoconferência com a finalidade de acabar com o turismo penitenciário aos fóruns. Prevaleceu a filosofia esposada por Márcio Thomaz Bastos, a Filosofia “Maria Bethânia”, segundo a qual o preso tem o direito ao “olhos nos olhos” com o juiz. Outra proposta rejeitada foi a instituição de um serviço de inteligência carcerária para que presos e agentes pudessem ser monitorados. A lei que deveria corrigir os defeitos das instituições prisionais, por inspiração do “queridismo”, foi preparada para produzir efeitos reversos.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e Tratamento do Delinqüente realizou uma pesquisa no Brasil sobre vitimização, cujos resultados mostram que a sociedade brasileira tem a nítida sensação de que está à mercê da criminalidade e com escassa percepção da presença do Estado.

*(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA.)*

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Sr. Presidente, vou concluir, mas pediria o mesmo tratamento dado ao nobre senador Paulo Paim.

Metade da população de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Vitória diz ter sido vítima de algum tipo de crime nos últimos cinco anos. Tendo ou não sido vítimas de crimes, dois terços dos habitantes das regiões metropolitanas julgam-se prováveis vítimas de algum furto ou roubo até o próximo ano; 57% afirmam ter mudado de comportamento por razões de segurança; e um terço dos entrevistados sente-se inseguro na própria vizinhança.

Sr. Presidente, na mesma semana em que o presidente Lula sancionava a Lei nº 10.792, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, teve um ataque de imponderável bravata e declarou que o governo “vai enfrentar o crime organizado e o narcotráfico, doa a quem doer”. Certamente, o ministro, assoberbado que está no comando dos delírios do Brasil, não tomou conhecimento da sanção da Lei Fernando Beira-Mar, do contrário, não teria recomendado a mão pesada do Estado contra as organizações criminosas. Mas o Dr. José Dirceu, como é próprio do estilo petista de governar, não deixou de apresentar escusas para a nulidade do primeiro ano do governo Lula em matéria de política de segurança pública nem deixou de atribuir culpas à administração anterior, além de ter renovado que só a ditadura do proletariado pode nos salvar. De acordo com o ministro, o governo federal não assumia suas responsabilidades de promover segurança pública, porque “o crime organizado e o narcotráfico se infiltraram nas instituições políticas do país”. O Dr. Dirceu garantiu que o governo Lula vai enfrentar as organizações criminosas, mas adiantou que o problema da criminalidade só será resolvido quando “o país, a nação e a sociedade tomarem consciência de que é preciso fazer uma revolução social”.

Enquanto a redentora não vem, o ano de 2003 começou e se encerra como o mais violento de nossas vidas. Bandidos juvenis fecharam o comércio de Ipanema. Traficantes ameaçaram acabar com o carnaval do povo. Magistrados foram assassinados. Não faltaram crimes estardalosos, como o assassinato do casal de adolescentes em São Paulo. Nas duas maiores cidades do país, o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital lançaram ataques coordenados contra as instituições policiais em um ato de solução final para a desmoralização do Estado brasileiro. O ano de

2004 vem aí e, infelizmente, em matéria de falta de segurança, promete ser muito pior. Que País é esse?

Muito obrigado.

*Pronunciamento realizado em 9 de dezembro de 2003*



## Enumera profusão de rebeliões nos presídios e lamenta o erro de se ter rejeitado, no Congresso, proposta do Regime Disciplinar de Segurança Máxima

Senhor Presidente

Senhoras Senadoras

Senhores Senadores

**N**a quinzena que está se encerrando com muito trabalho no Congresso e muito turismo governamental, houve três grandes rebeliões de bandidos encarcerados e a uma delas, na Bahia, se deu a desculpa de que os criminosos não haviam aceitado uma norma recém-aprovada. Condenados do Pavilhão 2 da Penitenciária Lemos Brito protestaram contra a entrada em vigor do regime disciplinar diferenciado, o RDD, criado pela Lei nº 10.792, de 1º de dezembro deste ano. É o segundo motim provocado pelo RDD. Antes dos presos da cadeia baiana, o primeiro havia sido feito pelo Ministério da Justiça. Lá no presídio foram 64 os reeducandos que se rebelaram, quase igual número dos lobistas do Ministério da Justiça que acamparam no Congresso durante as discussões, exigidas pela sociedade, para mudar a Lei de Execução Penal e o Código de Processo Penal. Lá no presídio ficaram reféns agentes penitenciários, enquanto no Congresso o Ministério da Justiça fez refém a vontade popular.

Para um grupo de presos perigosos se revoltar contra uma norma aprovada pelo Congresso Nacional é porque ela deve ser boa. No caso, poderia ser muito melhor, se o Governo tivesse cumprido os compromissos assumidos nesta Casa e mantido na Câmara dos Deputados conquistas como o Regime Disciplinar de Segurança Máxima, o RDMax, feito exclusivamente para chefões do crime organizado. Além do RDMax, o Senado aprovou a videoconferência, que acabava com o turismo judiciário, e implantou outras inovações, infelizmente degoladas pela falta de palavra do governo.

Fui designado pelo presidente da Subcomissão de Segurança Pública, Senador Tasso Jereissati, para ser o relator das mudanças na Lei de Execução e no Código de Processo Penal. O próprio Tasso foi o relator no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Esta Casa promoveu amplos debates, com especialistas dos mais diversos lugares e posições, que discutiram durante várias semanas, tanto nas reuniões da subcomissão quanto em gabinetes dos senhores senadores. Todas as partes cederam um pouco, houve entendimento e chegou-se a um texto de consenso, com o compromisso do governo de que sua bancada na Câmara seguiria as decisões acordadas no Senado. A palavra oficial virou risco n'água e talvez seja isso que este-

ja inspirando presidiário a se revoltar contra a lei. Os líderes dos amotinados podem ter pensado assim: “Se nem o Governo segue as leis e muito menos obedece ao que garante, por que é que quem está cumprindo pena tem que obedecer?”

Aliás, cumprir compromisso e ser fiel às leis deixou de ser o “óbvio lulante”, conforme o trocadilho cunhado por José Simão, da *Folha de S. Paulo*. Com a frouxidão institucionalizada, até detento do regime fechado duvida que o governo se submeta à legislação. Por causa dessa insegurança jurídica de que a reforma da Previdência foi uma espécie de Capela Sistina, o Exmo Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, voltou de sua viagem das Arábias com a Polícia Federal em greve. Ontem, os líderes suspenderam o movimento, sendo exceções a Bahia, o Distrito Federal, o Rio de Janeiro, Pernambuco e Alagoas. Os policiais deram mais uma oportunidade ao governo de demonstrar se tem ou não palavra, pois assegurou que vai montar um grupo de trabalho para negociar e encontrar uma solução. Ora, a solução nesse caso é obedecer à Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, que tornou de nível superior os cargos de agente de polícia, escrivão e papiloscopista. Só a função é de nível superior, porque os vencimentos continuam secundários.

Na próxima segunda-feira, quando as negociações forem retomadas, serão recolocadas na mesa algumas reivindicações tão importantes quanto o cumprimento da Lei nº 9.266. Estará em discussão a lei do bom senso. Os policiais federais param de trabalhar não para jogar pelada ou para visitar o Oriente, mas porque a instituição vive dias desérticos, dançando mais que os dervixes rodopiantes apreciados pelo presidente Luiz Inácio em Damasco. Dá vergonha em quem tem que admitir isso, mas na Polícia Federal faltam até comida, gasolina e munição, numa crise que já rendeu manchetes vexatórias para o governo. Os vãos para descobrir pistas clandestinas e laboratórios de cocaína acabaram suspensos em alguns lugares por falta de recursos, enquanto os traficantes inundam as cidades e viciam a juventude brasileira. Depois do corte de quase 7% nas já carcomidas verbas orçamentárias da Polícia Federal, há pouco o que se esperar de outra garantia do ministro da Justiça, a de que iria transformá-la no FBI brasileiro. O que o ministro se recusa a reconhecer é que a Polícia Federal é melhor e mais eficiente do que seu similar americano. Eu duvido que falte munição nas armas dos agentes do FBI, ou que o tanque de seus carros esteja vazio, ou que eles recebam vencimentos como profissionais de instrução média. Portanto, os policiais federais reivindicam apenas seus direitos previstos em lei e uma estrutura mínima para exercer suas atividades.

A Polícia Federal convive com todas essas dificuldades e dá tantas alegrias ao povo e ao governo. É um dos orgulhos do Brasil, apesar dos pesares provocados pela falta de priorização por parte do Ministério da Justiça. Mesmo com todas as deficiências de equipamento e o reduzido efetivo, ela consegue proezas, como as das recentes operações Anaconda e Praga do Egito. Muita gente começa a questionar se é



Weimer Carvalho

*“O abuso dos comandos criminosos nas prisões é o espelho de um País sem autoridade”*

exatamente a eficiência da Polícia Federal que a prejudica no momento, pois as prisões que executou mexeram com interesses. No estômago da sucuri vendedora de sentenças estão autoridades graúdas não apenas do aparelho policial e do Poder Judiciário, mas também do setor político, inclusive de partidos ligados ao governo e a escândalos como o dos precatórios e do Fórum Trabalhista de São Paulo. Os policiais também foram muito ágeis, junto com o Ministério Público e a imprensa, na apuração e nas prisões dos semeadores de uma praga não do Egito — visitado com deslumbramento pela comitiva federal brasileira — mas uma praga na folha de pagamento governada pelo partido do presidente.

É exagero crer ou ao menos imaginar que a Polícia Federal está sendo sucateada e seus integrantes desmotivados especialmente para que não investiguem e não descubram tubarões. O melhor é nem crer em possibilidade tão aterradora, pois a própria hipótese é absurda. Afinal, se algum dirigente cometer tal desatino, será candidato invencível ao Prêmio Berzoini de Maldades contra o Cidadão, instituído por meu partido, o PFL, para quem for desumano a ponto de mandar para a fila velhinhos com mais de 90 anos.

Por enquanto, o ministro da Justiça não é um dos favoritos ao Prêmio Berzoini de Maldades, até porque a disputa está acirrada. e os concorrentes foram capazes de atrocidades verbais e práticas próximas às “almas danadas arrastadas ao inferno”, eternizadas na Capela Sistina. Com o nível de crueldade alcançado por este governo, quem descumpra lei, deixa faltar gasolina em viatura da polícia ou comida em hospital militar está fazendo o trivial variado, sequer chega a ser páreo para os favoritos ao troféu da barbárie.

O pior de todos é o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, que batiza o troféu e não pode disputá-lo, porque seria como o Real Madri jogar contra o time de peladeiros do presidente Lula. O presidente da República está no rol dos prováveis ganhadores do troféu, porque vetou verbas para crianças deficientes. Os vencedores não vão ganhar obra de Michelangelo ou de Dante Alighieri com seu Inferno, mas do artista plástico José Ferreira de Carvalho, pernambucano como o idealizador desse Oscar da Assombração, o Senador José Jorge.

A continuar o desrespeito às pessoas, José Ferreira de Carvalho vai ter de montar uma linha de produção, para fazer em série os troféus da crueldade. Além de ser uma das únicas indústrias abertas no Brasil por causa de ações do governo Lula, a fábrica de estatuetas vai ter de fazer horas extras na realização do Orçamento, cujo responsável atualmente é o deputado federal Jorge Bittar, do Rio de Janeiro. Se não fosse petista, o próprio deputado Bittar poderia distribuir os troféus da crueldade aos integrantes do governo, que tentaram camuflar 12 bilhões de reais do Orçamento. Felizmente para o país, Jorge Bittar descobriu a tempo o que o PFL vem denunciando há muito com bom humor e também com discursos duros e documentos irrefutáveis.

Trata-se do escamoteamento do lucro que os novos impostos, com suas diversas vestes, vão dar para o governo. Apenas o fim da cumulatividade da Cofins vai render 10 bilhões de reais, numa lei que o governo aprovou com seu rolo compressor e gerou tamanha comoção que pode voltar atrás pelo menos para alguns setores.

O governo federal, que está devendo para a sociedade no setor de segurança pública e sistema penitenciário, resgataria suas promessas com uma pequena parcela do Orçamento que tentou esconder. Precisa de 2,2 bilhões de reais para o Fundo Nacional de Segurança Pública, mas terá, no máximo, 400 milhões de reais. Com o dinheiro descoberto pelo deputado Bittar, também poderiam ser construídas as penitenciárias de segurança máxima, que renderam boa publicidade para o governo no início do ano, apesar de nenhuma delas ter sido construída até agora. Tem sido mais fácil ver o presidente da República explorando pirâmides do que construindo os prometidos presídios federais.

O mesmo colunista José Simão definiu a administração petista como “República da Língua Presa”. E, pelo jeito, Simão, só a língua vai continuar presa, porque o Governo quer soltar bandidos perigosos em vez de trancafiá-los, como já começou a fazer com a Lei nº 10.792, negociada no Senado e abrandada na Câmara dos Deputados. Como, agora, quem decide o destino do preso é o diretor da cadeia, e este é subordinado ao secretário, se o chefe quiser poderá esvaziar o presídio. Calcula-se em 40 mil o número de bandidos que a nova lei mandará para as ruas até o Natal, resolvendo um problema para os governos e criando vários para a população.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou das Arábias dizendo ter aprendido muito com o coronel e ditador Muamar Kadafi, na Líbia, assim como retornou satisfeito da visita a Cuba logo após Fidel Castro executar presos políticos. É uma contradição que nem os criminosos descontentes com o Regime Disciplinar Diferenciado conseguem entender: nos outros países, o presidente convive bem com o paredão para presos políticos; no Brasil, ele prefere os criminosos comuns nas ruas.

Não estou defendendo as execuções sumárias, como o fazem os amigos internacionais do presidente. Aliás, é exatamente o contrário: condeno-as com veemência. Mas o Brasil inteiro sabe que não apenas a comitiva presidencial, em sua viagem às Arábias, teve direito a *shows* exclusivos de escola de samba. Espetáculos do gênero já foram feitos para chefões do crime organizado dentro de suas celas. O que se pretende é apenas que eles tenham o tratamento legal que merecem, pois não adianta a polícia prender, o Ministério Público denunciar e a Justiça condenar se a política oficial do governo é soltar bandido.

Por isso, vou reapresentar o projeto que cria o Regime Disciplinar de Segurança Máxima e as demais medidas contrárias aos chefões de quadrilhas, para mostrar que o Congresso Nacional sabe a diferença entre um líder de crime organizado e um estelionatário — e não me refiro aqui a quem promete em palanque e não cumpre.

Estabelecer essa diferença de tratamento é uma forma de respeitar o Brasil, inibindo, inclusive, rebeliões como as ocorridas recentemente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Pronunciamento realizado em 13 de dezembro de 2003*

## Busca em Paulo Mendes Campos um paralelo para explicar a crise de identidade da Justiça e discorre sobre a Reforma do Poder Judiciário

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

***"Aqui, na sua base, que estão todos os problemas da Justiça,  
contra a qual todos clamam e berram"***

**EVANDRO LINS E SILVA**

**E**m *O Bicho Que Virou Homem*, o escritor mineiro naturalizado carioca, Paulo Mendes Campos, faz das vicissitudes da vida real a crônica de um inseto que, “ao acordar num oco de pau uma bela manhã”, viu-se transformado em ser humano. A princípio, sem o devido entendimento do que ocorrera, tentou voar sem sucesso. O bater estabonado das mãos no ar o fez desconfiar de que agora era um homem, estava nu e precisava estabelecer protocolos. Tratou então de cobrir as suas vergonhas. Em seguida, ainda que a posição ereta o incomodasse e especialmente fatigante fosse o peso da cabeça, formulou o primeiro pensamento: “Sou o rei dos animais”. Perturbado pela profusão de idéias, foi premido a buscar “a teoria geral do universo” e a “entender o mundo”. Sentiu saudades dos tempos de inseto, “quando ser devorado pelo sapo fazia parte da lei natural”, mas caminhou conhecendo todas as coisas em “choques alternados de excitação e abatimento”. Ao mal-estar da sua insegurança deu o nome de alma, e sem saber precisá-la abrigou-se na mão de Deus. Também sem saber explicá-lo deu o nome de Deus às coisas, mas ao não conseguir compreender o sentido da coisa-Deus terminou o primeiro dia em completo desamparo. “Uma coisa dentro dele mesmo o separava das outras coisas: era um pobre homem. Um homem só, sob as estrelas”.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, esta Casa foi convocada extraordinariamente para discutir e deliberar sobre temas do maior fundamento para a sociedade brasileira, como a Lei de Falências, as alterações no Código Tributário Nacional, a utilização e proteção do bioma Mata Atlântica, a modificação do novo Código Civil no que se refere ao regime estatutário das associações, a adição ao art. 129 do Código Penal da violência doméstica, a concessão do direito a acompanhante às parturientes atendidas no Sistema Único de Saúde e, por fim, a reforma do Poder Judiciário, tema sobre o qual dedicarei o presente pronunciamento.

A exemplo do pobre homem de Paulo Mendes Campos, o Judiciário no Brasil experimenta uma profunda crise de identidade. Expressa porção de soberania do



*O senador Demóstenes defende o controle externo do Judiciário e do Ministério Público*

Estado dentro do princípio da tripartição dos Poderes, mas sofre a tutela do Executivo. Nutre-se da formalidade positivista como forma de preservação da espécie, mas tem consciência de que só a aproximação com a sociedade poderá restituir-lhe a credibilidade. Padece de problemas estruturais, ao mesmo tempo conserva custos de serviços proibitivos. Ao executar sua finalidade, reage em movimentos pasmosos e apressa-se quando se trata de conservar puro o DNA privilegiado. Manteve-se até a década de 90 protegido de vazamentos imorais até que os integrantes do Poder passaram a ser os grandes patrocinadores dos novos escândalos políticos patrimoniais do Brasil.

São problemas que evidenciam a necessidade de reformar a Justiça brasileira, colimando os objetivos de estabelecer mecanismos de controle da atividade administrativa do Poder Judiciário e do Ministério Público, com vista a se criar um marco regulatório dos procedimentos éticos dos integrantes da instituição e do Poder; a adoção da súmula vinculante para as decisões do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores; a valorização do primeiro grau de jurisdição com a eliminação do excesso processualista que corrobora, em muito, com a morosidade e a ineficiência inata do Poder.

Sr. Presidente, a Reforma do Judiciário é imprescindível para que o Brasil tenha uma administração eficiente da Justiça e que os jurisdicionados tenham acesso a um serviço de qualidade, célere, capaz de compor os conflitos de interesses do cida-



dão e assegurar o poder punitivo do Estado. Esta Casa tem a missão de confirmar uma das últimas esperanças da sociedade brasileira que, em sua esmagadora maioria, conforme revelam os mais destacados institutos de pesquisa de opinião, não confia na Justiça brasileira, mas exige o amparo do Poder Judiciário como forma de se completar o que se convencionou chamar de Estado democrático de direito. Tanto que, conforme dados do Instituto Sensus, 70% dos brasileiros declararam-se favoráveis à realização da reforma do Poder Judiciário. Desde o fim do regime militar e, sobretudo, após a promulgação da Constituição de 1988 houve um crescimento extraordinário da demanda por justiça. São 12 milhões de processos por ano, sinal de que a sociedade brasileira começa a exercitar os seus direitos, mas infelizmente, apesar de vultosos gastos com a administração do Judiciário, o Poder permanece incapaz de sair da lentidão e promover o mister de distribuir um serviço pontual e de qualidade.

Os problemas do Judiciário vêm de longa data. Remontam a uma série de equívocos de conformação do Poder, desde o início da história republicana, e a oportunidade de realizar a reforma é praticamente consensual entre os operadores do direito. O Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp) realizou, no ano passado, uma interessante pesquisa com 741 magistrados de 12 Unidades da Federação, com cobertura na Justiça Estadual, na Justiça Federal e na Justiça do Trabalho, abrangendo desde juízes iniciantes a membros dos tribunais superiores, com a finalidade de captar a visão da magistratura “sobre a intensidade e as causas dos problemas apresentados pelo Judiciário brasileiro, e sobre as possíveis soluções para eles; e saber como os juízes, desembargadores e ministros de tribunais superiores vêem as relações entre o Judiciário e a economia”.

Os resultados apontaram um elevado grau de consciência das mazelas do Poder, o que comprova a necessidade de o Senado estar munido desse dever de reformar o Judiciário. De acordo com a pesquisa do Idesp, os magistrados consideram que a morosidade é o principal problema da Justiça brasileira, seguido do alto custo de acesso e da falta de previsibilidade das decisões. Quanto à falta de agilidade, os magistrados entendem que ela decorre de variadas causas, que vão desde a falta de estrutura da Justiça aos defeitos da legislação processual, que permite que lides sejam abertas, na esfera cível, não para perseguir direitos, mas para fugir de obrigações. Ao mesmo tempo, os integrantes da magistratura condenam o próprio Estado como um “mau usuário contumaz do Judiciário”, que, a partir de prazos especiais, manipula o processo judicial em proveito próprio. De acordo com reportagem publicada na revista *Veja* da semana passada [14 de janeiro de 2004], com o título “À espera de Justiça”, os poderes públicos são responsáveis por 80% das ações que tramitam no País — repito, 80% das ações que tramitam no País — e naturalmente se beneficiam da profusão de recursos, que, segundo dados do Ministério da Justiça, podem chegar

a 120 dentro de um mesmo processo, conforme a natureza do processo. Vejam bem: 120 recursos dentro do mesmo processo. Na matéria, *Veja* destaca inúmeros casos de ações que tramitam há décadas, algumas remontando mais de 60 anos. Na pesquisa do Idesp, os magistrados, com muita razão, fazem crítica severa à mercantilização dos processos judiciais, por intermédio do qual o processo move-se a partir de decisões interlocutórias, com a formalidade substituindo o mérito.

Sr. Presidente, o primeiro tema da reforma é naturalmente o controle externo do Poder Judiciário e do Ministério Público. Não é mais possível que a atividade administrativa e financeira das instituições e o procedimento ético de seus integrantes permaneçam protegidos pela obscuridade. O pedestal que erguem os magistrados à intangibilidade é o mesmo que sustentou vícios que deflagraram fatos ignominiosos de corrupção. Para não recorrer aos casos de falcaturia no Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo, à venda de sentença judicial para traficantes em tribunais superiores e à recente rede de rapinagem descoberta pela Operação Anaconda, eu gostaria de lembrar que, no Poder Judiciário de Goiás, meu Estado, prosperam, de forma escancarada, manobras espúrias, como a que impediu o Dr. José Lenar de Melo Bandeira de tomar posse na Presidência do Tribunal Regional Eleitoral, porque anunciou que cumpriria decisão do Tribunal de Contas da União, demitindo parentes de juízes de cargos comissionados. É a recusa em cumprir a lei e realizar concurso para a administração dos cartórios, além de desmesurada prática de nepotismo.

No ano passado, ingressei com projeto de lei que proíbe a contratação de parentes por consangüinidade, adoção ou afinidade, até o terceiro grau, em todos os âmbitos dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. Tenho muita esperança de que esta Casa aprecie o projeto e dê uma resposta à sociedade, que, definitivamente, não suporta o desenvolvimento desse carcinoma no tecido do Poder encarregado de dizer o direito.

O controle externo do Judiciário e do Ministério Público será operado pelos respectivos Conselhos Nacionais, cuja margem de atribuições está bem desenhada na PEC 29. Mas, com toda certeza, o enumerado de tarefas será mais um decorativo conjunto de princípios se não houver uma composição com supremacia numérica de membros da sociedade civil e minoritária de representantes do Poder Judiciário e do Ministério Público. Para mim, o ideal é dois membros de cada um, com mandato de dois anos.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, ao contrário do que imagina o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, a finalidade do controle externo não é promover a “judicialização” das atividades políticas, com a interferência do órgão controlador na função jurisdicional a mando do Executivo ou de qualquer outro figurão. Na semana passada, em mais um delírio autoritário, o Dr. Dirceu ordenou que o Congresso Nacional tome providências “sobre a situação extremamente grave” da liberação de informa-

ções por parte da imprensa e do Ministério Público. Como muito bem escreveu Dora Kramer anteontem [18 de janeiro de 2004] no jornal *O Estado de S. Paulo*, o conluio de repórter inescrupuloso com promotor em busca do vedetismo produziu leviandades e manchou reputações, mas o pretexto do desvio não justifica as aspirações discricionárias do Dr. Dirceu de estabelecer linhas demarcatórias para a liberdade de expressão. Tenho plena convicção de que esta Casa não aceita ordens de um inquilino mal-educado do Poder, nem vai se prestar a instituir expediente regressivo sob o pretexto de amordçar o Ministério Público e a imprensa. Quem tem que ser punido é o promotor e o juiz faltosos, não a instituição e o Poder.

Sr. Presidente, o outro ponto fundamental da reforma do Judiciário é a instituição da súmula vinculante para as decisões de todos os tribunais superiores. Ou ainda, se atentar para outras duas possibilidades de operar o mecanismo judicial: por intermédio da súmula impeditiva de recurso ou conferindo efeito *erga omnis* à decisão das cortes superiores da Justiça. Para se ter noção da balbúrdia do sistema judiciário brasileiro, de acordo com estudos técnicos do Supremo Tribunal Federal, os 160 mil processos que ingressaram na maior corte da Justiça brasileira poderiam ser agrupados em 200 assuntos. O Senado precisa observar a oportunidade e inserir no rol das alterações constitucionais do Poder Judiciário a desconstitucionalização da segurança pública, a unificação das Polícias, com o Ministério Público encarregado de exercer a função corregedora sobre a instituição única a ser criada.

Na esfera infraconstitucional, a reforma do Judiciário deve promover alterações que visam fortalecer o primeiro grau de jurisdição. São medidas como tornar a decisão do processo civil auto-executável, extinguindo-se o processo de execução, e instituir como regra a impossibilidade de recurso das decisões de mérito dos juizados especiais, exceto quando a matéria versar sobre processo ou inconstitucionalidade, o que poderá gerar até recurso extraordinário. É preciso eliminar os recursos sobre divergências dos tribunais e preservar o Supremo Tribunal Federal como uma corte verdadeiramente constitucional, que positivamente não pode continuar arbitrandos lides de rusgas entre madames.

A reforma do Poder Judiciário tramita há 12 anos no Congresso Nacional. A proposta aprovada na Câmara dos Deputados precisa ser aperfeiçoada e não vai ser como pretende o Secretário de Reforma do Judiciário, Sérgio Renault, que espera do Senado atitude contemplativa diante da matéria. Desta vez não vamos fazer cara de paisagem.

Sr<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, o Ministério da Justiça criou a Secretaria de Reforma do Judiciário apenas para arrostar a magistratura. Em um ano de atividade, não tiveram competência para elaborar uma proposta de reforma. Eu, sinceramente, não sei a que veio tal secretaria. Do mesmo modo, é absolutamente enigmático e nebuloso o juízo do ministro da Justiça sobre o que reformar. Há algo de plastificado no pensa-

mento institucional do ministro Márcio Thomaz Bastos. Em artigo publicado no ano passado na *Revista do Conselho da Justiça Federal*, o ministro qualificou a PEC 29 como “uma tentativa de desfiguração da Lei Magna” e concluiu, com seu invulgar acacianismo, que “a modernização da administração da Justiça não é assunto nosso, mas do conjunto da sociedade”. Que o Dr. Márcio Thomaz Bastos não entendia nada de segurança pública era sabido e em várias oportunidades pude confirmar que a omissão do ministério era motivada por incompetência orgânica. Agora, o ministro da Justiça é considerado um grande jurista e como tal deveria ter disponibilizado os seus conhecimentos à reforma do Poder Judiciário. Pelo que se observou até o momento, o silêncio do doutor Bastos parece dizer tudo. O Garrincha da advocacia é mesmo um ministro Cafuringa.

Muito obrigado.

*Pronunciamento realizado em 20 de janeiro de 2004*

**Em que procura identificar nas tentações  
autoritárias do governo Lula a figura do insolente  
governante de Vila Rica, Fanfarrão Minésio**

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

***Quem haverá que tal pense,  
Que uma Câmara tão nobre  
Por ver-se mísera, e pobre  
Não pode, não quer, não vence***  
GREGÓRIO DE MATTOS GUERRA

Nos anos que antecederam a Inconfidência Mineira, Tomás Antônio Gonzaga fez circular por Vila Rica, hoje Ouro Preto, um poema satírico em versos decassílabos chamado *Cartas Chilenas*. Na obra, Critilo, pseudônimo do autor, escreve a Doroteu, Cláudio Manoel da Costa, dando conta dos desmandos de um certo Fanfarrão Minésio à frente do governo do Chile. Minésio, na verdade, era Dom Luís da Cunha Meneses, governador da Capitania de Minas Gerais entre 1783 e 1788, inimigo visceral do autor.

Um déspota total que se posicionava acima até das Ordenações do Reino. Um homem de personalidade dissoluta, falso como a devoção inconfidente de Joaquim Silvério dos Reis, ávido por um naco a mais de poder e todo metal nobre e pedraria que pudesse amealhar à custa da imposição da vassalagem e da rapina. As proezas de Minésio, o General do Chile, foram divididas em 13 Cartas, uma Epístola a Critilo, provavelmente escrita por Cláudio Manoel da Costa e interessante prólogo.

Na peça inicial, um suposto tradutor das *Cartas* do castelhano para o português justifica a publicidade do trabalho como forma de emendar os que “seguem as vergonhosas pisadas” do insolente governante. Ao final do prólogo, recomenda: “Lê, diverte-se e não queira fazer juízos temerários sobre a pessoa de Fanfarrão. Há muitos fanfarrões no mundo, e talvez que tu sejas um deles”.

Sr. Presidente, li pela primeira vez as *Cartas Chilenas* quando ainda era estudante de segundo grau, na época do governo Geisel. O ex-presidente foi considerado ditador sanguinário, cuja passagem pela História do Brasil hoje é redimida da infâmia. Ainda que discorde do seu pensamento regressivo, devo reconhecer que o presidente Ernesto Geisel sempre teve na ordem do dia a prática da decência, mas infelizmente muito pouco do seu exemplo ficou. Desde o fim do seu mandato, personagens oriundos do domínio da fanfarronice povoaram a vida brasileira, deixaram um custo residual de frustração enorme, mas parece que a produção do tipo é inesgotável e

processa-se em escala manufaturada. Nunca a bobagem foi acolhida com tanto entusiasmo neste país.

Em louvor à estultice, o Brasil elegeu um presidente falastrão, cuja última farfalhada criou mais um enorme mal-estar no setor produtivo ao dizer que o empresariado deveria “vender mais e chorar menos”. Ontem, ainda na Índia, onde fez amigos, conquistou as pessoas e se embasbacou diante do Taj Mahal, o presidente Lula tentou consertar a bizarrice com mais uma escusa do tipo “não era isso que eu queria dizer”. Mas, felizmente, ainda vigora neste país a liberdade de expressão, e a resposta veio do sempre lúcido e centrado presidente do Grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes, para quem “não é preciso viajar tanto para exportar”. Moraes referiu-se, naturalmente, à desenfreada “Lulatur” e seu firme propósito de dar 20 voltas ao mundo em um mandato. Em tom mais contundente, o presidente da Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos (Abrinq), Synésio Batista da Costa, declarou: “Não vejo o empresariado brasileiro chorando e pedindo favores ao Estado. O que pedimos é que o Estado custe menos”.

Seria um incomensurável equívoco, e até injustamente interpretado como preconceito, buscar no perfil físico do General do Chile, no Chefe, a imagem do Minésio da atualidade. Afinal, Fanfarrão tinha “semblante pesado, feições compridas, olhadura feia e cor baça”. Mas ele está por aí no comportamento geral da petelândia à cata do poder ungido e da mexicanização da democracia brasileira. O Partido dos Trabalhadores, em 2003, conseguiu a proeza de bater o recorde de desemprego, baixar a renda média do trabalhador em 6,4% e imprimir espetáculo de crescimento de 0,3%. Observem, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, que a meta inicial era de um incremento do PIB de 3,5%. Em relação a 2002, por exemplo, houve uma queda real do PIB de 1,3%, de acordo com o IPCA, e de 11,9%, de acordo com o IGP-DI. O Brasil, em 1998, detinha uma parcela de 3,3% das 15 maiores economias do mundo. Em 2003, infelizmente, caiu para 1,7%. E olha que não houve desastrosa recessão, porque o agronegócio gerou um incremento de 6% e pagou a conta de uma política macroeconômica que asfixiou o setor produtivo e em nome da qual foi realizada uma reforma tributária com o simples indicativo de aumentar a receita fiscal do governo.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, não nos deixemos contaminar pelo otimismo fantasioso do governo Lula. Neste ano, o Partido dos Trabalhadores continua sem projeto de governo para o país, mas já tem pronta a fórmula para iniciar a longa jornada de poder adentro, com a redução da base oposicionista em menos de um quinto da Câmara dos Deputados. Ou seja, vem mais cooptação de parlamentares por aí e, com certeza, pelo preço de aquisição de cada um durante a realização das reformas, mais uma vez vai faltar leite na merenda escolar.

Mas, afinal, quem será o genuíno Fanfarrão Minésio do governo do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva? Os mais apressados certamente

elegeriam o próprio presidente, a partir de ilação pouco fundamentada entre o comportamento labregão do primeiro-mandatário e o vocábulo fanfarrão. O presidente Lula, apesar de ser o mestre-sala da patuscada, não seria a reencarnação de Dom Luís da Cunha Meneses, pois é apenas acometido de euforias autoritárias, quando o governante que inspirou Tomás Antônio Gonzaga era ímpio nas atitudes e sórdido nos interesses. Já o presidente, talvez motivado por suposta rudeza e torpor, no máximo distribuiu quimeras mundo afora com a séria intenção de promover a “grã-desordem” em nome de um antiamericanismo pueril.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, quem será, então, o grande Fanfarrão? Ele tem o nome de outro personagem de Tomás Antônio Gonzaga, acredita que pode mover montanhas, pacificar os mares, impor humilhações bovinas, chefiar os chefes, desacreditar o adverso, naturalizar o espúrio, ilimitar os domínios do poder e mandar como nunca se imaginou igual mandonismo. Para ele, dissuadir é um exercício de coerção e ai daquele que contrariar os seus caprichos brejeiros. Apesar de possuir poder derivado, governa este país de fato a partir de distúrbios absolutistas. Aqui, em Brasília, o seu gabinete é uma espécie de Cidade-Estado, de onde a estranha figura espartano-caipira é espécie de primeiro-ministro *ad hoc*. Ainda que o tempo não tenha sido suficiente para subsumir o Brasil aos seus desígnios, recomendo a *Carta n.º 10* de Gonzaga, sob o título “Em que se contam as desordens maiores que Fanfarrão fez em seu governo” para que as Sr.<sup>as</sup> e os Sr.<sup>s</sup> Senadores possam entender a natureza desse príncipe. Estou naturalmente me referindo ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, cuja arrogância está incomodando o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em reportagem publicada hoje [29 de janeiro de 2004] no jornal *Folha de S. Paulo*, assim que o presidente de direito retornar da Índia vai “enquadrar” o dr. Dirceu, cuja curatela sobre a Esplanada dos Ministérios chegou ao insuportável.

Apesar de nunca ter compartilhado da ideologia do Partido Comunista do Brasil, reconheço na pessoa do deputado Aldo Rebelo um homem de personalidade marcante e muita qualidade política. Tanto que foi nomeado ministro da Coordenação Política e Assuntos Institucionais. Certamente, Rebelo poderia ter sido poupado do vexame de ser empossado pelo ministro Dirceu, que prometeu retaguarda serena e segura, mas na verdade já praticou a primeira invasão da competência do ministro ao interferir na proposta do presidente José Sarney de ampliar os benefícios da Zona Franca de Manaus para toda a Região Norte. Com muita propriedade, o colunista da *Folha*, Carlos Heitor Cony, escreveu: “Zé Dirceu está sendo vítima de uma choradeira geral”. Cony, com fina ironia, considera normal que o ministro-chefe da Casa Civil tenha poder absoluto diante de um “presidente que não está preparado para o ofício de governar”.

Sr. Presidente, na segunda *Carta*, sob o título “Em que se mostra a piedade, que Fanfarrão fingiu no princípio do seu governo para chamar a si todos os negócios”, Tomás Antônio Gonzaga narra a falsa clemência de um personagem que, depois, se revelou o grande carrasco de Vila Rica. A atuação dissimulada do ex-governante da Capitania de Minas Gerais tem paralelo no desempenho do governo Lula. Na execução orçamentária de 2003, o presidente pediu compreensão à nação para o contingenciamento de 90% dos recursos destinados aos investimentos. Faltou dinheiro para adquirir ração para a tropa, manutenção de rodovias e até para a educação fundamental. No entanto, o dr. Dirceu tem a desfaçatez de justificar, por via de medida provisória, a criação de 2.797 cargos a um custo de 58 milhões de reais ao ano, com a finalidade de acomodar a soca sindical do Partido dos Trabalhadores. Gostaria de ressaltar que o meu partido, o PFL, vai ingressar com ação direta de inconstitucionalidade contra a malfadada medida provisória por ferir dois preceitos da Carta Maior e consagrar flagrante imoralidade com a temperança da viúva.

Sr. Presidente, por fim sinto-me no dever de mais uma vez demonstrar o achincalhe com que a segurança pública tem sido tratada neste governo. Por conta da inação do insípido e inodoro ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, os agentes do Estado são agora o alvo da ação criminosa. Ontem, o assassinato dos três auditores e do motorista do Ministério Público do Trabalho que realizavam diligência para apurar trabalho escravo entre Unaí e Garapuava, em Minas Gerais, demonstra o grau de desmoralização do Estado brasileiro, que não é capaz de proteger de bandoleiros rurais pais de família que, em seu nome, foram a campo combater uma prática que, formalmente, o Brasil banuiu há mais de 120 anos, mas que continua a manchar a história deste país com a nódoa da impunidade. À família das vítimas, minhas sinceras condolências.

Muito obrigado.

*Pronunciamento realizado em 29 de janeiro de 2004*



## Sustenta que a segurança pública é indissociável da governabilidade e condição necessária para o crescimento sustentável e o contrato social

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

***"Vocês, como tantos outros milhões de brasileiros, são vítimas do histórico descaso do poder público"***

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

O Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime publicou, em dezembro do ano passado, um perfil do Brasil em relação ao problema do uso e comércio ilegal de entorpecentes e a criminalidade. A instituição possui escritórios em 21 países e atua em mais de 150 nações, sempre com o objetivo de desenvolver e implementar programas destinados a enfrentar o passivo gerado por esses dois grandes defeitos sociais do mundo moderno.

De acordo com o seu eixo-programático, a entidade “defende uma abordagem equilibrada do controle das drogas” a partir dos seguintes postulados: importância da educação como medida de prevenção; tratamento para dependentes; coibição do tráfico e da produção de entorpecentes e o envolvimento das ações públicas e dos “programas sociais e econômicos” com o problema.

No Brasil, o escritório possui uma agenda voltada, entre outras providências, para o combate ao crime organizado transnacional, com atenção, além das drogas, para a lavagem de dinheiro. A ONU considera, por exemplo, que o sistema financeiro nacional oferece um ambiente propício para a legalização de moeda proveniente do narconegócio, da corrupção, do tráfico de armamentos e do terrorismo.

Os dados são um retrato falado de um país carcomido pela falta de segurança e cujo processo de corrosão da qualidade de vida avança desesperadamente. O relatório não traz praticamente números novos, mas enfeixa informações valiosas, baseadas em publicações e documentos de organismos internacionais, instituições governamentais e organizações não-governamentais. Nem por isso deixa de estarrecer, provocar indignação e suscitar a necessidade de a “petecracia” acreditar que política de segurança pública não se realiza nas lágrimas simuladas dos epitáfios de agentes públicos assassinados, mas é parte indissociável da governabilidade, base para o crescimento econômico sustentável e condição elementar à realização do contrato social.

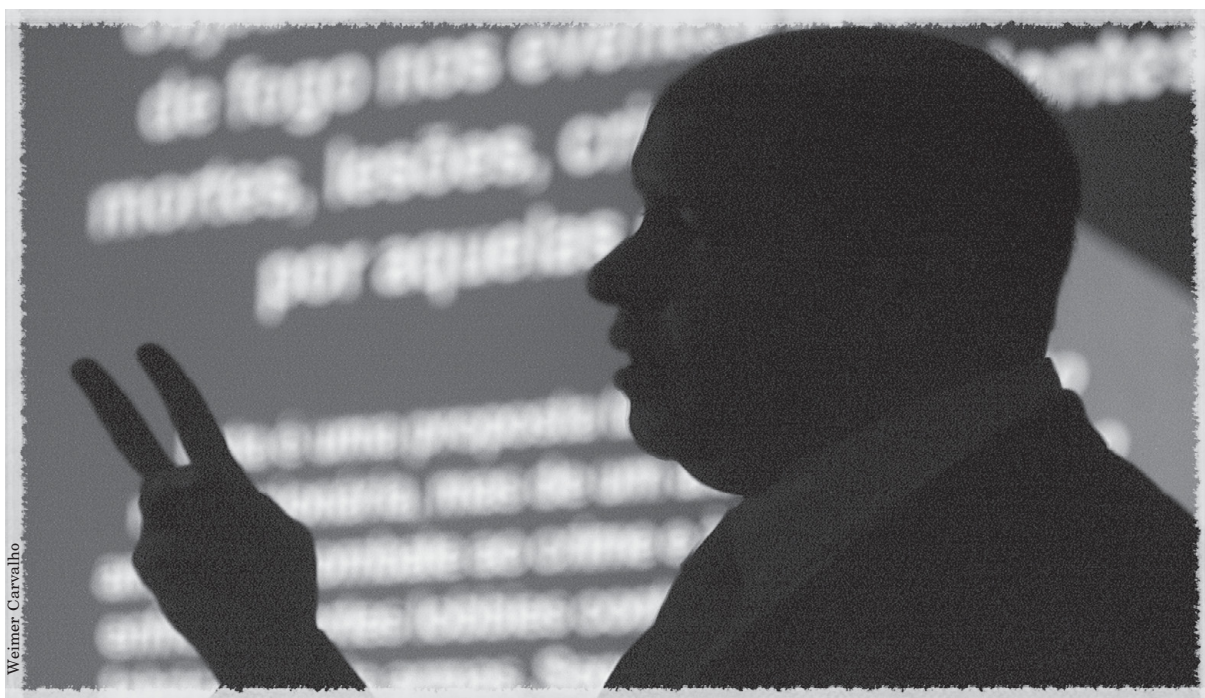
Sr.<sup>a</sup> Presidente, o documento da ONU tem naturalmente um verniz diplomático, que oculta críticas contundentes à falta de mobilidade do governo brasileiro na administração da segurança pública, mas não deixa de reconhecer que houve quebra de esperança já em agosto de 2003, quando o documento foi entregue ao Ministério das Relações Exteriores. O perfil traçado textualmente confirma que, nas eleições de 2002, a sociedade brasileira elegeu a segurança pública como o maior problema do país, acima da fome e do desemprego. Subliminarmente, no entanto, reconhece que se fez pouco desde então.

Eu não preciso de expedientes sub-reptícios para afirmar ao Brasil que é eufemística qualquer conclusão que classifique a atuação do Ex.<sup>mo</sup> presidente Luiz Inácio Lula da Silva no setor de segurança pública como alguma coisa melhor do que a nulidade. Os números da execução orçamentária do Ministério da Justiça comprovam a política de segurança zero. Ao Fundo Nacional de Segurança Pública, em 2003, foi autorizada uma dotação de 392.619.266,00 reais e pagos 111.042.237,93 reais. Ou seja, 28% ou uma distribuição *per capita* de investimentos de 65 centavos. Para se ter noção da miserabilidade dos recursos, basta citar que só o Estado de São Paulo investe, por ano, cerca de 4,2 bilhões de reais.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, eu fico impressionado com a escassez do prestígio administrativo do ministro da Justiça. O dr. Márcio Thomaz Bastos, por conta de sua história de vida e da qualidade de profissional de advocacia, tem no governo Lula uma função aparente e causa sensação de possuir extraordinário poder de persuasão dentro do núcleo decisório da administração do país, mas, na verdade a sua participação é apenas honorária. A figura do dr. Bastos, até o momento, serviu para honrar solenidades e expressar indignação em momentos de crises, como se se tratasse de um presidente de organização não-governamental e não do próprio ministro.

A Pasta da Justiça, sob o comando de homens como Campos Sales, Petrônio Portella, Oscar Dias Corrêa e Nelson Jobim, já teve o duplo encargo de fazer a coordenação política do governo e assegurar a estabilidade jurídica do país. Infelizmente, a historiografia vai registrar que, na conformação do Estado engendrada durante a Regência Una Permanente do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, o ministro da Justiça e seu formidável palácio continuaram ocupando o principal espaço na Esplanada, mas o interior era oco e meramente protocolar.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, o relatório do Escritório das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime merece algumas observações. A primeira delas é ideológica e certamente representa um sopro de lucidez sobre o tabu brasileiro, predominante no Ministério da Justiça, da causa social da violência. A doutrina, além de culpar os pobres e desvalidos pelos altos índices de criminalidade na casa grande, acredita que o melhor remédio para ressocializar, no sistema penitenciário, os reeducandos de alta periculosidade é o Leite de Magnésia Phillips. Positivamente, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, assim não dá!



*“O País não terá uma segunda chance caso não se decida pelo combate ao narconegócio”*

Conforme pude constatar em conversa com o representante do Escritório das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime no Brasil e Cone Sul, Giovanni Quaglia, a quem tive a honra de receber em meu gabinete, todas as estatísticas da ONU demonstram que a criminalidade é maior quando aumenta o poder aquisitivo da sociedade. E não poderia ser mesmo diferente, uma vez que o ganho fácil é o motor econômico da atividade marginal, como ocorre nos crimes contra o patrimônio, no tráfico de drogas, na lavagem de dinheiro e nas falcatruas gerais da corrupção que campeia neste país. Conforme informações da ONU, se há um crime social neste país, assim entendido aquele que tem alvo as classes empobrecidas e miseráveis, ele chama-se homicídio. Trata-se da face bastarda da banalização da violência.

Por conta da ineficiência do Estado em proteger o cidadão, nas periferias das grandes cidades prosperam grupos de extermínios, balas perdidas, execuções sumárias e a ação de justiceiros. Conforme diagnóstico do Centro Internacional de Prevenção ao Crime, órgão da Organização das Nações Unidas, o Brasil é o quinto país do mundo quando é mensurada a taxa de homicídios, ficando atrás apenas da Colômbia, da África do Sul, da Jamaica e da Venezuela. Quando é medida a taxa de homicídio provocada por arma de fogo, aí o Brasil assume, disparadamente, a primeira posição.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, o relatório do Escritório das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime traça, em linhas gerais, o seguinte quadro da insegurança pública neste país: o abuso e o tráfico de drogas são responsáveis por grande parte dos mais de 30 mil homicídios praticados por ano no Brasil. O narcotráfico emprega aproxi-

madamente 20 mil crianças e adolescentes, entre 10 e 16 anos, a um salário médio de 400 dólares. O número é minimalista, uma vez que, de acordo com os dados da Corregedoria da Polícia Civil de São Paulo, só na maior cidade do Brasil há pelo menos 30 mil pessoas a serviço do narconeócio, com remuneração média de mil dólares, o equivalente ao salário de um major da Polícia Militar. Conforme afirma o relatório, nos últimos dez anos, o consumo, entre estudantes, de anfetaminas cresceu 150%, de maconha 325% e de cocaína 700%. Para se ter noção do incremento da prática de ato infracional cometidos por adolescentes, o documento cita dados da Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro, segundo os quais, em 1997 foram registradas 3.318 ocorrências contra 5.898 em 2000, um crescimento de quase 77%. Talvez o dado mais preocupante do relatório seja a constatação de que 200 mil dos 350 mil policiais das corporações civis e militares do país habitam regiões de favelas, em áreas dominadas por traficantes e gangues. Ou seja, com o crime organizado morando ao lado, os policiais têm de se esconder para proteger as próprias famílias.

Por outro lado, não consigo entender o porquê de forças policiais não utilizarem munições não-letais. Infelizmente, pululam casos de mortes provocados por emprego desnecessário de armas de fogo, por falta do emprego da tecnologia. O Brasil dispõe de um menu extraordinário de produtos de comprovada eficiência, como granada explosiva de efeito moral e de emissão lacrimogênea, munições de impacto controlado, espargidores de agente incapacitante, entre outros, que, por razões certas e sabidas, deixam de ser utilizadas no cotidiano da atividade policial.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, é realmente algo estarrecedor. Os policiais brasileiros são acusados de serem, no mundo todo, talvez os que mais matam no enfrentamento cotidiano do crime. Muitos querem dizer que isso se deve ao despreparo do policial, quando na realidade não é isso. O policial militar ou o policial civil, se vai enfrentar um traficante com metralhadora, utiliza-se do seu revólver; se vai enfrentar uma briga entre marido e mulher, utiliza-se do seu revólver; se vai conter um menor na rua, utiliza-se do seu revólver. Por que isso? Por que ele é incapaz? Não, porque ele só tem realmente o cassetete e o revólver, quando no Brasil e no mundo afora, senadora Lúcia Vânia, é recomendado pela ONU o uso de munições não-letais: gás pimenta, granadas de fumaça, tiros de borracha e outras medidas que incapacitam. Dispomos de tantas alternativas para termos menos morte no Brasil em decorrência da atuação policial que não entendo como o Ministério da Justiça, até agora, não tomou qualquer providência nesse sentido. Acusar a polícia é muito fácil.

E o fato de o policial morar em áreas faveladas, ao lado do crime organizado? Por que não se faz o chamado investimento indireto? Por que o governo, que, reconhecidamente, não tem condições de pagar melhor salário para o policial, não desenvolve programas de habitação para policiais militares, programas de educação para seus

filhos, para que eles tenham a possibilidade de alcançar o nível superior, melhorando a própria qualidade de instrução nos seus lares?

Na realidade, temos, no Brasil, um programa de segurança pública que só sabe patrocinar a indignação. Quando morre alguém, aparece alguma autoridade para se dizer indignada com aquilo que ocorreu, mas, infelizmente, nenhuma providência até agora foi tomada.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, o Escritório das Nações Unidas Contra o Crime acredita que, ante a impossibilidade fiscal de elevar o padrão salarial da massa de policiais, o Estado poderia intervir no problema, promovendo condições especiais de financiamento para que os membros das corporações possam adquirir a casa própria, mantendo a família protegida dos bandidos, e, assim, desempenhar as suas tarefas de alto risco. Há possibilidade de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social liderar a iniciativa, em parceria com Estados e prefeituras. Bastaria vontade de fazer o que é menos de 5% da meta demagógica do governo Lula de construir 6 milhões de moradias.

O presidente Lula, nesta semana, disse que construirá 6 milhões de moradias, senadora Lúcia Vânia. Será que isso é possível? O presidente, em quatro anos — aliás, em três —, fará o que o Brasil não fez preteritamente. Realmente temos um déficit de 6 milhões a 7 milhões de moradias, mas o presidente da República dará conta de fazer isso, Sr.<sup>a</sup> Presidente? É um absurdo! É mais um “lulacionismo” que estamos vivendo: é tentar fazer, senador Garibaldi, com que o povo fique absolutamente iludido com mais uma promessa fantasiosa e, veja bem, Sua Excelência já não é mais candidato, agora é Presidente, portanto, tem que honrar o que disse.

O Escritório das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime, por fim, entende que toda tentativa de traçar um plano de segurança para o Brasil será de balde caso não seja precedida de um estudo de vitimização. Não sabemos quem são as vítimas no Brasil. A providência foi planejada pelo ex-secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, mas repousa em alguma gaveta do Ministério da Justiça. Esse certamente é mais um descaso histórico que acomete o povo brasileiro e a que muito apropriadamente se referiu o presidente Luiz Inácio.

Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

*Pronunciamento realizado em 6 de fevereiro de 2004*

## Vê o governo em estado permanente de celebração e pronto para estultices, como a proposta de o sertanejo sacar o FGTS durante as enchentes

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

***"Mas, onde há bobice a qualquer resposta,  
é aí que a pergunta se pergunta"***

**GUIMARÃES ROSA**

**E**u tinha 26 anos quando o cantor e compositor Chico Buarque lançou o disco Francisco, cuja contracapa sempre me impressionou por conta da frase: “E a tal história como é? Festa acabada, músicos a pé.” O disco é uma obra-prima e várias vezes encontrei sentido na expressão, especialmente nos momentos em que pude assistir e compartilhar de cada decepção sofrida pelo povo brasileiro, que literalmente ficou falando sozinho, enquanto a incompetência gerencial lhe fechava as portas de saída nos governos que se seguiram.

Nos reflexos do baile, planos econômicos salvacionistas que não vingaram, reformas que não houve, a impostura de um caçador de imoralidades, as falcatruas de devassos anões no Parlamento, escândalos escandalosos de corrupção no Poder Judiciário e a euforia sem lastro provocada por tênue sensação de estabilidade da moeda, que não teve correspondente aumento da renda e encheu de medo o futuro dessa brava gente.

Foi quando reapareceu perseverante mascate da esperança e convenceu os nacionais a dar corda à fé. Embebidos na ilusão de um mestre-sala do lugar-comum, em um impulso cego, 52,7 milhões de pessoas consagraram nas urnas um arranjo demagógico de poder montado a partir de paradigmas colhidos no patronato de Getúlio Vargas, na preferência janista pelos destilados, no favoritismo sindical de Jango e até em momentos do triunfalismo “collorido”. Tudo temperado com dogmas do materialismo dialético e um certo guia prático do Consenso de Washington.

Um governo que, 13 meses depois daquele 1º de janeiro de 2003, não tirou o terno de posse e mantém viva a cantilena de palanque, que enfada quando vende quimera e desanima ao se remeter ao discurso da “herança maldita”. Isso, para não mencionar a escassa postura de estadista, imprescindível para administrar a diversidade do Brasil.

Um governo em sistemático estado de celebração, inebriado pelo perfume do poder que exala na Esplanada, mas escorregadio quando o assunto é a assunção de

responsabilidade, como se não fossem atuais, por exemplo, a falência do modelo de segurança pública e as enchentes. Somente o ministério do Exmo Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, não foi informado pelo Instituto Nacional de Meteorologia de que, durante o verão, havia grande previsibilidade de inundação em todo o país, especialmente no Nordeste.

O governo Lula administra a partir do “esperar acontecer”, ou seja, aguarda que a tragédia se confirme para, ato contínuo, ensaiar o drama de que o problema tem origem no descaso de administrações anteriores e que hoje, embora haja vontade de fazer, não existem recursos para socorrer os desvalidos. Há, inclusive, extraordinária capacidade de oferecer saídas desavergonhadas, como a sugestão de liberar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o FGTS, para o sertanejo custear a reconstrução do que a chuva levou.

Sr. Presidente, seria este o ensaio de parceria público-privada que o governo pretende fazer para remodelar os investimentos em infra-estrutura no País? Peço licença à ironia, uma vez que a estultice tem limite. Insensata e oca, há algo de sarcástico na proposta de um trabalhador rural que sequer possui registro de identidade, ir ao banco sacar o FGTS para financiar a reconstrução do seu casebre. O interessante é que tamanha bobagem adquiere foro de assunto de Estado envolvendo três ministros, inúmeras reuniões, algumas autocríticas, várias plenárias e nenhuma ação de resultado.

Felizmente, conforme noticiou hoje o colunista do *Jornal do Brasil*, Ricardo Boechat, o governo Lula teve a luminar idéia de unificar todas as emendas parlamentares ao Orçamento e destiná-las aos Estados nordestinos. Uma soma de 80 milhões de reais, que, sinceramente, deve render mais benefícios do que uma conta inexistente de FGTS, mas definitivamente está muito distante de aliviar o peso que os governadores e prefeitos estão assimilando praticamente sozinhos com os estragos das enchentes. Quero destacar o editorial d’*O Estado de S. Paulo* de hoje, que denuncia a maquinação que está sendo gerada por um grupo interministerial para criar uma taxa contra enchentes. Ou seja, o governo Lula pretende instituir mais um imposto e transferir para o contribuinte um encargo eminentemente estatal, que é o setor de saneamento.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, durante todo o ano de 2003, o governo Lula cozinhou a nação em banho-maria com o Programa Fome Zero, agora, o país está ansioso para saber quando vai ser servida a sopa. O fiasco da primeira tentativa de acabar com a fome foi evidente, tanto que significou o corte mais profundo no tecido ministerial. No placar dos 13 meses de governo Lula, o Fome Zero continua sendo um programa perdedor, que paga o preço de ter sido fruto de uma concepção publicitária, sem planejamento administrativo e de alcance improvável. Tanto que quase zero de combate à fome foi efetivamente realizado, mas ontem o presidente Lula descobriu que o

Brasil é auto-suficiente em alimentos e até marcou data para vencer a fome: “pouco tempo”. Mas não vamos nos apressar.

Observem que bisonho: o primeiro-mandatário acredita que “a única razão pela qual ainda há gente passando fome é o desacerto histórico da distribuição de renda”. Como não há revolução à vista, chegou a dizer que operou “milagre” até agora e ainda arriscou o envio de uma mensagem do magistrado supremo, ao indicar os rumos que o País deve seguir: “Deus pôs os pés aqui e falou: ‘Olha, aqui vai ter tudo. Agora, é só os homens e as mulheres terem juízo que as coisas vão dar certo’”. Como a estimativa do “pouco tempo” é imprecisa, talvez o presidente Lula imagine que possa ser autor da iniciativa de promover espécie de descolonização e purgar as desigualdades que o europeu trouxe nas caravelas. Depois de devolver toda a terra aos indígenas, os próximos 500 anos seriam usados para acabar com a fome, mas com a vantagem de tudo começar agora.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, sob o título “Trajetória em plano inclinado”, a jornalista Dora Kramer, colunista do *Jornal do Brasil*, faz uma análise perfeita dos resultados da última pesquisa Sensus/Confederação Nacional do Transporte, cujos números indicam o exaurimento do modelo “Expo-Lula”. Ou seja, o apelo palanqueiro esgotou o estoque de paciência da nação, e o governo começa bem cedo a fazer água perante a opinião pública, justamente o que havia de mais cintilante na sindicalândia deslumbrada. Como sintetizou a jornalista:

*“A frustração traduzida na série de pesquisas é um sinal eloqüente de alerta. Diz muito a respeito dos excessos da atitude propagandística e do risco de ser percebida como único — e, portanto, insuficiente — instrumento de atuação administrativa disponível”.*

Os números da pesquisa não deixam dúvidas de que o governo ruma escada abaixo. Conforme análise de Kramer, quando assumiu,

*“83,6% das pessoas tinham uma expectativa positiva do desempenho pessoal do presidente Lula; hoje, são 65,3%. A percepção do desempenho do governo é avaliada em semelhante patamar de rejeição, e há desencanto consolidado com o estilo petista de administrar o Brasil: enquanto em janeiro de 2003 a expectativa positiva agregava 53% dos consultados, hoje representa 39,9%. O pior da pesquisa — que o Palácio do Planalto não comenta — é a avaliação negativa, ou seja, aqueles que desacorçoaram com o governo Lula. Em janeiro de 2003, 2,3% dos brasileiros o consideravam ruim e 17,7%, regular. Um ano depois, o conceito da Petelândia caiu muito na praça. Os que avaliam o governo petista negativamente somam 15% e os que o consideram regular mais que dobraram de tamanho e hoje representam 40,6%.”*



Dora Kramer finaliza sua análise com dois recados interessantes: um para o governo e outro para a oposição. Ao primeiro escreve:

*“Quando o presidente, ao final de um ano de governo, disse que acabara a fase do ‘eu acho’ para começar a era do ‘eu faço’, é possível que estivesse tentando justamente evitar a desesperança e buscando realimentar a boa expectativa. A obtenção de resultados, porém, implica a alteração das atitudes do dia-a-dia, ainda plenas de redundâncias e tão excessivamente pautadas pelo ‘eu acho’, que fere de morte a promessa do ‘eu faço’.”*

Já para a oposição, o recado, além de direto, merece maiores reflexões:

*“Como nada indica que as insatisfações com o governo vão resultar em entusiasmo pelas forças políticas de oposição — ainda donas de baixo capital de identificação popular —, a indiferença passa a ser a tendência da estação.”*

Vamos combater a indiferença. Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Pronunciamento realizado em 11 de fevereiro de 2004*

## Duvida do ânimo persecutório do governo no caso Waldogate e cita que o PT fez da anticorrupção a sua utopia e hoje tem uma nódoa em sua quimera

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores

**"A esperança não tem volta e seu caminho não tem fim"**

**MILLÔR FERNANDES**

Nos Estados Unidos e na Europa, o gerenciamento de crises é tratado com seriedade científica e há vasta literatura sobre o assunto, com alguns *best-sellers* publicados. Apesar de terem um controle institucional e padrões de comportamento mais rígidos do que a sociedade brasileira, americanos e europeus não estão imunes às escorregadas da vida. Eles entendem muito bem que no planeta *on-line* a conservação da imagem, a manutenção da confiança e a preservação da credibilidade devem ser uma constante nas atividades de qualquer corporação empresarial ou instituição política. Por isso se dedicam tanto ao assunto.

No Brasil, onde a frequência do indecoroso é exponencialmente maior, em especial na via dos negócios duvidosos entre o público e o privado, praticamente não havia tratamento da matéria. Mas, no ano passado, o premiado jornalista Mário Rosa publicou livro interessante sobre o tema, com o título *A Era do Escândalo*. A obra, que já tive a oportunidade de comentar quando do seu lançamento, percorre as entranhas de dez casos de grande repercussão, envolvendo crises políticas, empresariais e pessoais como a queda do Fokker-100 da TAM, o escândalo falacioso que vitimou a imagem do ex-ministro Alcení Guerra, o drama da atriz Glória Pires e o afundamento da plataforma marítima da Petrobrás, entre outros.

Além de esmiuçar cada caso, o autor, a partir da ótica dos protagonistas, delinea um verdadeiro manual de sobrevivência à brasileira para crises. Leitura obrigatória para qualquer homem público, executivo e profissional de comunicação, *A Era do Escândalo* não é uma bíblia, mas pode ter o condão de trazer conforto aos desassossegados integrantes do governo do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, neste momento de aflição de identidade por que passa o Partido dos Trabalhadores.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, devo reconhecer que o governo Lula agiu rápido e de forma acertada ao demitir o Subchefe de Assuntos Parlamentares da Secretaria da Casa Civil, Waldomiro Diniz da Silva. Conforme todos já sabíamos na sexta-feira, a

revista *Época* revelou, em belo furo de reportagem, um vídeo no qual o homem que cuidava do relacionamento institucional do governo Lula com o Poder Legislativo estava envolvido na defraudação de uma concorrência pública em troca de propina e contribuição ilegal de campanha. Depois que *Época* foi às bancas, a situação se tornou insustentável e foi dada à crise solução cerimonial.

O ministro da Justiça, mesmo sem convicção, foi encarregado de fazer as honras moralizantes da Casa e confirmou ter dado ordem para que a Polícia Federal abrisse inquérito. Agora, o governo espera, com a ajuda do carnaval, que o decurso de prazo encerre o assunto. Sou signatário da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar o Escândalo da Casa Civil. Embora a representação governista nesta Casa tenha assegurado que podíamos ficar tranquilos pois “o governo e as pessoas que compõem a sua base de sustentação política não descansarão enquanto o episódio não for totalmente esclarecido”, não vejo ânimo persecutório na base do governo. Aliás, conforme noticiaram todos os grandes jornais brasileiros, o PT vai abafar a CPI e os integrantes do próprio partido do governo foram os primeiros a se submeter à asfixia mecânica.

Mesmo assim, o primeiro escândalo da Era Lula terá efeito indelével, em particular na consciência do Partido dos Trabalhadores, que sempre foi ímpio com o deslize alheio e agora, descoberto no armário o esqueleto inaugural, muda-se para o mundo dos iguais. Adquire a coloração política encardida que apontava nos outros e da qual se imaginava intangível. Imerge no inconfessável repleto de culpa e vergonha. E, ao descobrir que não há mais linha demarcatória entre a ética que supunha ter e a ética dos demais, para conservar o poder acredita que é legítimo praticar o que antes condenava. O partido que fez da anticorrupção a marca da sua utopia hoje tem uma imensa nódoa na sua quimera. Como muito bem escreveu Dora Kramer no jornal *O Estado de S. Paulo* de ontem [15 de fevereiro de 2004], “o poder acaba obrigando o partido a despir o figurino de vestal”.

Em escândalos dessa magnitude, o PT, antes de ser esse infante cheio de maldades e idéias impuras, reagiria com virulência e apelos extremos. Para a instalação de uma CPI, seriam mobilizadas caravanas de sem-terra. Haveria quebra-quebra no Congresso. Parlamentares enfrentariam forças policiais. Greve nacional por três dias. Placar em praça pública com exposição vexaminosa dos adversários. E muita torta no rosto de autoridades. Aliás, pela segunda vez — primeiro foi o presidente do PT, José Genoíno, e agora o ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini —, um integrante da dirceupólis é estrangido com a forma de protesto que fazia parte do cardápio de ações revolucionárias do partido. Esse é mais um indicativo de que o PT encontrou o seu senso comum. Do denunciismo imberbe — que caracterizou a atuação principalmente parlamentar do partido — à vidraça, bastou a precocidade de um ano de governo. Passou de estilingue a estilhaços. Observem que se trata do maior escânda-

lo desde 1992, quando se deflagrou o “Collorgate”, com no mínimo duas coincidências: a primeira é que a denúncia surgiu em uma revista semanal; a segunda é que o principal personagem, Waldomiro Diniz, surge na seara petista quando o partido cuspiu fogo na CPI do PC Farias.

Sr. Presidente, há rigorosamente um ano, venho enfatizando o caráter meramente declaratório do governo Lula. Trata-se de uma administração apenas aparente, que manipula, à distância, os princípios que faziam do PT a diferença na política brasileira. Ontem [15 de fevereiro de 2004], em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, o secretário-geral da organização não-governamental Transparência Brasil, Cláudio Weber Abramo, mostra o seu desânimo com a falta de sinceridade do Partido dos Trabalhadores. Durante a campanha eleitoral, o presidente Lula, em nome do DNA puro que sustentava o PT acima dos demais, assinou com a ONG um compromisso anticorrupção, com uma série de medidas que a futura administração tomaria ainda no primeiro ano. Entre as providências, constava a criação de uma agência nacional anticorrupção, um órgão de fiscalização e regulação com ascendência sobre os ministérios e que, nas palavras de Abramo, “simbolizava a eleição do combate à corrupção como estratégia de governo”. Mas, como nota Abramo, “isso nem de longe foi feito”. De acordo com Abramo, “não se pode dizer que o Governo Lula tenha adotado o combate à corrupção como programa administrativo concreto”.

O secretário-geral da Transparência Brasil acredita que as medidas tomadas até agora, no âmbito da Controladoria-Geral da União, são muito tímidas e declarou que são justamente os mecanismos frágeis de controle que criam a oportunidade para que a corrupção prospere. Sinceramente, Abramo mostra-se decepcionado. Diz ele: “Eu diria que se esperava muito mais. O governo Lula comprometeu-se, durante a campanha, a tomar diversas medidas — ele assinou um documento público com o Transparência Brasil. A maior parte das medidas não foi tomada por motivos que só o governo pode responder.”

Sobre o escândalo da Casa Civil, Cláudio Weber Abramo pensa que “o fato de um indivíduo estar relacionado ao Partido dos Trabalhadores, que tradicionalmente teve a imagem ligada ao combate à corrupção, mostra que as palavras apenas para combater a corrupção não bastam”. O dirigente da ONG acredita que o governo do PT “poderia tomar o caso como um grande gancho para adotar um combate à corrupção de forma sistemática e organizada e não apenas com declarações contra a corrupção”. Sinceramente, tento compreender a dor que fere de morte homens e mulheres públicos de moral inatacável, que, com toda a certeza, não almejaram o poder para contribuir com a ampliação do lamaçal — nomes, só para ficar nesta Casa, como o das senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko e dos senadores Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Sibá Machado e todos os demais. Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, há 72 horas, este país não comenta outro assunto a não ser o vaso trincado do PT.

Sr. Presidente, no ano passado, recebi informação — e provavelmente o senador Arthur Virgílio tenha obtido igual notícia — de suposta fraude na renovação do contrato da Gtech com a Caixa Econômica Federal, conforme noticiou a revista *Veja* nesta semana. A referida empresa, norte-americana, é responsável pela implementação do sistema *on-line* das loterias federais. De acordo com a denúncia, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a Gtech propôs 22% de deságio no preço inicial para renovação contratual com a Caixa Econômica Federal. Para prestar igual serviço, o contrato foi revigorado, mas com um desconto de apenas 7%, ou seja, com uma desvantagem estimada de 150 mil reais para cada 1 milhão de reais. Agora que o escândalo veio à tona, existe fundada suspeita de que a negociação lesiva aos interesses públicos tenha sido patrocinada pelo Sr. Waldomiro Diniz.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, no dia 22 de maio de 2003, apresentei requerimento de informação com pedido ao ministro da Fazenda da cópia autenticada do contrato assinado entre a Caixa Econômica Federal e a empresa Gtech do Brasil Ltda; o edital de concorrência que amparou tal contratação e aditivos contratuais assinados. Como as informações foram prestadas de forma incompleta, nova requisição foi efetuada e, no final do ano passado, pude ter acesso aos dados.

Estou no exercício de meu mandato de senador, mas guardo na alma o promotor de justiça, cujo ofício é realizar a persecução fundada em evidências e provas. Sou oposição ao governo Lula, mas com absoluta responsabilidade. Jamais pratiquei nesta tribuna o denunciismo, a aleivosia, a traquinagem anarquista ou a disseminação do achincalhe, como sempre fez o PT nos tempos de oposição. Também não vou lançar mão do “Fora Lula”, como faziam os petistas com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Aliás, em mais um destempero verbal, o próprio presidente Lula reconheceu que o Partido dos Trabalhadores fazia oposição predatória.

Vejam bem, desde dezembro do ano passado, minha assessoria se debruça sobre o procedimento da Gtech, que possui mais de 4 mil páginas, em busca de indícios que possam fundamentar eventual denúncia. Trata-se de uma demonstração de fé na verdade, de compromisso com a sociedade que me elegeu para fazer oposição sã, sem vícios e rancores. Exatamente o avesso do que o PT fez no passado, quando se imaginava porta-voz de intenções imaculadas, mas cujo conteúdo oculto guardava heresias gerais. Traído pelas tentações mundanas do favoritismo e do ganho fácil, no seu âmago agora mora um gigante de pés de barro em profundo desencanto.

Muito obrigado.

*Pronunciamento realizado em 16 de fevereiro de 2004*

**Bastante aparteado, cobra rigor na apuração dos pecados palacianos e vê “mansuetude evangélica” do ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu**

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

***“O ser humano só se salvará se, ao passar a mão no rosto, reconhecer a própria hediondez”***

**NELSON RODRIGUES**

Em *O Elo Partido*, o escritor mineiro Otto Lara Resende conta a história de um homem que, pelo traje e ocupação habituais, poderia ser considerado um cidadão bem-sucedido. Ocorre que, subitamente, ele começou a perder a identidade. Primeiro, não conseguiu mais dar um nó na gravata. Outro dia, saiu mecanicamente para o trabalho e, ao chegar ao edifício onde situava o seu escritório, imaginou que a demora do elevador em descer ao térreo era motivada por operários que tentavam enfiar dentro do mesmo a sua mesa, só que superdimensionada, e seus pertences, como se ele fora imotivadamente defenestrado. Foi quando duvidou da cor das suas meias. Profundamente constrangido, supôs-se calçado com meias vermelhas e terno azul. Era falsa a impressão e tudo correu bem até que em “pequeno desmaio da memória” esquecera o nome de um amigo de infância. A situação piorou decididamente quando, em uma noite, e nas que se seguiram, o cidadão não se recordava de como fazia para dormir e permaneceu insone.

Certa tarde, quando conversava com o sócio, com quem tinha relações amigáveis, não conseguiu mais se lembrar do rosto do parceiro comercial. Houve um momento de esgarçamento, quando caiu em perplexidade ao telefonar para sua mulher e não se recordar de como ela era e qual o seu nome. Foi quando voltou para casa, trancou-se no quarto e, para comprovar a si mesmo que sempre fora assim e assim seria, passou a ler o jornal da tarde repetidamente, “palavra por palavra”, os mesmos textos sem qualquer utilidade. Sua mulher, que até então não despertara para o estranho lapso do marido, perguntou finalmente o que ele tinha. Resignado, emitiu um “nada”. “Desprendera-se de tudo. A longa viagem ia começar, sem rumo, sem susto, para levar a lugar nenhum”. Em um último esforço, indagou quem era a ele mesmo, e “para sempre, dócil, conquistado, nem ao menos quis saber o seu nome”.

O drama do cidadão de Otto Lara Resende guarda enorme simpatia com a

tragédia administrativa que se converteu o governo do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Desde a última sexta-feira 13, quando a revista *Época* revelou pecados tropicais no gabinete do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, o governo Lula se arrasta com enorme dificuldade de se encontrar com a própria consciência. Depois que perdeu o primado da probidade, perambula em sérias indecisões éticas e desencontros políticos. A sensação que se tem é de que o lirismo acabou e o PT está condenado ao lugar comum da política brasileira, cuja regra é o avesso da legalidade.

Trata-se de um governo abatido, sem ânimo moral, que exauriu o seu capital político, tratando a esperança de maneira sediciosa e atabalhoada, sempre a perseguir as ovações plebiscitárias com uma “retórica voluntarista”, confor-



“O PT induziu o povo a erro essencial”

me muito bem assinalou o editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, do último sábado [28 de fevereiro de 2004]. Agora, ao se esconder da culpa, revigora o medo na nação e, cada vez mais, confirma que a sociedade brasileira foi conduzida a erro essencial durante as eleições de 2002 pelo Partido dos Trabalhadores.

Durante 24 anos, o PT apedrejou o Estado brasileiro como se ele fosse uma mulher adúltera; hoje se recusa a purgar a sua desonra e infidelidade. Era compreensível que o mesmo partido, muitas vezes desarrazoado, que ostentava ímpeto raioso, abrindo a temporada de caça a cada passo em falso dos governos de então, perdesse a sede de escândalos e das CPIs quando chegasse ao poder. O que estarrece o ambiente político do país é a incapacidade dos integrantes do governo Lula de sair do redemoinho, logo eles que se doutoraram em produzir crises.

O próprio dr. Dirceu, que até a eclosão do *Waldomirogate* dava ordens a ministros, mandava calar parlamentares, determinava a degola de adversários, estipulava o preço do jogo político e era entendido em javanês, hoje, se Lima Barreto me permite utilizar a expressão, apresenta “mansuetude evangélica”. O dr. Dirceu, após 40 anos de militância de oposição — primeiro, armada contra o regime militar, depois, política aos governos José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando

Henrique Cardoso —, chegou ao poder com autoridade reinol e hoje se encontra praticamente rifado por pesadas suspeições.

Não vou fazer dessa ferida uma carnificina, como assim procedeu o PT durante todos esses anos, mas não posso deixar de mencionar o que pronuncia a voz rouca das ruas. De acordo com pesquisa Datafolha, divulgada hoje, 43% dos entrevistados acreditam que a melhor atitude do ministro José Dirceu é afastar-se do cargo durante as investigações, enquanto 24% acreditam que o doutor Dirceu deva renunciar pura e simplesmente. No mesmo sentido, 81% dos brasileiros querem a CPI do *Waldomirogate* e 83%, a CPI dos Bingos.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, observem que o núcleo duro do poder já não tem mais consistência tão rígida do primeiro ano de governo e reage como se tivesse o miolo mole. Primeiro, imaginou ato de desagravo ao ministro José Dirceu, que acabou se convertendo em convescote alcoolizado, na última quinta-feira, na casa do ministro Eunício Oliveira, no qual, dos nove ministros presentes, cinco compareceram utilizando carro oficial. Em seguida, lançou agenda positiva composta por um conjunto de projetos de leis nas mãos e algumas ambições demagógicas na cabeça, como acrescentar neste ano mais 2 milhões de beneficiados no Programa Bolsa-Família, mas a iniciativa soçobrou. Dessa vez, sequer houve repercussão ante a estimativa demagógica do presidente Lula, que o anunciou como “o maior programa social já visto na face da Terra”.

Como ocorre na agenda de qualquer administração regida pelo improvisado, o que era para ser positivo, como é o caso do fechamento dos bingos e a suspensão das atividades das máquinas caça-níqueis, tornou-se o revés da ação palaciana. Desde a semana passada pulula nas capitais dos Estados a primeira onda de protesto, protagonizada pelos funcionários e familiares dos 320 mil desempregados dos bingos, que tiveram de ceder os seus postos de trabalho para garantir o assento do dr. Dirceu no governo.

A administração petista tem extratos profundos de populismo e, como tal, definitiva e paradoxalmente, não está preparada para enfrentar protestos. Bastaram as maciças manifestações de ontem, em São Paulo, para que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, demonstrasse a ambivalência do governo Lula. Pela manhã, afirmou que a medida provisória que acabou com os bingos se justificava porque a geração de emprego não pode estar acima da legalidade. Ao cair da tarde, mudou radicalmente o discurso e admitiu que o governo vai arrefecer a gana moralizante.

Sr. Presidente, na altura dos acontecimentos ninguém nesta Casa, nem mesmo Eremildo, o Idiota, personagem do jornalista Elio Gaspari, acredita na abertura das Comissões Parlamentares de Inquérito dos Bingos e do “*Waldomirogate*”. Ainda que as investigações tenham sido sepultadas para preservar o pescoço da própria



“PeTocracia”, vou continuar perseguindo o trabalho...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)** — Senador Demóstenes Torres, permite-me, V. Ex.<sup>a</sup>, um aparte?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Com muito prazer, ouço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, senador Arthur Virgílio, nosso conselheiro.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)** — Senador Demóstenes Torres, na verdade, o que de mais sábio poderia ocorrer ao governo seria precisamente endossar o pedido de CPI formulado pela oposição por meio do senador Antero de Barros para investigar o caso Waldomiro. Imagino que a mensagem que, hoje, eu próprio e o líder José Agripino expusemos à nação e à análise do governo foi muito clara: colocar a CPI do tamanho dela, ou seja, investigando tudo e todos que nela couberem e, em contrapartida, teremos o compromisso de honra de não deixar nenhuma matéria da tal agenda positiva sem definição nesta Casa. V. Ex.<sup>a</sup> acabou de fazer uma análise muito acurada das contradições do governo: uma semana, ele é a favor dos bingos, porque não precisava ser contra; na outra, achou que precisava ser contra para tentar salvar essa sua face já tão arranhada. Sobre os empregos especificamente, tenho tendência a ser contra os bingos, por questão muito pessoal, já que não gosto da idéia do jogo. O senador Álvaro Dias me dizia que a questão é fiscalizar. Estamos aqui, amigavelmente, vendo uma divergência entre nós. É preciso fiscalizar com dureza, observar as ligações com a máfia, com coisas irregulares. Mas, de qualquer maneira, o que ressalto é que o governo não tem uma visão séria sobre a questão dos bingos; ele joga ao sabor da defesa da sua popularidade, cada dia mais escassa. Por outro lado, se quiséssemos repor mais do que os 300 mil empregos que estão em jogo, segundo o Paulinho, da Força Sindical, bastaria que o governo cumprisse um só dos muitos compromissos que não honrou conosco: renegociar, calibrar a Cofins, abrindo espaço no setor de serviços para que muito mais pessoas dos que as 320 mil fossem empregadas. Mas, sobretudo, o governo vai se perdendo, porque as desculpas são esfarrapadas. Eu estava, ainda há pouco, lendo um papel de minha assessoria e lá havia um histórico: em junho ou julho do ano passado, V. Ex.<sup>a</sup> e eu fizemos um requerimento sobre a tal GeTech e não deram maior importância ao nosso alerta. O resultado é que se avolumou o quadro de obscuridade no Palácio do Planalto. Dizem que não é preciso uma CPI, que basta a comissão do Governo. No entanto, é a mesma comissão que não foi capaz de dar importância ao nosso humilde requerimento. Será que esse pessoal merece confiança? O que fizeram? Não falo de confiança no sentido de serem pessoas honradas ou não, mas se são pessoas acuradas ou não acuradas. Será que são capazes mesmo? Será que conseguem enxergar? A revista *IstoÉ* e seus

milhões de leitores enxergavam que Waldomiro estava errado, mas o Palácio não enxergava, o Palácio não sabia. O Palácio é autista, sofre dessa patologia que tem ceifado tantas e tantas vidas, do ponto de vista do aproveitamento útil pela sociedade. A essa altura, cumpre-se saber se havia dolo ou culpa no delito, mas que há o delito há. Quando nada, o delito culposo de ter nomeado quem não devia. Na pior das hipóteses, o delito doloso de ter nomeado sabendo que se tratava de um operador. Então, não adianta. O governo vai viver de pequenos alentos, mas vai perceber que se avolumam, nas seções de carta dos jornais... Eu queria, inclusive, dar uma sugestão ao PT, que é tão organizado: que os petistas comecem, agora, a mandar cartas ao leitor para dar impressão de que o povo está com o PT. Vai se avolumar uma grita no País, e eles vão ter que, na verdade, chegar à conclusão — que é a de V. Ex.<sup>a</sup> e a minha — que é preciso mudar de rumo, mudar esse ministério, que é inoperante, incompetente, que não fez reforma nenhuma, que não é capaz de trabalhar para o país. Vão chegar à conclusão de que é preciso mudar a forma de o presidente Lula abordar a nação, sem tanto histrionismo, sem tanta demonstração de apetite cênico, mas simplesmente estudando os problemas nacionais e procurando dar respostas convenientes que a conjuntura está a exigir. Portanto, o discurso de V. Ex.<sup>a</sup> é brilhante, como os demais que vêm saindo de sua lavra nesta Casa. Eu aqui acompanho V. Ex.<sup>a</sup> e digo que vejo o governo perdido e acuado. Quando ele é agressivo, aí é que eu o vejo mais acuado. Quando ele usa palavras de baixo nível, aí é que digo: “Meu Deus, hoje eles estão apavorados”. Quando eles tentam trabalhar habilidade, eles não conseguem, por uma simples razão: não estão fazendo o diagnóstico correto da crise, não estão sequer aceitando, autistas que são, que há uma crise e não estão percebendo que devem, imediatamente, expor ao país os pontos tópicos de saída da crise. Essa crise pode se avolumar e pode custar muito mais do que a cadeira de uma pessoa ou outra — essa crise pode custar a governabilidade. E essa é uma preocupação que a oposição, que é patriótica, haverá de demonstrar sempre. Portanto, parabéns a V. Ex.<sup>a</sup>, o seu discurso mostra que o rei está nu. Mas se o rei está nu, não precisa ficar nu e cego ao mesmo tempo; bastaria apenas o constrangimento da sua nudez — não precisaria a tristeza da sua cegueira.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Poderia ser ao menos uma saia escocesa.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)** — Qualquer coisa seria melhor, porque, na melhor das hipóteses, não daria lá nem uma capa de *Playboy*.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Agradeço muito, senador, a sua intervenção brilhante, de um homem que conhece profundamente o Brasil, conhece administração e que deveria ser conselheiro também do governo — se pudesse o governo

Lula escutar, por que não? —, assim como é conselheiro de nós todos, da oposição. Não aprendemos apenas com o nosso lado, aprendemos também com os adversários.

Concedo um aparte ao ilustre senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY (BLOCO/PT-SP)** — Senador Demóstenes Torres, estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> e o aparte do senador Arthur Virgílio. Considero muito importante que estejamos vivendo, no Brasil, um momento em que, no Congresso Nacional, as pessoas falam abertamente e tecem as suas críticas severas, conforme V. Ex.<sup>a</sup> e outros Parlamentares têm feito. Nós, do Partido dos Trabalhadores, acreditamos — e muito — que, para o presidente Lula, conforme Sua Excelência reiterou por ocasião dos 24 anos do Partido, a questão ética é muito importante — e V. Ex.<sup>a</sup> pode ter certeza de que continua sendo. E queremos contribuir ao máximo para que todo e qualquer fato que porventura tenha sido caracterizado como irregularidade seja inteiramente esclarecido.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Em relação a V. Ex.<sup>a</sup>, senador Eduardo Suplicy, não tenho dúvida alguma de que esse preceito se aplica. V. Ex.<sup>a</sup> é um homem ético, correto e respeitado nesta Casa pela sua postura e pela sua condição de vida.

**O SR. EDUARDO SUP LICY (BLOCO/PT-SP)** — Mas, como ser humano, a qualquer momento, posso cometer uma falha, fazer uma bobagem e outras coisas...

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Naturalmente! As falhas nós perdoamos.

**O SR. EDUARDO SUP LICY (BLOCO/PT-SP)** — E isso pode ocorrer com os seres humanos que estão no governo e que inclusive tenham sido designados por um ministro cuja vida é de correção, como a do ministro José Dirceu — e acredito que o seja. Tenho a convicção de que S. Ex.<sup>a</sup> contribuirá para o esclarecimento completo dos fatos. Não é fácil essa apuração. Acabo de ser informado de que, no seu depoimento perante a Polícia Federal, onde foi argüido com cerca de 50 perguntas, o Sr. Waldomiro Diniz — que compareceu ao local de táxi — disse “nada a declarar” sobre as 50 perguntas que lhe foram feitas. Disse também que só prestaria esclarecimentos de maior profundidade em juízo, perante a Justiça. Quem sabe se V. Ex.<sup>a</sup>, com a experiência que tem no âmbito do Judiciário, não nos poderia esclarecer quanto tempo levaria até a realização desse depoimento? Por que razão? Porque, quando o presidente Lula determinou que se apurassem os fatos, de pronto, no dia em que foi publicada, na revista *Época*, aquela informação sobre um procedimento irregular, certamente Sua Excelência imaginava que a Polícia Federal, acompanhada do Ministério Público, esclarecesse com profundidade o episódio. Certamente o próprio depoimento do Sr.

Waldomiro Diniz constitui-se em uma peça importante. Quando a pessoa se recusa a responder, valendo-se do seu direito constitucional, isso acarreta pelo menos uma dificuldade a mais para a Polícia Federal.

**(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA.)**

**O SR. EDUARDO SUP LICY (BLOCO/PT-SP)** — Sr. Presidente, permita-me ainda abordar — noto que o tempo está se esgotando — um ponto que V. Ex.<sup>a</sup> mencionou. Quando o presidente Lula, em Belém do Pará, disse que o Brasil realizaria o maior programa social do Planeta Terra, em verdade, creio que seria importante que o próprio ministro Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social, tecesse considerações sobre o programa, que é de extrema importância e relevância, nos devidos termos. É claro que, quando o programa beneficiar 11,4 milhões de famílias, ele será considerado extraordinário e significativo, porque atingirá 45 milhões de pessoas. Ainda assim, ele estará distante de ser o maior programa social da Terra. Eu gostaria até de, construtivamente, alertar o próprio presidente Lula quanto a isso.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Isso! Muito bem, senador!

**O SR. EDUARDO SUP LICY (BLOCO/PT-SP)** — Dizia-se, no governo Fernando Henrique Cardoso, que se estava fazendo o maior programa social com alguns dos programas de transferência de renda. Citarei um único, embora haja diversos outros. Por exemplo, nos Estados Unidos, há um programa de transferência de renda que se denomina *Earned Income Tax Credit*, que beneficia 20 milhões de famílias, o que corresponde a mais de 50 milhões de pessoas, cujo detalhamento não farei aqui. Alerto o nosso ministro do Desenvolvimento Social no sentido de que, talvez, um dia, tenhamos um grande programa social, mas ainda não chegamos a ele.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Muito obrigado, senador Eduardo Suplicy. Tenho certeza de que, se o presidente Lula ouvisse V. Ex.<sup>a</sup>, o governo seria muito melhor, pode ter certeza disso — e o digo com convicção.

Sr. Presidente, concluindo o discurso, ressalto que, ainda que as investigações tenham sido sepultadas para preservar o pescoço da própria PeTocracia, vou continuar perseguindo o trabalho de apuração das relações perigosas intermediadas pelo Sr. Waldomiro Diniz e a empresa GTech. Esta Casa, de qualquer forma, não pode renunciar ao dever de obtenção da documentação completa, como relatórios, auditorias e recomendações da própria Caixa Econômica Federal de que a renovação do contrato com a empresa norte-americana era lesiva ao interesse público. Aliás, pergunto: Por que até agora loterias exploradas pela GTech permanecem abertas, en-

quanto as demais foram fechadas?

Desde o ano passado tenho insistido para que a Caixa envie os documentos. Já foram três pedidos e, até agora, eles insistem em ludibriar esta Casa com a sonegação da verdade. O governo tenta abafar a investigação do Congresso Nacional, alegando que o Ministério Público, as sindicâncias do próprio governo Federal e do Governo do Rio de Janeiro, bem como o inquérito da Polícia Federal, já são o suficiente para que o caso não fique impune. É verdade que os Procuradores Mário Lúcio de Avelar, José Ribeiro Santoro e Marcelo Serra Azul são profissionais de inquestionável competência e de inatacável postura moral e que podem muito ajudar nas investigações dentro de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Essas investigações são atividades distintas que colimam o mesmo fim, ou seja, a extensão e conteúdo da verdade sobre a maior falcatrua que se operou no seio do Palácio do Planalto desde a malfadada Era Collor.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, sobre o Sr. Waldomiro Diniz já está comprovado que ele operou pelo governo Lula na intermediação dos interesses da GTech na renovação do contrato com a Caixa. Não há dúvida de que as suas atividades clandestinas eram intergovernamentais, ou seja, foram realizadas antes, durante e após as eleições de 2002, com conhecimento da cúpula do Petezinato de alta patente, como o dr. Dirceu, a ex-ministra Benedita da Silva, o atual assessor especial da Casa Civil, Marcelo Sereno, o presidente da Casa da Moeda, Manoel Severino dos Santos, entre outros, conforme revelou o ex-secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, em entrevista ao América On Line. Para se ter apenas uma noção do alcance dos tentáculos waldomirianos, basta mencionar reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* de ontem, em que é relatado que o assessor que tinha *status* de ministro foi encarregado pelo Palácio do Planalto de negociar um varejão de emendas parlamentares que somaram 1 bilhão de reais.

Sobre a GTech, conforme divulgou a revista *IstoÉ Dinheiro*, desta semana, a empresa norte-americana possui extensa folha corrida globalizada de falcatruas. De acordo com o periódico, não é a primeira vez que a GTech está no olho de um furacão de desvios de conduta e até se levantam suspeitas de envolvimento do presidente dos EUA, George W. Bush, quando governava o Estado do Texas, com os interesses inconfessáveis da empresa que tem no território brasileiro hoje a sua principal base de negócios.

Sr. Presidente, o presidente do PFL, Senador Jorge Bornhausen, foi de uma tremenda felicidade quando declarou que “o tempo de tolerância da sociedade para com o Governo acabou; esgotou-se o tempo de graça que lhes foi concedido”. Para o eminente senador, como se não bastasse o fracasso administrativo e a decadência material, o governo Lula e o seu partido mergulharam o país na crise moral do caso Waldomiro Diniz. E o pior: o governo Lula sofre de mitomania, além de possuir séri-

os problemas de memória. Um dos argumentos que sustentavam o “Fora FHC” eram justamente a dependência do Brasil do Fundo Monetário Internacional e o comprometimento da riqueza nacional com o pagamento dos juros da dívida pública. Encerrada a execução do Orçamento de 2003 da União, conforme dados do Sistema de Administração Financeira, o Siafi, o Brasil da Era Lula fez menos investimentos e pagou mais dívidas do que o seu antecessor, para não mencionar o “espetáculo do crescimento”, cujo resultado se resumiu à triste marca negativa da recessão.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

*Pronunciamento realizado em 2 de março de 2004*

**Comenta a falta que faz o cartunista Henfil e o seu Ubaldo, o Paranóico, e tece duras críticas à política antidrogas proposta pelo Governo Lula**

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

***"O Lula seria melhor se tivesse seguido seus impulsos e deixado de lado os óculos dos teóricos"***

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM 1985**

Caso estivesse vivo, o cartunista Henfil teria completado 60 anos no último dia 5 de fevereiro. *Fradim, Zeferino, Graúna*. De todos os personagens que compuseram o biscoito fino da obra de um dos geniais brasileiros do século 20, certamente *Ubaldo, o Paranóico* faz uma falta danada neste País regido por dilatadas aberrações e besteróis.

Ubaldo, uma criação conjunta do humorista com o crítico musical Tárík de Souza, surgiu no Pasquim em 1976, em plena distensão do governo Geisel, e praticamente coincide com a morte do jornalista Wladimir Herzog nas dependências do Doi-Codi, em São Paulo. O personagem enverga a psicopatia difusa da sociedade brasileira de então, emocionalmente insegura entre o medo da repressão e a euforia de uma abertura lenta e gradual.

Cheio de mania de perseguição, covarde assumido em omissão total, *Ubaldo, o Paranóico* acaba de ser revisitado na última versão do escândalo "waldogateano". De acordo com o que se depreende das declarações da nota oficial do Partido dos Trabalhadores da sexta-feira passada, "o companheiro Zé Dirceu e o governo Lula" estão sendo alvo de uma campanha sistemática de desestabilização, "orquestrada por setores da oposição e da mídia", com a finalidade de desidratar "o capital ético e político do PT". Uma pérola remanescente do discurso dos 20 anos de ditadura, pelo qual o ministro-chefe da Casa Civil acabou tomando gosto e repetiu em entrevista na edição de domingo da revista *Veja*. Onde se lê: "Temo que alguns setores da oposição estejam namorando o perigo. Alguns movimentos indicam que o objetivo é desorganizar o governo".

Naturalmente fiel às obrigações do cargo, o ministro-chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República, Aldo Rebelo, afinou a cantilena e foi categórico quando entrevistado no Programa Roda Viva, da Rede Cultura de Televisão — afirmou que forças regressivas conspiram



*“Por intermédio de excrecência jurídica, o Planalto planeja liberar o consumo de drogas”*

contra o governo. Mesmo sem tocar no assunto durante a reabertura da temporada do maior espetáculo de demagogia da terra, o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, quebrou o silêncio e lançou a advertência caudilha de que se ele errar será o fracasso da classe trabalhadora.

Trago a esta Casa séria desconfiância de que a crise política provocada pelo estilhaçamento da redoma ética do PT, aliada ao comportamento linfático da economia brasileira, faz vicejar em setores do governo desejos de vilania dirigidos contra a liberdade de imprensa e o exercício democrático da oposição no Congresso Nacional. Antes que a versão adquira verossimilhança, a vigilância deve ser redobrada para que não nos impinjam a marca de impatriotas em nome de um macarthismo caburé.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, o governo Lula excomungou as CPIs do Caso Waldomiro e dos Bingos sob o pretexto de que as investigações realizadas pela Polícia Federal bastavam para esclarecer os fatos e apontar as autorias.

**O SR. PRESIDENTE ROMEU TUMA (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA)** — Senador Demóstenes Torres, peço licença para prorrogar a sessão por 15 minutos.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Nos dias que se seguiram àquela sexta-feira 13, foram muitas as manifestações exemplares de integrantes da instituição contra os jogos de azar. Bingos foram fechados, máquinas caça-níqueis apreendidas



e expansões físicas impactantes realizadas em todo o país, especialmente pelo usualmente lacônico ministro da Justiça. Pena que o esforço e a dedicação da Polícia Federal tenham sido apenas utilizados como bravata marqueteira. Por conta da insensibilidade do governo Lula de cumprir a lei, ontem, 8 mil policiais federais em todo o país entraram em greve. Isto quer dizer que as investigações do caso Waldomiro Diniz e dos bingos, bem como a Operação Anaconda, deverão ser comprometidas, se não paralisadas. A sensação que se tem é de que o governo estivesse dando tempo para que o medicamento autoprescrito para os males do escândalo perdesse o prazo de validade.

Com o cruzamento dos braços de agentes, escrivães, papiloscopistas, peritos e pessoal administrativo, serviços como emissão de passaportes, interrogatórios e operações policiais serão paralisados, enquanto a fiscalização de portos e aeroportos serão executados com lentidão. Apenas a carceragem e o plantão terão andamento normal. O ministro Márcio Thomaz Bastos descartou atender à reivindicação dos agentes e afins de equiparação salarial com os delegados, autorizada pela Lei nº 9.266, de 1996, e a greve deve expor as fissuras da mais importante e respeitada instituição policial deste país.

O Brasil vai ficar sabendo que a Polícia Federal não suporta mais ser usada pela máquina promocional do governo Lula sempre que se instaura uma crise de segurança pública neste país. No dia-a-dia da Polícia Federal, infelizmente, o miserê tornou lugar comum: a inadimplência com fornecedores de combustíveis, energia elétrica, telefone, alimentação de presos e aluguel.

Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade para chamar a atenção do Senado para o PLS nº 115/2002, aprovado pela Câmara dos Deputados e em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad); prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e de dependentes de drogas; estabelece normas para a repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de entorpecentes, define crimes e dá outras providências.

Em primeiro lugar, gostaria de destacar que o texto aprovado na Câmara dos Deputados, por obra e graça da capacidade do Ministério da Justiça de prestar desserviço ao País, conseguiu piorar o projeto originado desta Casa. Não bastassem a claudicante técnica legislativa e as velhacarias sociológicas que sustentam o projeto, há algumas imprecisões jurídicas que tramam contra a dogmática penal e definitivamente não podem prevalecer. Por conta dos equívocos do texto aprovado, já se criou na opinião pública nacional idéia de que o Brasil está descriminando — ou descriminalizando — o uso de entorpecentes.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, o referido projeto incluiu no capítulo “Dos Crimes e das Penas” a conduta de adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consi-

go, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal. Para quem se subsumir ao tipo legal, o projeto de lei prescreve pena, senador Romeu Tuma, de advertência sobre os efeitos das drogas; prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Muito bem, a grosso modo, a aplicação das chamadas penas alternativas.

O interessante é que, no mesmo corpo do projeto aprovado, está estatuído que, caso o agente do delito descumpra uma das imposições, como a prestação de serviços à comunidade, cujo prazo máximo é de cinco meses, poderá ser submetido a outras medidas de restrição de direitos estabelecidos no Código Penal pelo prazo máximo de três meses. Isto quer dizer que não há regra de regressão de regime e ficará ao alvedrio do agente ativo do crime o cumprimento ou não da pena imposta. V. Ex.<sup>a</sup> já viu isso, senador Romeu Tuma?

O texto aprovado na Câmara possui um primarismo conceitual digno de um perfeito rábula. No parágrafo 10 do comentado art. 27, consta que, insistindo o agente em não atender às medidas subsidiárias de restrição à liberdade, ou seja, insistindo em descumprir a sentença, ficará sujeito ao crime de desobediência. Ora, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, isto não tem cabimento no mundo do direito, uma vez que se confunde pena com ordem. A primeira é uma sanção que se cumpre, determinada por uma sentença judicial, em razão da prática de um delito ou de um ato ilícito. A outra, o objeto jurídico do crime de desobediência, é uma determinação de um funcionário público sem nenhuma relação com o ato ilícito. Em direito penal, embaralhar conceitos tão distintos é quase a expressão do analfabetismo. Uma das grandes motivações para a insegurança jurídica deste país é a morosidade da Justiça, que é também provocada pelas impropriedades dos textos legais e esta Casa não pode ser signatária de erro tão elementar.

Na semana passada, os representantes do governo federal presentes na solenidade de lançamento do Relatório 2003 da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes da Organização das Nações Unidas deram a impressão à comunidade diplomática que o projeto aprovado na Câmara dos Deputados não só já era lei como consagrava uma guinada de mentalidade das autoridades brasileiras no sentido de acenar para o usuário de drogas o caminho da recuperação e endurecer as regras penais com o traficante. Isso não é verdade. O projeto aprovado apenas disfarça e cria um abismo entre ser ou não ser crime a conduta descrita, dúvida que naturalmente não é nada saudável ao ordenamento jurídico do país.

De fato, a ONU elogia, no relatório, a tendência do governo brasileiro, mas nem de longe assina embaixo das políticas de prevenção do uso e recuperação de usuário de drogas ilícitas no Brasil. Aliás, o relatório é explícito quando qualifica que “os serviços de tratamento e reabilitação proporcionados gratuitamente pelo governo são limitados e na prática as pessoas pobres não têm acesso a essas políticas”.

Com todo o respeito que tenho pela Organização das Nações Unidas, cumpro apenas o meu dever de discordar do eufemismo, ou porque não dizer da polidez semântica, com que o relatório trata os ataques do crime organizado à ordem do Estado brasileiro, assim descrito. Diz o relatório da ONU, senador Antonio Carlos Magalhães: “No Brasil, os traficantes de drogas têm desafiado as autoridades locais em poucas cidades e perturbado temporariamente a paz pública”. Quem assistiu *in loco* aos últimos movimentos dos traficantes nas ruas de Copacabana certamente estará autorizado a imaginar que, a considerar-se o nível de gravidade descrito pela ONU, a cidade de Genebra também é aqui.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y (BLOCO/PT-SP)** — Senador Demóstenes Torres, V. Ex.<sup>a</sup> tratou de muitos assuntos, mas iniciou seu pronunciamento fazendo uma homenagem ao querido Henfil. Seria ótimo se Henfil estivesse conosco transmitindo, com seu verdadeiro amor, ao presidente Lula — bem como com o humor de Graúna, de Ubaldo e de tantos outros seus personagens — seu sentimento diante dos mais diversos acontecimentos. Tenho certeza de que seus quadros, desenhos e frases iriam demonstrar, por meio do humor, sua indignação, seu anseio por justiça e sua solidariedade aos que ainda não se podem considerar como verdadeiros cidadãos. Seria uma contribuição formidável. Em todos os aniversários e solenidades do Partido dos Trabalhadores sempre esteve presente. Por ocasião do 24º aniversário do PT, ao lado de grandes personagens históricos, como Antônio Cândido, Carlito Maia e tantos outros, Henfil sempre é lembrado como um companheiro excepcional. Eu gostaria de dizer que sim, que V. Ex.<sup>a</sup> tem razão, que ele provavelmente estaria transmitindo, da forma a mais construtiva e interessante, junto ao presidente, junto aos ministros, ao ministro José Dirceu, considerações, com o melhor dos propósitos, que, certamente, contribuiriam muito para que as coisas melhorassem. Com respeito à greve da Polícia Federal, ainda hoje, senador Demóstenes Torres, perguntei — porque também estou preocupado, como todos os brasileiros — ao ministro Márcio Thomaz Bastos, que fez uma visita hoje cedo à bancada do bloco de apoio ao governo, sobre o assunto e S. Ex.<sup>a</sup> informou a todos nós que ali estávamos que o governo está buscando um entendimento com os policiais federais. Obviamente, o governo do presidente Lula sempre respeita o direito de os trabalhadores, em qualquer segmento, eventualmente promoverem paralisações e tem um procedimento de negociação com os que assim agem. E essas paralisações sempre representam um desconforto para a população e também, hoje, para os estrangeiros ou os que estão viajando para o exterior, que permanecem em filas prolongadas em nossos portos e aeroportos. Mas tenho a convicção de que logo chegaremos a um entendimento. Ressalto que o Ministério da Justiça e a Polícia Federal abriram concurso para 5 mil novas vagas para a Polícia Federal.

Isso é um passo importante para resolver inúmeros problemas. Era a informação que eu gostaria de prestar. Não vou tratar de todos os temas que V. Ex.<sup>a</sup> trouxe, senão seria outro pronunciamento. Obrigado.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Eu que agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>. Pode ter certeza, senador Eduardo Suplicy, que a admiração que tenho por V. Ex.<sup>a</sup> não é apenas retórica. Se ainda há um resto de esperança de que o governo dê certo ou possa encontrar, finalmente, o seu caminho para que o Brasil não perca todos esses anos é, sem dúvida, por causa de autoridades como V. Ex.<sup>a</sup>, que realmente tem noção de que o país não pode ficar do jeito que está e que sempre responde com muita objetividade, sem tergiversar.

V. Ex.<sup>a</sup> deseja um aparte, senador Garibaldi Alves Filho?

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN)** — Sim. Eu gostaria de dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que, com relação à greve dos servidores da Polícia Federal, há, por parte dos grevistas, uma mobilização junto aos parlamentares. A exemplo de outros parlamentares, também fui procurado. Eles se mostram inconformados porque o governo havia assumido o compromisso, por meio da Casa Civil, de solucionar o problema de melhores condições de trabalho, de implantação imediata das gratificações de risco de vida, da realização de concurso para contratação de agentes penitenciários federais, do cumprimento imediato do que dispõe a Lei nº 9.266. Mas o que é certo, meu caro senador Demóstenes Torres, é que isso não foi atendido. Os servidores encontram-se em greve e a sociedade está pagando um preço muito alto. Hoje, o programa *Bom Dia Brasil* mostrou cenas de vários aeroportos congestionados, com as pessoas sofrendo incômodos por conta da operação da Polícia Federal. Então, faço um apelo ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para que resolva esse problema o mais rapidamente possível.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Quando a Polícia Federal faz greve, quem faz festa é a delinquência, quem agradece por isso tudo são os traficantes e outros criminosos. O nosso presidente Romeu Tuma sabe muito bem da importância que tem o trabalho da Polícia Federal. Jamais poderíamos deixar que a situação se esgarçasse a tal ponto. A Polícia Federal não pode entrar em greve. Naturalmente, vamos torcer e trabalhar para que a situação se restabeleça de imediato.

Muito obrigado.

*Pronunciamento realizado em 10 de março de 2004*

## Comenta os apupos da platéia ao “Partido das Trapalhadas” e denuncia investimentos próximos de zero do Orçamento da União no Estado de Goiás

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

**“O Lula vai, o Lula vem e não faz nada para ninguém.”**

**VOZ ROUCA DAS RUAS**

Infelizmente, durou pouco e parece que a esperança entrou em decomposição depois da necrose política. Nas ruas começam as manifestações de descontentamento com um governo que até então não conhecia os apupos da platéia. As vaias destinadas ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em frente ao Hotel Copacabana Palace e durante o espetáculo em homenagem a Ayrton Senna, são um testemunho de que o sonho caiu em desencanto. Agora, são raras as solenidades presidenciais, o otimismo esfriou, as autoridades passaram a fazer uso da porta dos fundos, e na agonia se esboça a última metáfora. Desse jeito, não vai sobrar nem para o “Febeapá”.

Tanto que a expressão da moda, que já foi *pacto social*, também não é mais a tal *agenda positiva* e, sim, *agenda emergencial*. Enquanto o socorro não vem, a incontinência verbal — antes uma primazia do primeiro-mandatário — passou a integrar o comportamento geral do próprio governo e de instituições satélites e simpatizantes do “Partido das Trapalhadas”. Observem que o “queridismo” praticado nos meses inaugurais do governo foi substituído pela crítica mordaz. Muitas vezes, trafega nos escaninhos do baixo calão a tratativa interministerial.

O que se percebe é que não há um governo de fato, mas uma organização frágil, estabanada e de escasso talento administrativo, que entoa “Meu Mundo Caiu” a cada palavra ou declaração. Na edição de domingo [21 de março de 2004] da *Folha de S.Paulo*, o jornalista Clóvis Rossi, em artigo intitulado “Retrato acabado do new PT”, faz uma colagem das crises a partir da leitura dos jornais do dia anterior. Começa enumerando o aviso do MST de que “o prazo acabou”. Em seguida, relaciona a desautorização pública dos ministros do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, à idéia do ministro Amir Lando de majorar a contribuição previdenciária.

Depois, vem o desabafo do honrado ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, ao desdém protocolar do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, com matérias de interesse estratégico. Como é



*“Apesar de Goiás alimentar o Brasil, o Estado recebeu quase zero de investimentos sociais”*

possível um ministro da qualidade de Roberto Rodrigues, que gerencia um setor que só dá alegria ao país, ter de ficar seis meses na fila para ser recebido por outro ministro que ainda sequer disse a que veio? Com muita propriedade, a coluna de *O Globo* comentou hoje: “Se o presidente Lula instituísse no governo o índice de insatisfação com os ministros o campeão seria o do Planejamento, Guido Mantega”.

Clóvis Rossi prossegue com a declaração do Bispo de Duque de Caxias, Dom Mauro Morelli, contra os rumos da política econômica, passa pela dúvida do escritor José Saramago de que “o povo esteja vencendo no Brasil” e termina com a consideração do patriarca do Bradesco de que está tudo bem. Eu aduzo os últimos acontecimentos para mostrar que a semana começou quente e que ainda não apareceu no governo um bombeiro capaz de apagar o fogo, ainda que o Palácio do Planalto acredite que um remendo publicitário de 8 milhões de reais possa fazer crer que o governo Lula existe e pode ser comparado à oitava maravilha do mundo.

Reunidos em um seminário com a chamada “Queremos um outro Brasil” e sob a palavra de ordem “Todos contra o Palocci”, a esquerda do “Partido da Tibieza”, no último domingo, mandou dizer que vai à luta. O pessoal não aceita o regresso conservador e pretende mudanças profundas nos fundamentos da política econômica. Ao grupo fez coro o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato, para quem “há um abismo entre as promessas de mudança feitas na campanha eleitoral e a ortodoxia do modelo econômico em vigor, que dá continuidade ao governo anterior e mantém o *apartheid* social intocável”. Embora o ministro Antonio Palocci seja um dos poucos quadros diferenciados no ambiente geral de mediocridade da Esplanada, o Dr. Busato tem uma porção razoável de razão. Vejam o caso do Programa Fome Zero. Conforme reportagem da revista *Época* desta semana, o programa é um banquete de “entraves burocráticos, inércia, ausência de ações estruturadas e irregularidades”. Inclusive em Caetés, terra natal do presidente Lula e governada pelo “Partido Teratológico”.

Na verdade, o escândalo da Casa Civil, além de magoar a nação, expôs a paralisia do governo Lula. As peregrinações do presidente em busca de um palanque causava sensação de mobilidade, pronto-atendimento e rapidez administrativa, mas a simulação venceu e 15 meses foram desperdiçados na constatação do óbvio, em lamentos demagógicos, na transferência de culpa, na exclusão de responsabilidade, na incompetência em estado bruto e na insustentável tendência de propagar a vulgaridade e prometer a lua.

**O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)** — Permite-me, V. Ex.<sup>a</sup>, um aparte?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Ouço o aparte do ilustre senador Eduardo Azeredo.

**O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)** — Senador Demóstenes Torres, quero aproveitar este aparte que V. Ex.<sup>a</sup> me concede para fazer um registro em relação ao discurso hoje proferido pelo senador Tasso Jereissati, em que, de maneira serena, como é próprio de seu temperamento, S. Ex.<sup>a</sup> coloca o seu inconformismo com a maneira pela qual o ministro José Dirceu é relatado hoje na coluna de Merval Pereira, do jornal *O Globo*. Dessa mesma forma, quero aproveitar este momento para reproduzir as palavras do governador Aécio Neves, ditas nesta tarde, a respeito do fato de que o ministro José Dirceu teria declarado que o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, teve um comportamento equilibrado nos últimos tempos, assim como o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, mas atribuindo essas atitudes a razões de pragmatismo político, dizendo que não podiam ter outro comportamento. O comentário do ministro José Dirceu seria de que o governador de Estado, hoje, sem o governo federal, não agüenta um mês. Disse o governador Aécio:

*“Eu não vi essa declaração e fica difícil comentar o que sai numa coluna, mas não é o que o ministro José Dirceu, nos contatos que tem tido comigo, tem dito. Ele sabe que Minas Gerais tem feito um esforço enorme, do ponto de vista de sua gestão, e que Minas não quer nada além do que tem direito. Minas não busca favorecimento, Minas não quer um tratamento privilegiado, mas Minas não admite ser preterida. Isso, o governo federal já aprendeu a compreender, se no início não pelo diálogo, pela ação política de Minas Gerais.”*

Continua o Governador Aécio Neves:

*“Estão aí essas conquistas absolutamente claras. Não é possível compreender o país sem o fortalecimento das unidades federadas. Pode ser que o discurso do governador de Minas às vezes incomode e talvez a capacidade que, a partir de Minas, nós temos demonstrado de sensibilizar outras unidades da Federação para atuarmos de forma conjunta. Nós teremos sempre uma relação de respeito para com o Governo Federal, mas essa relação será sempre ativa.”*

Essas são palavras do governador Aécio Neves, pronunciadas agora à tarde, exatamente comentando a maneira grosseira com que se fala a respeito dos dois principais Estados do Brasil, do ponto de vista econômico — São Paulo e Minas Gerais —, ameaçando esses Estados de não funcionarem mais que 30 dias, caso seus governadores não tenham uma visão de equilíbrio.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Equilíbrio pró-governista. Se for contra o governo, é desequilíbrio.



**O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)** — Exatamente, senador. Como bem disse o senador Tasso Jereissati, é um absurdo querer dizer que São Paulo, Minas Gerais, assim como outros Estados, não funcionariam sem a ajuda do governo federal. Não é assim que teremos uma Federação que funcione bem em nosso país. Acredito que são atos como esse que, na verdade, desservem o funcionamento democrático do nosso país, em que a oposição procura colaborar e não prejudicar.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Agradeço V. Ex.<sup>a</sup> pela intervenção, senador Eduardo Azeredo, e quero fazer coro às palavras do nosso governador de Minas Gerais.

Movido pelo entusiasmo demagógico, eliminou a fome, zerou o déficit habitacional, acabou com o analfabetismo, fez o turismo no Brasil superar a França e a Espanha, transpôs o Rio São Francisco, fez a Ferrovia Transnordestina e até a pobre e abandonada Comunidade Calunga do norte de Goiás, remanescente de quilombo, teve seus 15 minutos de celebridade na aventura do “Partido do Torpor”.

Na sua coluna de domingo no jornal *O Globo*, o jornalista Elio Gaspari anunciou que “a curiosidade do repórter Jamildo Melo permitiu a criação de um novo indicador para a política brasileira, o “Índice Geral de Promessas Presidenciais”. O repórter aferiu que em um discurso de 39 minutos, em Fortaleza, o presidente Lula fez sete promessas, sendo, em média, uma a cada cinco minutos e trinta e quatro segundos.

Sr. Presidente, *O Globo* de domingo [21 de março de 2004] traz uma radiografia interessante do abismo que se formou entre o aceno das promessas e a ação efetiva do governo Lula. Tendo por base dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), em 2003, dos 13,9 bilhões de reais programados para investimentos, foram pagos apenas 3,7 bilhões de reais (apenas 26,6%), sendo que 1,4 bilhão de reais foram liberados este ano. A análise de desempenho de alguns programas dá uma noção da letargia que contamina a desastrosa administração dos vendilhões da esperança. O Programa de Manutenção da Malha Rodoviária tinha previsão de receber 1,1 bilhão de reais, mas somente 27,2% foram pagos. O Programa de Combate ao Crime Organizado era para ter recebido míseros 7,8 milhões de reais, mesmo assim, só foram pagos 2,3 milhões. O Programa Nacional Antidrogas teve uma realização de 8,3%, enquanto os Programas da Saúde da Criança e do Aleitamento Materno, do Turismo — Indústria do Terceiro Milênio — e da Transposição do Rio São Francisco foram contemplados com zero de execução. Mas essa não é a pior notícia. No Orçamento de 2004, de um total de 11,7 bilhões de reais previstos para investimento, foram liberados, até agora, somente 103 milhões de reais, sendo quase a metade para pagar a aeronave presidencial. Aliás, como gosta de um aeroporto a nova clientela do Estado brasileiro, instalada em Brasília! O governo Lula já torrou 1

bilhão de reais no pagamento de passagens, diárias de hotel, transporte local e alimentação. Gastou mais com diária e passagem aérea do que foi remetido para o meu Estado, o Estado de Goiás.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, Goiás já foi o Estado mais pobre do Brasil; experimentou mais de 150 anos de isolamento desde o fim do Ciclo do Ouro até a Revolução de 1930. Cedeu território para fazer o sonho de Juscelino Kubstichek e ao ideal de criação do Estado de Tocantins. Dono de um povo generoso, desde a década de 90 vem recepcionando grandes contingentes migratórios e basta visitar o entorno de Brasília e de Goiânia para se ter noção do passivo social acumulado.

Goiás, no entanto, é um Estado que soube colher as oportunidades proporcionadas pela expansão da fronteira agrícola do país e hoje dá respostas rápidas ao Brasil. Primeiro, cresce com taxas bem acima da média nacional, possui uma economia sólida, infra-estrutura invejável, com energia suficiente e um sistema multimodal de transportes rodoviário, ferroviário, hidroviário, aéreo e dutoviário, situando-se como o oitavo PIB do Brasil e sétima posição em qualidade de vida. O Estado tem o terceiro maior rebanho brasileiro, sendo a segunda bacia leiteira, a quinta província mineral e ocupa o quarto lugar em produção de grãos. A caminho da modernização, consolida um parque industrial respeitável, um setor de serviços de referência tecnológica, além de apresentar um Índice de Desenvolvimento Humano médio, o que aponta para indicadores sociais atrativos.

Goiás tem uma taxa de demanda muito baixa se comparada ao quanto contribui com o Brasil. Uma análise detalhada das destinações orçamentárias da União indicam que o governo federal existe, quando muito, pelas metades em território goiano. Em 2003, foi o caso, por exemplo, do Programa de Reestruturação do Sistema Penitenciário. De 1.010.000,00 de reais previstos, somente 425 mil foram pagos. Do Programa de Saneamento Básico, foram realizados apenas 14,4% do previsto. Os 19,9% dos quase 52 milhões de reais investidos no Programa de Manutenção da Malha Rodoviária explicam por que as BRs estão em pandarecos no Estado.

O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, ontem, falou muito de reforma agrária de qualidade, mas certamente não se importou em saber que, em Goiás, o Programa de Consolidação de Assentamentos tinha um troco de 100 mil — nada foi empenhado e pago. O mesmo ocorreu em programas como o de Gestão de Resíduos Sólidos, Esporte na Escola, Parques no Brasil, Livro Aberto, Infra-Estrutura em Transportes e Segurança nas Rodovias Federais. Da previsão, em 2003, do Pronaf de 2,5 milhões de reais, também zero foi pago.

Sr. Presidente, vamos para o quarto mês do ano, mas 2004 ainda não existiu para Goiás em vários programas do governo federal. Do total da dotação autorizada para o Estado de 1.211.020.121,00 reais, os valores pagos somam pouco mais de 175 milhões, ou 14%, mas nada referente a investimento. Não foi ainda aplicado rigoro-

samente nada nos programas dos Ministérios da Agricultura, da Ciência e Tecnologia, da Justiça, do Trabalho, da Cultura, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional, do Turismo, da Assistência Social e das Cidades.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, se essa demonstração orçamentária não configura paralisia administrativa, conforme pretende o dr. Dirceu, então o melhor caminho é nos refugiarmos no realismo fantástico de José J. Veiga. No conto *A Máquina Extraviada*, o escritor goiano conta a história de uma pequena cidade onde inopinada e arbitrariamente é instalada, ao lado da prefeitura, uma estranha máquina. O equipamento não serve para nada, mas passa a ser reverenciado pela população. Ao seu lado, são feitos comícios e a ele se atribui até propriedades milagrosas. Mas persiste fundado temor de que um dia apareça alguém com ferramentas à mão e ponha a máquina para funcionar e assim se quebre o encanto da sua inutilidade.

Muito obrigado

*Pronunciamento realizado em 23 de março de 2004*

## Indigna-se com a passividade do Governo Federal diante da ação da narcoguerrilha que banhou de sangue a Sexta-Feira Santa no Rio de Janeiro

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

***Neste País não se encontra nenhum porco abandonado,  
mas milhares de crianças comendo lixo nas ruas.***

**DARCY RIBEIRO**

Acaciano sem reparo, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, vive visitando os personagens de Eça de Queiroz, especialmente quando se encontra com a dissimulação. Vago em gesto e pensamento, diante do banho de sangue que se iniciou na Semana Santa no Rio de Janeiro, decidiu tatear o extremo da própria passividade. Durante o mais importante feriado religioso do país, quando os ânimos se desarmam, o fogo “guerrilheiro” dos narcotraficantes representou uma quebra de rotina suficiente para motivar, se não uma atitude, uma menção qualquer do governo federal. Mas o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, manteve-se ausente até o final da tarde da última segunda-feira, talvez imaginando que pudesse encerrar em obsequioso silêncio a sua inestimável prudência, que custou dez vidas, inclusive as de dois policiais. Três foram vítimas de bala perdida.

Como já pude comentar, há algo de Pacheco em Bastos. Nestes 15 meses, raras vezes expandiu o talento inato. Em episódios até menos graves do que o da “guerrilha da Rocinha”, houve alguma manifestação de um idealista sábio, judicialiforme, incapaz de qualquer vulgaridade, mas de uma impostura parnasiana. Desta vez, no entanto, o ministro da Justiça se guardou na omissão total, até que o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, determinou a Bastos alguma reação ante a crise de extrema gravidade. Foi quando o Ministro revelou traços da “Síndrome de Condoleza”, a assessora de Segurança Nacional do presidente George W. Bush, que, antes de 11 de setembro, sabia, mas olvidou os avisos de que haveria um ataque em território americano com o seqüestro de aeronaves. Bastos confessou ter sido informado dos preparativos do combate interno do Comando Vermelho no Morro da Rocinha, afirmou ter comunicado o fato ao governo do Estado do Rio de Janeiro, e como o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil, apostou na prevaricação.

Não que Bastos não tivera sido cientificado da barbárie em um momento sa-

grado para os cristãos de todo o mundo. O ministro da Justiça, com toda certeza, foi informado de que, na madrugada da última sexta-feira, 60 traficantes do Morro do Vidigal se passaram por policiais, simularam uma *blitz* e atacaram os motoristas de automóveis. O ministro deve ter sido comunicado que a mineira Telma Veloso Pinto, uma mulher tomada pelo desespero, não atendeu ao comando bandido, tentou escapar ao cerco e foi metralhada.

Atento aos acontecimentos, o circunspecto Bastos, imune a qualquer dramatização dos fatos, certamente encontrou razões de profunda ruptura do tecido social, provocada pelo aumento das desigualdades no país, quando foi cientificado de que o bando, comandado pelo traficante Eudásio Eduíno Araújo, o Dudu, foragido da Justiça, subiu a Rocinha e matou mais duas pessoas. Ciente do seu papel institucional, deve ter formalmente efetuado o acompanhamento remoto das ações da Polícia Militar, que ocupou o morro. Depois deve ter sabido que dois integrantes do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) tombaram em combate.

No domingo à noite, depois que o corpo do *skatista* Wellington Silva fora enterrado, também deve ter recebido o comunicado de que outro morador da favela havia sido morto, atingido por uma bala perdida. Cerimonioso, Bastos, com toda platitude que lhe é peculiar, deve ter enviado ondas telepáticas de estabilidade e tranquilização às instituições democráticas quando foi informado, na madrugada de segunda-feira, que a Sr<sup>a</sup> Cláudia Caetano da Silva, impedida de deixar a Rocinha pelos traficantes, entrou em trabalho de parto e teve um bebê no morro.

O ministro da Justiça, com o desvelo necessário, contabilizou as dez mortes no conflito, entre vítimas de bala perdida, traficantes e policiais. Mas ainda sonolento, só no começo da tarde de segunda-feira determinou ao secretário nacional dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, que se pronunciasse. Prosopopéico, Miranda conseguiu fazer uma mistura engenhosa de exclusão de responsabilidade, demagogia e aquele velhaco humanismo. Primeiro afirmou que não adiantava bater às portas do Ministério da Justiça e disse que o problema da guerra entre narcotraficantes é do Estado do Rio de Janeiro.

O secretário foi textual ao excluir a possibilidade da participação das Forças Armadas no combate ao crime organizado. Ao mesmo tempo em que ofereceu a colaboração da Polícia Federal, deu asas ao balão de ensaio da federalização dos crimes considerados graves, para, em seguida, resumir, com rigor moral e compostura, a embromação do governo Lula: a União vai fazer alguma coisa quando “houver um alto grau de violação dos direitos humanos e ficar caracterizada a impunidade”.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, ao final da tarde da última segunda-feira, finalmente o ministro da Justiça deu as caras com ares de Sexta-Feira da Paixão. Tardio, desmentiu Miranda e, como é de hábito, fez uma declaração esterilizada: condicionou o combate ao crime organizado ao cerco à lavagem de dinheiro; mostrou que, no momento,



*Na Rocinha, o imponderável produziu um banho de sangue em plena Sexta-Feira da Paixão era politicamente correto falar em decretação do Estado de Defesa e aventou a possibilidade da cooperação das Forças Armadas para pôr ordem no morro. E anunciou a liberação de 9 milhões de reais como se estivesse oferecendo ao governo do Estado do Rio de Janeiro verdadeiro esforço de guerra.*

Vamos por parte. O tal objetivo primário de atacar a ponta do ciclo criminoso, com o combate à lavagem de dinheiro, é mero recurso de garganta. O que precisa ser feito em relação à Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro é a dificuldade com medidas concretas, desde as penas privativas de liberdade até infiltração de agentes públicos em organização criminosas, escutas ambientais, etc., mas o Ministério da Justiça é contra essas medidas, porque acredita que a cadeia não recupera o delinqüente. Projeto de lei de minha autoria nesse sentido foi apresentado no mês de outubro do ano passado e sequer foi distribuído até a presente data. Sobre a possibilidade de decretação de um Estado de Defesa, é dispensável comentar tamanha estultice. A respeito da cooperação das Forças Armadas no combate ao crime organizado, o governo Lula é rigorosamente contra — e olhem que patuscada: primeiro, o governo anuncia que vai ceder 4 mil homens das Forças Armadas para não gerar outra crise aguda de credibilidade. Depois de um ofício do secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, o ministro da Justiça conduziu à fulanização um assunto de Estado de alta relevância. Mais uma vez o governo do “Partido das Trapalhadas” se enrola na improvisação, porque não tem interesse de aprovar o Pro-

jeto de Lei Complementar do eminente senador César Borges que disciplina a matéria.

Sr. Presidente, ao anunciar a liberação dos tais raquíticos 9 milhões de reais do Fundo Nacional de Segurança Pública, o ministro Márcio Thomaz Bastos advogou o embuste com competência tal que acabei por me convencer de que o governo Lula aprecia se alimentar das perplexidades. De acordo com dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), na última segunda-feira, portanto, na data da liberação da vultosa soma, dos poucos mais de 366 milhões de reais previstos no Fundo Nacional de Segurança Pública...

**O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA)** — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte, senador Demóstenes Torres?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Com muito prazer, senador Edison Lobão.

**O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA)** — Senador Demóstenes Torres, clama V. Ex.<sup>a</sup> por segurança em nosso país. Vergasta a violência e pede a presença do governo no cumprimento do seu papel de gestor da segurança nacional. A nenhum agente do governo é dado o direito de se ausentar dessa responsabilidade. Cabe ao ministro da Justiça, sim, cuidar da segurança de todos os brasileiros. Mas, se continuarmos da maneira que estamos, inclusive com a agitação permitida no campo, não haverá segurança possível para o povo brasileiro. E nós poderíamos, então, ter essa frase dolorosa: não há destino para a segurança do nosso País. Cumprimentos a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Muito obrigado, senador Edson Lobão.

Com a propriedade que lhe é peculiar, vou mostrar a V. Ex.<sup>a</sup> um dado estarrecedor. Eu dizia que desses pouco mais de 366 milhões de reais previstos no Fundo Nacional Segurança Pública, o Ministério da Justiça havia empenhado 1,460 milhão para o Sistema Integrado de Valorização Profissional e pago, acreditem V. Ex.<sup>as</sup>, a quantia 856,30 reais até segunda-feira. O governo federal gastou, até segunda-feira, 12 de abril, 856,30 reais nesse ano com segurança pública! Atualizando os dados, hoje, 15 de abril, o governo federal gastou 1.986,71 reais com segurança pública.

**O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA)** — Isto não é suficiente sequer para retirar a ferrugem dos revólveres dos agentes de segurança no país.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Pelo menos para limpar uns três revólveres é capaz de dar, senador Edson Lobão.

Este governo propôs um novo plano de segurança pública — foi isso que o presidente Lula prometeu. Se, no ano passado, dos 390 milhões de reais previstos para a segurança pública, gastou 111 milhões de reais — menos de 30% —, como é que este governo pode falar em promover a segurança pública se, neste ano, até a data de hoje, senador Mão Santa, gastou menos de 2 mil reais com segurança pública no Brasil? Isso é vexaminoso!

Lá se vai o segundo abril do governo Lula e a apoplexia administrativa provocada pelo “reunismo” fez com que o governo federal executasse até agora 0,0001% do orçamento do Fundo Nacional de Segurança Pública no exercício de 2004. O Ministério da Justiça pensa que não vale a pena investir nas instituições policiais, sob o argumento de que elas são fontes de corrupção e aposta que o brasileiro, por ser pobre, é o grande culpado pela criminalidade violenta. Trata-se de duplo equívoco, enquanto é uma irresponsabilidade imaginar que a união do espetáculo de crescimento econômico com o maior programa de distribuição de renda do mundo, como já aludiu o presidente Lula, vai gerar segurança pública espontânea. Isso é um verdadeiro absurdo.

Observem que a falta de uma política para o setor já começa a produzir idéias teratológicas, como o tal muro para cercar o Morro da Rocinha. Querem cercar os pobres no Brasil. Não querem resolver o problema da segurança pública. Querem segregar aqueles que estão morando com dificuldade e sofrendo as maiores agruras com relação à segurança pública. Querem fazer com que a sociedade brasileira, além do imobilismo em que já se encontra, seja efetivamente segregada, a parte mais pobre da parte mais rica — algo que não podemos tolerar.

Ao contrário de erguer barreiras, o Brasil precisa derrubar os obstáculos que se interpõem dentro do próprio Estado, para que ele possa desempenhar com denodo, competência e atualidade a tarefa de proteção da sociedade. É preciso, sim, ter coragem para derrubar o muro que separa as Polícias Militar e Civil e erguer uma polícia única. É imprescindível eliminar os obstáculos legais e regulamentar a atuação das Forças Armadas na missão de combate ao crime organizado. É curial demarcar linhas de punição severa para os crimes violentos e que envolvam o tráfico de drogas, a lavagem de dinheiro, a corrupção, entre outros. É preciso reavaliar os critérios do Regime Disciplinar de Segurança Máxima, para que os bandidos ligados ao crime organizado possam pagar pelo que fazem e ter um tratamento absolutamente diferenciado dos bandidos comuns. É urgente o comparecimento da União nas políticas de segurança pública e com o devido preparo, pois, sem a participação financeira, toda atuação será retórica.

Concedo a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte, senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI)** — Senador Demóstenes, estou atentamente ouvindo V. Ex.<sup>a</sup> falar sobre o país. Agora, acerca do PT, é possível fazer uma reflexão. Não sei



se é um partido de tonto ou de tabaréu. Mas, darei um quadro que vale por 10 mil palavras, e busco a inteligência do Lobão para nos acompanhar. A ignorância é audaciosa no que se refere aos empregos que estão dando: digamos que o valor médio de remuneração seja de 4 mil reais. Deste valor, 20% é retirado para o partido; 27%, para o Imposto de Renda; 8%, para o INSS, totalizando 55%. Restam 45%, o que dá 1,8 mil reais. Agora, deste total, ele ainda vai pagar ICMS etc. Antigamente, trabalhávamos um mês para o governo. Agora, são cinco meses. Está aí o PT, que tirou a burocracia, ao longo dos anos capaz e eficiente, de brasileiros técnicos e aprimorados, concursados, e colocou companheiros e companheiras que levaram a esse Estado que chamamos de “paradão”.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — É verdade. V. Ex.<sup>a</sup> fez uma comparação belíssima, porque chegou à conclusão de que 1,8 mil reais será mais ou menos o que perceberá o servidor nomeado, que é mais ou menos o que o governo gastou, este ano, em segurança pública, ou seja, o salário de uma dessas pessoas que efetivamente será nomeada.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, esta Casa poderia estar realizando a vontade dos brasileiros, elaborando a reforma da Segurança Pública, mas prefere, por conta do rolo compressor, ser paciente da omissão do governo federal. Nesta semana, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou um documento chamado “Síntese de Indicadores Sociais”, que traz números que dimensionam bem a carnificina à brasileira.

De acordo com o IBGE, entre 1980 e 2000, 2.070.000 pessoas morreram no país por causas violentas. O número corresponde a quase o total da população do Estado do Amazonas. O resultado é ainda mais estarrecedor quando são demonstrados os indicadores de homicídio. Em 20 anos, 598.367 brasileiros foram assassinados. No intervalo, a taxa de mortalidade teve um incremento de 130% e saltou, na média, de 11,7 mortos por grupo de 100 mil habitantes para 27 por 100 mil habitantes. Para se ter noção de quanto o quadro de violência se agrava e os marginais superam o poder do Estado, na tal “guerrilha” que o ministro da Justiça mencionou, 62% dos quase 600 mil assassinatos ocorreram na década de 90. No ano de 1991, 52% dos homicídios entre homens na faixa etária de 15 a 24 anos ocorreram com emprego de arma de fogo. Já em 2000, os assassinatos com o emprego de armamento representaram 75%. A cada quatro homicídios, três são provocados por arma de fogo. São números que estarrecem, mas certamente não comovem o Ministério da Justiça, que imagina fazer política de segurança pública fritando bolinhos.

Muito obrigado.

*Pronunciamento realizado em 15 de abril de 2004*

## Aponta clamorosa inversão de finalidade na atividade financeira da União e mostra em números a inclinação perdulária do PT para as mordomias

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

**"Esta Província de Santa Cruz, além de ser fértil, é certo ser também mui rica, e haver nela ouro e pedraria, de que se tem grandes esperanças"**

**PERO MAGALHÃES GÂNDAVO**

No Livro *Um Cara Bacana na 19<sup>a</sup>*, do escritor Aldir Blanc, destaca-se um pequeno conto, chamado *Escândalos*, que trata do encontro de dois amigos. Um é empreiteiro regenerado da corrupção e o outro um advogado ilustre, defensor de traficantes e donos de escolas particulares. O começo do diálogo tem início na queixa do empreiteiro de que o seu grande problema é que os negócios vão bem e ele não está envolvido em nenhuma falcatrua.

O advogado lhe dá parabéns, mas lamenta perder a oportunidade de defendê-lo. O tocador de obras então desabafa a razão do infortúnio. Por ter decidido ser honesto, os colegas de profissão passaram a desdenhá-lo, seus filhos sofrem pressão na escola e sua mulher lhe deu um ultimato: ou seu nome aparece em um escândalo escandaloso, ou está tudo acabado entre eles.

Para confortá-lo, o advogado acentua que esta deve ser uma sensação terrível e lembra que “no Brasil não há nada mais solitário do que ter razão”. Em seguida, a título de incentivar o amigo, “confessa que está representando as escolas particulares e que elas vão aumentar as mensalidades de maneira exorbitante, fora da lei, uma vergonha”. No que o empreiteiro responde: “Você é que é feliz!”

O conto satiriza, com muita propriedade, as inversões de valores que operam na sociedade brasileira e fazem os absurdos do cotidiano. Por analogia, podem ser um paralelo do *non sense* da execução orçamentária do governo federal. Conforme terei oportunidade de demonstrar, ao mesmo tempo em que a União nega recursos à segurança pública e desaparece com o dinheiro vivo destinado a recuperar as rodovias, comporta-se com incomum prodigalidade quando o negócio é pagar a conta do vai-e-vem da “Lulatur”. O Brasil ainda não superou a França no *ranking* do turismo mundial, como previu o primeiro-mandatário em um desses coquetéis do começo do mandato, mas pelo menos a hotelaria e as companhias aéreas já conheceram o espetáculo do crescimento depois que a militância do PT descobriu o prazer de voar e de se hospedar.

Caso o governo do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, fosse analisado tendo por parâmetro o dispêndio dos recursos públicos com mordomias destinadas à chusma deslumbrada do Partido dos Trabalhadores que se instalou na Esplanada dos Ministérios, com toda a certeza estaríamos falando de um indicador de aproveitamento médio próximo dos 90%. Mas, se o governo Lula demonstra rara competência para distribuir conforto administrativo na primeira classe e liberar o estipêndio sem burocracia, o desempenho na área de investimentos é precário e desalentador.

Estamos nos encaminhando para a metade do ano e o governo Lula ainda não teve capacidade de investir em praticamente nenhum segmento, enquanto programas sociais, que efetivamente funcionavam, como o Programa de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf), que gera emprego longe do gargalo das grandes cidades, sofrem desmonte por inanição financeira. Dos 115 milhões de reais autorizados no Orçamento de 2004 para o Pronaf, foram liberados 38,8 mil reais. Conforme demonstrou anteontem [11 de maio de 2004] o jornal *O Globo*, até o final de abril havia sido realizado apenas 1,7% dos recursos orçamentários destinados aos investimentos. Dos 12,4 bilhões de reais aprovados pelo Congresso, só foram gastos 215,3 milhões.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, há uma clamorosa inversão de finalidade na atividade financeira da União. O pessoal recrutado pelo Partido dos Trabalhadores para gerir os interesses do país, apesar da baixa eficiência administrativa, criou “ilhas da fantasia” na rede hoteleira de Brasília custeadas com o dinheiro público. Conforme dados publicados no jornal *Correio Braziliense* do último domingo [9 de maio de 2004], nos 16 meses de administração petista, o “Governo Zero” sangrou a viúva em 100 milhões de reais para pagar auxílio-moradia e ajuda de custo a ministros e companheiros de diversos escalões. Isso equivale a 90% de tudo o que foi liberado para o Plano Nacional de Segurança Pública no ano passado. Para se ter noção da gana favoritista do neopatronato de estrelinha na lapela, o governo Lula conseguiu praticamente dobrar os gastos com o auxílio-moradia. No último ano do governo FHC, a conta ficou em 14,7 milhões de reais. Em 2003, subiu para 27,3 milhões.

Os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) demonstram as diferenças de fluxo no caixa da administração petista: a inclinação perdulária para o supérfluo justifica a exclusão das mordomias, como diria o ministro Antônio Palocci, do contingenciamento para o cálculo do superávit primário. Mas não há recurso para construir presídios, nenhum foi feito até agora, e as despesas com a conta Equipamentos dentro do Fundo Nacional de Segurança Pública foram rigorosamente iguais a zero.

Sr. Presidente, os números do Siafi mostram singularidades interessantes da execução orçamentária do Ministério da Justiça. O mordomado do dr. Márcio Thomaz Bastos tinha autorizado, no Orçamento de 2003, 158 milhões de reais para custear despesas com material de consumo, diária, passagem aérea e hospedagem. No final

do exercício financeiro, o Ministério da Justiça conseguiu índice de eficiência de 97,30% no quesito liberação de diária; 95,84% no critério emissão de *e-ticket* da TAM e 83,86% nos itens papelaria diversa e cafezinho.

Mas, quando foi para aplicar na segurança do brasileiro, o governo Lula conseguiu executar menos de 30% do Orçamento. Neste ano, o Ministério da Justiça tem cumprido fielmente o contrato de fidelização do secretariado em comissão com os programas de milhagem das companhias aéreas. Já foram torrados 16,96% da verba destinada a passagens e 23,52% a diárias. Aliás, este governo tem uma obsessão por aeroporto. O gasto com passagens aéreas do Poder Executivo, em 2003, somou 820 milhões de reais, quase o dobro do investimento no Programa de Combate à Aids. A Controladoria-Geral da União tem ciência desta festa no céu, mas o governo Lula trata o uso imoderado de passagens aéreas com a maior naturalidade.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, o governo vai mal porque não tem capacidade de realização em nenhum setor, mesmo onde existe dinheiro. Vejam o caso da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). O tributo foi criado em 2001 para financiar o setor de infra-estrutura de transporte, o subsídio ao álcool e ao gás, programas de proteção ao meio ambiente ligados à indústria do petróleo e ao transporte urbano, mas a finalidade mais visível da Cide é a construção e a recuperação das rodovias.

A Cide é uma dessas tábuas da salvação que todo governo apresenta para asfixiar ainda mais o contribuinte, aumentar receita e não fazer coisa alguma. É verdade que não foi o governo Lula quem criou a Cide, mas a inépcia atual na aplicação dos recursos no setor de transporte, que já é histórica, pode ser mensurada na baixa qualidade da malha rodoviária sob o gerenciamento estatal. De acordo com pesquisa anual da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), em 2003, 82,8% dos 56.798 quilômetros pesquisados foram classificados como deficientes, ruins e péssimos. Por falta de investimentos, a CNT tem a previsão de que, já na próxima safra, haverá no país um “paradão”, espécie de “apagão” rodoviário causado pela falta de manutenção no sistema.

O Brasil está praticamente a pé e sem rumo em uma via rota e esburacada porque o governo Lula não cumpre o dever constitucional de aplicar a Cide nos fins para os quais foi criado o tributo. Como aconteceu com a CPMF, que deveria ser vinculada ao custeio da saúde, o brasileiro vai ter a mesma decepção com a Cide. Em dezembro do ano passado, o Supremo Tribunal Federal, em ação direta de inconstitucionalidade movida pela CNT, declarou que os recursos da Cide só poderiam ser utilizados nas finalidades previstas no §4º do art. 177, inciso II, da Constituição.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, o Ministério da Fazenda, conforme dados da Secretaria da Receita Federal citados pela CNT, conseguiu, em 2003, “esterilizar” 27% ou 2 bilhões de reais da Cide, recurso que deveria ter sido investido na recuperação das

rodovias, mas que foi absorvido pelo caixa do Banco Central para que o governo alimente o superávit primário e obtenha elogios do Fundo Monetário Internacional. Ao todo, no ano passado, a Cide rendeu à União uma arrecadação bruta de 7,5 bilhões de reais, mas só 3,982 bilhões de reais foram aplicados pelo Ministério dos Transportes, sendo que, deste valor, apenas 28% foram destinados a investimentos.

Neste ano, a Cide vai proporcionar uma arrecadação bruta para o governo federal de 8,6 bilhões de reais, mas, até o momento, o Ministério dos Transportes conseguiu executar só 3% do Orçamento. No setor de transporte, o Orçamento prevê, na conta Manutenção do Sistema, a destinação de 250 milhões de reais, mas só foram executados 1,1 milhão de reais. Na gestão de Políticas de Transporte, o índice de execução foi de 29%, enquanto em Infra-Estrutura de Transportes os investimentos realizados são de zero real em 2004.

**O SR. ALBERTO SILVA (PMDB-PI)** — V. Ex.<sup>a</sup> me concede um aparte, senador Demóstenes Torres?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Concedo o aparte ao nobilíssimo senador Alberto Silva.

**O SR. ALBERTO SILVA (PMDB-PI)** — Eu estava ouvindo o discurso de V. Ex.<sup>a</sup>. Evidentemente, como apresentei, há algum tempo, um estudo sobre as estradas brasileiras, mencionei o número de 32 mil quilômetros e a necessidade que temos de, para resolver um problema dessa envergadura, fazer o que se fez no governo passado com o apagão. Lembra-se V. Ex.<sup>a</sup>?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Perfeitamente.

**O SR. ALBERTO SILVA (PMDB-PI)** — O problema era tão sério que foi criado algo novo na administração brasileira. Aquilo talvez tenha sido o gênio do ministro Pedro Parente, uma câmara de gestão, por meio da qual agilizaram-se as ações necessárias, para conter o que quase estava tornando-se calamidade. Então, fiz a sugestão. Caro senador, o caso das estradas brasileiras é calamitoso.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Sem dúvida.

**O SR. ALBERTO SILVA (PMDB-PI)** — São 32,5 mil quilômetros, dos quais 25 mil precisam ter todo o asfalto trocado, e 7,5 mil, o asfalto e a base. Ora, a minha proposta é aplicar da Cide 1,6 bilhão de reais por ano, para que se façam novos 11 mil quilômetros por ano, não se restringindo a tapar buracos ou a fazer remendos. Então, em três anos, a uma cota de 1,6 bilhão de reais por ano, haveria 32 mil quilômetros

novos de estradas federais. Esse estudo foi feito com base em números que colhi dos construtores de estrada e dos transportadores de carga. Elogio V. Ex.<sup>a</sup> por ter abordado o tema, no momento em que o Brasil todo espera uma solução do governo. Ainda tenho esperança de que o governo atenderá essa sugestão e criará uma câmara de gestão. Poderia enviar ao Congresso uma MP, que aprovaríamos, ajudando-o a consertar estradas; não a tapar e remendar buracos, mas a fazer estradas novas em todos os Estados brasileiros. Obrigado por ter-me concedido o aparte.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Agradeço-lhe o aparte absolutamente esclarecedor. Tenho ouvido, com muita atenção, os discursos que V. Ex.<sup>a</sup> tem proferido. Um dos motivos que me levou a fazer este pronunciamento foi uma pesquisa que realizei em decorrência de um discurso de V. Ex.<sup>a</sup>.

Se o governo, que terá uma arrecadação de 8,6 bilhões de reais com a Cide, atendesse sua sugestão e destinasse esses menos de 2 bilhões de reais para essa finalidade, estaríamos com o problema resolvido. Falta amolecer um pouco a cabeça do núcleo duro.

Ouçó o senador Ramez Tebet.

**O SR. RAMEZ TEBET (PMDB-MS)** — Senador Demóstenes, V. Ex.<sup>a</sup> chegou a um tópico muito importante do seu discurso. Em verdade, a Cide é uma contribuição que tem finalidade específica. Lamentavelmente — tem sido assim através dos tempos —, os recursos oriundos dessa contribuição não são aplicados na finalidade a que se destinam. Isso parte da concepção de que investimento é despesa; essa é a realidade. Quer dizer, é preciso que haja compreensão, por parte das autoridades do Poder Executivo, que investimento não é despesa, mas algo indispensável para melhorar a produtividade, para ajudar o crescimento econômico. Se não fizermos investimento naquilo que é essencial para o País, como vamos crescer? O que esperamos do País?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Com certeza.

**O SR. RAMEZ TEBET (PMDB-MS)** — Então, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, se nos comprometemos com o Fundo Monetário Internacional em um superávit primário de 4,25% e conseguimos quase 6%, por que pagamos tudo aquilo de juros? Por que não aplicamos esse excedente em investimentos? São coisas que, positivamente, estão escapando à lógica, ao raciocínio, ainda mais quando vemos a crise social e o desemprego aumentando e a classe média cada vez mais sacrificada. E há o problema dos excluídos, que querem ser incluídos. Falam em incluí-los, e os excluem cada vez mais. Quer dizer, a política de somente pagar juros não pode continuar. É necessário haver investimentos, e, para isso, é preciso mudar a concepção. Investimento não é despesa, mas aplicação para se gerar riqueza no país.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Eu concordo perfeitamente com o que V. Ex.<sup>a</sup> disse. Peguemos o exemplo dos fundos constitucionais ou legais, que, quase todo ano, são contingenciados. Quase todo ano, o dinheiro arrecadado pelo Fundo Penitenciário Nacional não é empregado na sua finalidade precípua, que é a construção de presídios. De um ano para outro, no Brasil, senador Ramez Tebet, vimos crescer o déficit de 57 mil para 117 mil vagas no sistema prisional. Então, estamos vivendo um estado de calamidade gritante — talvez, seja esse o 28º estado, citado aqui, outro dia. Precisamos efetivamente passar a investir, para tentar colocar o Brasil nos trilhos.

Neste ritmo, o governo não vai cumprir a meta de recuperar 7 mil quilômetros da malha rodoviária até o final do ano, como não haverá recursos para o anunciado renascimento do sistema ferroviário brasileiro, que tanto faz os olhos do presidente Lula lacrimejar. A CNT calcula que “para resgatar o sistema rodoviário e dar o mínimo de condições de trafegabilidade às estradas” seriam necessários 7 bilhões de reais. Isso quer dizer que a conta é anualmente paga pelos contribuintes, mas o governo mantém o Brasil no buraco, por falta absoluta de interesse público e competência.

Só essa incompetência gerencial pode justificar o fato de o presidente Lula, durante reunião com lideranças políticas da base aliada, ter-se jactado de expulsar do País o repórter do jornal *The New York Times*, Larry Rohter. Sua Excelência garantiu que o cancelamento do visto do jornalista serviria de lição para que outros não tivessem a ousadia de criticar o presidente. Trata-se de uma atitude de desespero, revanchista, intolerante, inepta, autoritária, desproporcional ao agravo da matéria e absolutamente infeliz. A expulsão do jornalista fere a liberdade de expressão e de imprensa, além de paginar o atestado de incompetência de um governo trôpego.

Muito obrigado.

*Pronunciamento realizado em 13 de maio de 2004*

## Aponta a “imensa superficialidade” do presidente Lula em viagem à China e confronta projeto que pretende a descriminação das drogas no Brasil

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

***“É necessário acutillar o mundo oficial e, com todo o respeito pelas instituições, que são de origem eterna, destruir falsas interpretações”.***

**EÇA DE QUEIRÓS**

Antes de me deter no tema principal do meu pronunciamento, gostaria de registrar que os excessos correlatos continuam em alta na agenda presidencial. Ontem, no Extremo Oriente, durante uma palestra para empresários, o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, demonstrou, mais uma vez, que a sua “imensa superficialidade” não tem cura e que o ridículo não respeita nem a mais longínqua fronteira.

Em um lampejo nativista, retomou a retórica do Brasil Grande, o maior entre os emergentes morenos do “hemisfério ocidental” e anunciou que a China é um “shopping de oportunidades”. Eu, sinceramente, gostaria de saber de onde procede a felicidade que contagia o presidente nas missões internacionais. A sensação que se tem é da pontual prática das inebriantes folganças da paisagem. A informalidade e o improvisado fazem parecer que o governo Lula está participando de uma excursão com o pessoal do sindicato, sempre que vai ao exterior.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, no começo do ano, a Câmara dos Deputados, por ordem do Ministério da Justiça, aprovou espécie de descriminação indireta do uso de drogas no Brasil. O projeto acatou antigo entendimento da sociologia criminal de que o Estado deve consentir o consumo de entorpecentes e se dedicar ao combate do narcotráfico. A medida — de comprovada ineficácia e duvidosa doutrina — está em pauta no Senado, onde precisa ser modificada, embora no ânimo do governo Lula a proposta já é lei promulgada, sancionada e publicada.

A convite do Senado, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, declarou, nesta Casa, que a vontade do governo era de liberação explícita do consumo de drogas. Mas, para não chocar a sociedade, preferiu-se a criação de um subterfúgio. Para que não permaneça qualquer dúvida a respeito da intenção do governo Lula de promover a descriminação indireta das drogas no Brasil, vou reproduzir textualmente a resposta do ministro Márcio Thomaz Bastos a uma indagação que fiz sobre a orientação do Ministério da Justiça acerca do projeto da nova Lei Antidrogas.





Antônio Milena / ABR

*“Traído por gestos e palavras, Lula declarou que a China é um “shopping de oportunidades”*

Em audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, realizada no dia 19 de abril de 2004, para debater a escalada da violência no Rio de Janeiro, e que contou com brilhante exposição do prefeito César Maia, o dr. Márcio Thomaz Bastos, declarou: “Quanto à observação de V. Ex.<sup>a</sup> sobre a Lei Antidrogas — observação aguda e precisa — a discriminação que se encontra ali realmente não é a ideal, não é a que gostaria que fosse, não é a que a maioria dos pensadores penais gostaria que fosse. Mas foi aquela possível na Câmara dos Deputados, elaborada dentro do Processo Legislativo, sujeito ainda a modificações”. Com todas as letras, o ministro da Justiça declarou que queria a discriminação total do consumo de drogas, mas optou-se por uma solução à brasileira, com disfarce das intenções.

É como afirmou Godofredo Alves, o Alves, personagem de Eça de Queirós, que fez da falta de atitude para com a própria desonra uma “filosofia” e um tema para “reflexões usuais”: “Que coisa mais prudente é a prudência!”

Para conseguir escamotear a autorização do uso de drogas no Brasil, o Ministério da Justiça moldou a esdrúxula figura jurídica do “crime sem pena”. Ou seja, depois de sancionado e publicado o novo Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), portar e cultivar substância entorpecente para o uso próprio continua sendo uma conduta formalmente criminosa, mas sem a correspondente pena de privação da liberdade. Pilhado em flagrante pela autoridade policial, o usuário ficará submetido à advertência, à prestação de serviço à comunidade e ao comparecimento a programa educativo.

De acordo com o texto aprovado, como não há uma pena de prisão definida, também não haverá regressão para regime mais grave caso o agente do delito não cumpra a medida imposta, como a advertência de não voltar a fumar maconha. Vamos ao caso mais severo de um notório usuário a quem foi determinado, pelo prazo máximo de cinco meses, prestar um serviço social, mas que se recusou a fazê-lo. Diz o projeto, que será imputada outra medida de restrição de direito prevista no Código Penal pelo prazo máximo de três meses, dois a menos do que a primeira imposição. Se o agente insistir em não se submeter à ordem estará, finalmente, incorrendo em crime de desobediência.

Isto, senador Romeu Tuma, V. Ex.<sup>a</sup> que é da área sabe muito bem, não tem cabimento no mundo do direito, uma vez que se confunde pena com ordem. A primeira é uma sanção que se cumpre, determinada por uma sentença judicial, em razão da prática de um ato ilícito. A outra, o objeto jurídico do crime de desobediência é o não atendimento de uma determinação de um funcionário público, sem nenhuma relação com o delito.

Trata-se de um erro elementar introduzindo no texto do projeto com o propósito claro de criar fases procedimentais para tumultuar o processo penal e nunca se alcançar a punição do usuário. O pior é que, por analogia, autores de outros crimes poderão avocar em seu favor a figura criada da “ordem facultativa” e se livrar da

cadeia. O princípio da pena de restrição de direito em substituição à privação da liberdade, em tese é bom, mas tem que ser alternativo e aplicado conforme as condições subjetivas do beneficiado e não uma regra que não comporta regressão para um regime penal mais grave. Isto é deixar o cumprimento da pena ao alvedrio do réu.

Ao tratar o usuário com “coitadismo” e excluí-lo do ciclo criminal do narconegócio, o governo brasileiro estará varrendo para debaixo do tapete um dos maiores problemas sociais deste país e que comprovadamente está associado ao incremento da violência. Trata-se de mais uma medida do governo Lula, sob a orientação da teoria do “abandono ético”. De acordo com o entendimento, os bandidos devem ser colocados nas ruas porque a cadeia não recupera e é inexorável considerar o consumidor de entorpecentes uma vítima do sistema.

Sr. Presidente, não adianta os apologistas da lei da droga livre afirmarem que a tendência é irresistível e foi consagrada com sucesso na Europa. Isso não é verdade! Na Inglaterra, por uma questão de economia processual, está sendo testada a hipótese de o Estado renunciar à ação penal contra o usuário de drogas leves. A Holanda, país vanguardista da chamada “liberação contida”, está revendo o conceito, pois o uso de entorpecentes cresceu exponencialmente após a adoção de medidas liberalizantes. Já na Suíça foi um desastre os tais territórios autorizados de consumo de drogas. Apesar do desenho estratégico e do rigoroso controle social do Estado nesses países, as tentativas fracassaram. E o Brasil está apontando a proa na direção de uma aventura.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, no Brasil, os custos decorrentes do uso indevido de substâncias psicoativas são estimados em cerca de 28 bilhões de dólares ao ano, considerando-se os gastos com o tratamento médico, a perda de produtividade dos trabalhadores e as perdas sociais decorrentes de mortes prematuras. Os gastos diretos em internações decorrentes do uso dessas substâncias em hospitais do Sistema Único de Saúde ultrapassam 600 milhões de reais ao ano. Conforme dados do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), coletados em 1997, o percentual de crianças que já consumiram drogas entre os 10 e os 12 anos de idade é altíssimo: 51,2% usaram álcool; 11%, tabaco; 7,8%, solventes; 2%, ansiolíticos, e 1,8% já se utilizaram de anfetamínicos. Isso entre 10 e 12 anos de idade!

Estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) apontou que de 10% a 15% dos empregados têm problemas de dependência e que o abuso é responsável por três vezes mais licenças médicas do que outras doenças; aumenta em cinco vezes as chances de acidentes de trabalho e, por fim, leva a família a utilizar três vezes mais os planos de assistência médica e social. De acordo com o Relatório do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes, de 2003, nos últimos dez anos, o consumo de drogas entre os estudantes brasileiros cresceu na seguinte ordem: anfetaminas, aumentou 150%; maconha, 325%, e a cocaína, senador Maguito Vilela, 700%.

Quando for sancionar a discriminação disfarçada do uso de drogas, com certeza, o presidente Lula vai anunciar um programa espetacular de prevenção ao consumo, apoiado em fantástica campanha publicitária e na maior política mundial de recuperação de usuários. Tudo providência de retórica, tendo por base o texto de uma lei confusa, que encerra a completa balela de um discurso sem nenhuma capacidade de efetivação. Demandas mais legítimas, como as políticas de atendimento previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, não saíram do papel 14 anos após a sua edição.

Observem, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, que já estamos na metade do ano e, no Orçamento da União de 2004, o governo Lula conseguiu executar apenas 4,43% do Fundo Nacional Antidrogas. Foram previstos no Programa Nacional de Redução da Demanda e Oferta de Drogas 9.953.522,00 reais, mas foram efetivamente aplicados 438.273,00. Vejam, Sr.<sup>s</sup> Senadores, que não estão sendo aplicados os recursos destinados à principal diretriz da Política Antidrogas do Brasil, qual seja, a redução da oferta e demanda, que seria um pré-requisito para as propostas liberalizantes do consumo.

O Brasil está tateando o abismo ao promover a liberação tácita do uso de drogas e pode considerar como certo o aumento da mobilização e do poder de fogo do crime organizado. O governo Lula já demonstrou que não vai investir em Segurança Pública, portanto não irá sufocar a oferta da droga, que vai crescer com a livre demanda. Definitivamente, senador Mão Santa, sob qualquer aspecto, seja de capacidade de controle policial, de atuação do Poder Judiciário e de atendimento do Sistema Único de Saúde, o Brasil não está preparado para o dia seguinte à liberação das drogas. No momento oportuno, o Senado, com sabedoria e experiência, deverá corrigir os erros de um projeto de lei irresponsável e pôr fim à sandice de se permitir o uso de drogas no Brasil.

Muito obrigado.

*Pronunciamento realizado em 25 de maio de 2004*

**Em concorrido pronunciamento, explica como o PT deu boas-vindas a um esquema milionário de corrupção no alto escalão do Ministério da Saúde**

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

***"Não basta sentir a chegada dos dias lindos,  
é necessário proclamar que os dias ficaram lindos"***

**CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE**

No primeiro escândalo, a reação do governo do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, foi tensa, atabalhoada e esgarçante. Nos dias que se seguiram àquela sexta-feira 13, o semblante oficial começou sangüíneo. Teve ares compungidos de fazer dó. Dois meses depois, voltou a ter o nariz em pé, com a arrogância dos primeiros tempos. Desta vez, no calor da Operação Vampiro, o comportamento mudou: uniforme e horizontal, o governo do PT, mais bem talhado no gerenciamento de crises político-patrimoniais, encarregou o ministro da Saúde, Humberto Costa, de ser frio e reagir com cinismo aos desgastes provocados pela descoberta da fraude generalizada no sistema de compras do ministério, cujas fontes de contaminação chegam muito próximas da mesa do primeiro funcionário da Pasta.

Quem teve a oportunidade de assistir ao programa *Roda Viva* da TV Cultura da última segunda-feira [31 de maio de 2004], pôde, em pelo menos três oportunidades, testemunhar o quanto Humberto Costa estava letrado na embromação. No centro da arena, com os mais importantes jornalistas do Brasil, o ministro da Saúde, primeiro, tentou passar-se por inspetor-geral e lembrou que a transparência deve ser total e insinuou que a ardilosa operação era parcela da herança maldita. Como não colou, ato contínuo, conseguiu ser meio mudo, quando perguntado pelo repórter Gustavo Krieger, da revista *Época*, autor do furo de reportagem sobre as investigações da Polícia Federal, por que manteve na presidência da Comissão de Licitação da Pasta o Sr. Mário Machado da Silva, um datilógrafo que ostenta injustificáveis sinais de riqueza como mansão no Lago Norte, em Brasília, e lancha de 700 mil reais e que há dez anos vinha “esfaqueando a viúva”.

Se as evidências de viscerais ligações entre o ministro da Saúde e o ex-coordenador de Assuntos Logísticos Luís Cláudio Gomes da Silva não fossem sabidas e propaladas, seria plausível acreditar que Costa estava mesmo surpreso e decepcionado com o comportamento ladravaz do ex-assessor, quando perguntado por que

não desconfiou das suas atividades clandestinas já que eram tão próximos. São robustas as evidências de que o Sr. Luiz Cláudio é um malandro conhecido no seu Estado; e foi simplesmente diretor administrativo e financeiro da Secretaria de Saúde do Recife quando o ministro da Saúde administrava a Pasta, e vem contabilizando atividades duvidosas desde o governo Miguel Arraes.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE)** — Senador Demóstenes Torres, peço-lhe um aparte, por favor.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Ouço o nobre senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL-PE)** — Sr. senador Demóstenes Torres, quero me congratular com V. Ex.<sup>a</sup> pelo teor do seu pronunciamento. Nós, pernambucanos, estamos envergonhados com o fato de o ministro Humberto Costa ter trazido três assessores — e agora aparecem outros — para dirigir os principais órgãos no Ministério da Saúde. Esses já eram acusados quando estavam no Recife. Nessa acusação publicada em toda a mídia — e também no programa *Roda Viva* que V. Ex.<sup>a</sup> citou —, o sr. ministro Humberto Costa e o dr. Luiz Cláudio, chefe da Direção Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde, assinaram cerca de 35 contratos sem licitação com empresas de limpeza e vigilância que totalizaram valores acima de 30 milhões de reais. Essas empresas foram as mesmas que fizeram doações para a sua campanha política. Ora, senador Demóstenes Torres, ele disse que isso é legal. Bom, legal é se fazer uma dispensa de licitação em determinadas situações-limites; legal também é receber doação de empresa e colocar na sua prestação de contas. O ilegal é ligar essas duas coisas. É, ao mesmo tempo, se liberar uma licitação, assinar contrato sem licitação e receber depois 25% do valor da sua campanha em prestação de conta que foi de 800 mil reais, sendo que 190 mil reais vieram de uma empresa cujo contrato foi feito sem licitação. Na verdade, é uma vergonha. Aparentemente, este governo Lula criou uma regra nova que é a seguinte: primeiro, ministro não é responsável pelos seus auxiliares e pode nomear quem quiser: corrupto, ladrão... A culpa não será dele se o cidadão for pego com a mão na botija. Em segundo lugar, não tem nada demais em liberar-se uma licitação e, depois, receber daquela empresa dinheiro que, no fundo, é público. Parabéns a V. Ex.<sup>a</sup>. Tenho certeza de que está no caminho certo o seu discurso, e sei onde vai terminar. Muito obrigado.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Muito obrigado, senador José Jorge. V. Ex.<sup>a</sup> abordou inclusive temas que irei tratar e que, entendo, são escandalosos. Na realidade, uma quadrilha tomou conta do Ministério da Saúde e não só do Ministério da Saúde.



“Há evidências de que a cúpula do Ministério da Saúde sabia do esquema de corrupção”

Mas o dr. Humberto Costa deu o mesmo *show* de interpretação quando indagado pelo subeditor do jornal *O Estado de S. Paulo*, Gabriel Manzano Filho, se ele considerava moral ter como financiadores da sua campanha eleitoral para o governo do Estado de Pernambuco, em 2002, empresas que prestaram serviços com dispensa de licitação à Prefeitura de Recife, quando ele era secretário municipal de Saúde.

Escorado em dados irrefutáveis, Manzano disse que o *Estadão* publicaria no dia seguinte reportagem informando que a empresa Líder Conservação e Serviços Ltda. obteve pelo menos dois contratos com a Secretara de Saúde de Recife, com dispensa de licitação, no valor de pouco mais de 2 milhões de reais. Maior financiadora de Humberto Costa, doou 191.700,00 de reais à campanha. Já a empresa Essencial Serviços de Vigilância doou oficialmente 11 mil reais e contratou com a Prefeitura de Recife valor superior a 1 milhão de reais nas mesmas circunstâncias.

Acuado pelas evidências apresentadas pelo jornalista do *Estadão*, o ministro da Saúde não se fez de rogado e afirmou que “a dispensa de licitação é uma forma de licitação”, argumentando que as suas contas foram aprovadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco. Salvo pelo fim do programa, acabou confiando o cavanhaque e fez “cara de nada”, como se houvesse acabado de cumprir a missão proposta pelo poeta Carlos Drummond de Andrade de propagar a chegada dos dias lindos.

Conforme cobrou hoje, com muita propriedade, o editorial do *Estadão*, “é eticamente correto uma empresa ser beneficiada, por um administrador público, com dispensa de licitação em contratos (de fornecimento ou prestação de serviços) e logo

depois tornar-se a maior doadora de recursos na campanha eleitoral desse mesmo administrador?” Outra indagação correlata: qual o motivo de uma dispensa de licitação pública? Por que motivo teriam sido dispensadas as licitações para a contratação de “auxiliares de serviços gerais”, de motoristas e de telefonistas? Certamente não são funções que demandem (por parte de empresas que empreitam mão-de-obra) “notória especialização”, como as referidas na Lei de Licitações (Lei 8.666/93).

O editorial ressalta que, conforme matéria publicada no “*Jornal do Commercio*, de Pernambuco, na edição do último domingo [30 de maio de 2004], esses contratos sem licitação feitos com as duas financiadoras da campanha de Humberto Costa não foram em número de quatro, mas de 16, no valor total, aproximado, de 30 milhões de reais, entre 2001 e janeiro deste ano, enquanto que o vereador Heráclito Cavalcanti, do PFL, com base em levantamento no Diário Oficial, fixou em 18 milhões o total das contratações sem licitação feitas pelo secretário municipal da Saúde, na gestão Humberto Costa”.

Ciente de que “a primeira conseqüência da combinação de azul e leveza do ar é o sossego que baixa sobre o nosso estoque de problemas”, Humberto Costa mostrou-se cordato e justo ao afirmar que não iria politizar as investigações de um escândalo que há uma década vem sangrando o dinheiro público, cuja soma supera 2 bilhões de reais desviados em um sistema organizado de corrupção. Mas, como bem pontuou o editorial do *Estadão*, considerando-se que o ministro age com a máxima prudência de modo a não permitir a politização do escândalo e ainda quer aprofundar as investigações da Operação Vampiro em suas conexões regionais, seria providencial examinar também as conexões eleitorais, já que as “contratações sem licitação e as doações para campanhas eleitorais andam, e andaram, juntas”, resume o documento jornalístico.

Sr. Presidente, essa hemorragia de recursos destinados a medicamentos poderia ter sido estancada, caso o “debate qualificado de idéias” entre o ministro da Saúde, o diretor do Fundo Nacional da Saúde, Reginaldo Muniz Barreto, e o Sr. Luiz Cláudio Gomes da Silva não tivesse girado em torno da reflexão de que “em vez de alienação, o prazer dos dias lindos é terapia e nos integra, neste momento, num conjunto harmonioso, em que somos ao mesmo tempo ar, luz, suavidade e gente”.

**O SR. MAGNO MALTA (PL-ES)** — Senador, V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE)** — Senador, V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Concedo a palavra ao nobre senador Magno Malta. Em seguida, ouvirei o líder da minoria, senador Sérgio Guerra, e, depois, o senador Ramez Tebet.



**O SR. MAGNO MALTA (PL-ES)** — Senador Demóstenes Torres, quero congratular-me com V. Ex.<sup>a</sup> pelo pronunciamento oportuno, estudado, inteligente. V. Ex.<sup>a</sup> traz à luz os fatos, sem conotações irresponsáveis, fruto de quem vem acompanhando o problema e que se aprofundou na matéria para poder, nesta tribuna do Senado, nossa trincheira, mostrar à opinião pública o que esta Casa pensa sobre esses episódios. V. Ex.<sup>a</sup> e eu somos militantes na área da segurança pública e temos uma voz única quando falamos do estado de exceção em que vive a sociedade brasileira. A violência toma corpo porque a sociedade não tem motivos para acreditar nas instituições. É verdade que o esquema existia há alguns anos, mas isso não justifica que outras pessoas, posteriormente, a ele se tenham juntado.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)**— E até o aprofundaram.

**O SR. MAGNO MALTA (PL-ES)** — Trouxeram requintes de qualidade à maneira como se sangra o país. Tenho uma opinião e, de maneira muito particular, divido-a com um amigo. No Brasil, como voz que clama no deserto, afirmo que se nós já tivéssemos mexido na Constituição brasileira e instituído prisão perpétua para o crime organizado e o narcotráfico, com arresto imediato de bens, não teríamos visto a imagem desses vampiros algemados entrando na carceragem da Polícia Federal. Iriam direto para um presídio de segurança máxima para cumprir prisão perpétua e os bens deles seriam arrestados imediatamente, conforme determinaria a Constituição Federal, se ela tivesse sido alterada.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — O pior é que entram em um dia e saem no dia seguinte.

**O SR. MAGNO MALTA (PL-ES)** — Saem no dia seguinte porque são réus primários. São muito indoutos, muito despreparados. Eles não podem ser comparados com um criminoso que mata um tatu, ou um passarinho, para comer e é preso por cinco anos sem direito a fiança. Essas contradições que a sociedade não aceita são a causa da violência. Por isso, precisamos insistir. Antes que Deus me ceife a vida, antes que me leve daqui, gostaria de ver uma mudança na Constituição Federal. Vou lutar, sempre, para que a prisão perpétua seja instituída para o narcotráfico e para o crime organizado, com o arresto imediato dos bens dos criminosos. Se a Constituição tivesse sido alterada, esses canalhas vampiros já estariam cumprindo suas penas, com correntes nós pés, e os bens deles, que seriam arrestados, ressarciriam a sociedade, de onde saíram.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Agradeço a intervenção de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. MAGNO MALTA (BLOCO/PT-ES)** — O pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> é dos mais significativos para o País e para nós.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Muito obrigado, senador. Concedo o aparte ao senador Sérgio Guerra.

**O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE)** — Ouvi, de forma ininterrupta, as suas palavras no dia de hoje. Para não ser recorrente, mas tentando fazer uma avaliação correta da dimensão da sua palavra, quero dizer que normalmente, se não todas as vezes em que V. Ex.<sup>a</sup> comparece ao plenário, quando usa da palavra o faz com propriedade e com notório equilíbrio. Tenho pessoal simpatia por políticos que atuam dessa forma. Esse episódio do Ministério da Saúde é extremamente grave e não deve ser separado de outros. Algumas denúncias de corrupção no atual governo não foram politicamente tratados de maneira a que pudessem ser resolvidos. A ação do governo do Partido dos Trabalhadores e das lideranças que atuam pelo presidente Lula no Senado foi na direção de evitar sempre a participação do Congresso e do Senado, em especial, nessas investigações. Elas vão se acumulando. No primeiro caso, que discutimos tantas vezes, do Waldomiro Diniz, ficou claro que o governo não desejava, de forma alguma, a interferência do Congresso no processo. A alegação é a de sempre: ela era perturbadora, representava a politização de um processo que estava em andamento, com a devida prudência e com toda a responsabilidade, no contexto do Executivo ou da Polícia Federal. Rigorosamente, os sinais não apontam nessa direção. Nenhum deles. Agora se acumulam denúncias no Ministério da Saúde. A idéia de remetê-las para o passado é bastante simplória, mas não há por que não considerá-la. Não há razão alguma para não a encarar dessa forma já que existem, senão provas, indícios de que essas irregularidades são antigas. O que não faz sentido é impedir, de forma absolutamente insincera, a participação do Congresso, na forma de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigação dessa questão que interessa ao povo brasileiro. O presidente Lula enfrentou, nos últimos quatro meses, um declínio substancial de popularidade. É claro que esse declínio tem a ver com a falta de produção do seu governo, mas também tem muito a ver com esses fatos, com a imensa contradição do governo e do PT em torno dessa questão. Penso que a expressão “politização não cabe”. Não se trata de politização, mas de democratização. É dar transparência a fatos que não podem ser tratados de forma semi-aberta. Essas negociações têm que ser abertas, explícitas.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Semi-aberta é um termo muito apropriado, senador Sérgio Guerra.

**O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE)** — Sem dúvida. Elas têm que ser tratadas de

maneira segura, explícita, responsável. Nem V. Ex.<sup>a</sup>, senador Demóstenes Torres, nem senador da minoria ou da oposição tratariam esse assunto com leviandade, como antes se fez tantas vezes. Não podemos aceitar e devemos denunciar a absoluta falta de coragem política do governo atual de enfrentar a questão da forma como deveria estar enfrentando, para recuperar a confiança que neles está esvaindo-se. Discuti-la aqui, de forma conseqüente, em um acordo concreto e responsável de lideranças que não querem outra coisa senão a verdade desses fatos. O seu pronunciamento vai na rota das boas manifestações do Congresso Nacional e do Senado.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Muito obrigado, senador Sérgio Guerra. V. Ex.<sup>a</sup> engrandeceu o meu pronunciamento. Concedo o aparte ao senador Ramez Tebet.

**O SR. RAMEZ TEBET (PMDB-MS)** — Senador Demóstenes Torres, os senadores que me antecederam já fizeram justiça ao seu substancioso pronunciamento. V. Ex.<sup>a</sup> nos surpreende a cada dia não pela sua capacidade jurídica, pois essa é conhecida, mas pela sua coragem e pela forma como aborda os assuntos. Este assunto é de uma gravidade extrema, porque se trata da saúde do povo brasileiro, saúde essa combatida. Estamos vendo por que os remédios custam caro, por que eles estão faltando. Estamos vendo por que a saúde não é melhor. Isso ocorre porque existe corrupção no sistema de saúde do Brasil. Imaginem oito, nove ou dez anos de sangria, o que isso representa contra os aposentados, contra aqueles que necessitam do Sistema Único de Saúde. Positivamente, alguma providência há de ser tomada. Em qualquer país sério, esse pessoal já teria de estar respondendo na cadeia mesmo. Não pode mais continuar assim. É preciso colocar um freio imediatamente nisso. Isso é uma ignomínia, uma falta de sensibilidade a toda prova, senador; é roubar a saúde do povo. Onde nós estamos? E ainda querem que o Congresso não aborde um problema dessa natureza. Isso é só problema policial? Isso é só problema do Judiciário, do Ministério Público, cujos quadros V. Ex.<sup>a</sup> tanto honrou e dignificou? Não! Isso aí é problema do povo brasileiro. Há uma revolta generalizada. Tem V. Ex.<sup>a</sup> a minha solidariedade por abordar o assunto como está fazendo.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Sr. Presidente, deixo de conceder os apartes aos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Antonio Carlos Valadares, em virtude de ter-se esgotado o tempo — a não ser que V. Ex.<sup>a</sup> abra uma exceção.

*(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA.)*

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Então, concedo o aparte ao nobre senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS-RR)** — Serei breve, senador Demóstenes Torres, mas não poderia, como médico, ficar apenas ouvindo o pronunciamento importante que V. Ex.<sup>a</sup> faz, principalmente quando vemos o dinheiro da saúde sendo saqueado. Dinheiro esse que deveria ser aplicado exatamente na atenção ao paciente, ao doente, mas que estava enchendo os bolsos de pessoas inescrupulosas. Isso, não apenas no caso dos chamados “vampiros”, mas também das ONGs que tratam da saúde dos índios. Funcionários do Ministério da Saúde montam ONGs picaretas para tirar dinheiro da saúde que deveria dar assistência aos índios. Portanto, sugiro que façamos aqui uma CPI da saúde, para investigar amplamente a questão da aplicação dos recursos dessa área.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Ouço o senador Antônio Carlos Valadares.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)** — Eminentíssimo senador Demóstenes Torres, V. Ex.<sup>a</sup> faz um pronunciamento que, efetivamente, deixa-nos todos preocupados e apreensivos, cada vez mais, porque os recursos da saúde retirados da arrecadação nacional estão sendo desviados, promovendo enriquecimento ilícito de pessoas inescrupulosas, que se aproveitam do mau andamento da máquina administrativa para fraudar recursos tão vultosos de mais de 2 bilhões de reais nestes últimos anos, envolvendo o atual governo e também o governo de Fernando Henrique Cardoso. Manifesto a V. Ex.<sup>a</sup> a minha admiração pelo seu discurso. Espero que todos sejam punidos exemplarmente, que esses fatos não voltem a acontecer, principalmente porque nós vimos a luta do Senado Federal — e não é de agora — e da Câmara dos Deputados para aprovação da Emenda nº 29, que disponibilizava e disponibiliza recursos federais, estaduais e municipais, num verdadeiro mutirão, para salvar a vida do povo. E agora nós estamos vendo isso. Existem várias formas de matar os mais pobres, de matar pessoas desvalidas. Uma delas é nas guerras, como agora está ocorrendo no Iraque, onde pessoas inocentes são trucidadas com bombas, com o terrorismo. Outra forma de matar as pessoas, senador Demóstenes Torres, é roubando, tirando dinheiro da saúde e deixando de distribuir remédio para a população mais carente. Deixando de atender, de forma eficiente, ao sistema de saúde do Brasil. Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, senador Antônio Carlos Valadares. Concedo a palavra ao senador Antônio Carlos Magalhães, com muita honra.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA)** — Como sempre, V. Ex.<sup>a</sup> é muito apropriado nas suas colocações. Eu apenas gostaria de dizer que esses auxiliares que já trabalharam em Pernambuco, em Recife, com o ministro da Saúde, não poderiam

ser desconhecidos de S. Ex.<sup>a</sup>, de modo nenhum. Conseqüentemente, o presidente da República só tem uma solução, e creio que sabe qual é. Se não souber, é incompreensível que ainda esteja à frente do governo, permitindo essas coisas.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Concordo com V. Ex.<sup>a</sup>.

O pior, Sr. Presidente, conforme denuncia o jornal *O Estado de S. Paulo* na edição de hoje, já se sabe da participação na Máfia do Sangue do terceiro homem na hierarquia do Ministério, o Subsecretário para Assuntos Administrativos, Ivan Batista Coelho, responsável pelo setor de compras da pasta. De acordo com a matéria, Coelho teria deixado vaziar informações privilegiadas sobre a aquisição de medicamentos pelo governo para atender as vítimas das enchentes no Nordeste.

Observem, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, que esse pessoal age com falta total de escrúpulo e tem um senso de rapinagem que faz corar de vergonha bandidos da qualidade de um Fernando Beira-Mar. Quando era oposição, o PT, ao fulminar de críticas implacáveis o governo FHC, passava a idéia de que sabia administrar e de que faria tudo diferente. Está mais do que provado que o Partido dos Trabalhadores não é do ramo da administração pública. Outro sofisma que caiu em relação à “petezada” é que eles eram probos até a alma. Além da vocação não ter sido confirmada, o país está espantado com a saliência do pessoal, com o negrume dos sugadores.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, de Tancredo Neves a Fernando Henrique Cardoso, o PT foi perseverante e conseguiu convencer a sociedade brasileira de que a mudança era encerrar o ciclo dos doutores e entregar o comando do país a um amador. Definitivamente, não estou me valendo de nenhuma consideração diminutiva da natureza iletrada do presidente Lula, por quem nutro respeito pela espontaneidade idealista. Muito embora ainda continue acreditando que esse choro desmotivado do presidente Lula, como ocorreu na solenidade de partida da missão do Exército brasileiro ao Haiti, tenha muita relação com o conteúdo do diário íntimo de Lima Barreto.

Eu particularmente sou convencido, em consideração aos baixos indicadores educacionais do país e à força dos costumes, que o provisionado pode se converter em um grande político, empresário, prestador de serviços ou administrador público. Não é preciso ir lá fora buscar exemplos de bons gestores com a hegemonia cognitiva proporcionada pelo segundo grau incompleto. No Brasil, nada menos do que 7 dos 27 governadores não possuem curso superior, sendo que alguns podem perfeitamente, caso sejam avaliados de acordo com os critérios da Organização das Nações Unidas, ser considerados analfabetos funcionais. Ou seja, têm o domínio de menos de 500 palavras do vocabulário, conseguem até ler, mas não possuem capacidade para entender a mensagem completa de um bilhete de cinco linhas. Mas só há democracia quando tal direito de oportunidade é amplamente assegurado, como ocorre no Brasil. O talento dispensa o diploma, mas, como a sua manifestação é rara, em qualquer

nação responsável do mundo, a escola nunca vai deixar de ser a melhor conselheira.

É preciso fazer uma conta de matemática básica para entender que a formação, a especialização, a capacitação e o elemento vocacional para administrar devem ser preponderantes. Já o avesso, apenas uma excepcional exceção. O governo Lula não consegue executar o Orçamento, socorrer uma emergência, manter os programas tradicionais ou confirmar nenhum tipo de esperança, porque está nas mãos do charlatanismo. Eu tinha a percepção de que o PT arrebanharia parcelas da inteligência brasileira dos centros universitários de pesquisa, para compor um ministério capaz de substanciar as decisões do presidente. Natural raciocínio, considerando-se que a simpatia era recíproca. Mas estava enganado. O PT montou um ministério *ad hoc* e fez regra a desqualificação dos quadros, como se fosse belo, fagueiro e sustentável mirar o exemplo da figura presidencial.

Muito obrigado.

*Pronunciamento realizado no dia 2 de junho de 2004*

**Descobre algo de Fortunato Guaicuru, personagem de Lima Barreto, no anúncio presidencial do maior programa de alfabetização de adultos do planeta**

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

**"O amoroso é sincero até quando mente"**

**NELSON RODRIGUES**

O escritor Lima Barreto tem um conto sensacional, escrito em 1921, que resume, com refinada picardia, as relações hipócritas da classe média amanuense da República Velha no Rio de Janeiro. Especialmente o comportamento de um dos personagens, Fortunato Guaicuru, tem muita verossimilhança com as fantasiosas realizações do presidente Lula. A trama se passa em um solar no Andaraí, de propriedade de Feliciano Campossolo Nunes, subdiretor de seção do Tesouro Nacional. "Homem grave, ventrudo, calvo, de mãos polpudas e dedos curtos", Campossolo tinha uma filha para casar. Em certos domingos convidava dois dos mais próximos subordinados para compartilhar das "efusões familiares" do almoço. Eram eles o próprio Guaicuru e outro escriturário, Simplício Fontes. Este, um carioca franzino, pálido, de comportamento distante, e "de uma timidez de donzela". Aquele, um matogrossense audacioso, com feições indígenas, que se formara numa Faculdade de Direito que, por não ser reconhecida, fazia dele um falso bacharel.

Dona Sebastiana, mulher de Campossolo, não escondia a predileção pelo rábula e certa vez o inquiriu porque não advogava. Depois de algumas escapatórias, embora fosse um ignorante completo, Guaicuru saiu-se bem com a estória de que estava fazendo um livro. Um estudo comparado sobre o direito administrativo atual e o antigo direito público português. Indagado sobre quando iria publicar a obra, Guaicuru afirmou que antes do Natal, para aproveitar as promoções na repartição. Elas vieram. Simplício acabou sendo contemplado, e caiu nas graças de Dona Sebastiana. Lima Barreto termina o conto com o seguinte dilema:

*"Depois de um lustro de casados, ainda teimam. Ele diz: — Foi nosso Senhor Jesus Cristo que nos casou. Ela obtempera: — Foi a promoção. Fosse uma cousa ou outra, ou ambas, o certo é que se casaram. É um fato. A obra de Guaicuru, porém, é que até hoje não saiu..."*

Sr. Presidente, igual ao livro que o rábula Guaicuru nunca escreveu, em abril do ano passado, o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou o maior programa do planeta de alfabetização de adultos. Depois de escorraçar com todas as iniciativas do passado, que de fato não trouxeram resultados de qualidade, anunciou o espetáculo da escolarização com o Brasil Alfabetizado. Assim como Guaicuru prometera atestar que o direito trazido por Dom João VI se adaptou ao nosso meio sob o influxo das concepções liberais, o presidente Lula garantiu que iria alfabetizar 20 milhões de brasileiros até o final do seu governo.

Certamente, no calendário presidencial, sob a sistemática supervisão do ministro do Planejamento, Guido Mantega, foram subtraídos os seis primeiros meses de 2004. Neste ano, conforme dados do Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), o Programa Brasil Alfabetizado recebeu investimento de apenas 7,13%. Isto que dizer que, rigorosamente, da dotação ínfima de 216 milhões de reais, foi emitido um único empenho e executados pouco mais de 2 milhões de reais.

Gostaria de convidar as Sr.<sup>as</sup> e os Sr.<sup>s</sup> Senadores a entender o abismo que existe entre os devaneios vespertinos do presidente Lula e as reais intenções da sua administração. Nesta conta de diminuir, o resultado é sempre da maior gravidade para o resgate da dívida social brasileira. De acordo com os indicadores do PNAD — Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio —, 12,4% da população brasileira com mais de 15 anos é analfabeta, o que equivale a um número redondo de 21 milhões de pessoas. O presidente Lula prometeu alfabetizar cinco milhões a cada ano.

Nunca é demais lembrar o discurso que o presidente Lula realizou em abril do ano passado, quando o país ainda estava inebriado com as estultices do primeiro-mandatário. Na ocasião, Luiz Inácio falou:

*“Quando falamos de alfabetização, lembramos de que (sic) durante muitos anos, quando se falava em educação, se dizia: ‘Eu não posso fazer tal investimento porque custa muito caro’. E, em nome de uma economia insensata, não se investiu em educação. E, hoje, cada um de nós poderia encostar a cabeça no travesseiro e perguntar a nós mesmos: quanto custou e quanto custa para este País não ter alfabetizado seu povo há 30, há 40 ou há 50 anos?”*

Os dados do Siafi respondem: neste ano, o Governo Lula permitiu-se à folgança de gastar 10,20 por ano para resgatar a cidadania de cada um dos integrantes das massas analfabetas e marginalizadas. Repito: 10,20 reais por analfabeto.

Sr. Presidente, no ano passado, o Ministério da Educação, por encomenda do ex-ministro e senador Cristovam Buarque — por quem tenho a maior admiração e reputo uma das maiores autoridades brasileiras em educação, e talvez por essa razão tenha se incompatibilizado com o caráter fanfarrão deste governo —, elaborou



um estudo sobre o financiamento da educação no Brasil. A principal conclusão do relatório é que para atingir os novos patamares de atendimento em qualidade e quantidade definidos no PNE (Plano Nacional de Educação), o Brasil deveria sair do atual gasto público da ordem de 4,3% para 8% do PIB.

Para que as Sr.<sup>as</sup>. e Sr.<sup>s</sup> Senadores tenham noção de como se processam os investimentos no setor, o documento do MEC reconhece:

*“Quando se considera apenas a Receita Líquida de Impostos, a União possui um potencial muito pequeno de recursos para a educação, inferior inclusive àquele dos Municípios, apesar de sua capacidade de mobilizar recursos ser muito maior.”*

O estudo indica que o setor perdeu em 2003, só com a DRU (Desvinculação das Receitas da União), 3,6 bilhões de reais. É interessante notar as diferenças do ponto de vista do núcleo duro do governo Lula e o otimismo da equipe do ex-ministro Cristovam Buarque, que previa o fim da DRU no ano passado e o ingresso de um recurso extra de 2,4 bilhões de reais neste ano.

Em outro interessante estudo, pesquisadores do Ipea — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — e do Iets — Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade — apontam a magnitude do problema do analfabetismo no Brasil. De acordo com levantamentos, 55% dos países do mundo têm uma taxa menor do que a brasileira. Quando a comparação é feita entre as nações latino-americanas, a posição brasileira é ainda pior: 72% dos países do continente estão em melhor situação do que o Brasil. Normalmente, nações com maior renda *per capita* têm uma taxa de analfabetismo inversamente proporcional.

Conforme estabelece o estudo, fugimos à regra. “Países com nível de renda *per capita* similar à brasileira apresentam uma taxa de analfabetismo próxima dos 5%”. Ou seja, a brasileira é mais do que o dobro. Conforme a evolução temporal do analfabetismo no Brasil, desde os anos 1940, quando a taxa batia os 50%, estava estimado que no ano 2005 o indicador estaria abaixo dos 10%, o que nos situaria na condição atual do Paraguai. Já em 2014 estaria em uma patamar inferior a 5%.

De acordo com o ânimo alfabetizador do governo Lula, a meta dificilmente será alcançada. É como ressaltou, hoje, o editorial do jornal *O Globo*:

*“O governo anda tonto em matéria de educação. Mira preferencialmente (ou obsessivamente) nas universidades, quando o grande problema está ao rés do chão. É como se alguém tentasse construir uma casa sem alicerces. O desastre é certo.”*

O governo Lula, que a cada reunião promete surtos de distribuição de renda e emprego, bem que poderia conseguir algum resultado atacando o analfabetismo, uma vez que não consegue administrar um aumento maior que 20 reais no salário míni-

mo e se converteu no maior gerador de desemprego do país. De acordo com as estimativas, o impacto da alfabetização sobre os rendimentos no mercado do trabalho indica uma elevação dos salários em 41%, em média. A erradicação do analfabetismo, devido ao seu impacto sobre a remuneração dos analfabetos ocupados, representaria um aumento na renda nacional de 5,6 bilhões de reais ao ano.

Na última segunda-feira, na abertura da XI Unctad — Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento -, o presidente Lula propôs uma espécie de Plano Marshall moreno para recuperar as economias dos países periféricos. Uma inominada e incabível bobagem adornada da singela expressão de que “este é o tempo de tomarmos decisões que lancem pontes para o amanhã”. Ora, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, o Brasil, por exemplo, cresceu e permaneceu à frente dos chamados Tigres Asiáticos durante as décadas de 1960 e 1970, mas ficou para trás porque não tinha suporte educacional para sustentar o seu desenvolvimento.

Infelizmente, o imobilismo, a letargia, a ocupação simulada e a intriga são as marcas mais salientes do governo do PT. Hoje, também em *O Globo*, o jornalista Elio Gaspari resumiu com precisão a capacidade do PT de semear, por intermédio do fuxico, comoções intestinas:

*“A opção preferencial do comando petista pela fofoca tem suas raízes com conciliábulo da política sindical e/ou das agremiações estudantis cujas brigas não têm custo. O sindicalista sempre pode responsabilizar os patrões pelos seus fracassos e os estudantes podem acusar o imperialismo agonizante. No governo as coisas têm custo e o de Lula está paralisado pela intrigalhada.”*

A inação do Programa Brasil Alfabetizado não é uma exceção, mas um traço comum ao comportamento geral da Esplanada dos Ministérios. É lamentável que, em vez de ação, o governo pratique a reunião, essa doença infantil do esquerdismo que contamina verticalmente a desastrosa aventura do Partido dos Trapalhões no ramo da administração do Brasil.

Sr. Presidente, os desencontros do governo Lula já estão classificados no Código Internacional de Doenças, e quem os diagnosticou não foi nenhum alienista, mas o próprio ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, para quem “o Brasil tem crises e problemas demais e vive uma situação um pouco esquizofrênica”.

No âmago deste desvairado governo, o ridículo, o acintoso e o insano encontram confortável acolhida. Senão vejamos: empreiteiros vão ao Palácio da Alvorada discutir com o presidente um projeto de infra-estrutura para o país, mas recebem e assentem com o pedido de reformar graciosamente a residência oficial, a um custo de 15 milhões de reais. Em seguida, em vexaminoso espetáculo de caipirismo, o presidente promove festa junina regada a paçoca e aguardente na Granja do Torto. Na ressaca do dia seguinte, se envolve em um imbróglio de arapongagem dentro do Pa-

lácio do Planalto, cujo epicentro, mais uma vez, localiza-se no gabinete do ministro José Dirceu. Aqui, vale ressaltar o editorial de hoje do *Estadão*, em que se lê:

*“Quando rebentou o Waldogate, este jornal sustentou que Lula devia afastar José Dirceu até que se comprovasse que ele não sabia e muito menos participava dos ilícitos do seu auxiliar. O ministro ficou e nem uma coisa e nem outra foi devidamente investigada. Abafou-se o caso, mas o desmedido apetite político de Dirceu continuou o mesmo — e a intriga palaciana é a forma como procura satisfazê-lo. Está demonstrado que a sua permanência no governo antes prejudica do que beneficia o presidente a quem ele jura “fidelidade canina”. É difícil, mas Lula deve saber que não tem escolha.”*

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Pronunciamento realizado no dia 16 de junho de 2004*

Por ocasião da morte de Leonel Brizola, conta da admiração que nutriu pelo político brasileiro e ressalta a grande obra da Escola em Tempo Integral

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

Conheci pessoalmente o Sr. Leonel Brizola outro dia, quando eu presidia uma reunião do Conselho de Ética do Senado, em que o seu PDT e ele próprio eram os principais denunciante de um procedimento instaurado na Casa.

Ele dispunha de 20 minutos, mas, como o que tinha para dizer não cabia naquele período, acabei prorrogando o seu tempo, e ele falou por mais de uma hora. Fiz isso porque confesso que Leonel Brizola foi uma das pessoas que mais admirei na adolescência e na juventude.

Quando tinha 15 ou 16 anos, eu participava, em Goiás, do Comitê Goiano pela Anistia, juntamente com outras figuras como o hoje prefeito de Goiânia, Pedro Wilson, o ex-vereador e deputado João Silva Neto e o ex-deputado federal João Divino Dorneles. Falava-se muito em Leonel Brizola, e todos o tinham como o inimigo número um do regime militar e da ditadura.



*Demóstenes tem o último encontro com Brizola, um líder político que teve o seu respeito*

S. Ex.<sup>a</sup> foi um homem que, como governador, teve a iniciativa de estatizar algumas empresas internacionais. Não que isso hoje seja considerado correto, mas na época era revolucionário. E Brizola era isso: um homem revolucionário.

Depois, Brizola, como todos mencionaram aqui, lutou até o fim para que no Brasil não se antecipasse ou não findasse um ciclo, como acabou acontecendo: ele defendendo a legalidade, e, pouco depois, o golpe militar, que fez com que o Brasil tivesse, durante muitos anos, apenas uma ala opinando a respeito do que se deveria fazer no Brasil. Foi o golpe e a ditadura militar.

Como jovem promotor de Justiça no interior, votei, por duas vezes, em Leonel Brizola para a Presidência da República, ambas no primeiro turno. No segundo turno, votei em Fernando Collor; na segunda vez, em Fernando Henrique. Até me arrependo de ter votado em Fernando Collor, não só pelas bobagens que fez, mas porque acredito que poderíamos ter antecipado o ciclo petista de governo. Se tivéssemos passado por isso naquela época, talvez não estivéssemos passando agora por tudo o que está ocorrendo.

Admirei Leonel Brizola por sua postura coerente, firme, correta, e que foi demonstrada, com muita firmeza, no episódio em que o PDT era contra a reeleição, quando o governador do Estado de Mato Grosso, Dante de Oliveira, se insurgiu e apoiou a reeleição, oportunidade em que Brizola o expulsou do partido. Desfazer-se de um governador de partido infiel era uma tarefa que somente um homem com muita firmeza poderia realizar.

Um outro episódio recente foi o apoio de Brizola ao candidato Lula. Logo em seguida, não porque Brizola tivesse mudado sua coerência, mas porque o governo Lula mudou, Brizola se postou na oposição.

Era uma figura forte, que merecia respeito e, conseqüentemente, tinha muito a dizer, muito a lecionar. Com certeza, deixou aqui muitos filhos políticos como o senador Jefferson Péres e tantos outros que seguem o modelo Leonel Brizola.

Outro fato que chama a atenção para Leonel Brizola são as escolas em tempo integral. Tive, inclusive, a oportunidade de apresentar no Senado uma proposta de emenda à Constituição que, se aprovada, fará com que todas as escolas de 1º Grau no Brasil funcionem em tempo integral. Portanto, os Cieps foram uma evolução e uma referência. No entanto, não deram certo porque eram poucos. Os cerca de 200 Cieps que Leonel Brizola construiu não foram suficientes para fazer com que aquelas crianças ficassem em tempo integral na escola, como acontece nos países mais desenvolvidos do mundo.

Leonel Brizola se foi, mas, ao contrário do que dizem, a sua história permanecerá viva, vibrante e coerente, porque, acima de tudo, ele era um homem que podia inspirar aos outros, que era respeitado quando falava e que tinha um exemplo de vida muito digno, bonito, combativo, que certamente não se quedará esquecido durante muito tempo.

Parabéns, Leonel Brizola, se assim pudermos dizer, por ter-se mostrado um espelho em toda a sua vida, alguém que pudéssemos seguir, ainda que não pragmaticamente, ainda que não em todas as ações; mas que demonstrou, principalmente, exemplo de caráter firme, honesto e coerente.

Muito obrigado.

*Pronunciamento realizado no dia 22 de junho de 2004*

## Acredita que a inclinação liberalizante de presos faz do ministro da Justiça um Simão Bacamarte às avessas e cita como piorou a violência no Brasil

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

### **"A segurança da humanidade é indivisível"**

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA.**

Desde quando foi advogado de presos políticos no Brasil, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, vem recebendo as louvaminhas de uma esquerda de baixa qualidade intelectual e, agora, no poder, dotada de indispensável paixão pela cortesia. Há no governo do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, quase uma adoração pelas inclinações liberalizantes do dr. Bastos em matéria de direito penal, especialmente quando o ministro, ao discorrer sobre as causas sociais da violência, promove expansões filosóficas no sentido de que o fim da criminalidade seria corolário da superação das desigualdades sociais.

Uma vez exaurido o passivo social, ensina Bastos, a segurança pública brotaria por algum método de reprodução espontânea, ao passo que as normas penais iriam perdendo o sentido por uma questão consuetudinária. Belo raciocínio acerca de uma completa balela. Estamos ingressando no sétimo mês de 2004, e o ministro Márcio Thomaz Bastos continua no lelelé, enquanto não consegue executar o orçamento do Fundo Nacional de Segurança Pública no que se refere ao financiamento das políticas de proteção do povo brasileiro. Ao mesmo tempo, incorre em desvio de finalidade ao mandar para o balcão das companhias aéreas recursos destinados à aquisição de viatura, armamento e remuneração de policiais, por exemplo.

Sr. Presidente, o governo Lula teve o desprazer de executar do orçamento do Fundo Nacional de Segurança Pública, conforme dados do Siafi, até ontem, apenas 0,08% da dotação de pouco mais de 366 milhões reais. Ou seja, pagou exatamente 295.358,49 reais, sendo que deste valor 56%, 166.786,81 reais, foram destinados à quitação de passagens aéreas e despesas de locomoção.

Para encontrar facilidades na obtenção de mordomia, o governo Lula está conferindo caráter orgânico a ficções legislativas, como se os fundos que o PT administra deixassem de ser unidades orçamentárias para se tornarem repartições no sentido físico da burocracia. Então, no Fundo Nacional de Segurança Pública existe um programa de trabalho denominado Sistema Integrado de Formação e Valorização dos Servidores, no qual foram empenhados 300 mil reais com diárias; 860 mil reais

com passagens aéreas; 300 mil reais com serviços de terceiros (pessoas físicas); e 700 mil reais com serviços de terceiros (pessoas jurídicas).

Eu gostaria de saber como um fundo contrata serviço, paga diária e viaja de avião. Não fosse o flagrante desvio de finalidade, impressiona o ânimo de locomoção que está sendo financiado com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Com os 860 mil reais empenhados é possível adquirir, por exemplo, aproximadamente 2,8 mil passagens aéreas de Brasília a São Paulo. Considerando-se uma média de 20 dias úteis mensais, seriam 120 dias disponíveis para viagem a trabalho nos primeiros seis meses de 2004, o que significa dizer que o Fundo Nacional de Segurança Pública disponibilizou verba para custear o equivalente a algo como 24 viagens por dia no trecho Brasília-São Paulo.

O governo Lula não tem dinheiro para complementar os salários dos policiais. Não consegue investir em sistema de inteligência e polícia científica. Não há recursos para capacitação das instituições. Enfim, o cofre está hermeticamente fechado para o essencial, mas não falta o estipêndio para custear vantagens indiretas da honorável classe do Partido dos Trabalhadores.

O governo poderia justificar que tamanho comparecimento dos lulocratas ao setor de embarque dos aeroportos se deve ao imprescindível exercício do direito de ir e vir dos membros do conselho gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública. A escusa pode até explicar, mas não se justifica. O conselho é composto por dois representantes do Ministério da Justiça, um representante de cada um de outros três ministérios e da Procuradoria-Geral da República. O que é de razoável economia administrativa supor que se trata de agentes públicos que moram, trabalham ou se reúnem em Brasília.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, o texto da Lei nº 10.201, de 2001, que instituiu o Fundo Nacional de Segurança Pública, é claro no seu art. 4º, em que relaciona que o fundo apoiará projetos na área de segurança pública destinados, dentre outros, a:

- I — reequipamento, treinamento e qualificação das polícias civis e militares, corpos de bombeiros militares e guardas municipais;*
- II — sistemas de informações, de inteligência e investigação, bem como de estatísticas policiais;*
- III — estruturação e modernização da polícia técnica e científica;*
- IV — programas de polícia comunitária; e*
- V — programas de prevenção ao delito e à violência.*

De acordo com o espírito da lei, a listagem não é exaustiva, mas não há hermeneuta que consiga incluir o turismo ministerial no rol das políticas de segurança pública. Este governo, como um todo, tem uma atração fatal pela movimentação aeroportuária, mas é espantoso como se pratica no Ministério da Justiça o desejo



de voar e torrar o carvão do contribuinte com diárias.

Imaginei que o governo Lula, em matéria de segurança pública, já tivesse exaurido o seu paiol de bobagens, mas, na semana passada, durante audiência na Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados, o ministro Márcio Thomaz Bastos fez uma declaração singular. Ao reconhecer que a União é incapaz de promover a melhoria do sistema prisional, o dr. Bastos lançou mão da seguinte singeleza: “O Brasil precisa adotar as penas alternativas”.

*(A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA.)*

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Já estou concluindo, Sr<sup>a</sup> Presidente.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, sinceramente não consigo entender o que pretende o ministro da Justiça. Seria o dr. Márcio Thomaz Bastos um Simão Bacamarte às avessas? Trata-se do personagem principal de Machado de Assis no conto *O Alienista*. Médico e cientista de inúmeros títulos e enorme reputação, Bacamarte montou um asilo e cuidou de internar quase todos os moradores de uma cidade, depois de promover acurados estudos acerca da loucura. Em uma sanha delirante, o médico reavaliou os resultados e passou a considerar mentecapto quem possuía perfeita sanidade. Por fim, Simão Bacamarte internou a si mesmo solitariamente no asilo da Casa Verde e morreu, apesar “do enterro com muita pompa e rara solenidade” com a reputação de ter sido o único louco da pequena Itaguaí.

Sr<sup>a</sup> Presidente, se possível, concedo um aparte ao senador José Jorge.

*A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (SERYS SLHESSARENKO, BLOCO/PT-MT)* — Não é possível.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Então, vou apenas concluir.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, o ministro da Justiça possui mesmo uma extraordinária capacidade de simulação. Com habitual laconismo parece audaz quando recomenda que o Brasil precisa devolver às ruas parte preponderante da população carcerária porque o governo Lula não tem capacidade de manter o sistema prisional operando com segurança e probidade. Vejam que, neste país, rigorosamente só cumpre pena em regime fechado quem comete crime hediondo e assemelhado ou é condenado a mais de oito anos por homicídio, por exemplo. Ninguém mais vai para a cadeia pela prática de furto, receptação, lesão corporal grave, estelionato ou homicídio culposo. A regra da liberalizante legislação brasileira já é a da mínima privação da liberdade.

Definitivamente, não é fácil para um criminoso conseguir cumprir pena em regime fechado no Brasil. Sem uma vasta biografia criminal gravada na periculosidade e na reincidência, praticamente ninguém fica preso neste país. Isso é vergonhoso, mas o governo Lula acha pouco e pretende criar ambiente político para

adocicar ainda mais o sistema penal. O pior é que esta Casa está corroborando para piorar a situação da segurança pública no Brasil. No ano passado foi aprovado o fim do exame criminológico, um evidente retrocesso, e rejeitada a adoção do Regime Diferenciado de Segurança Máxima para os presos de grande periculosidade e envolvidos com o crime organizado.

Sr<sup>a</sup> Presidente, há duas semanas, a Unesco, em conjunto com o Instituto Ayrton Senna e a Secretaria Especial de Direitos Humanos, divulgou a quarta edição do Mapa da Violência no Brasil, cujos resultados apontam para uma catástrofe cotidiana, especialmente em relação aos jovens entre 14 e 24 anos. De acordo com os números, na década decorrida entre 1993 e 2002, o número total de homicídios no país saltou de 30.586 para 49.640, o que representa um incremento de 62,3%, enquanto a taxa de crescimento populacional foi de apenas 15,2%. Isso significa um aumento anual de 5,5%. Considerando-se que a variação a cada ano é de mais ou menos 2 mil homicídios a mais, pode-se inferir que, em 2004, vamos contabilizar alguma coisa próxima de 54 mil homicídios.

**(A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA.)**

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Para concluir, Sr<sup>a</sup> Presidente, o Mapa da Violência IV demonstra que a população jovem é a mais atingida pela carnificina. De acordo com os dados, a taxa de homicídios em 1993 para a população total era de 20,3 para um grupo de 100 mil habitantes. Já para os jovens entre 15 e 24 anos, o índice era de 34,5 para um grupo de 100 mil habitantes. Em 2002, o indicador para a população total subiu para 28,4 por grupo de 100 mil habitantes, enquanto entre jovens o índice saltou para 54,7 para um grupo de 100 mil habitantes.

Outro dado interessante e que reforça o entendimento de que o governo Lula faz cara de paisagem para o maior problema social deste país é o fato de que, em relação a 1980, a taxa global de mortalidade caiu, mas cresceu quando é estudada a faixa etária entre 15 e 24 anos. O Brasil, vale repetir, entre 67 países pesquisados pela Organização Mundial da Saúde, situa-se em quarto lugar em número de homicídios, perdendo apenas para Colômbia, El Salvador e Federação Russa, nações que vivem em permanente conflagração. A situação é tão séria, que o peso do Brasil é preponderante para jogar as estatísticas da América Latina no pior do Terceiro Mundo. A Organização Mundial da Saúde, em estudo publicado no início do mês e intitulado...

**(A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA.)**

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Estou no último parágrafo, Sr<sup>a</sup> Presidente.

A Organização Mundial da Saúde, em estudo publicado no início do mês e intitulado *A Dimensão Econômica da Violência Interpessoal*, aponta que houve no

mundo 199 mil homicídios praticados contra jovens. Só o Brasil contribuiu com 10% dos assassinatos. Caso o Presidente Lula dedicasse aos brasileiros a mesma preocupação que dedica à humanidade, certamente, o primeiro-funcionário descobriria que o Haiti é aqui.

Muito obrigado.

*Pronunciamento realizado em 24 de junho de 2004*

## Na sessão da CCJ que aprovou a Reforma do Poder Judiciário, destaca o Controle Externo, a Súmula Vinculante e a extinção das férias coletivas

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores

Hoje estamos cumprindo um papel importante para o Brasil. Há mais ou menos uma década discutimos a reforma do Poder Judiciário, o que é algo crucial para o país. Basta lembrar que um dos motivos alegados para a Proclamação da República era a reforma do Judiciário.

Em 1977, o general Geisel fechou o Congresso e apelidou o fato de recesso do Congresso por uma semana. Naquela ocasião, era presidente da Câmara dos Deputados o nobre senador Marco Maciel. Nem por isso aconteceu de o Poder Judiciário ser reformado a contento da população.

Então, é claro que o trabalho feito pelo senador José Jorge, coordenado pelo senador Edison Lobão, com a participação de todas as Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores desta Casa, efetivamente, também acabará por necessitar de complementação. A *Folha de S. Paulo*, o jornal *O Globo* e muitos outros jornais do Brasil têm discutido sempre, com muita propriedade, a morosidade que grassa na Justiça brasileira. E essa morosidade continuará existindo apesar dessa reforma.

A Secretaria Nacional de Reforma do Poder Judiciário, criada no Ministério da Justiça, ficou de enviar, até o final do ano, ao Congresso Nacional propostas para a reformulação do Código de Processo Penal, do Código de Processo Civil e de outros códigos, eliminando uma série de recursos, possibilitando a defesa, mas possibilitando também que efetivamente possamos julgar mais e melhor.

Dessa reforma constitucional do Judiciário, podemos destacar alguns pontos que merecem realmente acolhida e outros que devem ser trocados. O controle externo do Poder Judiciário e do Ministério Público é essencial, porque todos estamos verificando, dia a dia, que o Poder Judiciário e o Ministério Público cometem abusos que suas corregedorias não conseguem apurar. E não o conseguem principalmente por corporativismo, sendo essencial que um órgão externo possa fazer esse trabalho.

Então, o controle externo é uma corregedoria de luxo? É uma corregedoria também, mas é um órgão de orientação, que pode servir, inclusive, para profissionalizar todo o serviço da Justiça, o que é muito bom que aconteça. Não podemos aceitar que juízes e promotores continuem dirigindo os serviços administrativos dos Tribunais, até porque não são preparados para isso. Juízes e promotores não são bons administradores.



*Cultura jurídica e capacidade de negociação destacaram o senador na Reforma do Judiciário*

A súmula vinculante também é muito importante para desafogar principalmente o Supremo Tribunal Federal. A súmula vinculante nada mais é do que o Supremo dizer: “Não cheguem mais com essa questão aqui, porque já cansamos de decidir sobre essa ela”. Há dez, vinte, trinta mil recursos na mesma direção, apenas com o objetivo de procrastinar o julgamento, apenas com o objetivo de se ganhar, inclusive, dinheiro, como disse o senador Antônio Carlos Valadares. O ex-presidente da Associação dos Juízes Federais veio denunciar, em uma das audiências públicas, que o Poder Judiciário, muitas vezes, é utilizado para se ganhar dinheiro, porque os juros bancários são mais caros do que os juros legais da Justiça. Portanto, a súmula vinculante é importante para impossibilitar o uso do Poder Judiciário com esse objetivo.

A súmula impeditiva de recurso para os Tribunais Superiores é importante também, porque possibilitará que essas questões continuem sendo discutidas em instância inferior e que os Tribunais Superiores revejam a sua decisão.

A quarentena de entrada para juízes e promotores de Justiça é fundamental, porque, por maior que seja a qualidade intelectual de um promotor ou de um juiz ou de um estudante de direito, melhor dizendo...

**O SR. PRESIDENTE (JOÃO ALBERTO SOUZA, PMDB-MA)** — Senador Demóstenes Torres, conclua o seu pronunciamento.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> a mesma tolerância dispensada ao senador Antonio Carlos Valadares, dando-lhe sete minutos de acréscimo. Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> essa mesma tolerância.

Gostaria de dizer que essa quarentena de entrada é fundamental não só para manter a qualidade dos profissionais, mas também para lhes dar uma certa experiência de vida. Por quê? Porque nossas vidas estão nas mãos, muitas vezes, de jovens de 21 ou 22 anos de idade. E, mais do que a inteligência da formação, é preciso ter uma experiência de vida para decidir sobre a vida dos outros.

A quarentena de saída também é fundamental, porque juízes, principalmente de tribunais superiores, acabam utilizando a sua influência no cargo, quando saem, para conseguir fazer com que suas ações tenham êxito. É importante esse prazo de três anos para se desvincular totalmente a atuação do magistrado e do membro do Ministério Público perante o juizado em que atuou.

O vitaliciamento com três anos também é importante. Aumenta-se em um ano para mostrar que o juiz e o promotor têm condições intelectuais, têm o equilíbrio necessário para que possam continuar no cargo.

A promoção por estudo, ótima! Até soldado — e não digo *até* de forma depreciativa, não — para ser promovido a cabo ou a sargento tem que fazer o seu curso de formação. Então, juízes e promotores têm que continuar estudando permanentemente, porque ninguém nasce sabendo. Todo mundo tem que ter a humildade de admitir que essas promoções têm que ser realmente por talento, e as promoções por antiguidade também têm que estar lastreadas num certo grau de estudo por parte dos membros do Ministério Público e do Poder Judiciário.

As decisões administrativas passam a ser públicas, todas as decisões administrativas e todas as decisões judiciais, exceto, naturalmente, aquelas que os próprios códigos dizem que têm que ser tomadas em caráter reservado, como são os casos de direito de família, por exemplo. Mas por que a sessão de julgamento de um juiz por improbidade tem que ser secreta? Então, esses julgamentos passam, evidentemente, a ser feitos às claras.

Fim das férias coletivas. Não é possível o Poder Judiciário ficar parado por dois meses. As férias passam, então, a ser individuais. Mas deveríamos também ter aprovado o fim desse recesso longo para o Poder Legislativo, para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal. Isso é importante. Uma vez que estamos dizendo que outro Poder tem que se conduzir de determinada forma, temos de ter a mesma postura ética e moral frente a este problema do excesso de férias coletivas para o Poder Legislativo brasileiro.

Autonomia das defensorias públicas estaduais. Seria muito bom que essa autonomia fosse estendida. Creio que a emenda de redação da senadora Lúcia Vânia poderia ser adotada tanto para a Defensoria Pública do Distrito Federal quanto para a Defensoria Pública da União, para que elas também possam ter autonomia.

Alguns dispositivos foram aprovados mais para a platéia do que propriamente para resultados. Há um verdadeiro oba-oba, como a federalização dos crimes contra os direitos humanos, o que não tem qualquer sentido. Inclusive, a IX Conferência

Nacional dos Direitos Humanos, promovida, na semana passada, pelo governo federal, aprovou moção que dizia que isso era balela e que não poderia ser aprovado. Isso é muito simples. Por que a Procuradoria Geral da República poderá pinçar alguns casos e trazer para o Superior Tribunal de Justiça e este distribuí-los para alguma vara federal competente? Tirar o julgamento da Justiça por que razão? Mesmo porque sabemos que a grande maioria dos crimes contra os direitos humanos de repercussão nacional e internacional são crimes dolosos contra a vida, ou seja, praticamente homicídios. Quem julga o homicídio? O júri, não o juiz. Então, será tirado o direito do povo do interior de Santa Catarina, de Goiás, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, do Amapá, e transferir esse julgamento para uma capital ou até mesmo para o Distrito Federal. Não há qualquer fundamento que autorize o deslocamento dessa competência. Inclusive, é uma violência constitucional, contra o direito, porque é a volta do sistema da advocatária, que é péssimo.

Alteração nos Tribunais Regionais Eleitorais, tirando-se um desembargador e colocando um juiz federal. Essa é outra espécie de preconceito. Muitos pensam que a Polícia Federal é mais do que a Polícia Estadual, que o Ministério Público Federal é mais do que o Ministério Público Estadual, que o juiz federal é mais do que o juiz estadual. Não é verdade! Cada qual atua numa área estrita da sua competência. Isso quer dizer que o juiz federal tem atribuição nos crimes praticados contra instituições federais e a atribuição do juiz estadual é para os crimes contra o Estado.

O problema da eleição no Brasil não está em se mudar um desembargador por um juiz federal, mas em se adotar o instituto da fidelidade, em se rever a participação dos partidos nanicos, que acabam sendo escora para os partidos menores, o financiamento de campanhas. Não é se tirando um juiz estadual, um desembargador estadual e colocando-se um juiz federal que nós iremos resolver esse problema, mesmo porque a grande parte desses juízes presos é de juízes federais. Então, não quer dizer que os juízes federais estejam imunes ao problema da corrupção. É claro, também, que a maioria é absolutamente honesta e decente. Mas essa mudança não vai significar nada em termos de melhoria do julgamento dos Tribunais Regionais Eleitorais.

A adoção do foro privilegiado é outra aberração...

**O SR. PRESIDENTE (JOÃO ALBERTO SOUZA, PMDB-MA)** — Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que conclua o seu pronunciamento.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Só para concluir, nosso querido presidente.

O foro privilegiado é outra aberração, que, inclusive, eu não quero. Por que eu quero ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal, que é o único grau que podem ter o desembargador e o Presidente da República para serem julgados? Se eu fosse julgado por um juiz de primeiro grau, eu poderia ter uma série de recursos. Então,

passo a ter direito a um julgamento em instância única.

E mais: vão tirar a possibilidade de promotores fazerem investigação nos locais adequados e jogar para os procuradores da República, que já disseram que não têm condições de investigar em todo o Brasil.

O cidadão, que tem direito de propor ação popular contra o presidente da República, vai ter que sair lá do interior do Acre e do Amazonas e vir a Brasília para ajuizá-la. Isso não existe, não é verdade?

Sr. Presidente, uma outra aberração são os juízes leigos. V. Ex.<sup>a</sup> imagine a adoção dos juízes leigos nos chamados juizados especiais. Todo mundo quer ser julgado por alguém concursado. Como é que vamos colocar um leigo e, às vezes, até mesmo um analfabeto para estar ao lado de um promotor concursado e de um advogado que passa pelo exame da Ordem para julgar as pequenas causas, que quase sempre envolvem pessoas que têm baixo poder aquisitivo? Isso vai propiciar também a adoção, no futuro, dos chamados juízes municipais, dos promotores *ad hoc* e da volta dos rábulas. Não podemos permitir isso na Justiça brasileira.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex.<sup>a</sup>. É claro que temos muitos outros pontos a discutir. A reforma foi aprovada no seu texto básico, mas as emendas, ressaltando-se os destaques, serão votadas no mês de agosto, e o faremos. Louvo, mais uma vez, a aprovação da Reforma do Judiciário, com institutos importantes. Mas ainda temos que fazer algumas correções nesse rumo. Mais uma vez, parabéns especialmente o senador José Jorge, que foi um guerreiro, que ouviu muito e que acabou produzindo um belo texto.

Muito obrigado.

*Pronunciamento realizado no dia 7 de julho de 2004*



## Condena revogação da Lei dos Crimes Hediondos e diz que a medida vai expor a sociedade ao aumento da criminalidade, desmoralizando o sistema penal

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

**"A essência da LulaPress é a empulhação"**

**ELIO GASPARI**

As exceções constitucionais ao direito à liberdade durante o regime militar criaram no Brasil um tabu de que é ilegítimo o poder punitivo do Estado. A corrente de pensamento tem influenciado o legislador brasileiro, que, desde o fim do período, vem promovendo o desmonte da legislação penal. Especialmente dos anos 1990 para cá, os governos de um modo geral adquiriram o hábito de justificar a própria inatividade na "falência do sistema". A administração do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, além de manter a tradição inercial da União em relação à segurança pública, prepara o "formidável enterro" de qualquer esperança de se instituir uma política eficaz de proteção do Estado e da sociedade brasileira. Na semana passada, o Ministério da Justiça emitiu a perigosa e inconseqüente intenção de revogar a Lei dos Crimes Hediondos. Nesta semana, já falou em elaborar estudos para iniciar as discussões. O certo é que, explícita ou tacitamente, a vontade do governo federal está lançada. Tenho certeza de que, desta feita, o Congresso Nacional não vai se portar como colaboracionista.

A revogação da Lei dos Crimes Hediondos vai sepultar o último instrumento que o Estado possui para manter segregado quem comete crime de alto potencial ofensivo. Os argumentos lançados pertencem à velha cantilena de que o diploma legal, 14 anos depois da sua edição, não conseguiu coibir a criminalidade. O Ministério da Justiça inclusive encomendou um estudo ao Ilanud — Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinqüente — para provar a assertiva com o carimbo internacional. O propósito de comprovar que a Lei dos Crimes Hediondos não cumpriu a finalidade de prevenir o delito é um pretexto que move o governo a navegar em mares nunca dantes navegados. O objetivo é levar adiante a missão de extirpar, de qualquer maneira, os últimos freios da legislação penal e diluir no meio social o incômodo da "herança maldita" dos 308 mil presidiários que abarrotam o sistema penitenciário.

Sr. Presidente, como diversas vezes pude me pronunciar desta tribuna, o governo Lula insiste em trafegar no sentido proibido da construção de uma política de

segurança pública para o Brasil porque não pretende investir no setor. A superlotação dos presídios, a promiscuidade administrativa, a fermentação de comandos criminosos e o irrisório índice de recuperação do sistema prisional deveriam ser aquele estímulo desafiador que uniria — como bem gosta o discurso presidencial — a sociedade e o Estado contra o crime. Ao contrário, os defeitos institucionais são transmitidos à opinião pública como um caos irresistível. Então, no receituário do governo Lula só existe a porta de saída das cadeias para o problema penitenciário.

Durante as discussões da Subcomissão de Segurança Pública desta Casa, da qual sou o relator, fui exaustivo ao prevenir o Senado de que era um sinal de regresso e que o país pagaria caro pelo fim do exame criminológico. À época, o governo federal, com apoio do governo de São Paulo, lançou o mesmo argumento de que a perícia multidisciplinar também não funcionava e por isso deveria ser expurgada. Feita a vontade do presidente, revogou-se o que se constituía no único instrumento de aferição das condições subjetivas do condenado para a obtenção do benefício da progressão da pena. Reflexo do baile: a evolução do regime fechado para o semi-aberto, que antes requeria laudo de especialistas na ciência forense, agora é automático, tendo em vista o critério temporal e o atestado de bom comportamento expedido pelo diretor de um presídio. Conforme anunciei, e de acordo com reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, milhares de presos estão voltando ao convívio das ruas sem merecimento.

Eu gostaria de advertir que a tentação liberalizante em relação à Lei dos Crimes Hediondos tem a finalidade apenas de dar impulso definitivo ao rodízio de presos iniciado com o fim do exame criminológico. Na ocasião, o Senado conseguiu alterar a investida do Palácio do Planalto realizada por via de um pacote de medidas oriundas da Câmara dos Deputados e conseguiu melhorar a proposta com a aprovação do Regime Disciplinar de Segurança Máxima. Os deputados mantiveram o texto inicial, derrubaram o do Senado e homologaram uma temeridade. Desta feita, logo depois que se encerrar o período eleitoral, o governo Lula pretende passar o rolo compressor para que esta Casa divida a culpa do inconstante livramento de matadores de aluguel, estupradores, latrocidias, seqüestradores, traficantes de droga e chefes de organizações criminosas. Eu gostaria de registrar a corajosa posição de antagonismo à idéia de condescendência com os autores de crimes graves expressa pelo ex-presidente da Conamp — Associação Nacional dos Membros do Ministério Público —, hoje presidente da Associação do Ministério Público do Rio de Janeiro, dr. Marfan Vieira Martins.

No delírio petista, a libertação da escória irrecuperável condenada pela prática de crimes graves fará bem ao “projeto de desenvolvimento do país”, como quer o chefe do politburo, o ministro-chefe da Casa Civil. De acordo com a Doutrina Dircelista, ao aliviar a pressão do sistema prisional, o governo estaria drenando uma fonte sistemática de más notícias e desgastes políticos. Ao Palácio do Planalto é plausível a

desonra do sistema penal e a exposição da sociedade brasileira ao risco do incremento da criminalidade desde que a medida traga preservação aparente do *status* político do governo. Trata-se de uma revisitação da lógica do marechal Henri Pétain, que decidiu entregar a França aos nazistas para “manter a unidade francesa, uma unidade de dez séculos, dentro de um quadro de atividade construtiva da nova ordem européia”.

Sr. Presidente, neste ano, o Ministério da Justiça teve o desprazer de investir no sistema prisional apenas 9,66% do Fundo Penitenciário Nacional. Ao todo foram autorizados no Orçamento 202.179.835,00 reais e efetivamente executados 19.530.272,56 reais. De acordo com o planejamento governamental, em quatro anos a administração do PT iria construir cinco presídios federais de segurança máxima, sendo que o primeiro seria inaugurado em maio deste ano. As penitenciárias seriam capacitadas para receber condenados em Regime Disciplinar Diferenciado, a exemplo dos chefes do narcotráfico. O governo Lula, só no último dia 13 deste mês, conseguiu concluir o processo licitatório do primeiro estabelecimento penal, a ser construído no Mato Grosso do Sul. Já em relação ao Fundo Nacional de Segurança Pública, a situação é sensivelmente pior. Neste ano, até a presente data, foram executados apenas 3,90% do orçamento.

Os números do censo 2003 do Departamento Penitenciário Nacional demonstram os resultados práticos da teoria do abandono. Em 2003, os governadores recém-empossados tiveram de dar uma resposta às urnas que os elegeram e que elegeram também a segurança como o principal problema social. Houve um incremento do número de prisões e do cumprimento de mandados judiciais, com um resultado de 67.811 novos reclusos. Em flagrante descompasso com a demanda, a criação de novas vagas foi de 5%, ou pouco mais de 9 mil. Ou seja, o déficit do sistema cresceu 104%. Em vez de enfrentá-lo, o governo Lula tergiversa pelo pior caminho, revogando o único escudo legal que, minimamente, ainda garante a sociedade.

No Ministério da Justiça predomina o pensamento de que o certo e prudente é afrouxar as leis penais para permitir maior liberação de presos e deixar que o sistema se acabe por falta de investimentos, já que não cumpre a finalidade de ressocializar o criminoso. E depois o petismo vem dizer que o sistema prisional está em colapso e que é preciso penas alternativas, quando a pressão está se elevando porque o governo federal prefere que a infra-estrutura carcerária se torne uma enxovia. Para a administração do PT, o combate à criminalidade por meio da repressão policial e penas rigorosas é um dispositivo autoritário e ilegítimo. Isso é beletismo penal cumulado com má-fé. No Brasil, é fácil ser detido pelas autoridades policiais por um crime de menor potencial ofensivo, como um furto, mas definitivamente é muito raro alguém ficar preso. Sem se considerar a subnotificação dos registros criminais, que chega a três quintos das ocorrências, de acordo com o próprio Ilanud, apenas 5,2% dos delitos praticados resultam em condenação. E, ressaltados os poucos mais de dez

crimes previstos na Lei dos Crimes Hediondos, só permanece preso quem tem uma folha corrida vintenária de reincidência.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, tecnicamente, quem comete um crime cuja pena prevista não ultrapasse dois anos tem o benefício da transação penal e sequer é autuado em flagrante delito. O criminoso se compromete a pagar uma cesta básica e se livra solto. Quem é apenado em até quatro anos, reunidas as condições subjetivas, recebe medidas restritivas de direito, as chamadas penas alternativas. Quem praticou um homicídio simples e foi condenado a sete anos de prisão, por exemplo, também não fica preso, pois tem direito ao cumprimento inicial em regime semi-aberto. Neste país, para efetivamente cumprir a pena em regime fechado, é preciso chegar ao extremo de matar para roubar, traficar entorpecentes com habitualidade, seqüestrar alguém ou praticar ato de semelhante gravidade. São condutas de extremo grau de violência, que se tornaram comezinhas, mas que o governo federal entende que merecem menor reprovabilidade social, vez que estão abarrotando o sistema prisional e maculando a boa imagem do PT.

Sr. Presidente, faço questão de registrar a minha indignação com a capacidade que este governo tem de gerar problemas e desconfortos ao país. Nos últimos 15 dias, movida por surtos autocráticos, a administração do PT vem promovendo a vilania no atacado. Em um dia quer encapuzar a liberdade de imprensa, noutro impor o dirigismo cultural. Na semana seguinte divulga um relatório com a finalidade espúria de arrostar o Poder Judiciário, enquanto o Presidente da República, em um misto de vulgaridade e inconveniência, chama os jornalistas de covardes e, sem nenhum propósito, afirma que foi ao Gabão para aprender a ser ditador. Agora, como escreveu Eça de Queirós, “tecendo e estendendo as malhas preciosas das amizades partidárias”, inopinadamente decide que é preciso conferir foro privilegiado ao presidente do Banco Central, em uma manobra que tem todos os contornos de confissão antecipada de culpa do atual ocupante da cadeira, presente que o Sr. Meirelles, se consultado, com certeza, dispensaria. Em busca de poder absoluto, imagina que pode urdir todas as inconstitucionalidades e alterar a estabilidade jurídica do país. Para finalizar, valho-me das palavras do senador Jefferson Peres, que em brilhante artigo publicado hoje no jornal *Folha de S. Paulo* assim resumiu a sua frustração com a situação política do Brasil: “Entendo que o PT tenha abandonado a utopia ideológica, uma vez que o projeto socialista desmoronou junto com o Muro de Berlim. Mas não entendo nem desculpo que tenha abjurado a utopia ética, configurada no compromisso de conciliar a política com a decência, especialmente no exercício do poder”.

Muito obrigado.

*Pronunciamento realizado em 18 de agosto de 2004*

**No cinquentenário da morte de Vargas, identifica surto estadonovista na tentativa do PT de exercer o controle da imprensa, das artes e da propaganda**

Senhor Presidente,  
Senhoras Senadoras,  
Senhores Senadores,

***"Eu desejo o futuro cheio de glória  
Minha morte é bandeira da vitória  
Deixo a vida para entrar para a história  
E ao ódio eu respondo com perdão"***

**EDGARD FERREIRA**

No último domingo, enquanto o governo do Ex.<sup>mo</sup> Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, abria espaço nos maiores periódicos do país para justificar os dez mandamentos da liberdade de imprensa contida e bem-comportada, os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* deram uma aula de jornalismo sobre os 50 anos da morte do ex-presidente Getúlio Vargas. São cadernos de alto valor bibliográfico e que registram a maturidade, a competência e o senso criativo com que as publicações observaram e analisaram a história do maior político da República. A mim, que sou um apreciador da cultura brasileira, me impressionou bastante a reportagem do jornalista Sérgio Augusto no *Estadão*. Um dos profissionais mais brilhantes da imprensa brasileira, Sérgio Augusto percorreu a Era Vargas olhando a música, o teatro e o rádio. Com muita acuidade, detalhou as relações de comprometimento do produto cultural durante o primeiro governo Vargas com a difusão das razões e vontades da Revolução de 1930, especialmente do Estado Novo.

A reportagem de Sérgio Augusto me endereçou para uma publicação que eu conheci nos anos 1980, quando eu era promotor de justiça no interior de Goiás e que há anos se perdeu, mas que consegui encontrá-la na Biblioteca do Senado, uma das mais preciosas fontes de conhecimento do Brasil. Trata-se de uma brochura intitulada *Getúlio Vargas e a Música Popular*, da Editora da Fundação Getúlio Vargas, lançada em 1983 em comemoração ao centenário do ex-presidente, promovida pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Assinado por Jairo Severiano, o trabalho projeta a Era Vargas com breves comentários historiográficos em apoio às 42 letras de hinos, marchas, valsas e sambas que fizeram apologia ao mais cantado dos presidentes brasileiros. A publicação resgata o que havia de melhor da charge entre os anos 1930 a 1950 e faz uma abrangente compilação da Música Popular Brasileira no período. O trabalho tem

início na sucessão de Washington Luiz, com um Vargas diminuído pelo peso das artimanhas oligárquicas da campanha eleitoral, e se encerra com o lamento do Pai da Nação acabado com um tiro no peito. Apesar da edição modesta, é um bom complemento à vertente que o ex-jornalista d'*O Pasquim* seguiu para explicar Getúlio.

Sérgio Augusto percorre momentos memoráveis da reverência artística a Vargas até o fim do Estado Novo, enquanto na brochura Severiano consagra também o segundo governo e vai além do suicídio, quando o ex-presidente virou um mito idolatrado por artistas como João de Barro, compositor da marcha “Hino a Getúlio Vargas”. Das ondas do rádio, Jairo Severiano traz na publicação o conhecimento de que muita gente bamba participou do beija-mão musical a Vargas, a exemplo de Haroldo Barbosa e Mariano Pinto, em “Retrato do Velho”; e Silas de Oliveira e Mano Décio da Viola, que compuseram “Sessenta e Um Anos de República”. Geraldo Pereira também teceu loas ao ex-presidente em “Ministério da Economia”, onde declama com adulação: “Sua Excelência mostrou que é de fato. Agora tudo vai ficar barato...”

**O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI)** — Senador Demóstenes Torres, gostaria de participar.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Concedo o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI)** — Sobre Getúlio, todo mundo sabe, mas um fato muito me impressionou, e quis Deus estarmos ao lado do senador Alberto Silva. O último livro que saiu, de um jornalista do Rio Grande do Sul [*Flávio Tavares*], *O Dia em Que Getúlio Matou Allende*, não tem nada a ver com isso. Esse jornalista estava na China, encontrou ocasionalmente com Allende e contou o fato. Então, ele acha que aquilo inspirou Allende a resistir e não sair do governo. Mas o que me impressionou, atentai bem, é um exemplo de Getúlio ao PT, à austeridade, senadores Heráclito Fortes e Alberto Silva. V. Ex.<sup>a</sup> é muito novo, senador Demóstenes Torres, mas, antigamente, não havia eletricidade e existiam aquelas geladeiras a querosene. Getúlio Vargas, depois de 15 anos como presidente, comandante, ditador, foi para São Borja e não tinha uma geladeira daquelas, Eletrolux.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** — Westinghouse.

**O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI)** — Não, Westinghouse foi depois. É porque V. Ex.<sup>a</sup> é novo, senador Heráclito. Senador Demóstenes Torres, meu avô, que não foi presidente, tinha duas: uma em sua casa, no sobrado, e outra na casa de praia. E o presidente Getúlio Vargas não tinha, depois de 15 anos — atentai bem aqueles que estão fazendo farrá com o dinheiro público no poder —, uma geladeira. Ele recebeu uma de presente de um empresário paulista. No começo, constrangido, não quis receber a



CPDOC / Fundação Getúlio Vargas

*“Em diversos momentos o PT se olhou no espelho e visualizou a caricatura de Getúlio Vargas”*

geladeira. Depois, acabou aceitando-a, por delicadeza. Um dos seus prazeres era tomar sorvete à noite. Assim, Getúlio Vargas, depois de 15 anos, como não tinha eletricidade na sua fazenda em São Borja, ganhou de presente uma geladeira a que-rosene. Nessa mesma época, meu avô já tinha duas geladeiras dessas. Esse é o exemplo maior de austeridade que o PT deve aprender.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Concordo com V. Ex.<sup>a</sup>. Por isso é que eu o chamo de a maior figura da República.

Concedo a palavra ao ilustre senador Alberto Silva.

*(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA.)*

**O SR. ALBERTO SILVA (PMDB-PI)** — Sr. Presidente, serei breve. Associo-me às palavras do senador Mão Santa sobre Getúlio. Realmente, nós fomos dessa era. Eu era prefeito de Parnaíba e, em seguida, fui nomeado diretor de uma estrada de ferro federal que existia no Piauí, exatamente por ele, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis. Ouvi alguns conselhos sábios de um político que, como disse o senador Mão Santa, era não só austero mas uma pessoa que provou, depois de morto, que não tinha nada. A sua própria fazenda não tinha energia. Todos sabíamos disso. Fomos mais ou menos da época política em que ele foi governador e presidente do Brasil. Quero dizer que o Brasil ganhou com ele muita coisa. Presenciei uma delas, porque eu era engenheiro da Central do Brasil onde se fez a primeira siderúrgica nacional, a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda. Foi feita por Getúlio, e ganhou o Brasil um excelente instrumento de desenvolvimento. E foi o propulsor da Chesf, hidrelétrica do São Francisco. Bastavam esses dois fatos para mostrar que o Brasil deve a Getúlio muita coisa e, por isso mesmo, ele deve ser lembrado como um dos maiores presidentes que o Brasil já teve.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)** — Se não o maior. Concordo com V. Ex.<sup>a</sup>.

Só para concluir, Sr. Presidente. Eu dizia que Geraldo Pereira — estou fazendo uma comparação com o período musical para chegar até esta infeliz coincidência de o PT querer utilizar-se da figura de Vargas para se sustentar, o que não acredito ser possível — também teceu loas ao ex-presidente em “Ministério da Economia”, onde declama com adulação: “Sua Excelência mostrou que é, de fato. Agora tudo vai ficar barato. Agora o pobre já pode comer”. Que o Comissário Gushiken não me ouça, senão o samba acaba virando hino do famélico Fome Zero.

A matéria de Sérgio Augusto é de uma imensa oportunidade no momento em que o governo Lula pretende um conúbio infiel com o estado-novismo. Desnorteado para entrar para a história, quer deixar registrado que foi a administração do PT quem extirpou da vida nacional as últimas nódoas do varguismo. Para cumprir o



mister, o Projeto Gabão, muito bem conceituado pelo eminente senador José Agripino Maia, pretende sepultar o modelo trabalhista-sindical dos anos 40. Por outro lado, descobre virtudes no ex-ditador, como o controle da imprensa, das artes e da propaganda.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, observem que flagrante contradição: o governo do PT deve enviar à Câmara dos Deputados, ainda neste ano, o Projeto de Reforma Sindical com a proposta de remover os traços de intervencionismo estatal nas organizações dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, anuncia a criação do Conselho Federal de Jornalismo, que se configura na transferência de poderes autárquicos a uma entidade sindical. Olha ele aí de novo, o conselho, o mais varguista de todos os instrumentos que mantiveram o Estado Novo.

Sr. Presidente, o governo Lula não quer desmontar a herança de Vargas coisa nenhuma. Em diversos momentos desses 21 meses de governança do Brasil, o governo Lula se olhou no espelho e visualizou a caricatura de Getúlio Vargas. O ex-presidente revolucionário preparou o Brasil para o capitalismo centrado em um conceito de modernização sem sumo ideológico, sob os auspícios da iniciativa estatal e tendo em vista a sedimentação de um poder unitário e totalizante. Já o presidente Lula, sem nenhuma galhardia, pretende honrarias e prerrogativas ditatoriais para promover o tal “desenvolvimento econômico sustentável”. Ao mostrar que existem vantagens no cativeiro, o argumento presidencial quer convencer os nacionais de que os meios justificam os fins porque o presidente Lula “vai abrir a porta da esperança”, quando o país terá encontrado a passagem para a pós-modernidade. Desenvolvido, rico e gracioso, o Brasil, naturalmente que com o apoio do Gabão e do Haiti, encontrará assento no Conselho de Segurança da ONU e estará pronto para purgar todas as máculas do Pacto Colonial. Eu entendo que é defeso a qualquer presidente brasileiro a abdicação da solidariedade, mas me parece um ato de impostura e demagogia o perdão da dívida de países mais pobres do que o Brasil no instante em que o governo não tem competência para resolver o problema social interno.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, estamos encerrando agosto, logo vão faltar quatro meses para terminar o ano, e o Superministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome executou apenas 21,3% do que lhe é devido. Já na tela da TV, o mundo encantado da cidadela petista já descarregou, conforme matéria publicada ontem [25 de agosto de 2004] na *Folha Ilustrada*, um volume diário de sete horas e quinze minutos de publicidade oficial durante as Olimpíadas.

O ex-presidente Getúlio Vargas fez-se mito porque foi um mestre também do *marketing* político e operou, desde os primeiros dias dos 15 anos da Revolução de 1930, a montagem simultânea da máquina estatal, da base de desenvolvimento industrial e do controle das relações sociais, via meios de comunicação de massa. O sempre citado, pelo terror que produziu, DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, foi criado a partir do aperfeiçoamento de uma máquina de repressão e contro-

le preparada por um órgão, o DOP, Departamento Oficial de Publicidade, que iniciou as suas atividades em 1931. Já em 1934, o organismo se aperfeiçoou e deu lugar ao DPDC, Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, que passou a administrar com profissionalismo e êxito a infusão da propaganda do governo na indústria cultural.

Para se ter noção do *status* político e do peso burocrático do CPDC, consumado o Estado Novo, o órgão de controle da informação passou a ocupar as instalações do Palácio Tiradentes no Rio de Janeiro, até então sede do Congresso Nacional, fechado pela ditadura Vargas. O raio do bote do DPDC foi bastante ampliado com a incorporação de tarefas como o controle absoluto dos meios de comunicação, o que acabou dando ensejo à criação do DNP, Departamento Nacional de Propaganda, que acabou se tornando o pai natural do DIP. O órgão, criado em 1939, tinha um alcance bem mais abrangente. Ligado diretamente à Presidência da República, o DIP, de acordo com o decreto que o instituiu, e conforme documento da Fundação Getúlio Vargas, tinha como competência “centralizar e coordenar a propaganda nacional, interna e externa, e servir como auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas; organizar os setores de turismo, fazer a censura do teatro, do cinema, das funções recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura social e política e da imprensa”.

Além da gama de atribuições que, caso hoje vigorassem, encheriam de satisfação e brio o ministro-chefe da Casa Civil, dr. José Dirceu, o DIP ainda promovia convescotes cívicos e patrióticos. Composto de cinco divisões, o Departamento de Imprensa e Propaganda expressava o poder de intervenção de Getúlio Vargas tendo por ponto de partida a disseminação da matriz doutrinária do regime. O DIP, além de não permitir qualquer ensaio de contestação ao Estado Novo, não deixava que a figura pessoal do chamado “Pai dos Pobres” fosse indiferente a qualquer acontecimento nacional. De um lado, cabia à Divisão de Divulgação manter atualizada a propaganda massiva e altamente persuasória do regime. De outro, as divisões de Rádio, Teatro e Cinema e Imprensa forçavam o torniquete da censura e forjavam o produto cultural laudatório, como ocorreu com o samba “O Bonde de São Januário” de Wilson Batista e Ataulfo Alves. Wilson, que era um notório “malandro”, escreveu:

*“Quem trabalha é que tem razão  
Eu digo e não tenho medo de errar  
O bonde de São Januário  
Leva mais um otário  
Sou eu que vou trabalhar”*

O DIP achou a ironia uma afronta ao sistema e só liberou o samba depois que a palavra “otário” foi trocada por “operário”. A maior ingerência repressora do DIP,

que se apoiava em um regime que não tinha qualquer pudor de torturar e banir foi, sem dúvida, o confisco do jornal *O Estado de S. Paulo*, que se recusou a se submeter à ordem do Estado Novo e ficou sob intervenção entre março de 1940 e dezembro de 1945.

Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Senadores, eu reconheço a grande obra do presidente Getúlio Vargas e tenho em conta o seu legado político, principalmente a sua capacidade de administrar as ambigüidades da complexa sociedade brasileira durante o transcurso do maior conflito armado do século XX, a Segunda Grande Guerra. A exemplo do presidente Lula, e apesar da formação acadêmica, Vargas não era um homem culto nem refinado, mas estava longe de se expor como um patusco. Infelizmente, neste arremedo de estadismo, Lula busca Vargas não nas qualidades do brasileiro mais reverenciado de todos os tempos, mas nos instrumentos que fizeram a ignomínia quando Getúlio dispôs de poder absoluto.

Muito obrigado.

*Pronunciamento realizado em 26 de agosto de 2004*

# DIÁRIO DA ANTÁRTICA

## O senador que foi ao frio

Demóstenes Torres narra em diário sua viagem à Antártica, descrevendo tombo no gelo, receita de Caiado e o sucateamento das Forças Armadas, que usam veículos da Segunda Guerra



Ass. Senadora Serys Slhessarenko

O senador Demóstenes Torres, do PFL goiano, viajou, em julho, para a Antártica com a meta de visitar a Base Comandante Ferraz, que o Brasil mantém no continente. O tempo ruim atrapalhou o objetivo e ele foi apenas à base chilena, mas diz que matou a curiosidade. Olhou o que se coloca na geladeira num lugar em que a temperatura chega a 89 graus negativos. Passou sustos com a má visibilidade e a pista cujo comprimento varia de acordo com a tempestade do momento. A pedido do *Jornal Opção*, Demóstenes levou um bloco de anotações, quatro canetas e máquina fotográfica para registrar cada detalhe da visita. Incorporou tão bem o papel que passou a viagem entrevistando os colegas de missão. Os pesquisadores, então, não tiveram folga. Para tirar uma das fotos, o senador sofreu um tombo que o deixou com a perna esquerda machucada. Na viagem, Demóstenes descobriu o filho de um acusado de atrocidades na época do regime militar, uma aeromoça de 75 anos e o poder do Ministério Público chileno. Naquele país, promotor pode determinar busca e apreensão, manter o suspeito preso e escolher com que policiais quer trabalhar em cada caso. O senador voltou disposto a propor as medidas no Brasil, inclusive uma espécie de Código de Defesa das Vítimas de Crimes. Viu o desrespeito aos pingüins e comprovou que a destruição da camada de ozônio não é conversa de *eco-chato*.

## Primeiro Dia

DOMINGO, 13 DE JULHO (RIO DE JANEIRO)

A noite de sábado foi pequena por ser a última, em oito dias, que passaria com o tempo ao qual nos acostumamos na minha Goiânia querida, como canta o Ivan Lins. Aliás, um pouco mais quente, pois estava no Rio de Janeiro, com outras duas dúzias de pessoas, para embarcarmos rumo à Antártica. Conferi as malas umas dez vezes, esperando o pessoal da Marinha que nos levaria ao Galeão Velho, de onde sairíamos. Roupas? Tudo aqui, inclusive aquelas que nos deixam com a aparência de aeronauta. Sapatos? Aqui, do jeito que pediram: com salto baixo e sola de borracha. Óculos? Também, mas não sei se vou me acostumar com essa parafernália de esquiador. Boinas e chapéus para proteger contra os raios ultravioleta? Tudo aqui. Livros? Tive de deixar no hotel meu volume dos *Intérpretes do Brasil*. E não é fácil arrumar tempo para ler com tanto compromisso, inclusive este, de ir à Antártica. Recomendaram demais para levar bagagem de menos. Na bagagem de mão, estou carregando extenso material que a Marinha me deu, tudo sobre a Antártica, os hotéis, as cidades, as bases do Brasil e do Chile. Levo também o material sobre o Estatuto do Desarmamento, para chegar lá afiado na terça-feira da próxima semana. Tinha na bagagem, também, duas dúvidas: por que uns chamam o continente de *Antártica* e outros de *Antártida*? O que será que tem na geladeira de um morador da Antártica (ou Antártida)?

Estou escrevendo o começo desse diário enquanto continuo esperando ir para o aeroporto. Esse nome, “diário”, quem deu foi o Euler Belém [*editor-chefe*], que me pediu que fizesse para o *Jornal Opção* um relato da viagem à Antártica. Chegou nossa carona. Vamos lá.

No aeroporto, encontro um “amigo”, o velho Hércules, um avião de fabricação americana que realmente faz valer o nome. Foi nesse aí, ou num desses, que viajei para a Amazônia, em junho, na Operação Timbó, para conferir a fragilidade da fronteira entre Brasil, Colômbia e Venezuela. Nessa viagem, eu sugeri ao general Francisco Roberto de Albuquerque que instalasse em Anápolis a Base Aérea do Exército, com seus pára-quedistas. O comandante ficou de estudar o assunto e estou esperando a resposta.

A movimentação militar aqui no Galeão Velho é intensa. Enquanto alguns dos meus companheiros de viagem tentam decifrar a patente dos militares, observo os veículos das três armas. O Brasil não pode tratar assim as suas Forças Armadas. Os carros do Exército parecem aqueles que a gente vê nos filmes da Segunda Guerra.



Pergunto a um dos militares que vão viajar conosco se o Exército ainda usa veículos da época da Segunda Guerra. Ele pensa um pouco, consulta outros militares e solta uma frase que penso incluir num próximo discurso: “Pode até não ter, senador, mas os que tem não estão preparados para combate”. Não sei se é para rir ou para chorar: um carro dessa idade não passa susto em ninguém. Só se for pela feiúra. É preciso respeitar o Exército, porque com uma frota dessa não dá para dizer que temos força e muito menos armada. O próprio Hércules é um bom avião, pelos olhos de um leigo, mas também deve ter lá seus bons 30 anos.

Novo chá-de-cadeira. Enquanto isso, vou participar das conversas para me enturmar com o pessoal e poder descrever alguns deles aqui. Além de mim, estão



aqui outros três congressistas, a senadora Serys Slhessarenko, minha amiga do PT do Mato Grosso, e os deputados federais Eduardo da Costa Paes e Darcísio Perondi. Logo na apresentação fico sabendo que o Eduardo é um craque em ecologia, é advogado, foi vereador e secretário do Meio Ambiente na cidade do Rio de Janeiro. Mas a estrela das conversas é mesmo o Perondi. Ele é médico, mas seu destaque inicial é por ser espirituoso, muito engraçado. Vamos ver se o repertório dele é grande, para ter um estoque de piadas que dure até o fim da viagem.

Lá vêm novas instruções. Ouvimos. A viagem para a Antártica não é comum e realmente é necessário repassar os detalhes. E nada de embarcar. Quem não se conhecia vai se apresentando e quase todo mundo fazia a mesma pergunta, que é aquela das entrevistas a jogador de futebol poucos minutos antes da partida: “Qual é a sua expectativa?” A minha era grande, mas nada que se comparasse à de outros colegas de viagem. Muitos diziam que sonharam com a Antártica. Sobravam risinhos medrosos e esfregar de mãos.

A demora no embarque só aumenta a ansiedade.

## NO AVIÃO

Enfim, embarcamos. O Hércules foi adaptado para nossa viagem. A impressão que dá é que estamos dentro do bagageiro de um carro imenso. Cadeira, só para os convidados. Os militares se viram como podem, segurando aqui e ali. Bem que avisaram que conforto não seria exatamente o ponto forte da viagem. Estou escrevendo aqui já no hotel, em Pelotas, porque no avião foi simplesmente impossível. Meu trato com o *Jornal Opção* foi o de escrever “no dia” dos acontecimentos. Ainda bem que não

foi “na hora”. A bordo, anotei só uns dados que perguntei para alguns militares e tirei algumas fotos. Não sou um Sebastião Salgado, mas tomara que elas pelo menos não queimem. Fui conhecendo alguns dos companheiros e descobri outro espirituoso, o professor José Roberto Chagas, do Inpe, que está indo para lá fazer pesquisas. Perguntei o que estava levando de material para os estudos e ele respondeu: “Só uma fita métrica”. Antes que alguém perguntasse para quê, o professor Chagas não perdeu tempo: “É para medir o buraco na camada de Ozônio”.

## EM PELOTAS

Logo, no Aeroporto, nos entregaram as “roupas de astronauta” do Programa Antártico. Olhei o tamanho da minha blusa. É, tá boa. Reúnem tudo numa mochila que chamam de andina. De agora em diante, vou ser identificado por um número, o 148. Esqueçam os cargos. Sou apenas o passageiro da mochila 148.

Vamos, de carro, a Rio Grande, visitar uns museus e um hospital especializado no tratamento de animais, muitos deles vindos da Antártica.

## EM RIO GRANDE

A história da cidade de Rio Grande remonta ao século 16, através da belíssima Lagoa dos Patos, mas foi fundada no século 18. Os moradores se gabam tanto da cidade que nos dizem essas coisas repetidas vezes. É bom ver pessoas felizes com sua terra. Falam que é a cidade pioneira no Estado, mas o grande orgulho de Rio Grande é mesmo o seu conjunto de museus, principalmente o Oceanográfico, da Universidade do Rio Grande. No próximo dia 8 de setembro, o museu faz 50 anos e é uma gigantesca sala de aula sobre a vida marinha. Aliás, o patrono da Marinha, o almirante Tamandaré, também é da cidade. O Museu Oceanográfico tem muita pesquisa e estudo, preparando até crianças de colégio para a convivência com as espécies.



O pessoal nosso está todo admirado. Ouço muitos “oh!” e “ih!” a cada animal que os guias identificam. Vão ficar roucos, porque são 150 mil exemplares, recolhidos ao longo do tempo.

O que mais me atraiu foi o hospital de animais. Por diversos motivos. Quando uma reportagem mostra os danos à natureza, uma das primeiras reações nossas é duvidar, achar exagero, mas ali eu vi o reflexo de algumas monstruosidades. Criminosos limpam ilegalmente os navios e o óleo se espalha pelo oceano, atingindo os



animais da região. Por isso, ali estavam muitos pingüins doentes e o óleo é um dos maiores causadores de internações. A pele do pingüim é muito sensível, não agüenta a poluição.

Quando eu estava conversando com alguns especialistas da turma, chegou ao hospital um leão-marinho machucado. É rotina ali. Depois que disseram que não havia como ele passar para o lado em que estávamos, aí muitos ficaram corajosos e se aproximaram. Eu mesmo cheguei bem perto e tirei uma foto. Saí rápido. O bicho é um leão. Marinho, mas é um leão. Está machucado, mas é um leão. Melhor não descuidar.

## Segundo Dia

SEGUNDA-FEIRA, 14 DE JULHO (PELOTAS)

**A**manhecemos o dia no aeroporto de Pelotas, para irmos a Punta Arenas, no Chile, última etapa antes da ida à Antártica. Se o primeiro dia foi intenso, esse parece que vai ser só voando ou esperando voar. A essa altura, já conheço quase todos por nome e eu não sou dos bons para decorar nome, um defeito grave em quem atua na política. Às vezes, me lembro do rosto, mas não do nome; outras, é o inverso. Mas se me derem alguma dica, eu me recordo na hora do nome e até do local em que conheci a pessoa.

Aqui tem umas figuraças. Os militares nos tratam a pão-de-ló, mas quem mais recebe o carinho de todo mundo é a comissária Alice Klausz. Se a viagem aérea não é comum, a “aeromoça” não poderia ser qualquer uma. Alice é chamada de “tia”, em respeito a seus 75 anos. É uma pioneira da Antártica. Voa para lá desde 1989. Ela é voluntária do Projeto Antártico brasileiro. Aposentada após treinar comissários para a Varig durante 35 anos, tia Alice é um livro de histórias. Ela trata de acalmar quem está ansioso e tem muito serviço, porque o que não falta aqui é ansiedade. Pela vitalidade que tem, tia Alice ainda vai voar muito para a Antártica.

Durante o vôo, de quase sete horas, a conversa dos 34 passageiros e tripulantes é uma só: a expectativa da chegada à Antártica. Nem adianta tentar dormir ou ler os textos sobre o desarmamento, porque a prosa é intensa, cada hora com alguém. Uns militares dizem que ouviram pelo serviço meteorológico que o tempo lá está pior do que se esperava. E não se esperava coisa boa.

### EM PUNTA ARENAS

Ao sobrevoar Punta Arenas, capital da Patagônia, observei que o telhado das casas é colorido. Tem cor para todos os gostos. Gostei. Deu um colorido diferente à

cidade. Uma vez (administração de Darci Accorsi, 1993 a 1996), o PX Silveira (*marchand*) disse que ia sugerir que fossem pintadas diversas ruas. Queria começar pelo asfalto da Praça Universitária. Se em Goiânia se iniciaria por baixo, aqui em Punta Arenas eles já o fizeram e por cima. Vou recomendar a alguns prefeitos.

É a primeira vez que uso o passaporte vermelho, diplomático, de parlamentar. O verde, de passeio, já foi carimbado aqui no Chile, mas esse estreou hoje.

Vamos para o hotel. O nome tem tudo a ver: Finis Terrae. Realmente, é o fim da terra. Ouvi umas três vezes a piada: “Isso aqui, sim, é um fim de mundo”. O trocadilho infame vale pela anedota, mas Punta Arenas é bonitinha. A cidade já foi a maior do Chile, quando não havia o Canal do Panamá, porque os navios tinham de dar a volta por aqui para abastecer o lado Pacífico das Américas. A avenida do hotel, Colón, sai no Estreito de Magalhães, que divide o continente da parte achatada do globo. É, estamos mesmo no fim do mundo.

Depois de tantas horas voando, do frio, do cansaço, não há conversa boa que segure. O jeito é dormir para sonhar com o dia seguinte na Antártica. Pela previsão da viagem, amanhã bem cedinho vamos embarcar para a base chilena na Antártica. Pela previsão meteorológica que ouvi no avião, não sei não.

## Terceiro Dia

TERÇA-FEIRA, 15 DE JULHO (PUNTA ARENAS)

**O** folheto informativo distribuído pela Marinha, que está aqui no meio da minha papelada, diz logo no primeiro item: “A hora e o dia de decolagem do avião, para as diversas etapas, sempre dependerão das condições meteorológicas, que, na Antártica, são extremamente instáveis”. Foi o que aconteceu. O pessoal veio dizer que é impossível voar para a Antártica. Vamos ter de ficar no fim do mundo, o hotel. Aí, meu amigo, o jeito é ler a papelada, ver se esqueci de escrever alguma coisa no diário e conversar com o pessoal.

Dou uma de repórter e faço uma verdadeira entrevista com os pesquisadores do Inpe [*Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais*]. Minha principal dúvida é saber se é mesmo verdade que o buraco na camada de ozônio está aumentando e quais os reflexos disso. O deputado Eduardo Paes não tem dúvida: a autodestruição do homem é mais rápida via estrago na camada de ozônio. O professor Chagas confirma as suspeitas de Paes. Ele diz que o clima na região já mudou muito. Explica como imensos blocos de gelo se desgarraram do pólo e saíram pelo oceano. Diz que a



Antártica é uma espécie de termômetro: qualquer mudança no clima acusa primeiro aqui. O fim da humanidade pode começar aqui pelo fim do mundo.

Perguntei se os aparelhos que usaram os clorofluorcarbonos (CFCs) foram mesmo tão prejudiciais, porque ouvi muitos dizerem que era conversa da indústria para forçar o consumidor a comprar geladeira e ar-condicionado novos. Os especialistas do Inpe deram uma aula para quem estava por perto. Disseram que os CFCs eram apenas uma das substâncias químicas halogenadas artificiais (anota aqui, professor, porque vai ser difícil lembrar depois esses nomes técnicos todos) que ajudaram a destruir o ozônio. Durante muitos anos, os governos foram lenientes com essa des-



truição e até cúmplices dela, como os Estados Unidos estão fazendo agora ao sabotar o Protocolo de Kyoto. Alguns países são irresponsáveis e ainda não aboliram os aparelhos com CFCs. Falaram sobre efeito estufa, aquecimento global e outros temas. Enfim, os alertas dos ambientalistas não é conversa de “eco-chato”. O problema é sério mesmo. Para medir o buraco na camada de Ozônio, o professor Chagas iria precisar de muitos Hércules lotados de fitas métricas.

O Inpe está com três pesquisadores nessa missão, Chagas, Luiz de Souza Mangueira e Flávio Guilherme Amaral. Junto com os militares, eles são a verdadeira razão dessa viagem. Vão ficar na base brasileira Comandante Ferraz durante três meses, substituindo outros que estão por lá. A Estação Antártica Comandante Ferraz fica na baía do Almirantado, Ilha Rei George, arquipélago Shetlands do Sul, lá onde



o vento faz a curva. No verão, a base abriga 48 pesquisadores. Tem um grupo-base que fica por até um ano, com três oficiais e sete praças da Marinha e 24 pesquisadores. A solidão é de enlouquecer. Literalmente. Ouvi de mais de um militar sobre casos de problemas psicológicos em quem fica na base. Além da piada de que quem vai para lá entra numa fria, só falta repetirem que a Antártica é uma coisa de louco. Infelizmente, não é brincadeira.

## NO FIM DO MUNDO

Depois de aprender com os pesquisadores e os militares, aproveitamos o dia de folga, forçados pelo tempo, e fomos até o marco do fim do mundo, que não é o nosso hotel.

Chileno tem um país fininho, comprido, mas não pensa pequeno. Há dois chilenos na nossa comitiva: Cláudia Umaña Escobar, que é do Cuerpo de Socorro Andino do Chile, um corpo de bombeiros com nome espanhol; e Arnaldo Pedreros Guenante, comissário-chefe do Departamento de Estrangeiros e Polícia Internacional de Punta Arenas, responsável pela região de Magallanes e da Antártica Chilena. Eles dois e mais o restante dos quase 16 milhões de chilenos deram o marco como se fosse um divisor do país. Alguns me explicaram que o Chile conta como integrante de seu território a parte que ocupa na Antártica. Por enquanto, não tenho notícia de alguma nação no mundo que reconheça essa ampliação no mapa, como se anexasse a

Antártica. Polêmica à parte, me escorei no marco e tirei fotos dos outros e eles tiraram de mim. Se tivesse um globo aqui perto, estaríamos todos de cabeça para baixo.



O que virou mesmo a cabeça do pessoal foi saber que havia ali uma zona franca. Por quê? Ninguém me deu uma resposta elucidativa, mas todos sabem que turista, como qualquer outro ser humano, odeia pagar imposto. Inclusive no fim do mundo.

## Quarto Dia

QUARTA-FEIRA, 16 DE JULHO (PUNTA ARENAS)

**N**a noite anterior, a pergunta que mais se ouvia era: “Será que vai dar para gente ir à Antártica?” Senti um certo ar de decepção por causa do tempo, que não melhorava. Mas a quarta-feira, que se previa de cinzas, foi um sábado de aleluia. Espalharam a ótima notícia de que iríamos para a Antártica. Agora, sim.

De novo no aeroporto. Muita espera recheada de perguntas, mas agora com ânimo melhor. Conversei bastante com os pesquisadores, os militares e os parlamentares. Serys Shessarenko — que, assim como eu, faz parte da Subcomissão de Segurança Pública do Senado — também estava preocupada com as discussões do Estatuto do Desarmamento. Falamos sobre a pressão do “Lobby da Bala”, que vai fazer de tudo para continuar vendendo armas para o homem de bem entregá-las aos ban-

didos. Eu telefono toda noite para minha família e também para os assessores. A noite de ontem, então, foi gasta em ligações (o Miro Teixeira iria querer rasgar os contratos da agência na hora se fosse ministro das Comunicações aqui do Chile e soubesse quanto se paga para falar do hotel com Goiânia e Brasília). Nem perguntei o preço para usar o computador com Internet durante uma hora, mas deveria ser proporcional ao nome do lugar. O promotor goiano Tito Souza do Amaral, que acompanha pelo Ministério Público os trabalhos da Subcomissão de Segurança a convite de José Sarney, me disse por telefone que estão falando muita coisa sem base, que vamos precisar mudar. O João Gualberto, promotor que ressuscitou o Procon de Goiás e agora é meu assessor em Brasília, concorda com o Tito que poderemos melhorar muito o que vem sendo feito pela comissão mista do Congresso que está elaborando o Estatuto do Desarmamento. Uso o bloco de anotação do diário para rabiscar as sugestões ao projeto. Vamos ver se pelo menos lá na Antártica eu esqueço um pouco esse assunto. A menos que lá apareça alguém querendo vender um 38.

## ENFIM, A ANTÁRTICA

Depois de duas horas de espera, embarcamos rumo à Antártica. Agora, vamos. Muitos se abraçam, principalmente os novatos, que nunca foram lá. O clima aqui dentro do avião é ótimo. Não sei é como está lá fora. O que importa é não termos de voltar para o Brasil e dizer que voamos, voamos e não chegamos ao gelo. Tia Alice e



a capitã-tenente Ana Lúcia Oliveira Costalunga são as mais procuradas pelos passageiros para as últimas informações. Costalunga escreve em minhas anotações sua parte na missão, porque o cargo é tão comprido quanto o mapa do Chile: encarregada da Divisão de Intercâmbio e Assessoria Técnico-Científica do Programa Antártico Brasileiro. É muito prestativa e eficiente, como todo o pessoal da Marinha, que começou a admitir mulheres em 1981, pioneira entre as três Forças Armadas. Os passageiros perguntam sobre tudo. O que fazer, como proceder na decolagem e no pouso. Tudo normal, com duas diferenças: esse avião não é o comercial comum e não vamos descer num aeroporto de Capital. Aliás, pelo que informam agora não vamos descer é em lugar algum. O comandante tenta a primeira vez. É impossível pousar. Lá fora, só o branco do gelo. Nada de pousar. Depois, tenta de novo. Continua impossível pousar. Ouço algumas preces e as vozes são masculinas. Tem gente aqui que está com medo. Não é o meu caso. Confio em Deus e também na habilidade do pessoal da Marinha — o Brasil é um dos cinco países do mundo que tem pilotos bons o suficiente para voar por aqui nessa época do ano. Os pilotos da Marinha brasileira são tão bons que treinam pilotos de outros países. Nesse avião estão algumas das maiores autoridades do gênero, como o general-de-brigada Eduardo Ramalho dos Santos, subcomandante da Escola Superior de Guerra; capitão-de-mar-e-guerra Paulo César Gomes Rodrigues, supervisor do vôo; e o capitão-de-fragata Marcos Luiz Portela, que me acompanha desde os primeiros preparativos para a viagem. Enfim, este avião não vai cair. Não precisa nem cruzar os dedos. Tenta o novo pouso. Novamente, é



Geórgio Gungel

impossível. Dá um frio na barriga, mas não é medo, deve ser o gelo lá fora. O certo é que não estamos conseguindo descer. O jeito é apelar para as orações. Valeram a pena. Na terceira tentativa, conseguimos descer. Quem gosta de fortes emoções começou bem o dia. Como eu sempre acho que tudo vai dar certo, não sofri.

### NA BASE CHILENA

Descemos. Dá uma sensação diferente olhar aquela imensidão gelada, o mar gelado, a paisagem gelada. Quentes mesmo só as comemorações do pessoal com a



chegada, todos são e salvos. E na Antártica. Na base chilena, mas na Antártica. Essa é a boa notícia. A ruim é que se o tempo continuar assim será impossível ir à Estação Antártica Comandante Ferraz, mais conhecida como base brasileira. Mas, enfim, vamos aproveitar. Deixo o bloco de anotações aqui no avião, porque se eu o esquecer aqui na base chilena, não tem como pedir para alguém levar de volta até Goiânia. Carreguei só a máquina fotográfica. Antes, chequei bateria e filme. Tudo certo. Vamos lá.

Os chilenos da Base Presidente Eduardo Frei são muito receptivos. Vou observar o que tem na geladeira deles para responder a uma das perguntas que faço desde o primeiro dia. A roupa de astronauta se revela eficiente, porque se ninguém se transformou em picolé devemos dar graças a ela. O traje é pesado. Para proteger a cabeça, uso um chapéu de pêlo de lebre. Gato ou lebre, o certo é que está funcionando.



A gente se espanta com tudo o que vê e só vê um oceano de brancura. Além disso, achei grande o número de antenas de televisão. Perguntei se a transmissão é normal e disseram que sim. Com algum esforço, pegaria até a Globo Internacional, mas ninguém com quem conversei sabia da emissora. Um fenômeno que acontece em Goiás também tem na Antártica, que são os pequenos sítios. Será que os pequenos produtores daqui são tão explorados quanto os do Brasil? Não sei, mas que para mim é novidade ter chácara por aqui, isso é.

Antes de entrar na base chilena, uma última constatação: que tanto de menino! A anedota brasileira que liga a existência de televisão ao número de filhos não cola por aqui. Deve ser por causa do tamanho das noites. Não sei. Vou lá dentro perguntar.

Dizem que a base chilena é diferente da brasileira. A Presidente Frei é vista pelos chilenos, realmente, como uma continuação do território do país; a Comandante Ferraz é dedicada à pesquisa — criança, então, só na foto 3x4 da carteira dos pais. Sobre a curiosidade do número de crianças, elas são chilenas e vivem ali, com os pais. Se foram feitas ali ou não, ninguém sabe, até porque isso só tem importância para gente muito curiosa. Como os jornalistas (e o que eu estou fazendo com esse diário é o quê?).

Outra surpresa: a base chilena tem uma lojinha de suvenires. Vou lá ver. Tem objetos ligados à Antártica e pouco mais. Aceita real? Só o peso chileno e o tal do dólar.



Getúlio Gurgel

Quero ver se tem geladeira. Tem. E freezer? Também tem. E o que tem dentro deles? As mesmas coisas que a gente coloca aqui no calor de 30 graus célsius. Os pesquisadores dão outra aula, agora sobre por que a temperatura externa, abaixo dos 10 graus, não transforma as pessoas em cubos de gelo. É o óbvio: o calor do corpo, a circulação sangüínea, os movimentos, as roupas. E ninguém fica parado esperando uma avalanche.

Informam que a menor temperatura já registrada na Antártica foi de 89 graus negativos. A maior, no verão, chega a zero — o pessoal deve andar de sunga com esse calorão insuportável. Hoje, estamos suportando 12 graus negativos, com sensação térmica de 20 graus negativos. Coitada da Serys. Na sua Cuiabá, tem época em que é possível fritar ovo no asfalto. Batalhou para se eleger senadora, derrotou grupos fortes no Estado e de que adiantou? Está aqui nesse frio todo.

Saí para tirar fotos, ver como é a vida aqui fora e, também, andar de trenó, uma aventura muito comentada até chegarmos aqui. Subi no trenó com a impressão de que estava fazendo um programa e tanto. Que nada. Andar de trenó é muito ruim. O vento, que é sempre intenso, no trenó vira tempestade no rosto da gente. Como não me adaptei aos óculos de esquiador, que estão na mochila, caí na bobagem de ir com os meus. Um sofrimento. Chega.



A experiência de andar de trenó na Antártica eu já vivi, tudo bem, mas chega.

O trenó em que andei era apenas um dos muitos que vi. Parece absurdo o que estou escrevendo, mas aqui o trânsito é intenso. Não chega a ser como a Avenida 85 nas horas de pique, mas é muito movimentado.

Alguns quiseram saber cadê o bloco de anotações e o que eu iria fazer com elas. Afinal, eu perguntava sobre tudo que via e ficava anotando, no estilo repórter em campo. Levaram na brincadeira quando disse que estava escrevendo um diário. Falei para alguns que entrassem na página do *Jornal Opção*, para conferir se era ou não verdade.

Uma das perguntas mais freqüentes era: cadê os pingüins? Acostumados com a interrogação, os pesquisadores explicavam que nessa época do ano os pingüins vão procurar melhores recursos em outros lugares. Até os pingüins são mais sabidos do que quem vem para um lugar desse numa época dessa. Parte deles não se dá bem pelo azar de encontrar pelo caminho um humano, predador maior das espécies. Algumas dessas vítimas a gente viu lá no hospital do Rio Grande.

## No Gelo

O único animal que eu vi até agora aqui na Antártica foi o homem. Ave, então, nenhuma. De repente, mesmo com os óculos embaçados, vi próximo à base três pombas. Oba!, agora eu vou à forra. Apanhei a máquina fotográfica e fui para lá. Me avisaram para não me afastar dos caminhos em que os demais estavam andando,



Gefúlio Gurgel

porque correria riscos. “Permaneça sempre em grupos”, recomenda o *Guia para Visitantes à Antártica*, distribuído pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Na ânsia de tirar a foto, desobedeci. O resultado foi um tombo daqueles que entram para a história da gente e marcam uma viagem. Ainda bem que foi depois de eu tirar a foto.

Quem viu o tombo correu para lá. Menos as pombas, que devem ter sorrido lá do jeito delas, mas não bateram asas, ficaram ali catando não sei o quê. Logo estava cercado por dezenas de atenciosos companheiros. O mesmo guia avisou: “Não conte com serviços de salvamento na Antártica”. Desta vez ele estava errado. Todo mundo queria saber o que aconteceu, para ajudar no que pudesse. Minha perna esquerda ficou machucada e estava doendo muito. A gente tinha um médico no grupo, o deputado Perondi, que é pediatra, mas não ia me deixar à míngua. Consegui mais. Fui atendido pelo serviço médico da base chilena. Tratamento de primeira e não era porque eu sou senador. Dizem que ali é sempre assim, não importa o paciente. Até na Antártica o atendimento médico é melhor que nos hospitais públicos brasileiros.

Mesmo confiando no médico chileno, minha primeira providência foi tentar falar com o Ronaldo Caiado. Além de ser um dos melhores ortopedistas do Brasil, com tese defendida na França, o Caiado é meu amigo e vai me receitar um remédio que é tiro-e-queda. Aliás, é melhor evitar os dois, o tiro e a queda, porque depois de conversar tanto nessa viagem sobre o Estatuto do Desarmamento e de levar esse tombo, tomara que o Caiado me indique um remédio de primeira.

Meu tombo foi assunto para muitas horas. Uma queda é quase sempre muito engraçada, mas pouca gente riu do caso. Pelo menos na minha frente.

## NO CHURRASCO

O tombo não me afetou o apetite nem o humor. Na hora do rancho, fomos almoçar com os recrutas chilenos. Para quem não esperava muito do cardápio antártico, o prato até que era agradável: arroz, milho, ervilha, filé grelhado, cenoura, salada e cebola. Como haviam me falado que chileno não gosta de arroz, onde foram encontrar esse? É importado e os recrutas adoram. Comeram bastante. Eu também.

Depois do almoço de recruta, os militares nos informaram oficialmente que era impossível ir à base brasileira. Paciência. Nós, os convidados, voltaríamos para Punta Arenas. Os pesquisadores esperariam o tempo melhorar para irem à Estação Comandante Ferraz. Para a despedida de parte da turma, alguém teve a ótima idéia de fazer um churrasco. Com um frio daqueles, nada mais bem-vindo.

Meu tombo continuava sendo assunto de conversas, mas eu mesmo desviava o assunto com perguntas aos pesquisadores, já que a gente iria voltar sem eles. Uma delas: quem foi o comandante Ferraz? Os militares e o pessoal do Inpe sabem a biografia dele decoradinha. Luiz Antônio de Carvalho Ferraz nasceu em São Luís do

Maranhão, foi capitão-de-fragata e era um apaixonado por oceanografia, tanto que fez mestrado no assunto em Monterrey, nos Estados Unidos. Começou a ir à Antártica em navios ingleses, no começo da década de 1970. Daí, então, virou especialista no assunto, participando de debates em qualquer lugar do mundo em que o tema fosse a Antártica. Ajudou a fazer o Programa Antártico Brasileiro, mas não viu a realização de seu sonho. Ele estava no Canadá, participando de um simpósio sobre oceanografia, quando morreu. Era agosto de 1982 e, dali a alguns meses, o Brasil faria sua primeira expedição à Antártica. Portanto, nada mais merecido que de alguma maneira o comandante Ferraz estar na base brasileira. Homenagem justíssima.

Outra pergunta: o presidente Frei que dá nome à base chilena é o pai ou o filho? Uns nem se lembravam do pai, outros não souberam dizer e a maioria só conhecia o filho. Mas quem batiza a base é mesmo o pai, Eduardo Frei Montalva, que presidiu o Chile de 1964 a 1970. Seu sucessor foi o socialista Salvador Allende, que acabou derrubado e morto por Augusto Pinochet no golpe que deu início a uma ditadura que durou até 1990. Na democracia, o primeiro presidente foi Patricio Aylwin e, em seguida, Eduardo Frei Ruiz-Tagle, filho do ex-presidente. Frei, filho, cumpriu seu mandato e entregou o cargo ao atual presidente, Ricardo Lagos, mas assumiu como senador vitalício, uma escorregada democrática que se tentou fazer no Brasil, felizmente sem sucesso. Perguntei a alguns chilenos sobre o Pinochet, que também virou senador vitalício e depois renunciou, mas nem civis nem militares quiseram responder se ele deveria ter pago pelas atrocidades que cometeu. Ou eu me enganei ou ainda se teme o velho ditador. No Brasil, os ditadores não tiveram a mesma longevidade e até o mais recente, João Figueiredo, foi da Presidência ao anonimato e daí à morte sem escala na Ilha dos Temores. Nenhum chileno sabia também que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso havia ficado exilado ali, não na base Eduardo Frei, mas em Santiago. Eles nem sabiam quem era Fernando Henrique. E o Lula? Quase todos conhecem.

Os militares avisam que está na hora de ir embora. Perguntei como estava o tempo. Como eles não deram explicação clara, deduzi que estava ruim. Ruim, não, pelo jeito estava péssimo. Despedi-me dos pesquisadores e acho que o professor Chagas vai fazer falta no restante da viagem. Até agora, ele manteve o astral bem alto, com sua espirotuosidade. Brinquei com ele sobre a longa temporada que ia passar sozinho, cercado apenas por pesquisadores e marinheiros. O Chagas me mandou ler o Salmo 33 (“Quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união”).

A decolagem foi arriscada, porque a pista havia diminuído, a aderência era pequena e a visibilidade simplesmente era nenhuma. Se a gente havia rezado muito para descer, ia ter de multiplicar as orações para subir.

Deu tudo certo.

## EM PUNTA ARENAS

Ao descer no aeroporto, a maioria dos passageiros estava emocionada. Muitos abraços, gritos de euforia, todo mundo se cumprimentando. Os desejos haviam se realizado. Mais preocupado em observar a reação dos outros, eu mesmo vibrei pouco, só o suficiente para não dar uma de esnobe, pois ir à Antártica de maneira alguma faz parte de minha rotina. Mas alguns exageram, correm, dão pulinhos. Se tivesse foguete, eles soltariam.

Felizmente, todo mundo voltou da Antártica com alguma história para contar e meu tombo foi esquecido. Eu não o esqueci, porque a perna dói demais. O jeito é ligar pro Caiado. Depois de rir do tombo e de me dar um panorama da política, principalmente da municipal, o Caiado me receitou um remédio à base de Feudane. Saí com o deputado Perondi procurando farmácia para comprar o remédio. Achamos, mas quem disse que eles aplicam a injeção? Mesmo com um médico me acompanhando, eles só venderam o medicamento depois que me comprometi a ir a um hospital fazer a aplicação. Esse negócio lá é sério.

O dia foi puxado, a dor na perna está diminuindo e vou aproveitar para dormir. Será que a essa hora o Tito está acordado para a gente conversar sobre o Estatuto do Desarmamento?

### Quinto Dia

QUINTA-FEIRA, 17 DE JULHO (PUNTA ARENAS)

O remédio que o Caiado passou foi abençoado. Antes da aplicação achava que nem conseguiria andar hoje e estou pronto para os passeios. Dói, mas não como ontem. A previsão é ficarmos dois dias em Punta Arenas e seria terrível ficar o tempo todo dentro do hotel “fim da terra”, sem nada para ler. Ainda por cima, os pesquisadores, que me deram a maioria das informações que estão nesse diário ficaram lá na base chilena. Os militares também estão fazendo treinamento e não vão ficar aqui pelo hotel.

Apresentaram uma série de locais turísticos para visitarmos e selecionei os quatro museus, a catedral e o Fuerte Bulnes, mas minha vontade era procurar o Ministério Público local. Mesmo sendo o fim do mundo, deveria haver por ali um promotor. Perguntei a algumas pessoas, ninguém sabia. Convidei o capitão-de-fragata Portela, assessor parlamentar da Marinha no Senado, para uma volta pela cidade à procura do Ministério Público. E a pé, que era para testar a perna machucada. Passei muito

creme protetor da pele, porque os raios ultravioletas aqui são terríveis, e me voltei para o capitão-de-fragata: “Vamos lá, Portela?”

Não precisamos andar muito. A sede do Ministério Público fica numa esquina da primeira rua abaixo do hotel. O prédio é muito bonito, num estilo clássico que não consegui determinar. Fomos muito bem recebidos pelos fiscais, que é como os promotores são chamados por aqui. Até quem ocupa o cargo equivalente ao de procurador-geral de Justiça é chamado de fiscal regional. Simples e prático, pois o promotor é isso mesmo, um fiscal.

Eles transformaram a minha visita num acontecimento. Mandaram chamar o fiscal regional, Pedro Corti Ortíz. A região do Ortíz é a XII, que engloba Magallanes e a Antártica Chilena. Se tivesse ocorrido alguma coisa na base, era com ele que se resolveria.

Trouxeram biscoitos, mas o que quero mesmo é conversar sobre a atuação do Ministério Público no Chile. Os fiscais me dão uma aula sobre as leis penais e processuais chilenas. A reforma processual penal no Chile começou há três anos e está sendo aplicada gradualmente, por região. A cada 16 de dezembro, desde 2000, uma região entra no processo. Essa região do Estreito de Magalhães e da Antártica chilena passou a funcionar assim em 16 de dezembro de 2002. A última vai ser a metropolitana da Capital, Santiago, no próximo ano.

O fiscal/promotor aqui pode escolher com qual polícia quer trabalhar. Ele faz a custódia do preso, defere busca e apreensão e o Ministério Público se encarrega dos objetos do crime. Pedi para ver e me mostraram os armários com produtos apreendidos, inclusive armas. Os promotores deveriam ter essas prerrogativas no Brasil, o que aceleraria e tornaria mais transparentes os atos investigatórios. Até porque no Chile o advogado também participa do inquérito. Depois, recebi de presente e autografado o “Código Procesal Penal”, publicado no Diário Oficial deles em dezembro de 2000. Vamos ver se meus conhecimentos de espanhol são o bastante para entender o código todo.

Já que a sede do Ministério Público funciona também como uma delegacia com a qual se sonha no Brasil, eles pregaram na parede dois grandes cartazes. Um dá os direitos dos presos e outro, os das vítimas. No Brasil, os direitos dos bandidos são muito mais divulgados que os do cidadão de bem. Aqui no Chile eles resumiram no cartaz dez direitos para cada um e, pelo que me dizem os fiscais, são cumpridos com rigor. Garanti na campanha que vou lutar pelo direito das vítimas e já estou pesquisando para apresentar projeto nesse sentido. Os promotores me dizem que a violência no Chile estava aumentando exageradamente e as mudanças na legislação deram um freio. Ainda assim, a criminalidade é um dos assuntos freqüentes nos jornais aqui de Punta Arenas. Sim, até aqui no fim do mundo os bandidos aprontam. Mas tiveram uma resposta dura do poder público, o que não ocorreu ainda no Brasil.

Se o Chile está se tornando um país respeitado política e economicamente, um dos setores moralizados foi o das leis processuais e penais, pelo que me dizem os fiscais/promotores. Num país em que respeitam até lei de aplicação de injeção, o resto também deve ser seguido.

## Sexto Dia

SEXTA-FEIRA, 18 DE JULHO (AINDA EM PUNTA ARENAS)

O tempo só piora. Bom para os militares da Aeronáutica, que estão sendo treinados para pouso e decolagem na Antártica. Quem consegue levantar vôo com um tempo desse é capaz de pilotar em qualquer circunstância. Uma das funções da Operantar (Operação Antártica) é exatamente essa — a de treinar os pilotos para que o Brasil continue a ser destaque mundial nessa área. Além do mais, eles vão ter de jogar sacos de comida para os militares e os pesquisadores que estão solitários lá na Base Comandante Ferraz. Depois de muita tentativa, eles voltam dizendo que conseguiram. Não cheguei a ter contato com os pesquisadores e os pilotos que estavam lá na base e foram substituídos, mas dizem que ninguém volta de lá igual a antes da ida. Daí os problemas de depressão e outras conseqüências psicológicas. Os militares não querem muita conversa sobre o assunto. Eu compreendo.

Conversei com dois integrantes da Força Aérea Brasileira que participaram da nossa comitiva, os brigadeiros-do-ar Gilberto Antônio Saboya Burnier e Marco Antônio Couto do Nascimento. Como eu já estava com a fama de perguntador, o brigadeiro Saboya não se assustou quando quis saber o que ele tinha a ver com o Burnier da época do regime militar. “Ele era meu pai”, respondeu Gilberto Antônio. O brigadeiro João Paulo Moreira Burnier morreu há uns três anos, já octogenário, mas sua passagem pela história não é tão brilhante quanto parece ser o futuro do filho. Durante a ditadura militar, o pai teria tramado fazer uns atentados para incriminar o pessoal da esquerda, mas um militar me conta que isso foi “delírio” do denunciante, o também militar Sérgio Macaco. Outra pessoa me lembra que o Burnier pai também esteve envolvido na tortura e na morte do Stuart Angel. E tentou derrubar o presidente JK na revolta de Aragarças. Claro que não conversei esses assuntos com o filho, mas foi bom relembrar porque rendeu boas horas de conversa e um teste de conhecimento de história. Os militares me disseram que o Burnier pai negava todas as acusações e, mesmo que ele tenha sido culpado, seu filho nada tem a ver com isso.

Conversa vai, conversa vem e o tempo não passa. Nem melhora. Nosso retorno já está atrasado em um dia e, se não puder voltar no Hércules, irei num vôo comercial mesmo, mas a viagem já está comprida demais.



## Sétimo Dia

SÁBADO, 19 DE JULHO (ESTOU VOLTANDO PARA CASA)

Não deu para esperar a volta do Hércules, que afinal tinha de cumprir suas missões de pesquisa e apoio à base brasileira Comandante Ferraz. Em vez de voltar pela mesma rota, vou para Santiago, daí para o Brasil. Deixo de ser o passageiro da mochila 148 e passo a transportar uma bagagem ainda mais volumosa. Comprei uns objetos de artesanato e o maior é um baú de madeira para guardar não sei nem o quê.

A perna ainda dói um pouco, mas nada preocupante. Chego a Brasília já na madrugada de sábado para domingo e pego carona de carro para Goiânia com dois excelentes técnicos que trabalham comigo, o chefe de gabinete Luís César da Rocha e o secretário parlamentar Alcino Scarassati. Para ninguém dormir no caminho, muito menos ao volante, vou contando os detalhes da viagem. Quero saber a opinião deles sobre a dúvida que levei na mochila, se o nome certo é *Antártida* ou *Antártica*. Um acha que é um, outro jura que é o outro. Essa dúvida eu não resolvi na viagem, mas acho que é *Antártica*. À pergunta de sempre, se eu vi pingüim, respondo que sim: na lojinha de suvenires da base chilena, no hospital de Rio Grande e num chuveiro que a Marinha me deu. Entro em casa já pelas 4 da manhã e alguém pede para fechar a porta porque está fazendo frio. Para quem acabou de chegar da Antártica, está é muito quente.

*Publicado no Jornal Opção*

*1ª parte: edição de 03 a 09 de agosto de 2003*

*2ª parte: edição de 10 a 16 de agosto de 2003*

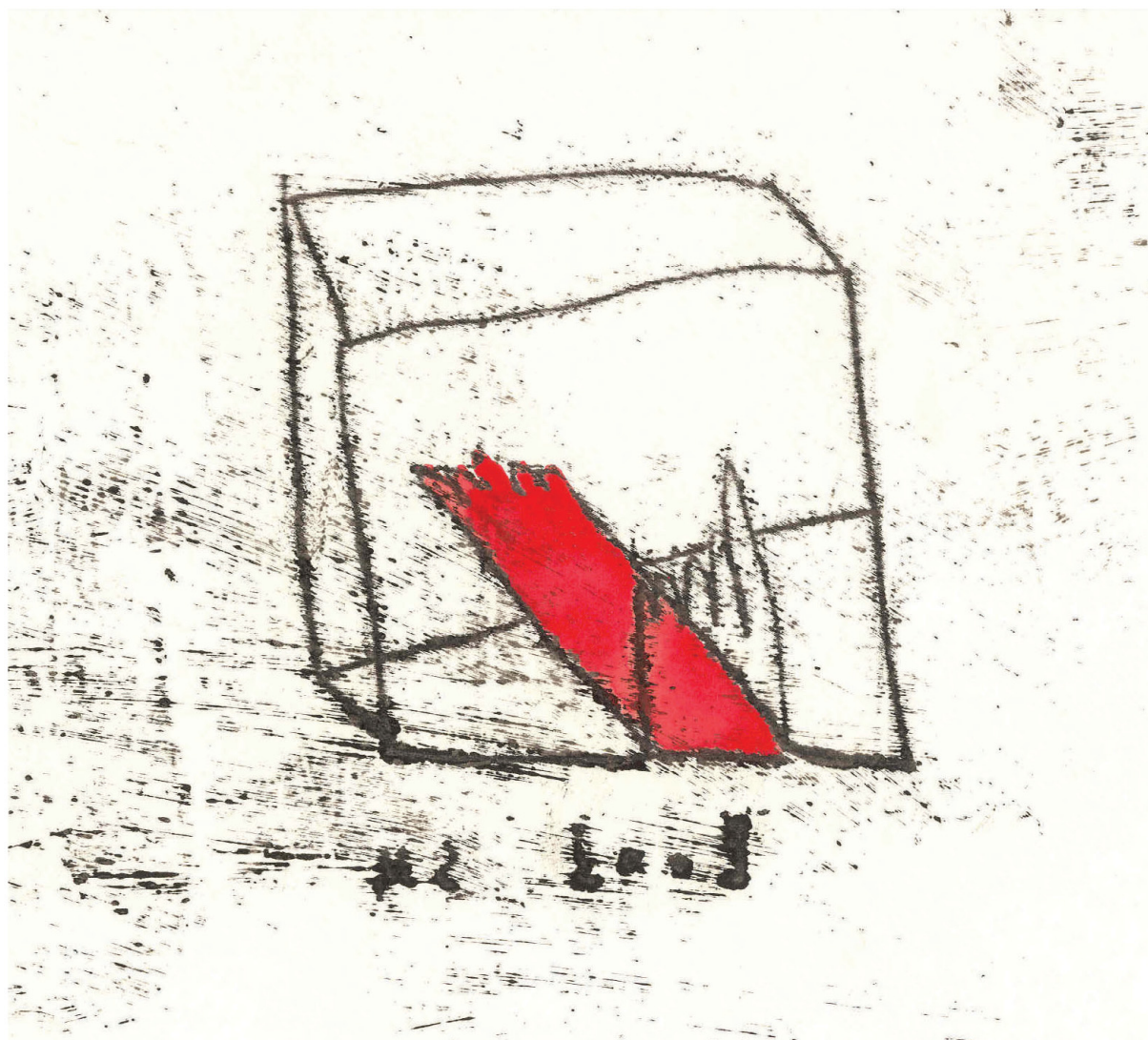
## Artigos



# A lei não revoga a dor

O sistema de segurança pública no Brasil, desde 1984, vem sendo legislado pelo que se convencionou chamar de Direito Penal Mínimo. Na prática, a doutrina cristalizou uma tendência liberalizante com o delito, o que, aliado a outros fatores, confirmou a impunidade e desmoralizou o Estado. Essa espécie de lei do menor esforço, criada para “desafogar o Judiciário”, que contempla o criminoso e abandona as vítimas, é especialmente nauseante quando observados os dados da violência doméstica. Neste país, a lei garante que o marido ou companheiro está autorizado a praticar o crime de gênero. O máximo que poderá lhe acontecer será o pagamento de uma “cesta básica”.

O Brasil é signatário da Resolução da ONU que criou a Convenção sobre Eliminação de Toda Discriminação Contra a Mulher, mas o próprio governo federal reconhece que a realidade não corresponde ao tratado internacional. O primeiro e único



relatório nacional sobre a violência contra a mulher, concluído em 2001 e enviado à ONU, indica que uma entre quatro mulheres já foi vítima da violência doméstica, mas somente 2% dos casos resultaram em punição dos autores.

De acordo com a Sociedade Mundial de Vitimologia, instituição holandesa, a cada quatro minutos uma mulher é agredida no Brasil no próprio ambiente familiar. A pesquisa apontou que em 40% dos casos ocorrem lesões corporais graves. Há um dado mais contundente levantado pela Fundação Perseu Abramo: para a mulher, a rua foi considerada mais segura do que o lar. Das 2,5 mil mulheres pesquisadas em São Paulo, 19% afirmaram que foram vítimas de alguma agressão no ambiente externo, enquanto 43% confirmaram que sofreram o crime em casa.

A ONU estima que o Brasil perde, em razão da violência doméstica, cerca de 10% do PIB para financiar o atendimento à saúde física e mental das vítimas, bem como para arcar com os custos do absenteísmo ao trabalho, da diminuição da produtividade, dos encargos previdenciários, do sistema policial e Judiciário. Todo crime deixa traumas, mas o delito de gênero magoa a alma e destrói a auto-estima da mulher. Observe que o agressor vale-se de uma condição de superioridade física e, normalmente econômica, para espancar, queimar, asfixiar e matar.

As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher vêm obtendo progressos no combate à violência familiar, mas os avanços são lentos porque a legislação protege o agressor. No confronto da vida real com o direito, a Lei 9.099/95 acabou por estimular o crime, ao invés de preveni-lo, ao criar as penas alternativas à prisão para os crimes de menor potencial ofensivo, aqueles punidos com até dois anos de detenção.

Na prática, o cidadão espanca a mulher, comparece à delegacia, assina compromisso de se apresentar em juízo e volta para casa pronto para praticar nova agressão, porque sequer é processado. Não é exceção o delinqüente, no mesmo instante, retornar para sua residência de carro e a mulher seviciada, após se submeter a exames e toda burocracia policial, voltar de ônibus para casa. Quando secretário de Segurança Pública e Justiça, dois casos me despertaram a atenção mais profundamente para o problema. No primeiro, um marido agressor embriagado foi imediatamente liberado por uma delegada, cumprindo a lei, e, ao chegar em casa, matou a mulher que antes agredira. Poucos dias depois, a mesma delegada, diante de um caso similar, deixou trancafiado o agressor até que a bebedeira passasse, com receio de que tragédia maior pudesse se repetir. Acabou processada por abuso de autoridade.

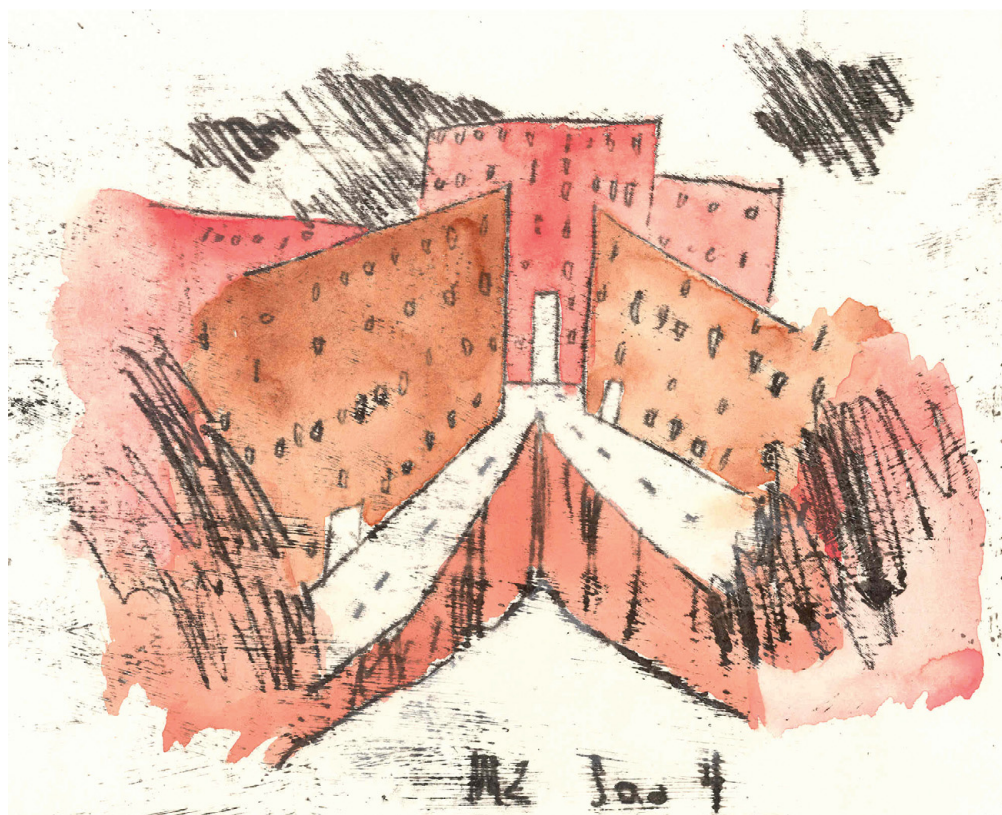
Este país precisa deixar de fazer leis com conteúdo meramente filosófico e trazer um pouco mais de senso de realidade ao processo legislativo. Eu vou apresentar um projeto no Senado que inverte a expectativa da impunidade ao apenar, de forma rigorosa, o homicídio e a lesão corporal “simples” praticados no ambiente doméstico. Trata-se da Lei Consuelo Nasser, que vai devolver o agressor ao banco dos réus,

possibilitando, inclusive, sua prisão, pois aumenta as penas e torna qualificados os crimes de homicídio e lesões corporais quando o crime é praticado prevalecendo-se das relações domésticas. A lei, certamente, não terá o condão de revogar a dor da vítima da violência doméstica, mas pode aliviar a sensação de humilhante submissão da mulher com a certeza da punição ao agressor.

*O Popular*, 13 de março de 2003

## E as ruas recuperaram?

No Brasil, desde a década de 1980, vigora, na elaboração da legislação de segurança pública, a ditadura doutrinária do Direito Penal mínimo. O pensamento ancora a garantia da liberdade do cidadão à intervenção minimalista do Estado. Por esse motivo, o país tem criminalidade demais e leis de menos, quando a questão é proteger a pessoa de bem. É preciso fazer a reforma da tranqüilidade pública com a mira no endurecimento das leis, do contrário, o Palácio do Planalto vai ser o próximo alvo dos bandidos. A doutrina foi uma resposta ao regime de exceção que se exauriu e era



perfeitamente adequada à necessidade de mudança de um direito penal que servia para oprimir. Não há mais presos políticos, a liberdade é ampla e a democracia, estável. Os paradigmas liberalizantes das leis processuais e penais se abstiveram de considerar a realidade das ruas de um Brasil cada vez mais urbano e, principalmente, envolvido pelo narcotráfico. Observe-se que, a partir dos anos 1990, após o ingresso do Brasil na rota do tráfico internacional de drogas, pioraram muito as condições de segurança pública no Brasil. O capital do “narconegócio” criou as condições para que o crime se organizasse, estabelecesse zona de influência da atividade criminosa nas comunidades em que se insere e ampliasse a rede de corrupção no aparato estatal,

assim considerados os sistemas policial, penitenciário e até do Poder Judiciário. Há uma estimativa do Banco Mundial de que o tráfico de entorpecentes movimentava no planeta, por baixo, 400 bilhões de dólares por ano. Uma pesquisa do Núcleo de Estudos da Violência, órgão da USP, apontou que o tráfico de drogas, só na Grande de São Paulo, “arrecada” ao mês, aproximadamente, 30 milhões de reais e arrebanha um contingente de 50 mil pessoas a serviço do crime. Estou falando de grupos criminosos que dominam 90% dos presídios, mandam fechar o comércio de Ipanema, atiram contra o Palácio das Laranjeiras, assassinam juizes e debocham das autoridades.

Nesta semana, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado vai apreciar projeto de lei, já votado na Câmara dos Deputados e chancelado pelo Ministério da Justiça, que torna ainda mais fácil a vida dos condenados. Aprovado como está, vai injetar ânimo novo na rede de corrupção estabelecida no sistema prisional. O objetivo do projeto é alterar a Lei de Execução Penal, com a criação de um Regime Disciplinar Diferenciado para os presos de alta periculosidade, limitado a 360 dias ou um sexto da pena, além de abolir o exame criminológico e atribuir à autoridade administrativa o poder de determinar a soltura dos presos.

O projeto do governo federal trata a prazo fixo uma condição subjetiva do agente do delito, a periculosidade, que dificilmente será alterada por uma questão de transcurso temporal. Isso é um equívoco. Em meu relatório à Subcomissão de Segurança Pública do Senado, para a qual fui indicado pelo senador Tasso Jereissati, proponho Regime Disciplinar de Segurança Máxima, a princípio, de 720 dias, mas renováveis a critério do juiz até o total da pena.

No regime, o preso é custodiado em cela individual, só em casos autorizados teria comunicação com outros reclusos ou agentes penitenciários, as visitas seriam mensais, limitadas a dois familiares, separados por vidro, com contato por interfone. Os advogados também teriam apenas uma entrevista mensal com o cliente, informada à Ordem dos Advogados do Brasil. A finalidade do regime é isolar presos condenados ou provisórios que apresentem alto risco para a ordem dos presídios e a segurança da sociedade, além de mantê-los distantes da área da influência da organização criminosa.

O Brasil vive inversão da ordem e grande parte do achincalhe promovido pelas organizações criminosas é alimentado pela certeza da não-punição. O endurecimento das leis não significa impor castigos imoderados ou penas infinitas, mas criar mecanismos para que o indivíduo permaneça recolhido e pague pelo crime, conforme os termos da sentença. Hoje, o sujeito é condenado a 18 anos e deixa a cadeia com pouco mais de 24 meses. No Senado, ninguém está tramando contra os direitos humanos do preso, mas propugnando para que ele fique preso. Há uma mística de que a cadeia não recupera. E as ruas recuperam?

*O Estado de S. Paulo*, 29 de abril de 2003

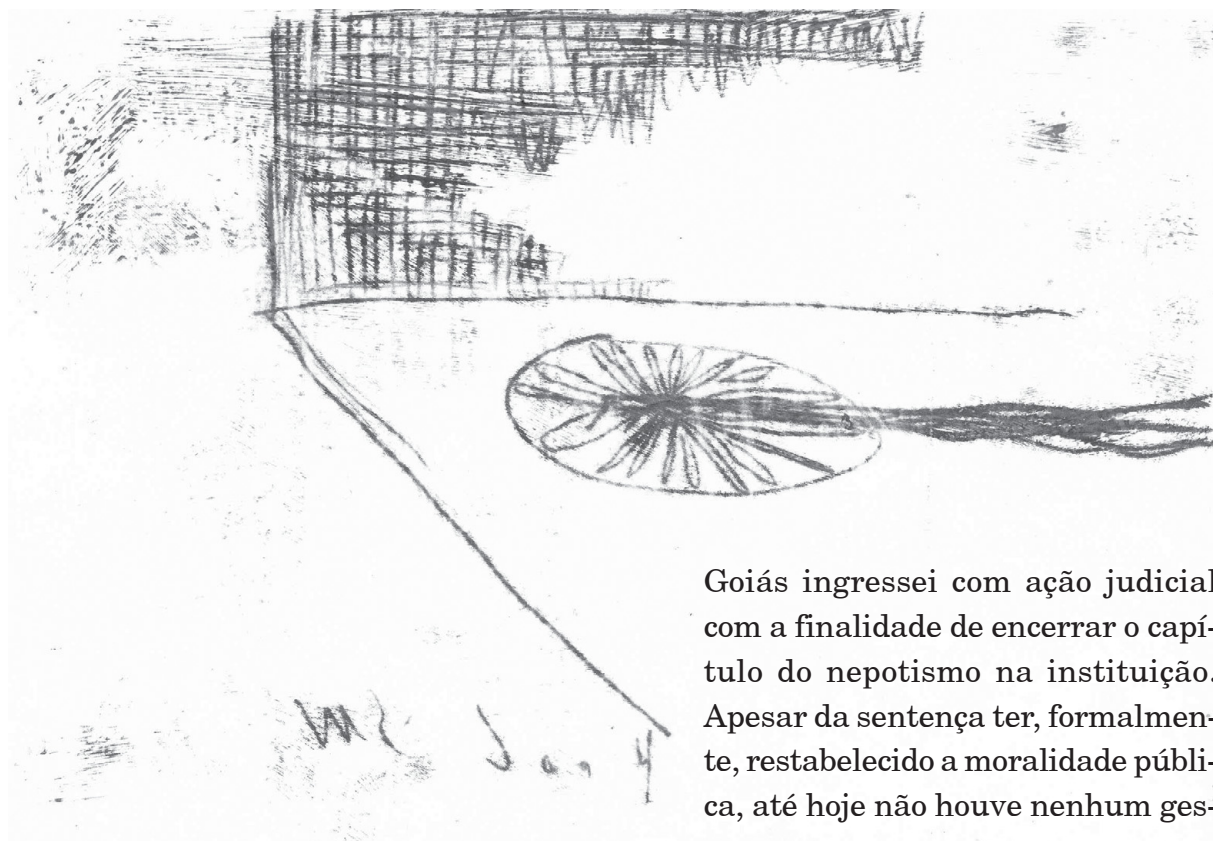


# Para cortar a própria carne

O episódio de destituição antecipada do desembargador José Lenar de Melo Bandeira da presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás (TRE-GO) demonstrou que o Brasil não pode mais prescindir do controle externo do Poder Judiciário, sob pena de ir para o ralo a própria credibilidade dos julgadores. Não se trata de tutelar a prestação jurisdicional, que é intocável, mas de estabelecer vigilância à atividade administrativa, como convém a qualquer órgão que desempenha função pública.

Como é do conhecimento da sociedade de Goiás, José Lenar foi impedido de tomar posse na presidência da corte eleitoral porque comunicou, por intermédio de um ofício, aos integrantes do Tribunal de Justiça, que iria cumprir a lei e exonerar todos os parentes dos desembargadores e juízes detentores de cargos comissionados no TRE. Tratava-se de um ato legítimo, escorado na legislação que regula os servidores públicos do Poder Judiciário e assentado em uma decisão do Tribunal de Contas da União, que vinha sendo descumprida há seis meses.

Não é de hoje que integrantes do Poder Judiciário em Goiás rasgam o tecido da lei para remendar o orçamento familiar. Quando chefiava o Ministério Público de



Goiás ingressei com ação judicial com a finalidade de encerrar o capítulo do nepotismo na instituição. Apesar da sentença ter, formalmente, restabelecido a moralidade pública, até hoje não houve nenhum ges-

to no sentido de cumprir a decisão. Recentemente, a atual procuradora geral de Justiça, Laura Bueno, enviou ofício ao presidente do Tribunal de Justiça requerendo providências, mas o esforço foi debalde.

O Poder Judiciário é uma instituição enclausurada em seus interesses corporativos e o Estado não pode ficar refém da porção de soberania delegada ao Poder encarregado de dizer o direito. Não se trata de imiscuir na autonomia do magistrado, mas de se instituir controle das suas atividades não-jurisdicionais.

As prerrogativas conferidas ao juiz são uma das vigas do Estado de Direito e, portanto, é defeso diminuí-las. Mas não se pode confundir garantia constitucional com privilégio escuso. O juiz tem de ter livre convicção para julgar, mas deve estar adstrito às regras do cidadão comum quando comete a improbidade administrativa, pratica condutas ilícitas descritas na lei penal, age com abuso de poder ou trama contra a moralidade.

A função do controle externo é de, entre outras finalidades, conferir transparência aos atos administrativos do Judiciário e garantir que o membro do Poder seja alcançado pela justa punição, sempre que ferir a legalidade. Observem que o procedimento inquisitório destinado a apurar as faltas dos seus membros é sigiloso e muitas vezes sequer o Ministério Público tem acesso às investigações. Quando ocorrem punições, o ato é privado da publicação no Diário da Justiça

Neste país estão acontecendo fatos de gravíssima reprovação. Há indícios potenciais de envolvimento de magistrados com o crime organizado. Neste ano, após intensa pressão popular e da mídia, o ministro Vicente Leal, do Superior Tribunal de Justiça, foi afastado por suspeita de envolvimento com narcotraficantes.

No ano passado vieram à tona acintosos casos de patrocínio de tráfico de influência de advogados, parentes de membros dos Tribunais Superiores, dentro dos gabinetes de vários ministros. A questão, inclusive, motivou a propositura de projeto de lei, do qual fui o relator no Senado, impedindo os advogados de atuarem nos órgãos judiciais onde há relação de parentesco com o respectivo magistrado.

O controle externo está contido na Reforma do Poder Judiciário, que deve efetivamente ser realizada para que o brasileiro possa ter um serviço de prestação jurisdicional digno da demanda social e um poder judicante livre das máculas que o impedem de fazer Justiça — com a necessária isenção que a Constituição e as leis assim delinearam. O mesmo mecanismo deve ser instituído também no Ministério Público, pois está passando da hora de cortar a própria carne.

*O Popular*, 29 de maio de 2003

# A lei contra o Brasil fajuto

Sempre que o brasileiro menciona algum produto industrial fajuto, logo endereça a sua produção ao vizinho Paraguai e se esquece de que a indústria da falsificação é um instituto genuinamente nacional. No Brasil falsifica-se do simples preservativo ao sofisticado *software* e, juntamente com o contrabando, a atividade ilegal movimenta alguma coisa próxima de 30% do Produto Interno Bruto. A operação expressa uma forma de crime organizado, infelizmente garantida pela frouxidão das leis e a conivência corrupta das autoridades.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado acabou de aprovar relatório que poderá por fim à boa vida dos patronos da indústria “pirata”. De acordo com proposta constante do relatório de minha autoria, os crimes contra a propriedade industrial passarão a ser punidos com penas de dois a quatro anos, além de se

*“O meu relatório não  
visa perseguir o  
camelô da esquina.  
O trabalhador  
informal é também o  
elo mais fraco”*

permitir a destruição, antes do julgamento do processo, dos petrechos e dos produtos da falsificação.

Para que se entenda o significado do projeto, basta dizer que, de acordo com a sistemática atual, quem é flagrado produzindo milhares de CDs “piratas” apenas comparece perante o promotor de Justiça e, após o ajuste do pagamento de uma cesta básica, está livre para voltar a delinquir. É a chamada transação penal, um institu-

to destinado a excluir a aplicação da pena de prisão aos que praticam os crimes chamados de menor potencial ofensivo, mas que, na prática, acabou, em muitos casos, sendo uma chancela da impunidade. Os números confirmam a necessidade de alteração do texto legal, e o Senado está fazendo a sua parte: em 2002 foram realizadas no país 870 operações policiais com a finalidade de coibir a produção e a comercialização em larga escala de CD falsificado. Ao todo foram apreendidos 38 milhões de discos e indiciados 1.264 criminosos, mas somente cinco pessoas, por conta de flagrante à prática reiterada do delito foram condenadas.

A falsificação de produtos industriais é um fenômeno global, que causa sérios prejuízos ao Estado e à sociedade e deve ser tratada com o rigor da lei, uma vez que abriga rede internacional comandada por organizações mafiosas. A empresa de consultoria Pricewaterhouse Coopers realizou estudo da “pirataria” de programas de informática no país e concluiu que, se fossem reduzidos em 25% o índice de falsifi-

cação no setor, o Brasil deixaria de perder 1,7 bilhão de reais ao ano e poderia gerar em torno de 25 mil novos empregos.

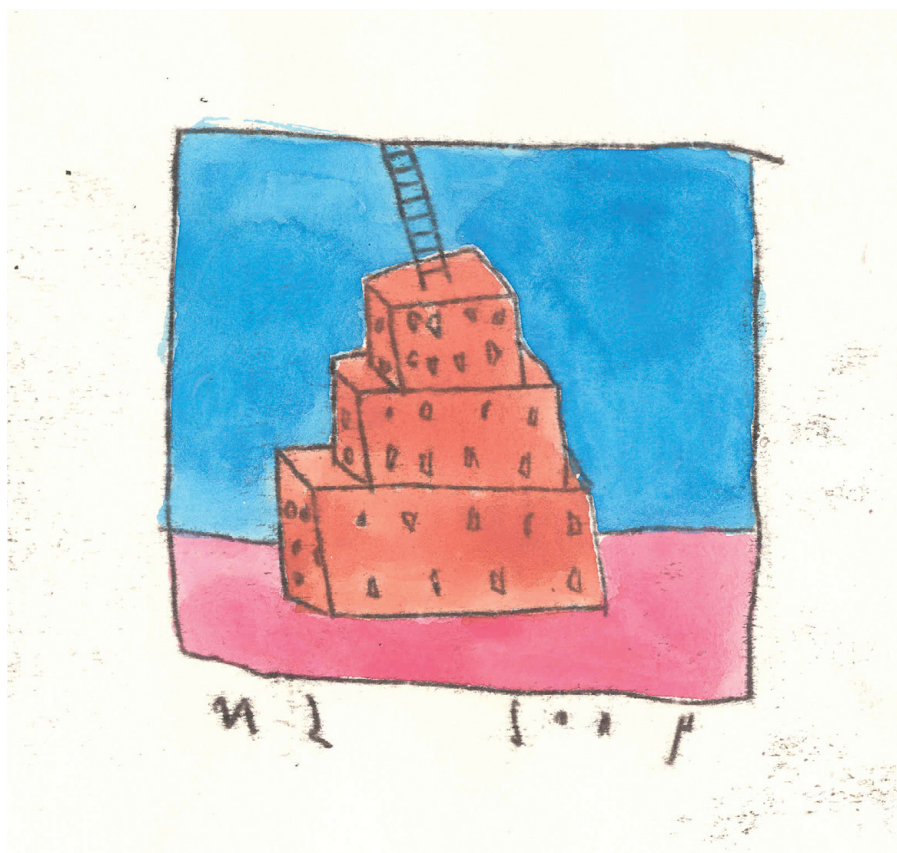
Os prejuízos são mais visíveis quando são apontados os números da contrafação de CD. Conforme dados da Associação Brasileira dos Produtores de Disco, são introduzidos no mercado paralelo cerca de 85 milhões do produto por ano, com perda de arrecadação tributária de 300 milhões de reais. Os danos da atividade ilícita são verticais e já consumiram 56 mil postos de trabalho no setor, impediram o lançamento de 24% de novas obras e causaram o fechamento de aproximadamente 2 mil pontos de venda de discos.

O meu relatório não visa perseguir o camelô da esquina. Na ponta da rede criminosa, o trabalhador informal, apesar de ser o mais visível, é também o elo mais fraco. A intenção de majorar as penas e garantir a certeza da punição tem a finalidade de criar mecanismos legais para alcançar o baronato da falsificação, cuja segunda maior base de produção de CD encontra-se em Goiás. Hoje, a pirataria financia a corrupção nos organismos policiais, na administração pública e no meio político, e só leis duras serão capazes de frear a disseminação do Brasil fajuto.

*O Popular*, 19 de junho de 2003

# Síndrome do Estado infrator

A criminalidade violenta chegou ao insuportável no Brasil, mas é preciso salienta-  
tar que a situação pode piorar bastante. No país vigora um ambiente propício à evo-  
lução da conduta delituosa, especialmente porque há a leniência da lei penal cumulada  
com a incapacidade estatal de punir. Em meio à sensação de insegurança geral, co-  
mandos criminosos organizados debocham da autoridade pública ao ceifar a vida de  
magistrados. A intenção pontual destes grupos não é a de demarcar poder paralelo,



mas de demonstrar que não existe governo ou lei capaz de deter a soberania do ban-  
dido.

Há no Brasil uma compreensão equivocada de que a violência é um fenômeno  
natural da situação de pobreza. São as tais “causas sociais” do delito, que as esquer-  
das evocam como argumento irrefutável. Na teoria, elas não explicam coisa alguma  
e, na prática, servem de ótimo expediente protelatório das medidas necessárias de  
controle da criminalidade. A pobreza não é causa, mas circunstância exasperadora

do crime. Imaginar o contrário é afirmar que a sociedade brasileira é desonesta porque é pobre, o que não é verdade.

O crime prospera no Brasil porque o Estado, entre todos os agentes públicos e privados, é um grande prevaricador. Os entes de governo são normalmente gigantesco, se mensurado tamanho da máquina burocrática, mas hipossuficientes no cumprimento da lei, uma vez que boa parte das suas energias é consumida pela corrupção e a falta de eficiência. Esse comportamento relapso criou uma crise moral do Estado brasileiro e abriu brechas ao avanço da criminalidade.

Observe que os governos são sistemáticos descumpridores da lei e a burla generalizada influencia na conduta social, pois gera espécie de síndrome do mau exemplo. Por que o bandido deveria temer a lei, a polícia ou a cadeia se nenhuma destas instâncias do aparato repressor do Estado funciona a contento? Ora, a lei está desmoralizada pela aplicação do “direito penal mínimo” e acaba por funcionar como chancela da impunidade. Hoje, um cidadão que cometer homicídio por motivo fútil e for condenado a 18 anos de reclusão tem enormes oportunidades de ganhar a liberdade com um pouco mais de 24 meses de cadeia.

As polícias também não intimidam nenhuma pessoa deliberadamente forada-lei. Em primeiro lugar, a dualidade de comando e as divisões corporativas das Polícias Civil e Militar inviabilizam a prestação do serviço de segurança pública. As instituições policiais são infelizmente mal equipadas e treinadas e estão longe de receber remuneração à altura da atividade de risco. Em meio à desorganização geral, uma parcela significativa das instituições vale-se do ofício policial para se comportar como bandidos, seja praticando o abuso de autoridade seja adotando a corrupção como prática cotidiana. É a tal “banda podre” da polícia que vive mancomunada com a delinqüência.

O sistema prisional brasileiro, praticamente, não pune e não recupera ninguém. Em parte porque vigora nas penitenciárias um ambiente de extrema promiscuidade e de falência material, o que impede o cumprimento das finalidades da pena de ressocializar o condenado e prevenir o delito. As cadeias deste país são um repositório de comandos criminosos e não são poucos os exemplos de achincalhe praticados dentro dos presídios. Para piorar um pouco a situação, o trabalho do preso, que deveria ser obrigatório, no Brasil não só é facultativo como gera benefícios injustificáveis.

Este país precisa de uma ampla reforma da segurança pública para que o Estado retome a sua autoridade e adquira a confiança social. A providência passa, entre outras medidas, pela adoção da escola em tempo integral, a unificação das polícias e o endurecimento da lei processual penal, a agilidade da prestação jurisdicional e a atuação do Ministério Público no inquérito policial, estabelecendo-se, já a partir daí, o contraditório inerente ao estado de direito. Não se trata de au-

mentar as penas, mas de impor o cumprimento de parte significativa da mesma, com a remoção das enormes vantagens de que dispõe o preso. Na mesma variável, é necessária a recomposição moral das instituições afins. Definitivamente, tudo pode piorar com a manutenção dos mecanismos que alimentam a gula do Estado infrator.

*Tribuna do Planalto*, 14 de julho de 2003

# Via para lugar nenhum

A passagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva por Londres foi salva pela declaração do primeiro-ministro britânico, Tony Blair, de apoio ao ingresso do Brasil no Conselho Permanente das Nações Unidas. O ato formal fazia parte um protocolo agendado,

que certamente seria mais proveitoso não fossem as intemperanças de Lula. O chefe do Estado brasileiro precisava entender que inconveniências verbais não se confundem com o exótico e a estatura da função exige sensatez. No entanto, Lula lançou mão de metáforas populistas, debochou da hegemonia norte-americana como se estivesse em uma assembléia de secundaristas e respondeu ao nunca que lhe fora perguntado.

O presidente foi à Inglaterra participar da Cúpula da Governança Progressista. Trata-se uma corrente política surgida na década de 1990, e liderada pelo primeiro-ministro Tony Blair, com a finalidade de redesenhar um modelo de Estado suficiente, que aliasse a flexibilidade da economia norte-americana com a proteção social do norte europeu. Chamada de Terceira Via, tinha no presidente Fernando Henrique Cardoso um dos signatários. A doutrina esteve em alta quando era a novidade que se contrapunha ao neoliberalismo selvagem do Consenso de Washington, mas se tornou clichê insustentável.

A Europa guinou-se à direita, os EUA elegeram um republicano e onde sobrou a social-democracia, como na Alemanha, o grande contraditório político diz respeito à redução de garantias sociais, como os direitos previdenciários. Mesmo assim, a Cúpula da Governança Progressista, destinada a encontrar rumos à Terceira Via, poderia ter sido uma boa oportunidade de afirmação internacional do presidente, mas ele mais uma vez pecou pelo exagero e demonstrou que está mesmo contaminado pela “Síndrome de Ofélia” — só fala quando tem certeza.



Mr. Co. y



O jornal britânico *The Times* não deixou por menos e qualificou Lula de “animado resmungo” e concluiu que o presidente brasileiro é mais um emissário do populismo moreno. E resumiu: “[Ele] apresentou a solução para o problema da desigualdade no mundo: um abraço”. Ora, o primeiro-mandatário foi recebido em Londres com entusiasmo por ser corolário da nova ordem democrática nacional, que conquistou espaço com a presença internacional do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Não fica bem desferir críticas imotivadas ao antecessor a partir de questões comezinhas.

O Brasil peca por falta de confiabilidade e alguns pontos são perdidos quando um presidente da República, em uma cúpula internacional, faz pilhéria da posição estratégica de uma nação hegemônica como os Estados Unidos. Não é interessante para o país que sejam conduzidas em bravatas miúdas as discussões da Aliança de Livre Comércio das Américas. Existem foros demarcados para os entendimentos, tanto que a delegação argentina protestou e parece que Lula terá de fazer um esforço maior para confirmar a liderança natural que ele imagina ter na América Latina. O Brasil tem soberania e serviço diplomático à altura para negociar seus interesses, mas o presidente cada vez mais acredita que ele é o próprio país.

Lula foi especialmente inconveniente ao tratar com lugar-comum assuntos de relevância global. Uma nação candidata à cadeira de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU não pode desmoralizar a instituição ao comentar o conflito árabe-israelense, nem considerar a Guerra do Iraque com impressionante primarismo. Vejo com muita preocupação este espaço livre da mediocridade que se estabeleceu na Era Lula. No plano internacional me parecem temerárias as verbalizações destemperadas. O presidente demonstrou que, em poucas palavras, pode jogar por terra o enorme avanço de afirmação diplomática brasileira. Essa via não leva a lugar nenhum.

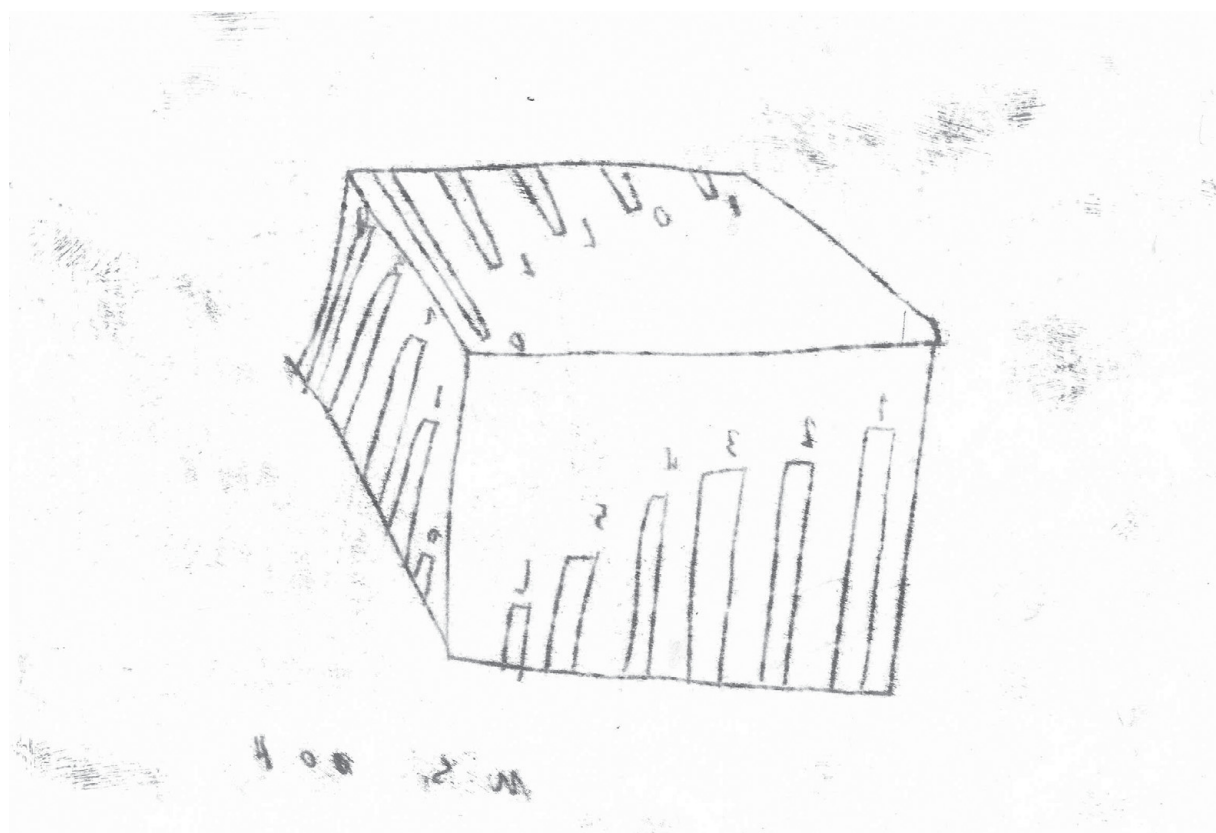
*O Popular*, 18 de julho de 2003

# Seis meses no país da lulacracia

Os seis meses do governo Lula não poderiam dar em outra coisa senão em perda de popularidade. A conduta ambivalente do comando do Planalto, somada aos conflitos públicos dos ministros, provocaram inação da máquina administrativa. A pan-ortodoxia da política monetária causou recessão. No campo, a leniência do governo faz subir a temperatura. A política externa está sendo regida por um antiamericanismo pueril. O mais saliente no período é mesmo a indisfarçável intenção de estabelecer no país uma lulacracia. É como disse o presidente: “O problema do Brasil é meu e eu que tenho de resolver”.

Talvez por considerar que a reforma da Previdência seja também uma dádiva de si mesmo, Lula delegou aos dirigentes dos Estados a palavra final, depois do mal-estar que havia criado com a aceitação da proposta alternativa do Poder Judiciário. Nesse distende-e-contraí, o governo faz movimento temerário de diminuição do papel do Congresso Nacional. Como pretende a unanimidade, acredita que pode transformar o Senado e a Câmara dos Deputados em instâncias homologatórias da política dos governadores.

Uma versão mais abrangente da exímia disciplina com que trata a dissidência do Partido dos Trabalhadores. Ao impor a lei da mordaza aos chamados radicais,



o modelo de governo que se implanta no país almeja silêncio mais profundo. Tanto que realizou uma das maiores campanhas de cooptação partidária das últimas legislaturas e há deliberada vontade de desmoralizar o Poder Judiciário.

O presidente Lula pessoalmente provocou a instituição ao referir-se, sem motivação, a uma certa caixa-preta. Já o presidente do PT, José Genoíno, declarou que a Justiça estaria concedendo liminares de reintegração de posse com o propósito de chantagear o governo em nome dos privilégios da magistratura. A Constituição assegura a livre manifestação do pensamento, mas, definitivamente, não autoriza a expressão da bobagem.

O Judiciário não é uma casta insuscetível de críticas, mas não se pode aceitar intimidações ao exercício da jurisdição. Uma sentença judicial é uma manifestação do Estado e não do indivíduo que a prolata. O sistema jurídico brasileiro é pródigo em medicamentos recursais capazes de amparar a insatisfação da parte sucumbente. Caso algum juiz tenha agido motivado pela parcialidade, cabe ao prejudicado procurar a via recursal adequada, seja na esfera administrativa ou judicial.

Não se pode imaginar que uma hipotética decisão irregular ou ilegal possa conspurcar todo o Poder. O apelo da parte pelo todo é um dos vícios que alimentam a autocracia, sustentam a intolerância política e criam margem à desestabilização institucional.

O quadro fica um pouco mais delicado quando, no auge do conflito agrário das últimas semanas, o procurador-geral da República, Cláudio Lemes Fonteles, garantiu que a Constituição autoriza o esbulho possessório. Encarregado de zelar pela qualidade da aplicação da lei, o chefe do Ministério Público Federal foi irresponsável — pois criou margem à formação da jurisprudência das ruas — e servil. O procurador Geraldo Brindeiro foi injustamente chamado de engavetador geral, mas o seu sucessor, Cláudio Fonteles, tem muita possibilidade de criar a Procuradoria Geral da Desobediência Civil.

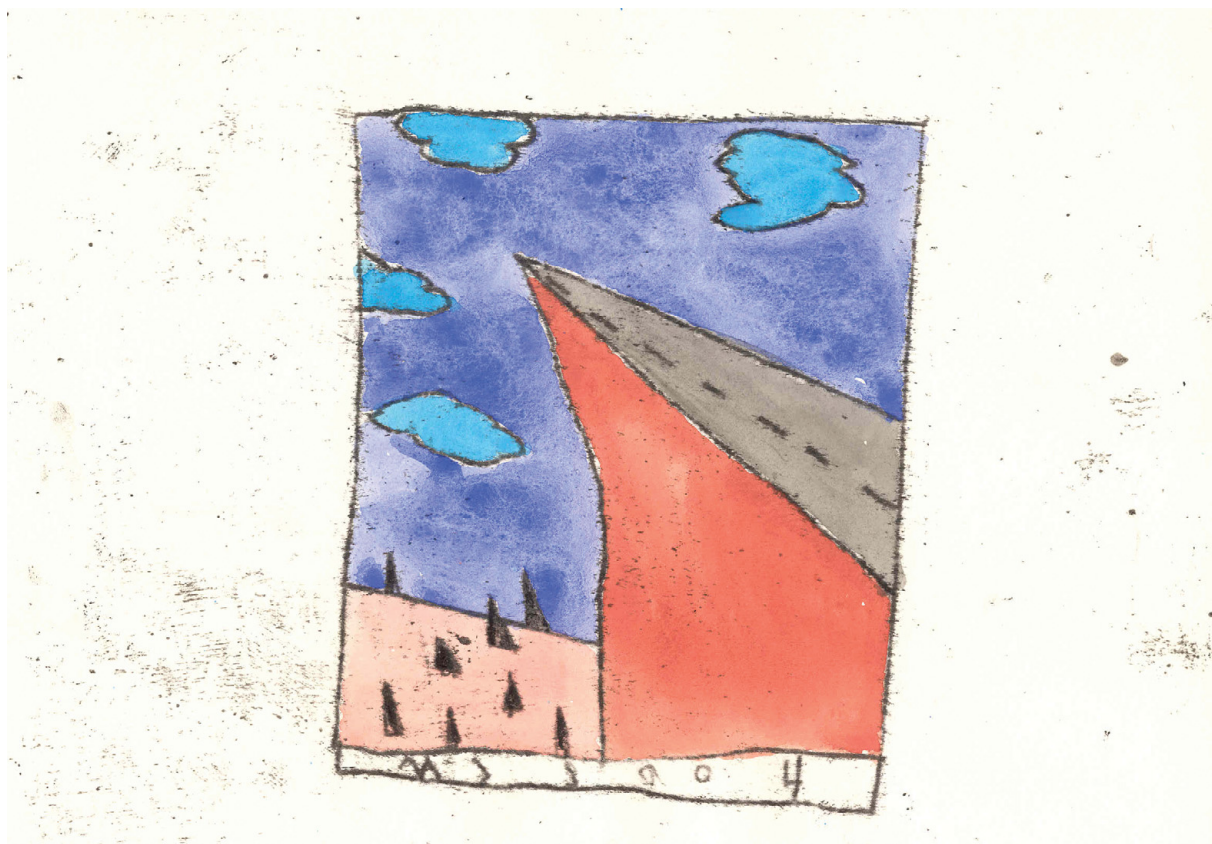
Na *lulacracia*, o presidente governa o país em solenidades e anuncia crescimento econômico espetacular porque acordou otimista. É um governo de espasmos. Um dia promete alfabetizar 20 milhões em quatro anos. Noutro, crê que o Brasil vai superar a indústria do turismo da França e Espanha porque tem um plano fantástico. Em tom desafiador, vai fazer reforma agrária com qualidade e dá biscoito na boca dos líderes sem-terra. Depois acredita que a inflação está debelada e os juros vão baixar sistematicamente. Lula fala demais e está queimando seu capital político.

Após seis meses de governo, já era hora de colher padrão administrativo, mas há algo de inercial no estilo Lula de gerenciar o país. Na Conferência de Davos, o presidente recomendou ao mundo o Programa Fome Zero, enquanto o Ministério da Segurança Alimentar até agora não conseguiu definir quem tem fome. O presidente vale-se da sua imensa popularidade e consegue adiar as providências com gestos

populistas e frases de significado algum que vêm mais para confundir do que para explicar. Do que se pôde inferir dos tempos de *lulacracia*, é que há projeto aparente de redenção das massas e real de construção de uma neo-elite.

*Correio Braziliense*, 25 de julho de 2003

# Insondável medida do abismo



Nestes 24 anos que se seguiram à abertura do governo militar de João Baptista Figueiredo, o Partido dos Trabalhadores exerceu a tarefa legítima de reagrupar as diversas tendências de esquerda e galvanizar o papel de oposição. Como o próprio presidente Lula afirmou, em um de seus “falastóides”, praticava bravata irresponsável porque não tinha compromisso com a governabilidade, mas única pretensão de assumir o poder.

Para tanto, acreditava até que poderia contar com o apoio incondicional dos veículos de comunicação e dos profissionais do jornalismo, como se eles estivessem a serviço do elogio. Sete meses após a ascensão ao governo, o PT e setores satélites esboçam fazer do mal-entendido a razão para as próprias agruras. É o velho argumento de culpar a imprensa.

Um dos traços mais tacanhos do populismo é a crendice de que a tutela da informação é uma prerrogativa do Estado. A conduta é temerária, fere os postulados da democracia e tende a jogar a opinião pública contra instituições indispensáveis à prática do estado de direito. Primeiro, o agente político intui que o exercício da discordância é uma conspiração golpista, depois supõe que está em curso campanha

de desestabilização do *establishment* e por fim cultua entendimento de que perguntar ofende.

No governo Lula, tornou-se usual, no dia seguinte, atribuir-se a erro de interpretação da imprensa o que, impensadamente, se disse ontem. São reações generalistas e imotivadas com a livre intenção de manter estrábica a opinião pública. Já há um conjunto de sintomas neste sentido. Lula garantiu que só Deus moveria os rumos das reformas e, após repercussão negativa de descomunal bobagem, afirmou que havia sido mal-interpretado.

Foi a mesma desculpa apresentada nesta semana pelo presidente à frase de um aliado, o insuflador de sem-terra João Pedro Stédile. O líder do MST recomendou que cada grupo de mil sem-terra deveria “pegar um fazendeiro” e o presidente da República saiu-se com esta: “Ficou esclarecido que as declarações de João Pedro não foram como divulgadas”. As palavras de Stédile foram gravadas em áudio e vídeo, mas Lula prefere desmentir o indesmentível para proteger o amigo “João Pedro”, que, na onda do “eu não quis dizer exatamente isso”, creditou à “mídia burguesa” a responsabilidade por seu despautério.

O presidente do PT, José Genoíno, pretendeu lançar a opinião pública contra o Judiciário ao afirmar que o Poder estava expedindo sentenças contrárias à reintegração de posse em chantagem à proposta de Reforma da Previdência. Em seguida acusou entendimento equivocado das suas palavras pelos veículos de comunicação.

Em minha história de vida pública sempre tive compreensão de que o respeito basta para reger as relações entre a autoridade e o profissional do jornalismo. Tanto o “queridismo”, aquele falso estado de ação de graça, quanto o sentimento de tutela são desaconselháveis quando se pratica a publicidade da conduta de governo. Ambos redundam na pretensão da unanimidade e acabam custando caro aos administrados, que se vêem privados da qualidade da informação que só o exercício da liberdade de crítica é capaz de garantir.

O jurista alemão Peter Häberle ensina que na escala evolutiva do Estado democrático quando se expressa a vontade do governo é inevitável considerar o cidadão, os setores organizados e a imprensa como fontes produtivas de interpretação, independente de assentir ou contraditar. O PT, naturalmente, já pensou assim quando imaginava que determinadas posições favoráveis da mídia eram trampolim à escalada ao poder. Agora que chegou ao topo, apregoa que a imprensa é insondável medida do abismo que o impede de governar com competência.

*O Popular*, 2 de agosto de 2003

# Sob um sol enganador

O Brasil da era Luiz Inácio Lula da Silva não está pior do que o país dos últimos 25 anos, apesar da recessão e dos 412 mil desempregados adicionais nestes sete primeiros meses de administração. Se os juros não caíram a contento, o espasmo inflacionário cedeu, o superávit primário superou as metas pactuadas com o FMI e vem aí mais uma safra recorde, segundo o IBGE. Por conta da continuidade do receituário da política econômica do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, não se confirmou a bancarrota que se seguiria à assunção da esquerda no poder.

Para uma Nação que, ao longo da sua história de dependência colonial, sempre viveu em crise, o desempenho da área econômica era para conferir alegria aos atuais donos do poder. Mas a agonia política causada pelas manifestações irresponsáveis dos líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) imprime no governo um semblante fraco e casmurro.

A razão para tanta tristeza não vem dos setores de oposição do Congresso Nacional, onde o Palácio do Planalto têm maioria tranqüila, mas do sistema nervoso central do próprio Partido dos Trabalhadores. A agremiação partidária, que ascendeu à Presidência da República justamente por galvanizar o comando dos maiores e mais bem articulados segmentos da sociedade, está sendo corroída pelas organizações que se desenvolveram no seu âmago.

No ponto de vista formal, pode-se dizer que o presidente Lula, quando textualmente preferiu a linha reformista à revolucionária, rompeu o pacto ideológico que edificou o PT como vetor do pensamento esquerdista brasileiro. Já na prática, a consagração eleitoral acomodou em Brasília a elite burocrática sindical do partido e deixou fora a base dos movimentos com seus milhões de famintos, sem-terra, sem-teto e, agora, sem-aposentadoria. Faltou dizer que não se produz taxas espetaculares de inclusão em tão pouco tempo, nem se pode transformar um país cheio de defeitos sem sacrifícios.

O presidente Lula, ao fazer uma administração palanqueira, tem sido imprevidente e tem oferecido esperança além da capacidade primária de realização do governo. E o pior: reage com aparência de ingenuidade quando o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, não vê motivos para sobressaltos ao comentar o con-



flito agrário. Na vida real, acampados em Pernambuco, militantes do MST prometem ir às armas para impedir ordem judicial de reintegração de posse, marchas e barricadas se formam no sul, enquanto milícias de fazendeiros são arregimentadas no Pontal do Paranapanema.

Definitivamente, neste período, não houve um agravamento dos defeitos sociais do Brasil que justificasse tamanha exasperação dos ânimos. No entanto, a falta de sinceridade do governo na composição dos conflitos de interesses provoca nas organizações civis ímpeto de exercício arbitrário das próprias razões, e elas consomem o capital político acumulado na campanha em impressionante autofagia.

O presidente Lula conserva enorme apelo popular, mas não transfere confiabilidade aos seus agentes políticos, o que enseja em uma administração pusilânime e omissa. Sem habilidade para negociar, dá azo a conflagrações desnecessárias e impulsos explosivos, que podem ser notados tanto na vexaminosa chantagem grevista dos magistrados quanto nas manifestações dos servidores públicos contra a reforma da Previdência.

Para se eleger, Lula prometeu aos seus companheiros um sol vermelho que traria luz à dor de humilhados e ofendidos, cujo brilho, hoje, se revela enganador.

*Jornal de Brasília*, 5 de agosto de 2003



# Ninguém mora na União

Existe uma inversão material na divisão do bolo tributário, cujo histórico defeito é mais saliente na agonia financeira dos municípios brasileiros. Justamente as unidades políticas onde mora 81% da população brasileira, que sediam a produção, geram os empregos e onde explodem os conflitos sociais, como a violência e a criminalidade, são miseravelmente aquinhoadas. De acordo com dados da Receita Federal, a participação relativa dos governos locais na divisão do bolo fiscal, entre os anos 1998 e 2002, caiu sistematicamente de 5,21% para 4,35%, enquanto a fatia da União saltou de 68,62% para 70,15%.

O constituinte de 1988 foi engenhoso e imaginativo ao incluir o município no rol dos entes da Federação. As cidades, desde a elevação do *status* político, foram desti-

*“A dependência gera clientelismo orgânico e contribui para a formação da má qualidade das lideranças locais”*

natárias de incomensuráveis atribuições, mas não obtiveram a necessária cobertura de recursos fiscais. A falência do sistema deve ser parcialmente creditada ao modelo beletrista de federação aprovado. A Carta de 88 conferiu às unidades geográficas locais poder de auto-organização, mas manteve a relação de vassalagem dos municípios com os Estados e a União.

Além do evidente dano econômico, a dependência gera clientelismo orgânico e contribui para a formação da má qualidade das lideranças locais. O mesmo vício que ensejou no mandonismo da Primeira República e gerou as oligarquias que o presidente Lula tem compromisso programático de combater. Observe que se houve salto de qualidade na prestação do serviço estatal no Brasil, os indicadores foram colhidos nas políticas locais de desenvolvimento humano. A evolução do Sistema Único de Saúde só foi possível porque as ações foram descentralizadas.

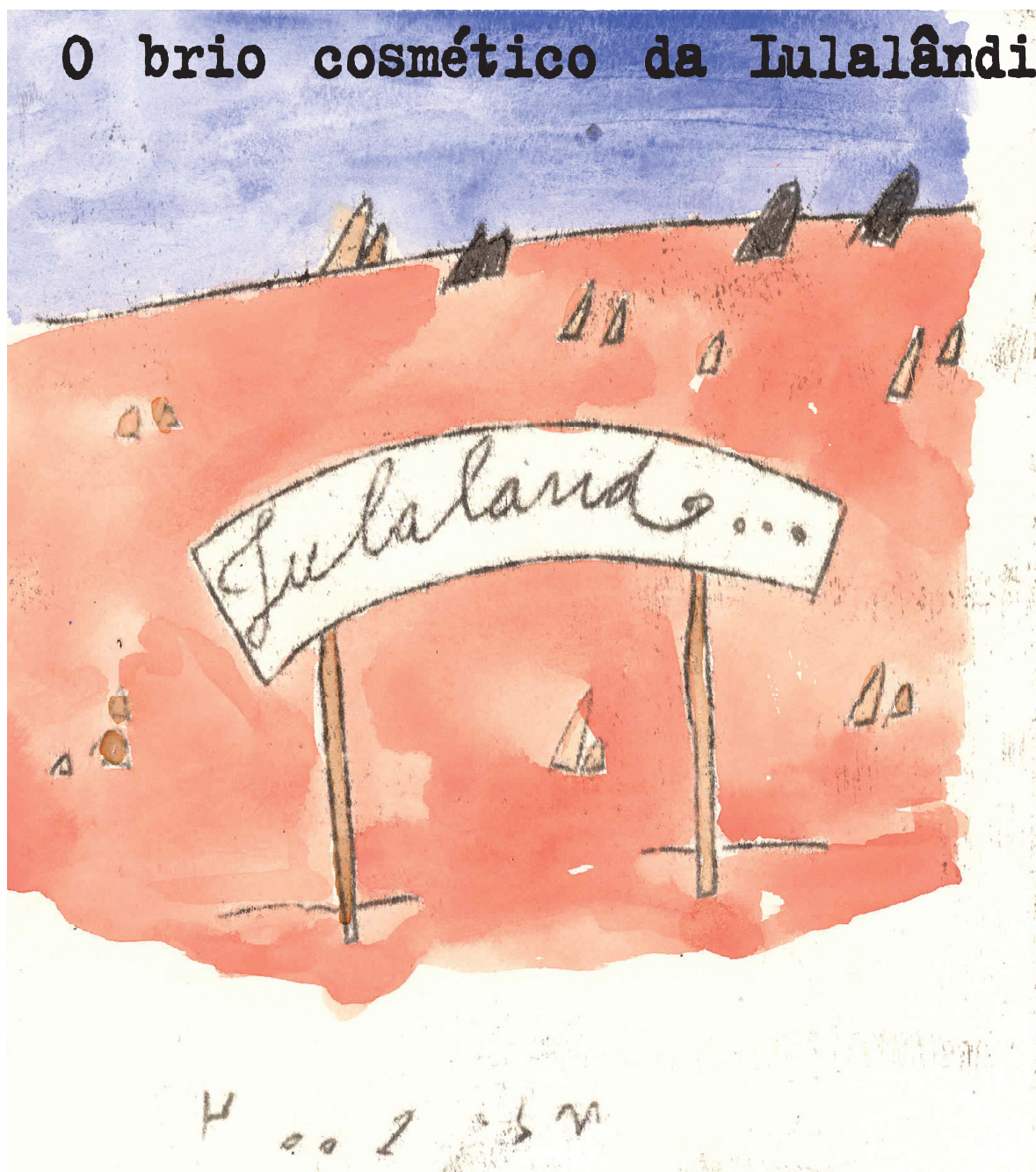
A inclusão promovida no ensino fundamental tem a marca da municipalização. Os resultados do gerenciamento local do trânsito e dos direitos relativos às relações de consumo são positivos. Na área ambiental, as iniciativas municipais mostram-se muitas vezes mais eficientes do que as soluções modeladas nos gabinetes de Brasília. O turismo ganhou expressão notável na economia das cidades e há tendência de até se municipalizar o serviço de segurança pública no futuro. Mas é também nas unidades urbanas que habita a vilania de um Brasil dotado de justiça próxima de zero.

A Fundação Faria Lima e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal são duas das instituições que contabilizam sucessos extraordinários de desenvolvimento das cidades, que são exemplos para o mundo. Mas, infelizmente, os níveis de excelência estão circunscritos a uma minoria de prefeituras, cuja média de 75% não consegue sequer arrecadar receita própria e subsiste do Fundo de Participação dos Municípios.

Se é verdade que o desempenho institucional das unidades locais é severamente prejudicado pelo irresponsável dispêndio do escasso dinheiro público, a incompetência e a improbidade administrativa, não menos ruínosa é a disparidade entre a demanda social e a capacidade de investimento das prefeituras. A criatividade e a decência administrativas são sempre recomendáveis à geração de qualidade em qualquer governo, mas é de se esperar sucesso de uma situação falimentar. A reforma tributária pode criar oportunidade de soerguer o papel dos municípios. Está passando da hora de Brasília reconhecer que é preciso repartir melhor o bolo, mesmo porque ninguém habita a União.

*O Popular*, 21 de agosto de 2003

# O brio cosmético da Lulalândia



No livro *O Povo Brasileiro*, o antropólogo Darcy Ribeiro ensinou que o “cunhadismo” foi a instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro. Tradição da cultura indígena, o costume consistia em incorporar pessoas estranhas como parente, a partir do casamento. Por intermédio desse laço de afinidade, o europeu, degredado ou náufrago, valeu-se de inúmeros conúbios para formar a reserva de mão-de-obra utilizada nos primeiros anos da aventura colonial.

O governo Lula certamente se inspirou no “cunhadismo” para expressar os valores patrimonialistas do seu estilo de administrar o Brasil. Enquanto no costume tupi o tabu do casamento operava a relação de parentesco, hoje a fidelidade ao Partido dos Trabalhadores é o passaporte ao confortável habitáculo do poder. Há algo de

inercial neste governo e as causas residem na idéia de apropriação do Estado pelo PT, “Partido dos Tributos”. A ideologia de subordinação do país a uma elite sindical está premiando a politização dos cargos em favor do partido do presidente e aliados, e conferindo tratamento de segunda classe a pessoas de reconhecida competência, mas que rezam em outra cartilha.

O interessante é que o presidente do PT, José Genoíno, não considera defeso o parcelamento politiquero dos cargos comissionados e justifica que a conduta expressa a mudança que o eleitor garantiu nas urnas. O ministro Humberto Costa abraça o cinismo para prescrever que as indulgências concedidas fazem bem à saúde política do Estado. Já o ministro José Dirceu reage com rispidez quando é apontado comandante-em-chefe da central de difusão de sinecuras instalada no Palácio do Planalto.

A interferência política em atividades essencialmente técnicas conseguiu promover o desmantelo do Instituto Nacional do Câncer, um dos maiores centros de excelência da América Latina na área de oncologia. Observem que se trata da ingerência mesquinha de pessoas habituadas a administrar painéis em porta de hospital por “mais verbas para a saúde”, mas absolutamente incapazes de gerir uma unidade de alta complexidade.

Aliás, parece que o Ministério da Saúde segue o receituário stalinista de administração do Estado, com a remoção de adversários, imposição de censura e boicote a opiniões descontentes. O ministro Humberto Costa, inclusive, montou o próprio Politburo. Das 27 coordenadorias regionais da Fundação Nacional de Saúde, 13 são comandadas pelo PT. Costa está promovendo uma espécie de limpeza política com a finalidade de assegurar homogeneidade fisiológica das instituições e obscurecer a transparência administrativa.

A demissão coletiva dos cientistas que integravam a Câmara Técnica de Medicamentos da pasta faz bem ao PT, mas é uma temeridade, pois o brasileiro perdeu um mecanismo fundamental de proteção à empurroterapia da indústria farmacêutica. Para conseguir agasalhar sob o seu guarda-chuva todos os apaniguados, o ministro tratou de revogar um decreto que proibia o preenchimento político de cargos de direção na Fundação Nacional de Saúde e estabelecia que as funções de confiança seriam ocupadas por funcionários de carreira da instituição e com comprovada experiência.

A Constituição, quando prescreve que a eficiência é um dos princípios da administração pública, está também querendo dizer que as funções de confiança devem ser distribuídas com economia e destinadas a coroar com cargo de assessoramento e direção servidores efetivos e competentes. O presidente não pensa assim e inventou espécie de fisiologismo legítimo. A Lulalândia já ostentou verniz ético cintilante. Agora, no poder, revela que o brio era apenas cosmético.

*O Popular*, 6 de setembro de 2003

# 220 anos de Lula no poder

Toda semana o governo Lula resolve um grave problema do país após a repercussão negativa de ato desastroso ou da exposição de negligência. É o preço que paga por praticar a demagogia em um regime democrático. Desta vez, coube ao Ministério das Cidades passar à sociedade a autorização de sonhar, porque vem aí o festival da casa própria. Na segunda-feira [8 de setembro de 2003], o ministro Olívio Dutra convocou entrevista coletiva para anunciar um programa de Fernando Henrique Cardoso em resposta à matéria publicada naquele dia no jornal *O Globo*. De acordo com a reportagem, a Caixa Econômica Federal neste ano executou somente 48 por cento dos 5,3 bilhões de reais destinados à habitação. Ou seja, o imobilismo da elite sindical alojada no governo Lula conseguiu contaminar a rotina de instituições

que funcionavam.

As pressas, Dutra teve a grande idéia de repriminar o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), com a promessa de zerar aos poucos o déficit habitacional do Brasil, estimado em 6,6 milhões de moradias. Sem muito tempo para pensar, pois tinha apenas algumas horas para reagir, decidiu elevar o crédito individual do benefício. O PSH foi criado em 2001 por medida provisória, não deu certo e tem futuro nada auspicioso considerando-se a

*“A iniciativa do governo Lula é de um acanhamento bovino, mas passa sensação de felicidade e renova a esperança”*

disponibilidade do ministro Dutra de investir.

Na verdade, quando o ex-presidente lançou a iniciativa, também foi uma resposta à constatação de que o governo federal não tinha programa de financiamento de moradia para famílias com renda de até três salários mínimos. Exatamente o que atestou a reportagem de *O Globo* e trouxe a público um ministro apavorado. O PSH é um destes arranjos sociológicos de bela denominação e pouca prática. No final das contas, transfere a maior parte do ônus aos Estados e municípios. Em Goiás, por exemplo, o programa é financiado pelo Programa Cheque-Moradia do governo estadual.

Foram anunciados 200 milhões de reais, recurso que será leiloado entre as instituições financeiras, como Caixa Econômica Federal, e suficiente para construir 30 mil unidades. Possivelmente, o ministro tem a firme convicção de que o Partido dos Tributos vai conseguir montar uma dinastia no Brasil, pois, nesse ritmo, só daqui a exatos 220 anos o problema da casa própria estará resolvido. Isso, se a demanda for

congelada mais cedo, caso o ânimo edificador do presidente Lula continue morando na filosofia. Em 186 anos e seis meses, o sonho se completará. O Estado tem direito a 2,94 por cento do bolo e será beneficiário de 882 moradias de um total de 165 mil habitações populares que precisam ser erguidas. Na vida real, antes de chegar lá será preciso estancar a demanda anual de novas unidades habitacionais, calculada em 20 mil, considerando-se o índice de crescimento populacional de 2,4 por cento.

A iniciativa do governo Lula é de um acanhamento bovino, mas passa sensação de felicidade e renova a esperança. Basta observar que, só neste ano, a Agência Goiana de Habitação vai entregar 3 mil moradias. O problema é que falta essa capacidade gerencial ao PT, que administra o Brasil de olho nos altos índices de audiência, mas tem queixo de vidro e se abate fácil com as más notícias. E aí a solução é produzir espasmos e providências simuladas. Elegeram a esperança para superar o medo, mas se esqueceram de dizer que ela se cumprirá a longo prazo.

*Jornal Opção*, 14 de setembro de 2003

# Uma lei para o futuro

O século XXI trouxe ao país da eterna juventude um fenômeno demográfico que está alterando de forma acelerada a sociedade brasileira, mas as autoridades, que tinham ciência do seu processamento desde os anos 90, não se prepararam para enfrentá-lo. Trata-se do envelhecimento da população. Em 1940, 2,4% dos brasileiros tinham mais de 60 anos; em 1996, o número mais do que dobrou e o IBGE projeta um percentual de 15% da população idosa em 2020.

O envelhecimento é uma evolução da sociedade brasileira e foi provocado pela queda nas taxas de fecundidade e mortalidade, melhoria das condições sócio-sanitárias, aprimoramento da medicina, crescimento quantitativo e qualitativo da cobertura pública de saúde e da previdência social. O Brasil poderia festejar os ganhos de

*“A dependência dos idosos é relativa. Em 80% das residências onde há um idoso ele é o chefe de família. A renda do idoso é fundamental”*

expectativa de vida da sua população, mas a deficitária rede de proteção do Estado obriga o país a reconhecer que negligencia os direitos do idoso.

As pessoas da terceira idade deveriam estar sendo premiadas por terem ajudado a fazer o Brasil, mas sequer tinham uma lei que lhes assegurasse proteção integral, perspectivas de envelhecimento produtivo e integração à sociedade. O Estatuto do Idoso, aprovado no Senado e do qual fui relator, supriu a lacuna e vai-se consoli-

dar como um dos mais importantes instrumentos jurídicos da década. Irá conferir direito sincero contra a discriminação, o desprezo e a injúria de uma sociedade que se supunha jovem para sempre e educar o país para o envelhecimento.

Isto significa que o Estado deve-se preparar para desenvolver políticas de renda, saúde e cuidados institucionais para um grupo que se projeta cada vez mais numeroso, mas não necessariamente improdutivo como a ele se referem os adeptos do “coitadismo”. Dados do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) comprovam que a idéia da dependência do idoso é relativa no Brasil. Em 86% das residências em que existe um idoso, ele é o chefe da família. E o mais interessante: 50% dos homens aposentados e um terço das mulheres aposentadas continuam a trabalhar. Ou seja, a renda dos idosos é um elemento fundamental na composição da receita familiar no Brasil.

No direito brasileiro há conhecimento sedimentado sobre as garantias do idoso na doutrina e na jurisprudência, mas falta uma legislação consistente para discipli-

nar essa parcela da cidadania que exige cuidado especial. O texto contempla uma cobertura de direitos e obrigações bastante abrangente e há muito está sendo esperado pelos milhões de idosos do país. Trata-se de uma lei completa e inovadora que detalha direitos fundamentais e institucionaliza a garantia de prioridade do atendimento às pessoas com 60 anos ou mais.

Um dos pontos altos do projeto diz respeito às medidas específicas de proteção do idoso. A proposta tem longo alcance quando regulamenta as responsabilidades das entidades de atendimento. É estabelecido um exaustivo rol de requisitos, princípios e obrigações, bem como relacionados os critérios de fiscalização dessas instituições públicas e não-governamentais. No projeto são detalhadas as infrações administrativas, com penas de multa e interdição, com o procedimento de apuração judicial de irregularidade podendo ser iniciado por qualquer pessoa com motivação suficiente.

O projeto aprovado, e que agora vai à sanção presidencial, amortiza uma dívida histórica do legislador brasileiro ao tipificar os delitos praticados contra o idoso. A partir da publicação desta lei, a discriminação, a prevaricação do dever de assistência, o abandono, a exposição ao perigo, além de condutas específicas como a exposição depreciativa e a indução ao erro de pessoa idosa passam a ser crimes apurados mediante ação pública incondicional. O Brasil passará a punir quem execra, abusa, humilha e violenta o idoso e corrigirá uma das imperfeições de uma sociedade que tem consciência de que precisa mudar comportamentos.

Daqui a 20 anos, a minha geração estará sendo regulada pelo Estatuto do Idoso e, certamente, vamos ter no Brasil uma taxa de proteção da terceira idade próxima do que preconiza a Organização das Nações Unidas. Lei teremos para tanto, basta que os governos a executem. Veja o caso do Conselho Nacional do Idoso, cuja última reunião ocorreu em dezembro do ano passado e que no orçamento de 2003 não recebeu um centavo de dotação. Não é esse o futuro que espero para a lei.

*O Popular*, 25 de setembro de 2003



# Estabilidade a peso de ouro

Sempre que observo o escambo partidário que antecede o ano eleitoral, lembro-me da interessante figura do deputado e ministro do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos. Jornalista brilhante e orador de primeira grandeza, o parlamentar inaugurou no Brasil a tradição política de virar a casaca. Defensor dos princípios do liberalismo, tornou-se um dos líderes do regresso conservador e ficou famoso por um pronunciamento, durante a edição do Ato Adicional de 1834, no qual resume em duas palavras a sua guinada ideológica: “Fui um liberal”.

Durante a campanha de 2002, o Partido dos Trabalhadores apresentou uma extensa agenda de mudanças e elegeu a reforma política como um dos vetores do espetáculo da transformação do Brasil. Com muito boa razão, o documento critica

*“O PT do poder se comporta às avessas do que pregava e promove o maior festival de infidelidade política da história do país”*

incisivamente a falta de fidelidade partidária, considerado um vício do sistema político brasileiro. A exemplo do ex-liberal que fundou o Partido Conservador, o PT do poder se comporta às avessas do que pensava e tratou de promover o maior festival de infidelidade política da história do parlamento brasileiro.

Apesar de o próprio “Partido dos Tributos” só ter recebido duas adesões na Câmara dos Deputados, o Palácio do Planalto, para acomodar a sua base de sustenta-

ção em partidos-satélites, promoveu nestes dez meses a movimentação de 113 parlamentares. Em menos de um ano, a Era Lula conseguiu a proeza de encostar na taxa de infidelidade de uma legislatura inteira. Naturalmente que para tanto se valeu dos expedientes patrimonialistas de outros tempos, como a distribuição de indulgências, cargos públicos, emendas orçamentárias, entre várias facilidades.

Por conta de uma legislação política deficitária e viciada, a cooptação do poder opera-se em todas as escalas institucionais. Nas relações entre entes de governo, o magnetismo do poder estadual, por exemplo, converte os prefeitos aderentes em meros vassallos. Já no Legislativo, o abrigo ao guarda-chuva palaciano significa a renúncia às prerrogativas parlamentares. O saldo para a sociedade é negativo sob todos os aspectos, pois subtrai direitos essenciais do contribuinte. Como os governos não fabricam dinheiro, pode-se ter certeza de que cada agente político adquirido significa menos polícia nas ruas e menos merenda na escola.

O Brasil, desde 1985, vem tentando, sem sucesso, realizar a reforma política. A cada início de legislatura, o tema é reeditado no debate institucional, mas lentamente vai perdendo altura por falta de impulso do Poder Executivo. As resistências são tão expostas que o constituinte de 1988 não conseguiu fazê-la; a revisão constitucional de 1993 foi outro fiasco, enquanto dezenas de projetos tramitaram no Congresso Nacional sem chegar a lugar algum.

A Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados tem em mãos o substitutivo do deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO) que traz quatro inovações importantes na legislação infraconstitucional: o financiamento público das campanhas eleitorais; a fidelidade partidária; a lista fechada para candidaturas e o fim das coligações proporcionais. São providências que podem promover assepsia no sistema eleitoral, devolver credibilidade à função pública e estancar a aquisição de mandatos. A corrupção eleitoral no Brasil chegou ao ponto de absorver dinheiro sujo do crime organizado. São somas milionárias do setor privado que depois serão repostas com dinheiro público.

Aprovado e sancionado o projeto de Caiado, o Brasil precisará avançar na adoção de novos critérios de proporcionalidade na representação na Câmara dos Deputados, a instituição do voto facultativo e em uma ampla reforma do Código Eleitoral. Trata-se de uma lei desatualizada e repleta de remendos de ocasião. O país precisa de normas estáveis e que recuperem a decência da atividade pública. Não se pode fazer mais nada em relação às eleições do ano que vêm, mas é impreterível a adoção de nova sistemática para 2006. Acredito que a retomada da legitimidade política como princípio de investidura na função eletiva, vai produzir agentes públicos de qualidade, tornar o Estado mais eficiente e diminuir a carga do cidadão, que acaba sendo o destinatário do déficit gerado pela estabilidade política onerosa dos governos.

*O Popular*, 10 de outubro de 2003

# Olhar sobre o sonho de Pedro

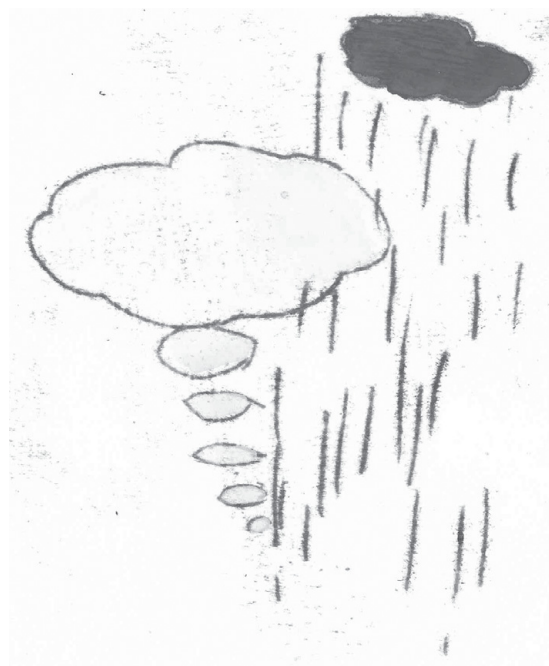
Há certa verdade coroada de que Goiânia prosperou porque foi construída Brasília, quando não foi exatamente assim que se processou a história. Se é correto que a cidade deu salto extraordinário a partir da nova capital, seria defeso não mencionar que a obra de JK só se viabilizou porque existia Goiânia. Naqueles anos iniciais foi um alento aos planos ambiciosos do presidente que mudou o Brasil a presença de um vizinho emergente, erguido sob o mesmo ideal de ocupação do território e pronto para emprestar apoio logístico.

No pensamento de Pedro Ludovico, a construção de Goiânia representava mais do que a superação da inércia econômica do Estado, que na década de 1930 era a mais pobre unidade da Federação. A nova capital de Goiás iria promover a unidade do Brasil Central e “irradiar” progresso àquela porção gigantesca, bruta e desconhecida do país. A visão do fundador de Goiânia logo se confirmou. Dez anos depois do lançamento da pedra fundamental, o Brasil se mobilizou para empreender a Marcha para o Oeste e a cidade se tornou a base do maior esforço de mobilização do século 20.

Goiânia é um marco formidável da experiência de integração do centro-norte ao eixo principal da nação e encerra uma das mais caras iniciativas do Brasil que trocou a República Velha pelo futuro. Ainda que sejam impressionantes a expansão populacional, a pujança econômica, a qualidade do traçado urbanístico e o índice de desenvolvimento humano, certamente um traço que a destaca é a personalidade política de sociedade goianiense.

Erguida sob o pluralismo de diversas culturas que se uniram para fazer a história, Goiânia se criou afeiçoada à democracia e, mesmo incipiente e distante do Brasil, esteve na vanguarda dos acontecimentos de sua época. Observe que a cidade nunca deixou de expressar a sua referência aos grandes momentos da vida brasileira, desde a campanha da legalidade, deflagrada pelo ex-governador Mauro Borges após a renúncia de Jânio Quadros, até os *caras-pintadas*, passando pelas Diretas-Já.

A definição social de um padrão de exigência política foi fundamental para aprimorar a qualidade do equipamento urbano disponível e manter, independente de



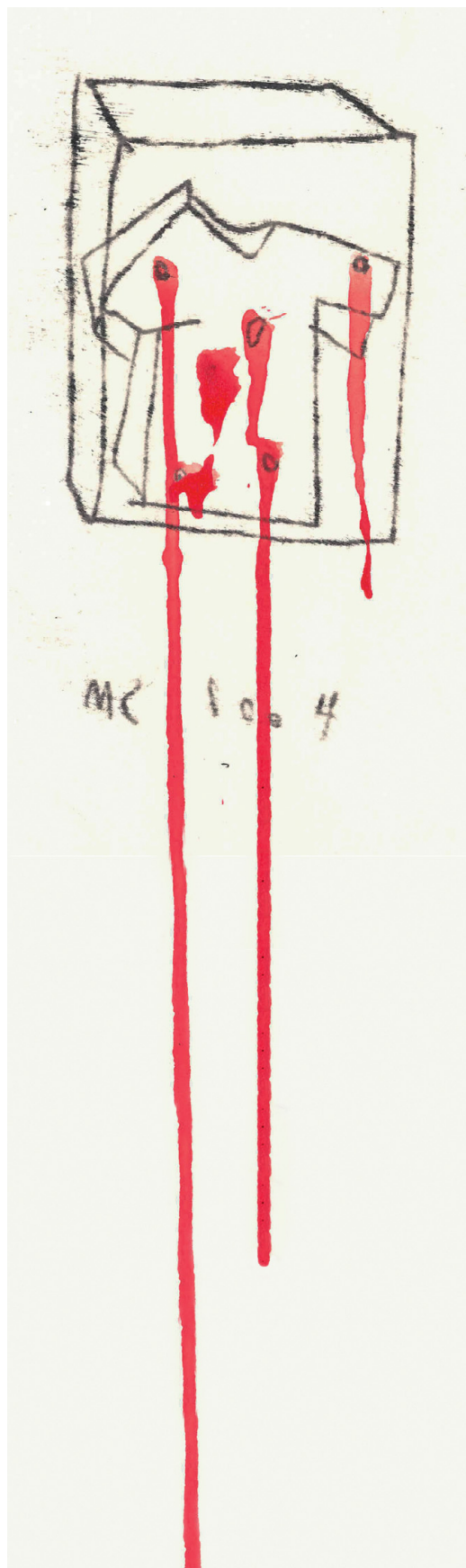
quem administre a cidade, um nível razoável de funcionamento das instituições. Goiânia está longe de apresentar sustentabilidade, mas seria preciso um governo municipal dotado de uma certa incompetência de fundo para conseguir levar a estrutura urbana ao caso. Isto é, o goianiense não aceita a improvisação e tem capacidade instintiva de reação a todo mau gerenciamento do interesse público. Talvez por isso cultive o tabu de que as coisas não vão bem quando as flores andam mal.

O adensamento urbano irresponsável das duas décadas passadas, quando se estimulou a formação de bolsões de miseráveis para se formarem redutos eleitorais, trouxe mazelas sociais que poderiam ter sido evitadas. À época ainda se cultivava a ilusão de que para ser contemporânea, metropolitana, a cidade tinha de superar 1 milhão de habitantes. Uma falácia que custou caro a uma Goiânia que subverteu o próprio planejamento.

Não existe um receituário para recuperar o prejuízo, mas acredito que não há saída fora do Estatuto da Cidade. Trata-se de uma lei editada há dois anos, que confere diretrizes gerais à política urbana no Brasil e propõe um contrato de reorganização das cidades com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida. O Estatuto representa um dos maiores avanços da legislação brasileira e deve ser inserido no centro das discussões políticas de Goiânia no próximo ano eleitoral. O futuro do sonho de Pedro estará nas mãos de quem tiver coragem política de tirar essa lei do papel.

*O Popular*, 24 de outubro de 2003

# Para cada erro um perdão



Eça de Queiroz foi um dos maiores escritores oitocentistas da língua portuguesa. Proprietário de um humor refinado, criou inúmeros personagens por intermédio dos quais elaborou um sustentável libelo contra a pusilanimidade, o provincianismo, a platitude e, especialmente, a mediocridade. Como muito bem escreveu o cronista Arnaldo Jabor, Eça tinha a missão de dissipar a burrice. Maior representante do realismo português, ele nutria um carinho especial pelo Brasil, terra que nunca conheceu.

Caso Eça de Queiroz visitasse o país contemporâneo, certamente iria encontrar algumas correspondências dos seus personagens na pessoa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sobre as convicções ideológicas do primeiro-mandatário, localizaria a falsa devoção de João do Ega. Já em conselheiro Acácio, visualizaria o estilo falastrão, que esposa a banalidade com infinita cupidez. Mas nada seria comparável ao desempenho de José Joaquim Alves Pacheco. Mesmo sem ter escrito uma obra, desenvolvido um ideário, escrito um livro sequer, Pacheco era considerado um talento.

Por conta da sua impostura clássica, o pseudo-intelectual foi deputado, ministro, governador de bancos e presidente do Conselho de Estado. Ao contrário do presidente Lula, Pacheco não expandia o seu imenso talento. Angariava o reconhecimento da genialidade com raros e lacônicos comentários, embora tenha se tornado épico o seu franzir da testa. Mas Eça, com certeza, identificaria Pacheco no presidente da República ao perceber os traços que fazem do primeiro-mandatário um perfeito ilusionista.

A obsessão transformadora do governo é aparente e epidérmica. Uma espécie de pachequismo às avessas, que cria o mito da informalidade do Estado, a partir da pregação de até quatro discursos por dia. Lula faz um governo ambulante em busca de uma solenidade e promove o que antropólogo Roberto DaMatta cunhou de “a viagem da rotina para o extraordinário”. Ou seja, cria janelas de felicidade e escamoteia a letargia de um governo sem bússola.

Cada improviso carrega sempre algo de surpreendente, que varia da autopromoção das suas virtudes quixotescas à desbragada indiscrição. O Brasil está sendo governado por frases. Por intermédio da palavra, o presidente pratica a bravata, às vezes constrange, dá-se a filosofadas e persegue o óbvio com propriedade. Nestes dez meses, a certificação oficial do manifesto e o predomínio do lugar-comum produziram uma antologia do *nonsense*.

As expressões parecem emergir de um imenso nada e incorporam-se ao cotidiano, causando um misto de espanto e incredulidade. Lula, ao representar um papel para cada ocasião, tornou-se um presidente por traduzir-se. Há o óbvio inocente em “*uma longa caminhada começa nos primeiros passos*”. O óbvio técnico em “*porque a fome é, sim, falta de comida, mas é também não ter uma alimentação adequada*”. Já o óbvio solene se expressa em “*nenhum vento é bom quando não sabe aonde se quer chegar*”.

No início do governo, o secretário José Graziano fez menção pejorativa ao povo nordestino e o culpou por espalhar a miséria pelo Brasil. A ministra Benedita da Silva viajou à Argentina às custas do dinheiro público em missão evangelizadora. Fato que se repetiu, desta vez com a finalidade de entretenimento, com o ministro Agnelo Queiroz. Durante a solenidade de sanção do Estatuto do Idoso, o próprio presidente recomendou aos aposentados que arrumassem novo emprego e não ficassem em casa atrapalhando a família.

Em sua incursão africana, Lula descobriu que o continente negro possuía uma cidade limpa, enquanto que, em terra brasileira, o ministro Ricardo Berzoini considerava que as pessoas maiores de 90 anos carregavam de profunda admiração.

*O Popular*, 17 de novembro de 2003

# Como fez Pero Vaz



Quando pilhados em flagrante, nós temos sempre pronta uma justificativa a aplicar ao próprio jeitinho. O vice-presidente José de Alencar, por exemplo, apresentou razões altaneiras à tentativa de burlar, por intermédio do apelo à autoridade, um concurso de residência médica e assegurar vaga ao neto de um ex-sócio. Argumentou que o antigo parceiro era pobre e humilde. Em seguida, reconheceu o erro, mas diferiu a culpa para a burocracia e diluiu a atitude bucaneira do seu gabinete no imenso caldeirão dos pecados consentidos.

O vice-presidente Alencar, homem comum que é, naturalmente não se sentiu menos honesto por ter depositado no poder de um ofício a pretensão de criar oportunidade de preferência em um certame público. Tinha convicção de que fazia o bem ao ajudar um amigo em dificuldade. Não se trata de considerar a configuração ou não de quebra da honorabilidade de ninguém, mas com certeza o cidadão que furta energia elétrica da companhia distribuidora vai encontrar na ética razões que sustentem tal *gato*.

Houve um tempo em que setores da antropologia social identificavam a trapaça às convenções legais como um traço inato e ponderável dessa gente bronzada capaz de se dar bem manipulando as sutilezas de um cotidiano mal regulamentado e enfa-

donho. Um misto de esperteza e inocência. Situação aceitável por ser do domínio comum, desde o palácio ao camelô da esquina; e inofensiva, como se houvesse escusas para pequenas malandragens.

A conduta do jeitinho é algo extremamente individualizado e busca uma vantagem no plano da pessoalidade. O segredo do seu sucesso, além do argumento persuasivo que sustenta o ludíbrio, é justamente a confidencialidade nas relações entre o agente público ou privado que prevarica e o beneficiário que se locupleta. O jeitinho não é visto como uma afronta à lei, mas uma paralela à legalidade que só se torna reprovável quando vem para o domínio público. Tanto é verdade que o vice-presidente chegou ao ponto de pedir respeito a seu passado de probidade depois de obsequioso silêncio sobre o acontecido.

Nas sociedades regidas por relações contratuais, com Constituições rígidas, Estado forte e sociedade com tradição de democracia, as leis alcançam a todos, especialmente no que se refere à inflexibilidade das obrigações. O trem sai no horário, o guarda não aceita suborno e não é possível furar a fila. No Brasil, onde as circunstâncias sobrepõem-se às regras, é normal que se opere o jeitinho, seja para fazer o que a lei não autoriza seja para deixar de cumprir o comando de uma norma. O fato é que o Brasil não pode mais sustentar argumentos esdrúxulos de que é possível haver fraude do bem contra as excrescências das organizações burocráticas, a desídia do funcionário ou o simples tamanho da fila.

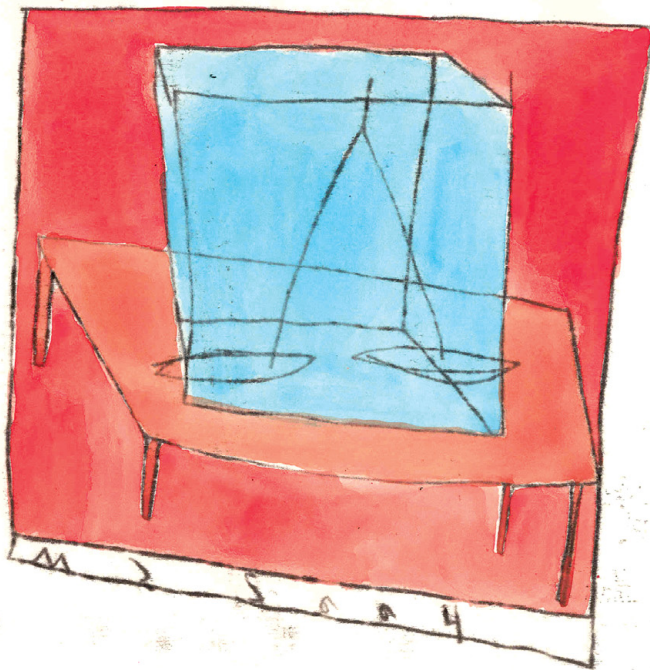
O vice-presidente José de Alencar, que poderia ter se utilizado do oposto do jeitinho e obtido o seu intento valendo-se do “Você sabe com quem está falando?”, mostrou que, apesar de ser uma pessoa comum, pode adquirir condição especial de igualdade e continuar a prática introduzida por Pero Vaz de Caminha. Na sua famosa *Carta*, o escrivão de Cabral descreve o território descoberto, afirma que os gentios têm muito bons narizes, relata a primeira missa, confirma o despacho de dois degradados, dá a má notícia de que não puderam saber se havia ouro ou prata e, ao final, inaugura o jeitinho ao pedir a Dom Manuel I, o Venturoso, a “singular mercê”, de mandar vir da ilha de São Tomé o seu genro Jorge de Osório.

*O Popular*, 30 de janeiro de 2004



# Ainda não foi desta vez

A Reforma do Judiciário deveria ter sido realizada durante a Constituinte, mas a vontade da magistratura de manter o DNA privilegiado frustrou qualquer tentativa. Há 12 anos a matéria tramita no Congresso Nacional e deve ser concluída no



semestre. O governo Lula chegou a criar uma Secretaria no Ministério da Justiça para arrostar o poder, mas mostrou que não é do ramo. Não é bom cultivar ilusões. Ainda não será desta vez que o Brasil terá um serviço jurisdicional de qualidade, célere, acessível, capaz de compor os conflitos de interesses do cidadão e assegurar o poder punitivo do Estado.

Quer dizer que se trata de uma pseudo-reforma? Não exatamente. É preciso considerar que a pauta está restrita a alterações constitucionais, ou seja, a maioria dos temas é pertinente a questões orgânicas da estrutura, da composição e das competências do poder. Elas não se conectam à vida de quem bate às portas da Justiça. São modificações necessárias, não socialmente relevantes. Como o critério de vitalidade e a quarentena do juiz, a extinção dos tribunais de alçada ou o subsídio do desembargador.

Do texto aprovado na Comissão de Constituição de Justiça do Senado, cinco assuntos vão disputar o interesse imediato da sociedade. O controle externo da magistratura e do Ministério Público é o mais importante. A função será exercida por um Conselho Superior, de composição tripartite, mas, infelizmente, não paritária, de membros do Judiciário, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil. O

conselho terá a missão de monitorar as atividades financeiras e administrativas das instituições afins e servir de observatório ou posto de controle ético da conduta de promotores e juizes.

A segunda alteração de interesse direto contempla a chamada súmula vinculante. Diz respeito às decisões reiteradas do Supremo Tribunal Federal sobre a mesma matéria, que passam a ser referencial obrigatório aos demais órgãos do Judiciário e da administração pública. O STF era para ser uma alta Corte constitucional, mas hoje dirime conflito sobre lulu de madame. Estudo efetuado pelo próprio Supremo aponta que as 160 mil ações que tramitam por ano poderiam ser agrupadas em 200 temas. Ao contrário do que supõem os opositores do instituto, o efeito da súmula será o fortalecimento do primeiro grau de jurisdição.

As outras três medidas não são exatamente alterações, mas uma reserva formal de expectativa de que a reforma poderá se completar. Uma garante ao sistema um número ideal de juizes e promotores, que hoje transita em torno de um operador do direito para cada grupo de 17 mil habitantes. Na Alemanha é 1 por 4 mil. A outra confere o prazo de 180 dias para que sejam iniciadas as modificações infraconstitucionais, ou seja, aquelas que vão escoimar do processo legal os rudimentos teratológicos das ordenações medievais herdadas de ultramar. E há a falada autonomia da Defensoria Pública. Importante, mas que depende de vontade e impulso financeiro do Executivo. Goiás ainda não tem a sua.

Entre as intervenções na legislação processual, me parece imprescindível acabar com a volatilidade das decisões de base da atividade jurisdicional. Na generalidade, acredito ser imprescindível extinguir o processo de execução, acabar com a prodigalidade recursal e eliminar as fissuras legais por onde se infiltram as manhas processuais. São defeitos legislativos que, na esfera cível, servem não para perseguir um direito, mas para fugir da obrigação. Já na ordem penal, alimentam a impunidade. A providência parece ser um consenso, mas não tem tramitação tranqüila. O que serve de termômetro para avaliar o quanto será difícil, por exemplo, limpar os Poderes do carcinoma do nepotismo. Projeto de minha autoria neste sentido vai fazer aniversário e sequer foi distribuído no Senado.

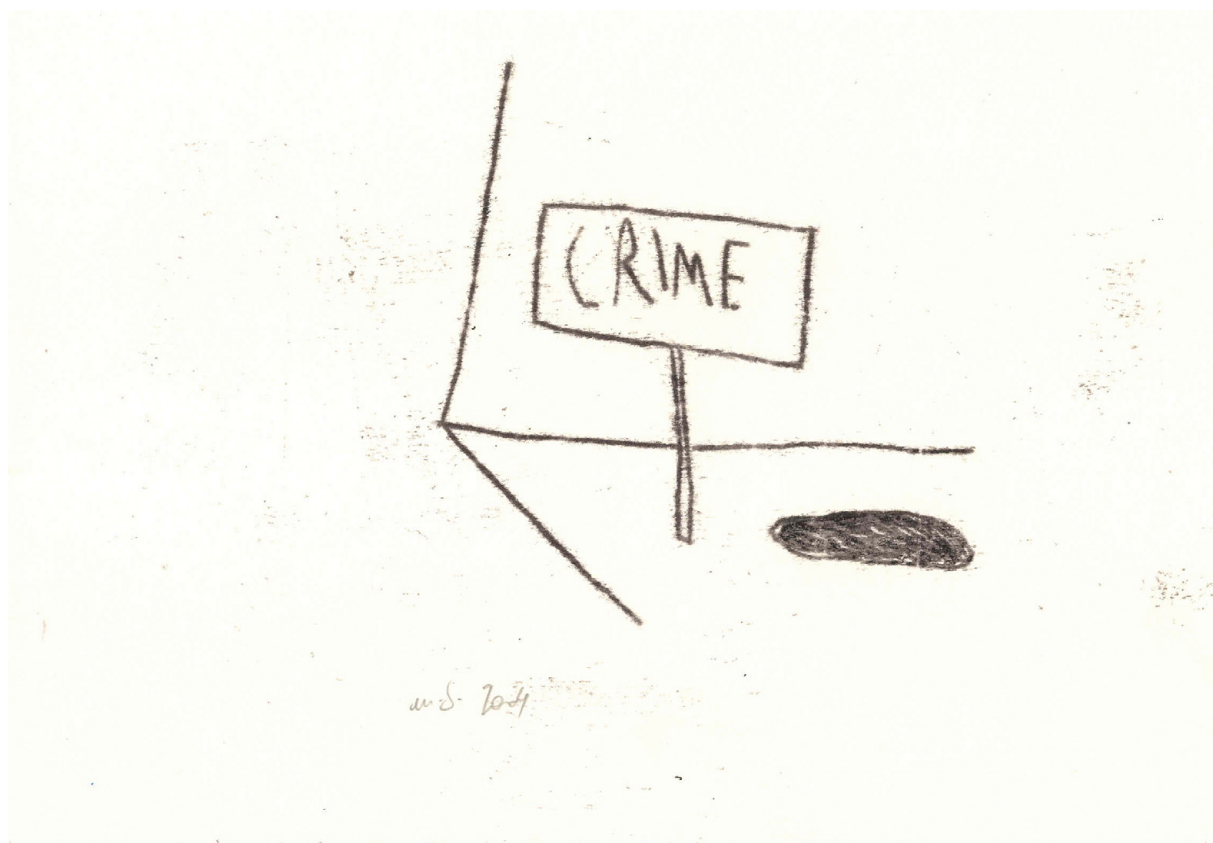
O Instituto Sensus aferiu que 70% dos brasileiros querem a reforma do Judiciário. O Idesp consultou os magistrados e eles afirmaram que a morosidade é o problema que mais os incomoda. Além da falta de estrutura, condenaram o Estado por ser um mau usuário do sistema. Estão cheios de razão: 80% das ações que tramitam no país têm o poder público em um dos pólos processuais. Será feita uma reforma se se considerar que o controle externo limitará a prerrogativa de intangibilidade de magistrados e integrantes do MP. Vai faltar um projeto de Justiça para o país.

*O Popular*, 31 de março de 2004

# Governo de fritar bolinho

Lá se vai o segundo abril do governo Lula, e a paralisia administrativa provocada pelo reunismo fez com que o governo federal executasse até agora 0,0001% do Orçamento 2004 do Fundo Nacional de Segurança Pública. O Ministério da Justiça pensa que não vale a pena investir nas instituições policiais, sob o argumento de que elas são fontes de corrupção, e aposta que o brasileiro, por ser pobre, é o grande culpado pela criminalidade violenta.

Caso fossem tomados os 43 milhões de miseráveis que o presidente Lula pretende resgatar, o Brasil teria, por baixo, uns 25% de população bandida, quando não



passa de 2% a parcela envolvida com alguma atividade criminosa. O argumento falacioso é apenas um expediente para o governo federal se desviar da responsabilidade de cuidar da garantia da sociedade. Os números não mentem e mostram que em matéria de segurança pública a administração do PT fez menos do que Fernando Henrique Cardoso, que já não era afeito a investir no setor.

Em 2002 foi autorizado no orçamento do Ministério da Justiça algo próximo de 365 milhões de reais destinados ao Fundo Nacional de Segurança Pública. Naquele exercício financeiro foram executados 72% do recurso. Já em 2003 o valor nominal

foi elevado para 392 milhões de reais, mas o PT conseguiu executar apenas 28% do total. Para se eleger, Lula prometeu investimentos pesados na segurança pública e garantiu mudanças profundas que se encarregariam de recuperar a capacidade do Estado de enfrentar o crime. Na vida real destinou à segurança de cada brasileiro a bagatela de 65 centavos.

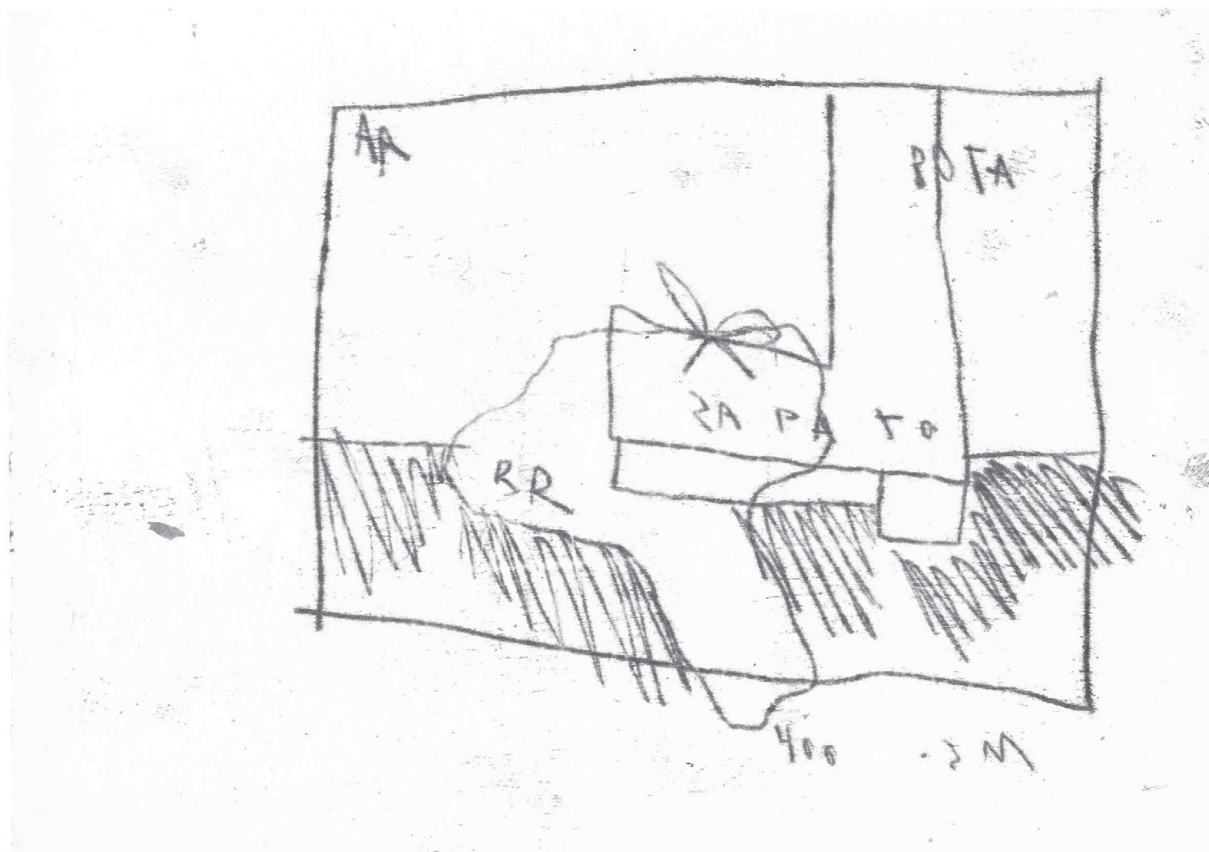
Neste ano, já com orçamento elaborado pelos “petecratas”, o valor bruto previsto desceu ao patamar de 2002, mas até agora apenas um único programa conseguiu empenhar a despesa. De executado mesmo foram só 856,30 reais até o último dia 12, quando o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, anunciou como coisa de outro mundo a liberação de 9 milhões de reais para combater o que chamou de “guerrilha” nos morros do Rio de Janeiro.

Enquanto durou o fôlego circense da atividade principal da Presidência da República, acreditou-se que estava tudo errado com o Plano Nacional de Segurança Pública e que era preciso fazer um Sistema Nacional de Segurança Pública. Uma mudança aparente de nomenclatura, que conseguiu piorar o que foi construído no governo anterior. Um país pobre de Estado como o Brasil não pode se dar ao luxo de a União dizer que o problema não é da sua competência, como teve a infelicidade de sugerir o secretário especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, ao afirmar que era problema do Rio de Janeiro a guerra entre traficantes.

O governo Lula deu a entender que tinha um plano sensacional para a segurança pública, mas em 15 meses demonstrou que não é do ramo e ainda impediu o Senado de realizar as reformas necessárias para o endurecimento contra o crime organizado. Resultado: o Estado se desmoraliza não só nos espetáculos de violência, como ocorreu na Semana Santa, mas no dia-a-dia. O governo Lula não garante ninguém e o poder marginal faz *marketing* corporativo do escárnio à autoridade.

À administração petista falta coragem para derrubar o muro que separa as Polícias Militar e Civil e erguer uma polícia única. Se quisesse, pois tem maioria no Congresso, poderia regulamentar a atuação das Forças Armadas na missão de combate ao crime organizado e demarcar as linhas de punição severa para os crimes violentos e que envolvam o tráfico de drogas, a lavagem de dinheiro, a corrupção, etc. O ataque guerrilheiro, como quer o ministro da Justiça, da Semana Santa na Rocinha é uma demonstração de que se esgotou o tempo para o presidente apresentar uma política de segurança ao país. Não tenho o menor otimismo em relação a isso, pois sei que, infelizmente, esse governo é só de fritar bolinhos.

*O Popular*, 19 de abril de 2004



## Gulliver no país da Lulalândia

Apesar de ser considerada uma obra-prima da literatura infanto-juvenil, *As Viagens de Gulliver* é um dos mais formidáveis libelos contra o grotesco, o que faz o temário do livro, escrito em 1726, ser cada vez mais contemporâneo. Isso poderia ser demonstrado caso o personagem principal de Jonathan Swift empreendesse uma quinta viagem e aportasse nas desalmadas terras de pindorama. Gulliver certamente não encontraria o mínimo de razão para compreender a administração petista.

Quando fosse explicado a Gulliver que ele chegara ao “País do Futuro”, um lugar prenhe de concupiscência, povo ordeiro e pacífico, o aventureiro teria motivos de sobra para se espantar. Não encontraria correspondência com a realidade quando ficasse sabendo que belezas indizíveis sucumbiam na Cidade Maravilhosa ante o poder paralelo do narcotráfico, que submete a sociedade, humilha os governantes, faz escárnio e dizima toda e qualquer força que tente contrapor-se a ele. Com certeza, o navegador encontraria neste país a mais completa expressão da barbárie, em que as autoridades fraquejam a cada embate e uma espécie de antilegalidade predomina sobre o direito.

Gulliver, que no reino dos Houyhnhnms conheceu a superioridade dos cavalos sobre os seres humanos, reagiria com absoluta incredulidade quando lesse a declaração do presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, que, de terno, gravata e adereço ritual no pescoço, afirmou que os índios cinta-larga têm direito de matar 29 garimpeiros em defesa das suas terras. Ao viajante seria plausível ter alguma indignação quando fosse informado de que o governo Lula fora cientificado, há cerca de um mês, de que os silvícolas reagiriam à ocupação de suas terras e nada fez para evitar a tragédia.

O navegante se sentiria particularmente incomodado com o espetáculo da selvageria que os presos rebelados na penitenciária de Rondônia patrocinarão ao decapitar e esquartejar três detentos e matar outro número de presidiários em protesto contra a superlotação do estabelecimento penal. Atento à narrativa de uma testemunha que assistiu à carnificina, acrescentaria às suas aventuras a aterradora cena de cabeças cortadas, pernas e braços desmembrados sendo lançados aos ares. O que nem de longe toca a sensibilidade de um governo que, neste ano, despendeu a quantia de 128.998,69 reais, ou 0,006% dos mais de 202 milhões de reais, para a construção de presídios.

Gulliver talvez teria uma outra impressão do Brasil caso não tivesse a infelicidade de por aqui chegar justamente no “Abril Vermelho”, consumado por conta e ordem de um certo Pedro Stédile. Até agora foram contabilizadas 90 invasões, com o esbulho de terras produtivas e uma clara intenção de desmoralizar o direito de propriedade. De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra, o primeiro ano do governo Lula foi marcado pelo maior volume de conflitos no campo dos últimos 18 anos, com um aumento de invasões de 172% em relação a 2002. Fato que o ministro Miguel Rosseto, com natural desfaçatez, considera “fazer parte do ambiente democrático”.

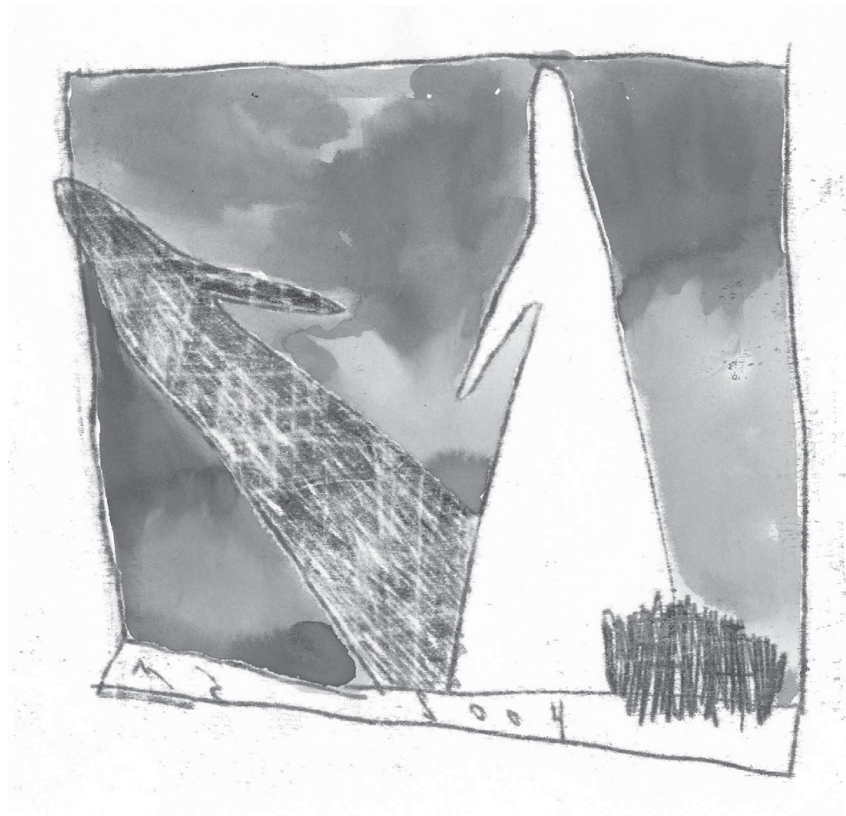
Enquanto isso, na cidade de São Paulo, 1,2 mil sem-teto ocuparam área pertencente a um quartel desativado da Polícia Militar. Em sua passagem por aqui, Gulliver soube, por alto, da quebra do encanto ético do Partido da Tragifarsa, depois da eclosão do caso Waldomiro Diniz. Mas foi uma declaração do tesoureiro do PT que fez o aventureiro se exasperar e concluir que não há remédio civilizatório para esta terra, ao mesmo tempo abençoada e tão cheia de pecadores. Delúbio Soares, a pretexto de não afugentar doadores potenciais, declarou que em matéria de campanha eleitoral “transparência demais é burrice”.

*Jornal de Brasília*, 27 de abril de 2004

# Um réquiem à canalhice penal

O latrocínio praticado contra o promotor de justiça Divino Marcos de Melo Amorim chocou pela banalidade. O autor dos disparos, que já tinha cumprido medida socioeducativa por homicídio quando menor, depois de dominar a vítima e ter a posse do veículo, mandou que ele corresse e atirou. Tombava ali um dos melhores quadros do Ministério Público, que dava uma resposta à altura para cada centavo que o Estado investiu na sua formação. Divino ingressou na carreira quando eu era chefe de gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça e talvez não teve tempo de rever alguns conceitos, especialmente o da intervenção mínima do direito penal, o qual, infelizmente, advogava.

O entendimento baseia-se na tese de que os criminosos são uma minoria marginalizada e duplamente condenada pela pobreza e pela cadeia. Eles entendem que o sistema prisional não recupera e por isso devem ser afrouxados os mecanismos de punição. Acreditam que o agente do delito tem plenas prerrogativas sociais e se imaginam guardiões da dignidade da pessoa humana, especialmente do bandido, em nome do Estado Democrático de Direito. Sempre que você vir uma autoridade dando uma de idealista só porque reconhece a causa social da violência, estará diante de alguma forma de minimalismo penal.



No país, a principal fonte desse conjunto de balelas doutrinárias são as organizações não-governamentais especializadas em defender os interesses da advocacia criminal, mas que estranhamente inebriam promotores e juízes em todo o Brasil. Vamos a um caso concreto. O Supremo Tribunal Federal entende que é constitucional a aplicação das regras dos crimes hediondos ao tráfico de entorpecentes. Mas o pessoal da confra-

ria do minimalismo, movido por considerações etéreas, pensa diferente e acredita que o traficante deve ser beneficiário da fiança e da progressão do regime fechado de cumprimento de pena. Ou seja: tem direito de voltar às ruas antes de cumprir a condenação.

Ao integrante do Ministério Público e da magistratura deveria ser defeso filosofar quando o país vive uma crise sistemática de explosão da criminalidade por conta da incompetência gerencial conjugada dos Estados e da União. Em vez de procurar correção do papel de cada instituição no sistema criminal, promotores e juízes fazem coro com a banca de advogados instalada no Ministério da Justiça, para quem a exacerbação da criminalidade é fruto da desigualdade social e será corrigida quando houver o espetáculo do crescimento. O pior é que até comandante de unidade da Polícia Militar vem a público usar do lugar-comum de que a penúria é a mãe do banditismo.

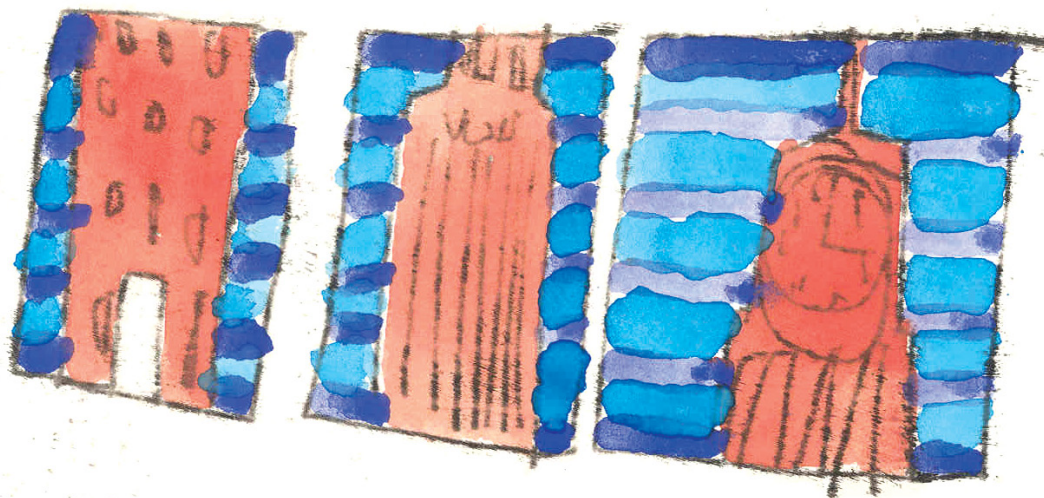
Assim como não existe relação linear entre a pobreza e a criminalidade, a riqueza não produz segurança de proveta, como pensam os doutrinadores do direito penal mínimo. A ONU realizou um mapeamento da criminalidade no Brasil e apontou que os Estados com maior incidência de crime são justamente os que possuem melhores Índices de Desenvolvimento Humano, maior renda *per capita*, menores taxas de mortalidade e analfabetismo. Onde há pujança, há mais crime contra o patrimônio — uma prova de que bons indicadores sociais não previnem, por si, os crimes contra a pessoa. Rio de Janeiro e São Paulo são os dois principais Estados da Federação e lideram o número de homicídios.

É claro que uma taxa de desemprego de 12% e as pressões das desigualdades sociais são indutores da violência, mas o que contém o avanço do crime é a presença competente do Estado na administração do serviço de segurança pública. Como a ação política tem alto custo, fica mais fácil justificar a omissão dos governos na miséria crônica de parte da população. A ONU investigou os investimentos de 38 municípios de São Paulo nos anos 90 e concluiu que 50% das prefeituras gastaram 0,5% do orçamento em segurança e apenas 25% despenderam 2% ou mais no setor. Uma média de 5,60 reais por habitante. É imprescindível a formação de um fundo constitucional para financiar a segurança, com a participação preponderante da União, como ocorreu com a saúde e a educação. Do contrário, o Brasil vai continuar refém do banditismo e à mercê das filosofadas dos compungidos — mas não menos envergonhados — confrades da canalhice penal que foram dar o último adeus ao promotor assassinado.

*O Popular*, 6 de maio de 2004



# Singularidades do sistema inglês



Há duas semanas estive no Brasil o especialista inglês em penas alternativas, Rob Allen. O britânico é diretor da organização não-governamental *Rethinking Crime & Punishment*, encarregada de monitorar o cumprimento da medida judicial no Reino Unido. O estudioso veio a Brasília a convite do Ministério da Justiça para participar de uma conferência internacional sobre o tema. Mr. Allen conseguiu resultados expressivos de diminuição da criminalidade a partir da experiência de trocar as grades pela prestação de serviços comunitários.

Provavelmente ciente das tertúlias palacianas que envolvem eventos desta natureza, e por recomendação de um ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Mr. Allen decidiu vir ao meu gabinete para ter conhecimento de alguns contrapontos à política de segurança do governo brasileiro. Acredito que conseguiu bom entendimento de que vigora no país a prática do “queridismo penal”. Trata-se de um neologismo que resume bem as iniciativas institucionais destinadas a proteger o bandido no Brasil. Da leniência das leis à desídia das autoridades, pude demonstrar por que as penas alternativas não funcionam por aqui.

A primeira justificativa foi conceitual. Não seria apropriado falar de penas alternativas em um sistema cuja regra básica é a do favoritismo do criminoso. Como não existe nada alternativo a si mesmo, fiz ver a Mr. Allen que a escolha da restrição de direitos, ao invés da privação da liberdade, para os crimes de menor potencial ofensi-

vo só teria validade caso houvesse rigor para com os crimes graves. Demonstrei que, mesmo nos crimes considerados hediondos, como o tráfico de entorpecentes, é possível, contrariando entendimento do Supremo Tribunal Federal, obter vários benefícios legais para diminuir o tempo efetivamente preso, sendo regra o cumprimento de um sexto da pena.

Ao deixar bem claro que não estava maculando o meu país, mas apresentando elementos essenciais à compreensão da realidade penal do Brasil, comentei que o governo utiliza-se do argumento de que as cadeias não recuperam para promover espécie de rodízio penitenciário entre os presos. A medida, na verdade, tem a função de aliviar a superlotação. No diálogo, pude especificar a indisposição do Ministério da Justiça em investir na infra-estrutura prisional e mensurar a distância entre o nada realizado até o momento e o estoque de promessas governamentais para a Segurança Pública.

O especialista inglês foi informado de que o governo Lula acabara de abolir o exame criminológico dos critérios de progressão da pena, providência que vai permitir a liberação de 40 mil detentos de variada periculosidade; e que se recusara a adotar o Regime Disciplinar Diferenciado de Segurança Máxima para o crime organizado. Mr. Allen soube que, no ano passado, a União investiu em segurança o equivalente a 11 centavos de libra por habitante, mas vive culpando a pobreza pelos altos índices de criminalidade. Por fim, comentei que a prática da pena alternativa se dá em um grande teatro onde o Estado finge que a impõe e a sociedade dissimula o recebimento de um benefício e todos parecem aprender alguma lição. Até lembrei o caso do diretor de um hospital que certa vez me telefonou oferecendo facilidades para um cidadão que se dizia meu parente e prestava serviço na unidade, em forma de pena alternativa.

Ao explicar os mecanismos do sistema inglês, fez breve comentário à tradição do direito não-codificado e afirmou que as penas alternativas foram adotadas no Reino Unido a partir da convenção social de que a limitação de direitos e a imposição de determinadas obrigações podem ser uma alternativa à pena de prisão no caso dos delitos leves. Mas argumentou que a regra para os crimes como o latrocínio, o assalto a mão armada, o tráfico de drogas, por exemplo, é a prisão perpétua. Quando se admite progressão, o critério mínimo é o do cumprimento de metade da pena. Lembrou que a partir dos 10 anos a criança passa a ter responsabilidade penal, naturalmente cumprindo medida de privação da liberdade em regime diferenciado. Ao final, me perguntei, o que ainda pensaria o pessoal do direito penal mínimo depois de uma conversa com Mr. Allen. Provavelmente passaria a considerar que os ingleses são mais alternativos do que eles.

*O Popular*, 19 de maio de 2004

# Descriminação indireta

No começo do ano, a Câmara dos Deputados, por ordem do Ministério da Justiça, aprovou espécie de discriminação indireta do uso de drogas no Brasil. O projeto acautou antigo entendimento da sociologia criminal de que o Estado deve consentir no consumo de entorpecentes e se dedicar ao combate ao narcotráfico. A medida de comprovada ineficácia e duvidosa doutrina está em pauta no Senado, onde precisa ser modificada, embora no ânimo do governo Lula a proposta já seja lei. Em audiência na Comissão de Constituição e Justiça, o ministro Márcio Thomaz Bastos admitiu que a vontade do governo era de liberação explícita do consumo de drogas, mas para não chocar a sociedade preferiu-se a criação de um subterfúgio.

Para conseguir escamotear a autorização do uso de drogas no Brasil, o Ministério da Justiça moldou a esdrúxula figura jurídica do “crime sem pena”. Portar e cul-

*“Para escamotear a liberação do uso de drogas no país, o Ministério da Justiça criou a esdrúxula figura jurídica do crime sem pena”*

tivar substância entorpecente para uso próprio continuará sendo uma conduta formalmente criminosa, mas sem a pena de privação da liberdade. Pilhado em flagrante pela autoridade policial, o usuário ficará submetido à advertência, à prestação de serviço à comunidade e ao comparecimento a programa educativo.

De acordo com o texto aprovado, como não há uma pena de prisão definida também não haverá regressão para regime mais grave caso o agente do delito não cumpra a medida imposta, como

a advertência de não voltar a fumar maconha. Vamos ao caso mais severo de um notório usuário a quem foi determinado, pelo prazo máximo de cinco meses, prestar um serviço social, mas que se recusou a fazê-lo. Diz o projeto que será imputada outra medida de restrição de direito prevista no código penal pelo prazo máximo de três meses, dois a menos do que a primeira imposição. Se o agente insistir em não se submeter à ordem estará, finalmente, incorrendo em crime de desobediência.

Isso não tem cabimento no mundo do direito, uma vez que se confunde pena com ordem. A primeira é uma sanção que se cumpre, determinada por uma sentença judicial, em razão da prática de um ato ilícito. A outra, o objeto jurídico do crime de desobediência, é o não atendimento de uma determinação de um funcionário público, sem nenhuma relação com o delito. Trata-se de um erro elementar introduzido no texto do projeto com o propósito claro de criar fases procedimentais para tumultuar o

processo e nunca se alcançar a punição do usuário. O pior é que, por analogia, autores de outros crimes poderão avocar em seu favor a figura da “ordem facultativa” e se livrar da cadeia.

Ao tratar o usuário com “coitadismo” e excluí-lo do ciclo criminal do narcone­gício, o governo brasileiro estará varrendo para debaixo do tapete um dos maiores problemas sociais deste país e que, comprovadamente, está associado ao incremento da violência. Trata-se de mais uma medida do governo Lula sob a orientação da teoria do “abandono ético”. De acordo com o entendimento, os bandidos devem ser colocados nas ruas porque a cadeia não recupera e é inexorável considerar o consumidor de entorpecentes uma vítima do sistema.

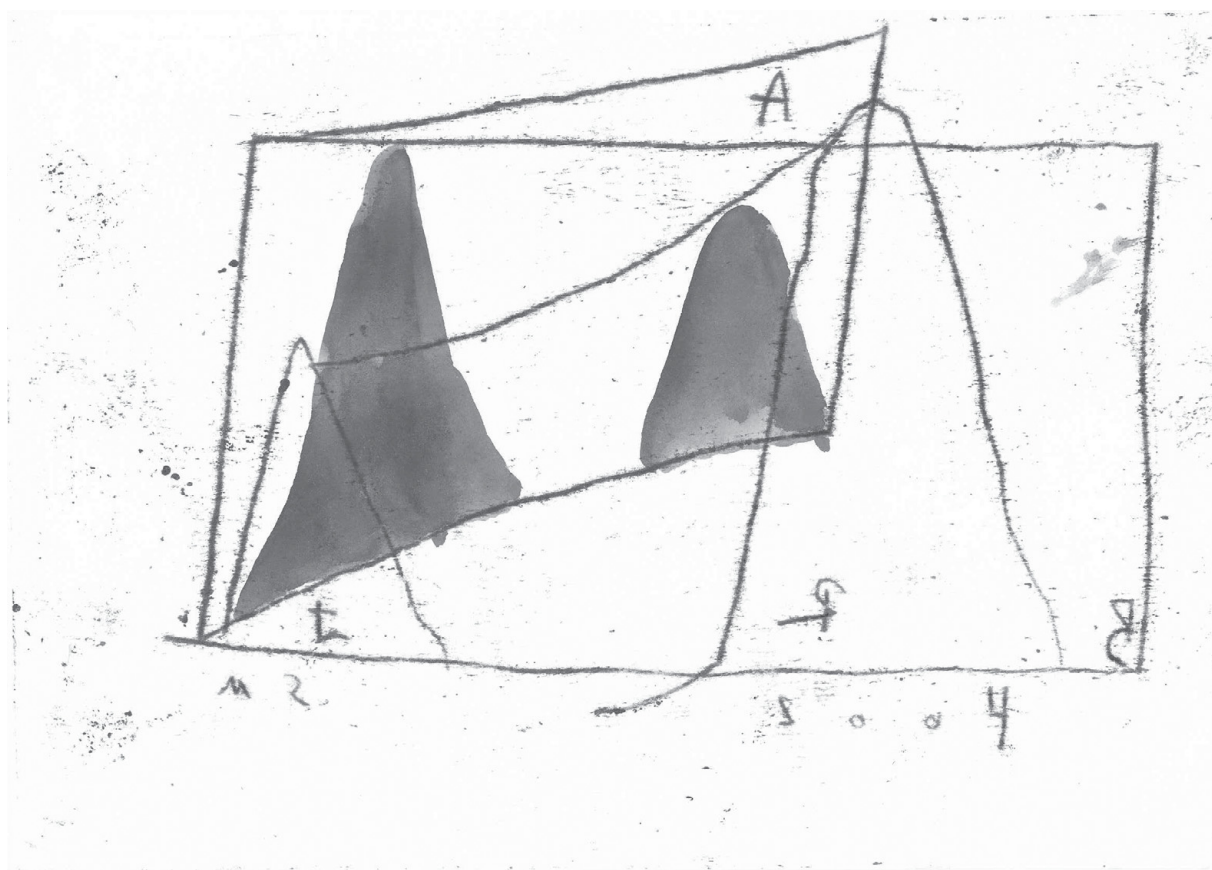
E não adianta os apologistas da lei da droga livre afirmarem que a tendência é irresistível e foi consagrada com sucesso na Europa. Isso não é verdade. Na Inglaterra, por uma questão de economia processual, está sendo testada a hipótese de o Estado renunciar à ação penal contra o usuário de drogas leves. A Holanda, país vanguardista da chamada “liberação contida”, está revendo o conceito e na Suíça foram um desastre os tais territórios autorizados de consumo de entorpecentes. Apesar do desenho estratégico e do rigoroso controle social do Estado nestes países, as tentativas fracassaram. Estamos na metade do ano e no Orçamento 2004 o governo Lula conseguiu executar apenas 4,43% do Fundo Nacional Antidrogas. Foram previstos no Programa Nacional de Redução da Demanda e Oferta de Drogas 9.953.522,00 reais, mas foram efetivamente aplicados 438.273,00 reais. Observe que não estão sendo aplicados os recursos destinados à principal diretriz da Política Antidrogas do Brasil, qual seja, a redução da oferta e demanda, e que seria um pré-requisito para as propostas liberalizantes do consumo. O Brasil está tateando o abismo ao promover a liberação tácita do uso de drogas e pode considerar como certo o aumento da mobilização e do poder de fogo do crime organizado.

*O Popular*, 27 de maio de 2004

# Muros que precisam cair

Uma das mais nocivas heranças do regime militar não pertenceu propriamente ao espólio do período, mas foi criada em decorrência do que se passou na vigência do AI-5. Por conta dos abusos da prisão arbitrária, da tortura e da invalidação do *habeas corpus*, o Brasil inventou o tabu de que as leis penais e processuais penais são feitas contra a sociedade.

Talvez por não acreditar na democracia, o legislador, desde a década de 1980, vem criando sistemáticos recursos jurídicos para proteger a propalada cidadania de



uma exceção à legalidade que não existe mais. A fantasia do direito penal como um instrumento de terror do Estado é um muro que um segmento expressivo do pensamento jurídico brasileiro criou para subir e não se comprometer com a crise de segurança do país.

Outro muro que separa o país de uma política eficiente de segurança pública é também conceitual e deriva de equivocada relação de causalidade entre pobreza e violência. Existem mais de 200 teorias que explicam o desvio de comportamento. A social é apenas uma delas, mas no Brasil é considerada um axioma. Quando é

exatamente o contrário. O crime prospera onde há riqueza, emprego, renda etc. Tanto que apenas 2% dos brasileiros têm envolvimento em alguma atividade criminosa. O encontro do crescimento econômico com a distribuição de renda é um belo desafio ao PT, mas não pode ser uma fiança aos resultados das políticas de segurança. Naturalmente que se trata de um expediente enganador e tem a finalidade de escamotear a incapacidade do Ministério da Justiça de fazer o arroz-com-feijão do serviço de segurança pública.

Para entreter os crédulos, a cada crise provocada pelo crime organizado o presidente acena com as grandes mudanças que, a longo prazo, vão trazer a paz.

Hoje, o governo federal é um mero e incompetente despachante de recursos, que não cobrem 20% das necessidades estaduais. Nestes 15 meses perdeu tempo precioso em painéis temáticos, reuniões e *workshops* em torno de uma integração policial que não houve. O presidente poderia estar evitando a improvisação se tivesse se empenhado em priorizar, no Congresso Nacional, o endurecimento das leis que tratam dos crimes contra o sistema financeiro e a ordem tributária, de lavagem de dinheiro e da cooperação das Forças Armadas no combate às organizações criminosas.

O país até retrocedeu com aprovação de um tímido regime disciplinar diferenciado de cumprimento de pena. Optou-se por uma solução inconsistente e evitou-se a instituição de um verdadeiro sistema de prisão de segurança máxima, como o existente em vários países europeus, para não ferir os “direitos humanos” dos integrantes do crime organizado. Para exemplificar, países como a França e a Itália têm regimes de cumprimento de pena duríssimos e nunca foram acusados de violar garantias individuais.

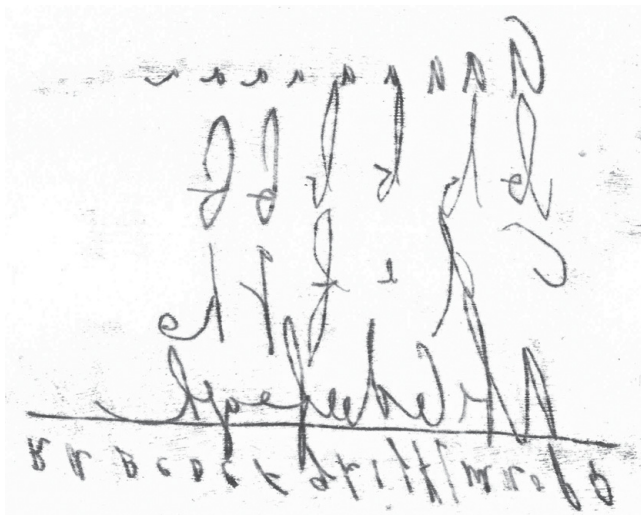
No ano passado, a União investiu o equivalente a 65 centavos por habitante no combate ao crime e à violência. Neste ano, a dotação do Fundo Nacional de Segurança Pública foi reduzida em 10%. Até dias atrás, quando o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, anunciou como pomposo esforço de guerra um troco orçamentário de 9 milhões de reais para o Rio de Janeiro, dos 366 milhões de reais previstos para 2004, exatamente 856,30 reais haviam sido pagos. E olha que lá se vai o segundo abril deste governo. Antes de praticar a sandice de segregar a Rocinha, estes são alguns muros que precisam vir abaixo.

*O Globo*, 31 de maio de 2004

# Muito aquém do Paraguai

Em abril do ano passado, mesmo sem saber do que se tratava, o presidente Lula anunciou o maior espetáculo de alfabetização do planeta. Depois de culpar cinco gerações pelo atraso educacional brasileiro, lançou um revolucionário programa, chamado Brasil Alfabetizado. Assim como o rábula Fortunato Guaicuru, o personagem de Lima Barreto que prometera atestar que o direito trazido por Dom João VI se adaptou no nosso meio sob o influxo das concepções liberais, o presidente garantiu que iria alfabetizar 20 milhões de brasileiros até o final do seu governo.

À época argumentei que a iniciativa não tinha nada de inovadora, era uma espécie de “Neomobral”. Disse que a meta fixada estava além da capacidade de realização do país e que não haveria resultados, pois, ao final de seis meses, o alfabetizando estaria capacitado a escrever o nome, mas não saberia entender o conteúdo de um bilhete de três linhas. Um ano e três meses depois de lançado o factóide, o



Brasil Alfabetizado tornou-se uma mirabolante solução que não saiu do papel. Em parte pela própria inconsistência da proposta, em parte porque o PT não é do ramo.

Nestes seis primeiros meses de 2004, conforme dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, o Brasil Alfabetizado recebeu investimento de apenas 7,13%. Isso quer dizer que, rigorosamente, da dotação ínfima de 216 milhões de reais foi emitido um único empenho e executados pouco mais de 2 milhões de reais. Caso fosse aplicado cada real destinado no Orçamento ao programa, neste ano o governo Lula se permitiria a folgança de gastar 10,20 reais para “resgatar a cidadania” de cada um dos integrantes das massas analfabetas.

O Brasil Alfabetizado nunca daria certo porque tentou remendar o problema, com a idéia paternal e populista de salvação do iletrado, quando o principal seria imprimir qualidade no ensino fundamental para não se produzirem analfabetos na escola. Conforme revelou o Sistema Nacional da Avaliação da Educação Básica (Saeb), recém-publicado, os alunos da 4ª série do ensino fundamental não conseguem entender o que lêem ou resolver questões elementares de matemática.

O governo Lula, que a cada reunião promete surtos de distribuição de renda e emprego, bem que poderia conseguir algum resultado pela via da educação. Diz o

estudo do Ipea que o impacto da alfabetização sobre os rendimentos no mercado de trabalho indica uma elevação dos salários em 41%, enquanto a eliminação do analfabetismo representaria um aumento na renda nacional de 5,6 bilhões de reais ao ano. Cerca de 55% dos países do mundo têm uma taxa de analfabetismo menor do que a brasileira. Quando a comparação é feita entre as nações latino-americanas, a posição brasileira é ainda pior: 72% dos países do continente estão em melhor situação do que o Brasil. Nações com renda *per capita* similar à nossa apresentam uma taxa de analfabetismo próxima dos 5%. Havia uma estimativa de que no Brasil o indicador estaria abaixo dos 10% em 2005 e nos colocaria no patamar paraguaio. A se considerar o ânimo alfabetizador do governo Lula, não vamos chegar lá.

*O Popular*, 24 de junho de 2004



Após um ano e meio, o governo Lula merece avaliação positiva?



## Até a próxima reunião

O PT fez o que se esperava do PT — um ano e meio depois da posse do partido na Presidência da República convocou uma reunião. Desta feita para comemorar os resultados da última reunião, quando o presidente cobrou resultados aos ministros. Um mês depois, como se o governo estivesse sob nova direção, um vaidoso chefe da Casa Civil, José Dirceu, voltou ao púlpito. No discurso, realizações que não houve, projeções tidas como tendências definitivas da economia e o escamoteamento dos setores de desempenho zero da desastrosa administração da qual responde pela gerência.

Até o colapso waldomiriano, o governo Lula funcionou como uma máquina de produção de providências retóricas. No começo, então, o país era só ternura e encantamento com um presidente pronto às “canetadas” de palanque. Neste imenso varejão de iniciativas simuladas zerou-se o déficit da moradia, o Rio São Francisco foi transposto, empreendeu-se o maior programa de atração de turistas, que superou a França, o Brasil se tornou um dos maiores pólos pesqueiros do mundo, erradicou-se o analfabetismo e o Fome Zero foi mesmo o maior espetáculo da terra.

Mesmo que todos esses avanços anunciados pelo presidente Lula tivessem sido realizados, certamente o país continuaria produzindo iguais ou piores indicadores de segurança pública, caso fosse considerado o que o PT fez nesses 18 meses. Veja o caso do sistema prisional. De acordo com o planejamento do Ministério da Justiça, em quatro anos a administração do PT iria construir cinco presídios federais de segurança máxima. Neste um ano e meio, o governo Lula não conseguiu abrir os envelopes do processo licitatório do primeiro estabelecimento penal.

Para sustentar uma política de segurança pública no Brasil seria necessário um aporte anual da União de 2 bilhões de reais. Existem no país duas fontes de financiamento do setor que, reunidas, não chegam a 30% da dotação necessária. Aliás, no primeiro Orçamento elaborado pelo PT, o setor obteve menos 6% de recursos em valores nominais. A situação fica um pouco pior quando o governo Lula não consegue executar o disponível. No ano passado, dos 392 milhões de reais do Fundo Nacional de Segurança Pública, foram investidos efetivamente 29,3%. No total, o presidente Lula investiu na segurança de cada um dos brasileiros algo próximo de 30 centavos de dólar nesses 18 meses.

Um dos raros momentos em que não prevaleceu a egocentria do chefe da Casa Civil foi quando o ministro advertiu que o combate da criminalidade é um desafio do governo e da “sociedade”. Eis que ela existe, mas tem culpa do governo Lula não ter competência para gerir uma política de segurança para o Brasil. Como não tinha realizações para proclamar, o ministro atribuiu os problemas da criminalidade aos “anos de descaso e ao crescimento das desigualdades sociais”. Fez o que se esperava: esposou a teoria da causa social da violência, um tabu petista que serve para explicar porque o governo Lula não cumpre a finalidade de ressocializar o criminoso. Já se tornou recorrente no debate político sobre o maior problema do país o surgimento de eminências de última hora, cheias de inflexões filosóficas e surtos idealistas. Não se iluda! Sempre que uma autoridade mencionar intenções meigas em matéria de segurança, como se um sistema penal duro ferisse os direitos humanos, estará escamoteando a própria incompetência.

Existem mais de 200 teorias que tentam explicar as chamadas “causas da violência”, mas são mais salientes e ganham maior repercussão popular justamente as que têm menos contato telúrico. São modelos que imaginam planos etéreos de comportamento social para dissolver as articulações do crime organizado. O governo Lula é o maior arauto de tal pensamento, faz dele a linha demarcatória da própria omissão e passou a fazer escola. Na verdade, esses argumentos servem mais para “rolar um lero” do que defender o interesse público. No terceiro mundo, toda tentativa de buscar as causas da disseminação da criminalidade fora do paroxismo do Estado está condenada a ser manca porque foge do elementar: a capacidade do governo de manter os termos do contrato social. Pena que o tema não deve entrar na pauta da próxima reunião.

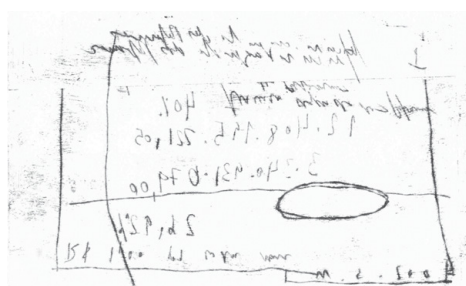
*O Popular*, 11 de julho 2004

# Mais uma maldade do sistema

O governo do presidente Lula já tem pronta a próxima maldade que endereçará ao povo brasileiro. Por obra do ministro Antônio Palocci vem aí a “terceira agenda das reformas”. A finalidade é acabar com as vinculações orçamentárias da União, com prejuízo imediato para os setores da saúde, da educação e da infra-estrutura de transporte. No rol das falsas vantagens que instruem a malvadeza, consta que o “desengessamento” orçamentário vai permitir a ampliação da capacidade de investimentos do governo e remover obstáculos que dificultam o crescimento econômico.

O PT pretende convencer o país de que, ao acabar com os vínculos orçamentários, será possível racionalizar o desempenho fiscal do governo com a redução de gastos, sendo a providência condição *sine qua non* à redução da carga tributária. A finalidade real é ter a apropriação integral do Orçamento da União e transformá-lo em moeda de troca para a reeleição do presidente Lula, proposta à qual o ministro-chefe da Casa Civil jurou fidelidade. O mesmo PT que no passado se insurgiu contra todas os ataques às conquistas da Carta de 1988, em breve será ordenado a subtrair dinheiro destinado à vacinação infantil e à merenda escolar e transferi-lo para a caixa geral das indulgências da Casa Civil.

Esta não é primeira investida do governo Lula nas verbas vinculadas do Orçamento. No ano passado, não fosse a coragem do Congresso Nacional, especialmente da bancada da saúde, o Palácio do Planalto teria transferido para a conta do Ministério da Saúde os gastos com o financiamento do setor de saneamento e do malsinado Fome Zero. O empenho do governo Lula na aprovação da Reforma



Tributária era basicamente motivado pela prorrogação da Desvinculação das Receitas da União (DRU). Para se ter noção do que a tunga representou para o setor educacional, cálculos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apontam que o revigoramento da DRU representou uma perda em 2004 de 2,6 bilhões de reais para o setor.

Sob o pretexto de ampliar a capacidade de investimento em infra-estrutura do governo federal, a “terceira agenda das reformas” pretende desvincular os Recursos da Contribuição sobre a Intervenção do Domínio Econômico (Cide) cuja destinação já é investir em infra-estrutura. Observem que, no caso especificamente da Cide, nestes 18 meses foram arrecadados 12.408.195.221,05 reais e efetivamente investidos na finalidade para qual a contribuição foi criada apenas 3.340.931.079,00 reais, o que representa 26,92%. Já se foram 40% do mandato do presidente Lula e o gover-

no deveria ter vergonha de ainda estar falando em fazer um projeto de infra-estrutura para o Brasil. Na verdade, o PT não tem competência para realizar operação tapa-buraco.

Acredito que o Orçamento deva ser uma peça dinâmica, mas não creio que tenha chegado a oportunidade de desvincular as verbas da saúde, da educação e da infraestrutura de transportes. Observem que, no caso da educação, de acordo com relatório do Inep, para se ter um ensino de qualidade seria preciso dobrar os investimentos atuais. O Brasil deveria sair do atual patamar de gastos públicos em educação, da ordem de 4,3% do PIB, para atingir, em dez anos, o montante de 8% do PIB”.

Depois é preciso considerar o efeito-cascata da medida nos municípios. Hoje, havendo a vinculação orçamentária, o Ministério Público Federal calcula que de cada 4 reais destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) 3 reais são desviados e apenas 1 real é corretamente aplicado. No ano passado foram investigados 281 municípios e 90% deles apresentaram irregularidades. A liberação do Orçamento, neste caso, pode representar um extraordinário estímulo à malandragem, já que seriam muito mais frágeis os mecanismos de controle fiscal dos Tribunais de Contas.

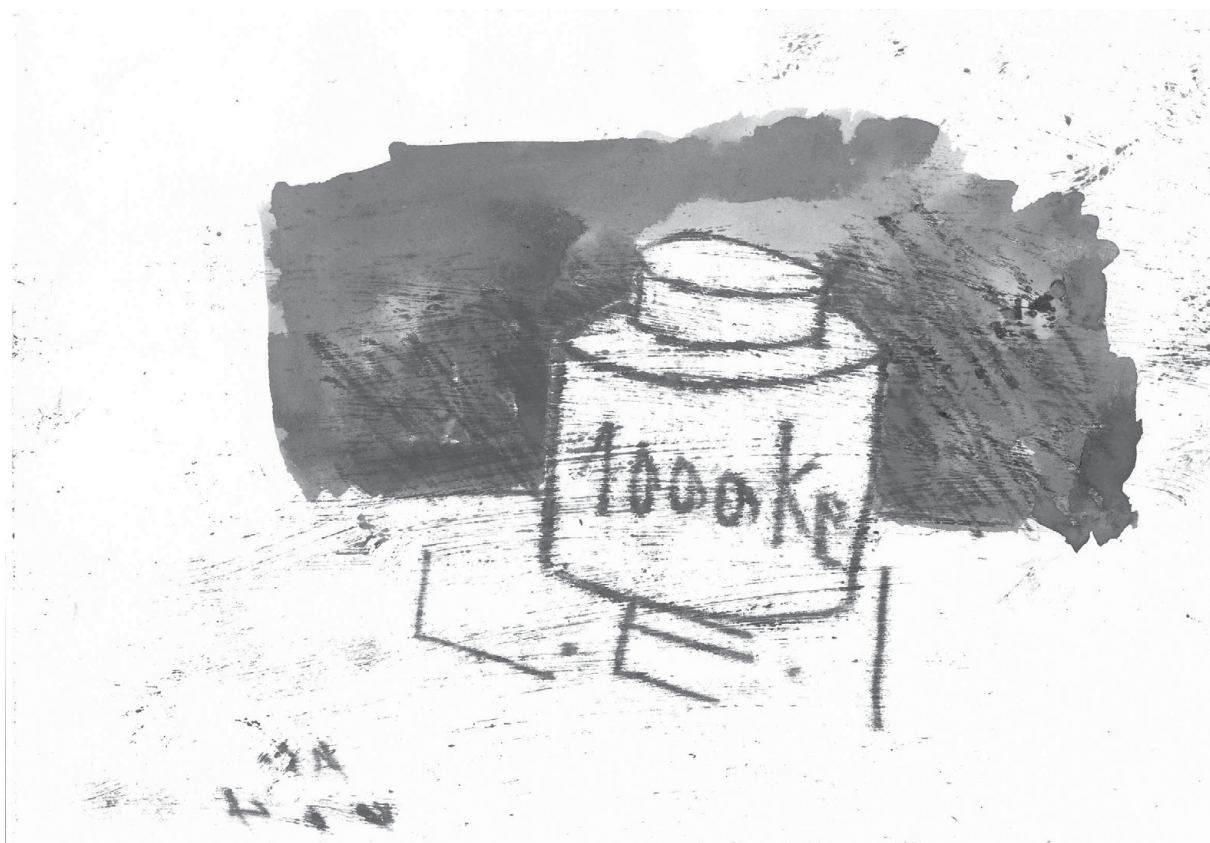
*O Popular*, 27 de julho de 2004

# Faz falta o peso da lei

Nestes primeiros 18 meses, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva negligenciou o setor de segurança pública. Em parte, por falta de gerenciamento competente; em parte porque não enxerga ganho político imediato no combate ao crime. O tema raras vezes constou do discurso geral do presidente da República. As intervenções realizadas pelo Ministério da Justiça ficaram muito mais na filosofia, em busca das “causas sociais da violência” e na veneração aos direitos humanos como se fossem um tabu. Tanto que, no balanço que fez do ano e meio de administração, o PT não tinha praticamente o que mostrar a respeito.

A União tem duas tímidas fontes de financiamento do setor: o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e o Fundo Penitenciário (Funpen). Juntos, somam recursos de pouco mais de 500 milhões de reais, quando seria necessário aproximadamente quatro vezes esse valor para se manter uma política mínima de segurança pública. Em 2003, por exemplo, foram executados, do orçamento do FNSP, apenas 29,3% da dotação geral, o que equivale a um investimento *per capita*, do governo federal, de menos de 20 centavos de dólar.

O serviço de segurança pública custa caro, as unidades da Federação estão no limite da responsabilidade fiscal e dependem dos recursos do FNSP para adquirir



armamento, comprar viatura, treinar e remunerar adequadamente o policial. É importante que se entenda que sem o comparecimento decisivo da União no financiamento da segurança vai aumentar a percepção da violência urbana. O “espetáculo do crescimento” colabora com a melhoria dos indicadores sociais, mas não inibe o crime. O combate à criminalidade se faz com o fortalecimento do Estado.

A falta de atenção do governo para com a segurança do brasileiro pode ser demonstrada também na execução orçamentária do Funpen. Até o começo de julho, dos 202 milhões de reais autorizados, apenas 5,25% foram pagos. Havia no Ministério da Justiça um planejamento para a construção de cinco presídios federais. Na vida real sequer foi concluído o procedimento licitatório do primeiro estabelecimento prisional. Enquanto isso, em relação a 2002, praticamente dobrou o déficit do sistema penitenciário.

O brasileiro pode ter certeza de que a segurança pública piorou não só pela inação do governo como também em virtude da atuação do Congresso Nacional. Por pressão do governo Lula, a Câmara e o Senado acabaram com o exame criminológico. O Brasil abriu mão do único critério confiável de avaliação dos presos. Infelizmente, no governo do PT impera o pensamento de que os criminosos precisam ser libertados porque o Estado não consegue recuperá-los.

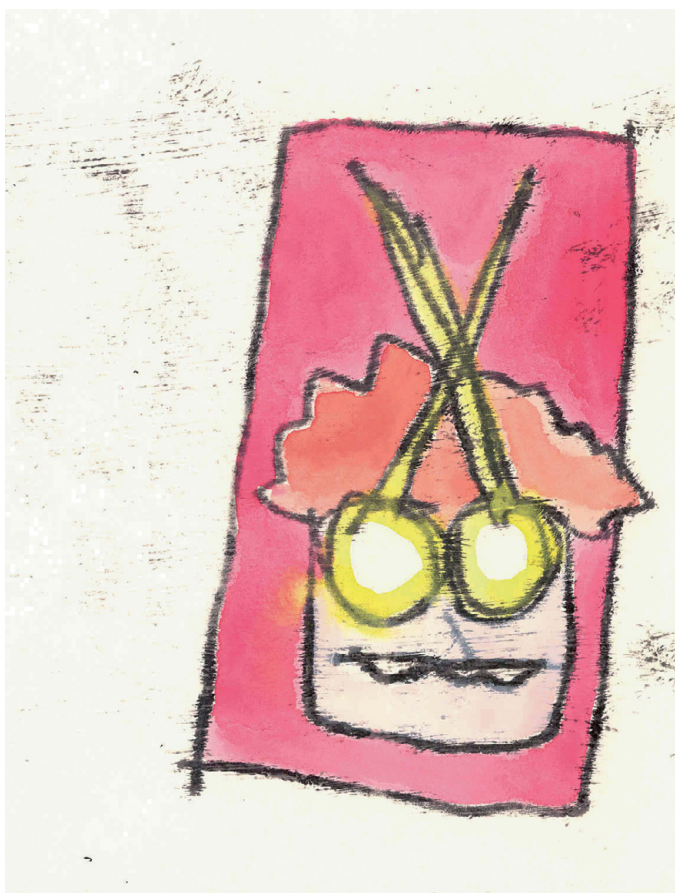
Existe no Brasil o senso comum de que só vai para a cadeia o bandido pé-de-chinelo, o que não é verdade. Por conta das inúmeras facilidades das leis com os criminosos, com exceção da prática dos crimes hediondos e os assim equiparados, ninguém fica preso no país em mais de 90% das condutas tipificadas no Código Penal. Fico otimista com a opinião do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, de que só a cadeia intimida o corrupto. Se quiser mesmo manter atrás das grades os protagonistas de escândalos, basta dar impulso legislativo aos projetos de minha autoria que aumentam as penas e impedem a liberdade provisória para os autores de crime do colarinho-branco, contra a ordem tributaria e o sistema financeiro. Já há leis em excesso que tutelam os interesses dos criminosos.

*Jornal do Brasil*, 12 de agosto de 2004

# A ética e a estética do Estado

Os resultados iniciais de recuperação da economia ainda não se consolidaram, mas já parecem ser suficientes para revigorar o ânimo centralizador e autoritário do governo do Partido dos Trabalhadores. Pronto para impor a sensação do Brasil etéreo e politicamente correto, o PT mais uma vez quer fazer da esperança uma impropriedade que tem tudo para dar certo por conta da predestinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A fome já foi o mote. A palavra de ordem da hora é o “projeto de desenvolvimento”, que, para se realizar, precisa de oito anos de governo Lula, da imprensa sob controle, do Ministério Público amordaçado e dos meios de comunicação de massa dirigidos.

Os números favoráveis da economia trouxeram o presidente de volta ao palanque, à África e à causa terceiro-mundista, como se ele fosse espécie de corregedor dos



males históricos do pacto colonial. Senhor de todas as estações do ano, quase unânime, ostensivo, vulgar e incontestável, o presidente só pensa em enquadrar a sociedade em um estatuto petista de boa conduta. Como expressa a Doutrina Dirceu, existe no Brasil liberdade demais de opinião, reunião, manifestação, reivindicação e inves-

tigação. Para o idealista ministro-chefe da Casa Civil, só há salvação em uma democracia contida por intermédio da regulação e da punição.

A idéia é desidratar as funções institucionais do Ministério Público, limitar a liberdade de imprensa e impor a tutela estatal nos meios de comunicação. Mas o PT nem sempre pensou assim. Em um documento da campanha de 2002, assinado pelo ministro Antônio Palocci, intitulado Combate à corrupção — compromisso com a ética, o PT considerava que o “Ministério Público tinha um papel importante na fiscalização do poder político e econômico”; e que a imprensa — olha só que espetáculo — cumpria “em vários contextos a sua função investigativa e de denúncia”. Na semana passada coincidiu de duas matérias de eminente interesse da sociedade virem à tona por via diversa. A primeira, no caminho do processo legislativo, cria o Conselho Federal de Jornalismo. A outra, fruto de um vazamento administrativo na Internet, depois oficializado, trata de anteprojeto de lei que dispõe sobre a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) e institui o dirigismo cultural em nome do ufano-desenvolvimento social do país.

Em comum, ambos têm algo mais do que a péssima técnica legislativa. Os projetos, cada um em sua esfera de atribuição, guardam forte substância de tutela sobre direitos inerentes ao sistema democrático, que só fazem sentido quando exercidos na plenitude. É o que se pode depreender do projeto que visa “orientar, disciplinar e fiscalizar” o exercício do jornalismo. Na verdade, sob o manto de se criar um órgão regulador da atividade profissional, o que o governo Lula pretende mesmo é “ajustar” a liberdade de expressão aos freios de um partido que encontrou virtude nas funções de “investigação e denúncia” da imprensa no passado, mas que hoje a considera um obstáculo à concretização de um projeto de poder maniqueísta. Tudo o que não agrada faz parte de uma paranóica campanha de desestabilização do Estado.

Os dois projetos foram feitos com a mesma inspiração marcial. Tanto na Lei Geral do Audiovisual como a que poderia ser chamada “Nova Lei da Censura”, valores imodificáveis na Constituição, como a liberdade de expressão e de imprensa, passaram a ser cercados de exceções, sempre acompanhados do desejo tutelar de “disciplinar”, “regular” e “punir”. No caso do projeto que institui o cerceamento da atividade jornalística há uma expressão que beira ao cinismo. Diz o artigo 2º que compete ao Conselho Federal de Jornalismo zelar pelas prerrogativas do jornalista. Ora, a principal delas é justamente a independência que está sendo cassada nesta proposta porque o governo Lula acredita que determinados direitos e garantias fundamentais atrapalham o projeto de desenvolvimento do país, que precisa desesperadamente de uma estética e uma ética consoante as razões do Estado.

*O Popular*, 18 de agosto de 2004



# Como dizia o marechal Pétain

O governo Lula em matéria de segurança pública aplica a lógica perversa da teoria do abandono. De acordo com a doutrina, a melhor maneira para se solver os graves problemas do sistema penitenciário é deixar que ele se acabe por si só. Para que o fato se consuma sem perda de tempo, o Ministério da Justiça cuida de enviar estímulos. Primeiro acabou com o exame criminológico e agora quer revogar a Lei dos Crimes dos Crimes Hediondos.

As duas medidas são irmãs siamesas quando são levantadas sua motivação e finalidade. No ano passado, o governo Lula, sob o pretexto de que o exame criminológico não funcionava, decidiu extirpá-lo da Lei de Execução Penal. Na prática, conferiu ao diretor dos presídios — nem sempre um cidadão de conduta ilibada e de notório saber jurídico — a missão de promover a liberação dos presos. Antes de ser revogada a perícia técnica, a progressão do regime fechado de cumprimento da

*“E uma grande mentira o argumento de que a Lei dos Crimes Hediondos fere os princípios dos direitos humanos ou é inconstitucional”*

pena se dava a partir de um laudo emitido por profissionais capacitados na ciência forense, como sociólogos e psiquiatras. Eliminou-se o único critério que havia de avaliação das condições subjetivas do presidiário sob o argumento de que o exame criminológico era de fachada, quando seria de melhor providência aperfeiçoá-lo.

À época, o Senado, por orientação da Subcomissão de Segurança Pública, da qual sou relator-geral, conseguiu derrubar a pretensão do governo de remover o exame criminológico, mas a Câmara dos Deputados fez a vontade do Palácio do Planalto. Demolida a primeira barreira para devolver às ruas milhares de presidiários perigosos, o governo federal decidiu neste ano pela investida final. Logo após as eleições de 2004, onde predomina o temário da violência urbana e se exige a participação efetiva do município nas políticas de segurança, o governo Lula virá na contramão da sociedade e empurrará sobre o Congresso Nacional a revogação da Lei dos Crimes Hediondos.

O motivo? Quatorze anos depois de editado chegou-se à bela conclusão de que o diploma não cumpre a função de coibir a criminalidade e o remédio é fulminá-lo do ordenamento penal. Na prática querem sepultar o último instrumento que o Estado possui para manter segregado quem comete crime de alto potencial ofensivo. Ao governo Lula pouco importa se uma escória formada por traficantes de drogas, chefes

de organizações criminosas, latrocidas e seqüestradores ganhe a liberdade e volte a delinquir. O que interessa é desafogar o sistema prisional e assim drenar o repositório de más notícias produzido por corrupção administrativa, pela superlotação e pelas rebeliões diversas.

O governo do PT deveria estar investindo na recuperação e na ampliação do complexo penitenciário, mas prefere enxovalhar o sistema para justificar a própria omissão. De acordo com o planejamento governamental, em quatro anos a administração petista iria construir cinco presídios federais de segurança máxima, sendo que o primeiro seria inaugurado em maio deste ano. As penitenciárias seriam capacitadas para receber condenados em regime disciplinar diferenciado, a exemplo dos chefes do narcotráfico. Só no último dia 13 de agosto, o Ministério da Justiça conseguiu concluir o processo licitatório do primeiro estabelecimento penal. Do Orçamento 2004 do Fundo Penitenciário, o PT executou apenas 9% até o momento. No ano passado dobrou o déficit do sistema prisional, que já deve se aproximar de 120 mil vagas.

No Brasil, é fácil ser detido pelas autoridades policiais por um crime de menor potencial ofensivo, como um furto, mas definitivamente é muito raro alguém ficar preso. Sem se considerar a subnotificação dos registros criminais, que chega a três quintos das ocorrências, apenas 5,2% dos delitos praticados resultam em condenação. E, ressalvados os poucos mais de dez crimes previstos na Lei dos Crimes Hediondos, só permanece preso quem tem uma folha corrida vintenária de reincidência.

É uma grande mentira o argumento de que a Lei dos Crimes Hediondos fere os princípios dos direitos humanos ou possui máculas de inconstitucionalidade. Vão tentar revogá-la não para aperfeiçoar o ordenamento legal, mas para promover um rodízio de presos e aliviar a pressão carcerária. É como dizia o marechal Henri-Philippe Pétain: “Entregaremos a França aos nazistas para salvar a unidade do povo francês”.

*O Popular*, 9 de setembro de 2004

# Dos incômodos do Sr. Corregedor

No plano político, o governo Lula prepara um terceiro ciclo autoritário no Brasil e é uma temeridade achar que a democracia possui freios automáticos para segurar as tentações. Embalado pelos bons resultados da economia e sob a gerência do ministro José Dirceu, o Palácio do Planalto planeja moldar o país para sustentar um projeto de poder de longa distância. Para isso é fundamental amarrar as mãos do Ministério Público, calar a imprensa e criar um modelo estético nas artes e na propaganda que reflita a segurança do partido e os sagrados valores tropicais.

No último 7 de Setembro, ao desfilar em carro aberto na Esplanada dos Ministérios, o presidente Lula trafegou pelas simbologias do Estado Novo e do regime militar. Ao PT que conseguiu chegar lá não interessa mais ruidosas gritarias, bandeiras vermelhas ou Mercedes Sosa, mas a postura marcial das comemorações ao som dos dobrados da infantaria. Desde o início do governo venho advertindo a frequência

*“Em nome de um ‘projeto de desenvolvimento sustentável’, Lula justifica todas as investidas do Estado contra a sociedade”*

com que o presidente visita o ufano-populismo de Vargas e emite espasmos autocráticos. O PT se convenceu de que Lula é uma fonte de poder unitário e o desejo se tornou uma obsessão no ambiente palaciano. Tanto que o primeiro-mandatário não se cansa de louvar ditadores.

O regime militar também tinha uma idéia fixa na cabeça e a praticava por intermédio da doutrina de segurança nacional. Em nome de um “projeto de desenvolvimento sustentável”, Lula justifica todas as investidas do Estado contra a sociedade e qualifica de lesa-pátria os opositores. O governo do PT quer para si o controle da comunicação social como nos tempos do Departamento de Imprensa e Propaganda de Vargas (DIP). No mesmo sentido, há algo do *Pra Frente Brasil* do general Médici no bombardeio publicitário que incute as virtudes ministeriais e as grandes realizações verde-amarelas.

Observem que não se trata da emissão de atos isolados com sabor autoritário, mas de um conjunto coordenado de medidas destinado a enquadrar a sociedade. O governo se movimenta preventivamente em várias frentes. Contra as más notícias e a liberdade de imprensa, cria o Conselho Federal de Jornalismo. Para controlar o que se vê na TV, pretende-se uma agência reguladora, sob o argumento de que é preciso proteger a nacionalidade e o desenvolvimento. Contra a ação do Ministério Público, trama para que seja aprovada a Lei da Mordaça e que decisão do Supremo

Tribunal Federal retire de promotores e procuradores o dever de conduzir investigações criminais.

O dr. Dirceu está mesmo convencido de que o perfil de independência do Ministério Público precisa ser removido. Ele prefere uma instituição sabuja e não lhe cai mal a idéia de regresso aos tempos em que ela se subordinava ao Poder Executivo. Inclusive, fez autocrítica e concluiu que o constituinte foi benemerente demais ao garantir as tais prerrogativas funcionais ao MP. Antes elas fortificavam a democracia e ajudavam a limpar o Brasil. Como não pretende uma coisa nem outra, agora trata de desmoralizar a instituição. Pronto para eliminar qualquer foco de contrariedade, por enquanto essas são as preocupações do corregedor-geral da Nação.

*Tribuna do Planalto, 12 de setembro de 2004*